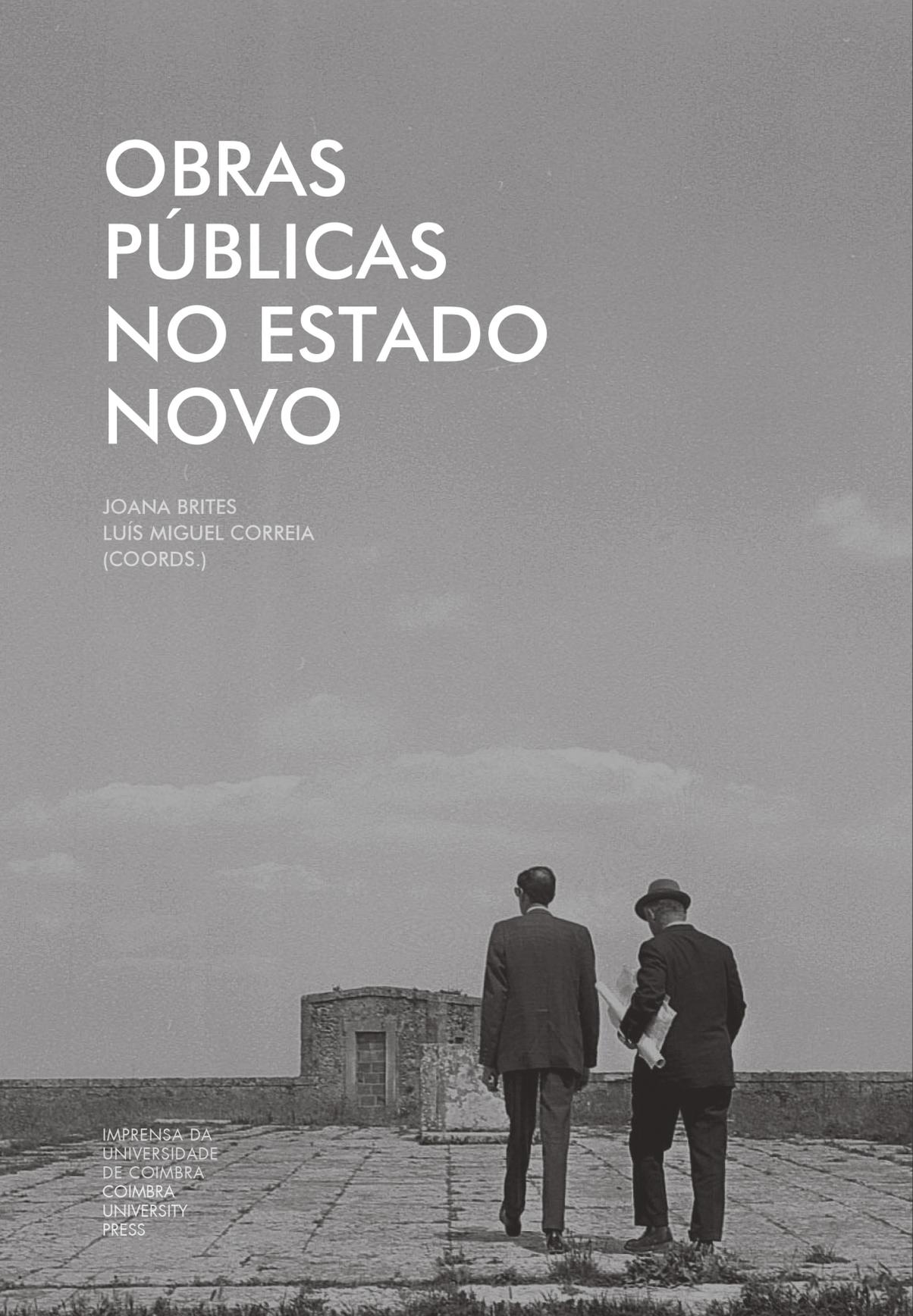


# OBRAS PÚBLICAS NO ESTADO NOVO

JOANA BRITES  
LUÍS MIGUEL CORREIA  
(COORDS.)

IMPRESA DA  
UNIVERSIDADE  
DE COIMBRA  
COIMBRA  
UNIVERSITY  
PRESS



Neste livro analisam-se diferentes repertórios de atuação do Estado Novo no campo das obras públicas, da arquitetura ao urbanismo, passando pela intervenção em monumentos nacionais. Congregando vinte autores de distintas gerações e formações, pretende-se oferecer um ponto de situação, ainda que sempre parcelar e provisório, do conhecimento sobre os múltiplos programas desenvolvidos durante o regime, os quais tiveram, a diversas escalas, consequências na organização do espaço e do território português. Potenciar a sua leitura integrada constitui um dos principais objetivos deste volume. Em segundo lugar, visa-se evidenciar, acolhendo como vantajosa a existência de múltiplos posicionamentos analíticos, os denominadores comuns e os territórios de dissenso, os diferentes referentes teóricos e metodologias mobilizadas para compreender este objeto de estudo multifacetado. Rejeitando possíveis leituras unívocas, a materialização deste retrato poliédrico da historiografia nacional procura, antes, contribuir para (re)imaginar um horizonte de investigação, idealmente transdisciplinar, comparativo e colaborativo.



I N V E S T I G A Ç Ã O



**EDIÇÃO**

Imprensa da Universidade de Coimbra  
Email: imprensa@uc.pt  
URL: [http://www.uc.pt/imprensa\\_uc](http://www.uc.pt/imprensa_uc)  
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

**COORDENAÇÃO EDITORIAL**

Imprensa da Universidade de Coimbra

**CONCEÇÃO GRÁFICA**

Imprensa da Universidade de Coimbra

**IMAGEM DA CAPA**

Castelo e Fortaleza de Palmela: Vistoria às obras, 1972  
(ref.<sup>a</sup>: FOTO.00515422). Fonte: SIPA – Sistema de Informação para o  
Património Arquitetónico, Direção Geral do Património Cultural (DGPC)

**PRÉ IMPRESSÃO**

Leonel Brites

**INFOGRAFIA DA CAPA**

Raquel Aido

**PRINT BY**

KDP

**ISBN**

978-989-26-1924-8

**ISBN DIGITAL**

978-989-26-1894-4

**DOI**

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1894-4>

# OBRAS PÚBLICAS NO ESTADO NOVO

JOANA BRITES  
LUÍS MIGUEL CORREIA  
(COORDS.)

IMPRESA DA  
UNIVERSIDADE  
DE COIMBRA  
COIMBRA  
UNIVERSITY  
PRESS

(Página deixada propositadamente em branco)

## ÍNDICE

Introdução	
<i>Joana Brites e Luís Miguel Correia</i> .....	9
‘Rooted modernism’: the ethos of public works in the ‘fascist era’	
<i>Roger Griffin</i> .....	17
A monumentalidade como programa político e simbólico do Estado Novo	
<i>Ana Tostões</i> .....	43
Monumentos num <i>País de Conto de Fadas</i>	
<i>Luís Miguel Correia</i> .....	75
<i>A Exposição dos 15 Anos de Obras Públicas: Arquitetura e Propaganda</i>	
<i>Margarida Acciaioli</i> .....	109
A ordem identitária das Obras Públicas. Ideias sobre a liberdade e o Estado	
<i>Nuno Rosmaninho</i> .....	129
Obras Públicas e “Melhoramentos” Locais: Entre Lisboa e o País (Real)	
<i>Ricardo Costa Agarez</i> .....	141
A poética da austeridade	
<i>Fátima Fernandes</i> .....	171
Entre a exaltação e a saudade. O automóvel como metonímia de progresso no contexto do Planos Gerais de Urbanização	
<i>José Cabral Dias</i> .....	197

A Educação e a Rede de Equipamentos Escolares no Estado Novo <i>Gonçalo Canto Moniz e António M. Rochette Cordeiro</i> .....	225
Política e arquitetura habitacional: um Mapa da intervenção do Estado na habitação <i>Rui Jorge Garcia Ramos, Eliseu Gonçalves e Sérgio Dias Silva</i> .....	251
Do caixote à Caixa: filiais e agências do banco do Estado (1929-1970) <i>Joana Brites</i> .....	289
Função, Forma e Fantasia: o <i>Plano Geral de Edificações dos CTT</i> , 1937-1952 <i>Carlos Bártolo</i> .....	317
Cultura e Lazer: o “tempo livre” no Estado Novo <i>Susana Constantino e Susana Lobo</i> .....	343
“Na terra portuguesa as casas de Deus estão na sua casa”: a participação do Estado na produção de arquitetura religiosa (1940-1960) <i>João Luís Marques e João Alves da Cunha</i> .....	369
África Colonial: arquitetura e infraestruturas nos últimos anos do Estado Novo <i>Ana Vaz Milheiro</i> .....	391





## INTRODUÇÃO

*Obras Públicas no Estado Novo* é um volume que reúne um conjunto de textos desenvolvidos na sequência da sua apresentação pública no Colóquio homónimo, que decorreu na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC), a 6 e 7 de novembro de 2018. Comissariada pelos editores do presente livro, esta iniciativa científica assinalou os 70 anos volvidos da importante exposição realizada no Instituto Superior Técnico (IST) em 1948, *15 Anos de Obras Públicas: 1932-1947*. Sem qualquer propósito celebrativo, esta data constituiu uma oportunidade para se produzir um balanço, necessariamente crítico e coletivo, das muitas e multifacetadas obras públicas promovidas pelo Estado Novo, focando o seu papel na afirmação do próprio regime, os seus protagonistas e o seu legado.

Os artigos que constituem as *Obras Públicas no Estado Novo* concentram-se, pese embora um maior ou menor enfoque numa etapa governativa, na mesma cronologia, delimitada pelos golpes militares de 28 de maio de 1926 e de 25 de abril de 1974. O primeiro, pondo fim à Primeira República (1910-1926), estabeleceu uma Ditadura Militar, cuja indefinição e multiplicidade de alternativas o processo de estruturação do Estado Novo viria a ultrapassar, concatenando consensos e compromissos à direita. O segundo colocaria termo ao regime que formalmente se instituiu em 1933, com a aprovação por plebiscito da nova Constituição. Sob o mesmo arco temporal, abordam-se diferentes repertórios de intervenção estatal no campo das obras públicas, da arquitetura e urbanismo ao património intervencionado.

O livro incide sobre Portugal metropolitano e abarca ainda, no seu último capítulo, uma parte significativa do que constituía à época o império português, em concreto as então colónias africanas de Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique. Reúnem-se textos sobre programas sectoriais com outros dedicados a temáticas transversais. Entre os primeiros, refiram-se, como exemplo, o exame das estações dos Correios, Telégrafos e Telefones por Carlos Bárto, o estudo da arquitetura religiosa de apoio estatal por João Luís Marques e João Alves da Cunha, o escrutínio da campanha de intervenção nos monumentos nacionais por Luís Miguel Correia ou o das estruturas edificadas ao âmbito do Aproveitamento Hidroelétrico do Douro Internacional, tratadas por Fátima Fernandes. No âmbito das leituras que atravessam várias tipologias e frentes de intervenção, inserem-se, entre outros, o capítulo de Ana Tostões sobre a monumentalidade como programa político e simbólico do Estado Novo, a escalpelização da própria exposição que serviu de mote ao colóquio e livro por Margarida Acciaiuoli, bem como as investigações dos processos de regulamentação estética estatal e de negociação partilhada entre burocracias de escalas diferentes, respetivamente levados a cabo por Nuno Rosmaninho e Ricardo Agarez. A todos eles se soma o capítulo inaugural de Roger Griffin, o qual atua como moldura conceptual, permitindo interpretar a produção cultural do Estado Novo à luz do desenvolvimento dos estudos comparados do fascismo e equacioná-la como a variante portuguesa de uma “modernidade alternativa”. Não restringindo o fenómeno do modernismo à esfera estética, o historiador inglês contribui decisivamente para depor persistentes dicotomias (fascismo vs cultura; tradição vs modernidade) e explana, com particular pertinência para o caso português, o conceito de “rooted modernism”. A este subjaz um hibridismo entre passado/antigo e presente/novo que vários capítulos desta obra documentam.

Embora sem pretensões de exaustividade, desde logo inviabilizada pela duração necessariamente limitada do encontro científico que esteve

na gênese deste livro e da impossibilidade de obter textos acabados da totalidade dos oradores participantes, os contributos reunidos neste livro possibilitam quer uma leitura mais completa e complexa da ação do Estado Novo no universo das obras públicas, quer uma reflexão sobre os diferentes modos de pensar e caracterizar o fenómeno em análise. Longe de se almejar um consenso, congregam-se diferentes perspetivas da historiografia nacional acerca de conceitos e problemáticas a partir dos quais se tem vindo a desenvolver a interpretação deste vasto legado material. A saber: da categorização tipológica do Estado Novo à delimitação conceptual do modernismo; da maior ou menor operatividade atribuída a momentos de “viragem” (como a *Exposição do Mundo Português* de 1940, o I Congresso Nacional de Arquitetura de 1948 ou o Inquérito à Arquitetura Popular Portuguesa, realizado entre 1955 e 1960) ao entendimento do tipo e do alcance da atuação do regime, com consequentes enfoques diversos no que diz respeito à articulação de distintas escalas de análise, à espessura da noção de autoria (e complexificação de processos de decisão), à interação com saberes, circuitos e processos internacionais e transnacionais.

Colocando em diálogo historiadores da arquitetura e do urbanismo do/no Estado Novo de gerações e formações distintas, esta obra possui dois objetivos fundamentais. Em primeiro lugar, propõe um ponto de situação, ainda que sempre parcelar e provisório, do conhecimento sobre os múltiplos programas de obras públicas levados a cabo durante o Estado Novo. Por norma alvo de análises sectoriais, deseja-se que a sua leitura integrada constitua um dos significativos contributos deste volume. Em segundo e acolhendo como vantajosa a existência de diversos posicionamentos analíticos, visa evidenciar os denominadores comuns e os territórios de dissenso, os diferentes referentes teóricos e metodologias mobilizados para compreender este objeto de estudo multifacetado. Não tendo por fim a construção de uma futura leitura unívoca (exercício que redundaria sempre num empobrecimento coletivo), a materialização deste retrato poliédrico da historiografia

nacional procura, não obstante, concorrer para (re)imaginar um horizonte de investigação, idealmente transdisciplinar, comparativo e colaborativo, tanto atento aos temas negligenciados, como disposto a reapreciar criticamente legados interpretativos e opções epistemológicas.

Apesar das citadas diferenças entre as problemáticas e abordagens que compõem o presente volume, a combinação destes textos possibilita a identificação de pontos de contacto e o reconhecimento de um corpo de reflexões e preocupações partilhadas. Da sua análise conjunta ressalta, desde logo, a identificação da presença de atores comuns em distintas estruturas administrativas com responsabilidade no planeamento, execução e fiscalização de obras públicas. Densificou-se, como consequência, o conhecimento de percursos individuais (entre outros, os de arquitetos, engenheiros e membros do Governo) que aguardam, ainda, investimentos monográficos de fundo. Viabiliza-se, concomitantemente, uma visão mais completa e fundamentada, em termos geográficos e tipológicos, do impacto que, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, os condicionalismos endógenos e exógenos exerceram ao nível do projeto de equipamentos e infraestruturas. Clarifica-se, por seu turno, o carácter generalizado de um *modus operandi* compromissório que, à semelhança do que tem vindo a ser detetado noutros subuniversos historiográficos, caracterizou a atuação do Estado Novo nos domínios em apreciação e contribui, também, para explicar a longevidade do regime. Comprova-se, ainda, a existência de uma atuação programática ao nível das obras públicas que, pesem embora as diferentes singularidades que abarcou, alterou de forma muito significativa, e frequentemente musculada, o território nacional. Este ímpeto transformador (regenerador na ótica do regime) ultrapassou os âmbitos mais característicos da prática da arquitetura e do urbanismo, compreendendo à escala do país, por exemplo, a intervenção em numerosos monumentos nacionais. Esta última assumiu, como defende Luís Miguel Correia, uma dimensão moderna que se revê na planificação das campanhas, na orientação técnica perfilhada e nas feições que veio a assumir.

Simultaneamente, este livro evidencia uma renovação de prismas e abordagens metodológicas que, de forma progressiva, se têm afirmado. É notória a crescente resistência em relação à essencialização do Estado Novo, ou seja, ao seu exame como um fenómeno artificialmente singularizado, menorizando, para o efeito, tanto o contexto global, como o tempo (mais) extenso em que se inscreve. Este esforço manifesta-se em duas vias, em alguns casos percorridas em conjunto. A primeira passa por situar a atuação do Estado Novo num tempo mais longo, escrutinando, face a uma evolução que reivindica por norma um recuo ao século XIX, as ruturas e continuidades que este ciclo autoritário corporizou. São disto exemplo a genealogia que Nuno Rosmaninho mapeia para a regulação estética exercida pelo Estado e a imposição de “certezas identitárias” ou a que, na mesma linha, Joana Brites identifica para a agenda de nacionalização do campo artístico, a qual o salazarismo viria a radicalizar. Como igualmente representativos refiram-se: o recuo de Ana Vaz Milheiro até às estratégias oitocentistas de intervenção nas antigas colónias africanas; a explicação do gradual processo de construção de uma rede de equipamentos escolares públicos, com berço no liberalismo, por Gonçalo Canto Moniz e António M. Rochette Cordeiro; ou o exercício análogo que, para o universo da intervenção do Estado na habitação, Rui Jorge Garcia Ramos, Eliseu Gonçalves e Sérgio Dias Silva realizam, no caso situando o arranque do seu artigo na Primeira República.

A segunda via de renovação metodológica traduz-se na crescente atenção concedida aos processos de circulação, apropriação e reinterpretação. Consequentemente, tem-se vindo a desenvolver tanto o universo de indivíduos e instituições sob análise, como o quadro de referências estéticas, a pertinência de abordagens comparativas e o grau de internacionalização reconhecido nas obras públicas estadonovistas. A este nível são elucidativos os contributos de vários capítulos. Na abrangente leitura que realiza sobre as obras públicas do regime, Ana Tostões sublinha os fluxos bidirecionais que se detetam (não só, mas também) nos equipamentos hospitalares erguidos. Ana

Vaz Milheiro realça o processo de internacionalização do modo como se pensou e concebeu a “arquitetura tropical”, focando as experiências internacionais documentadas de arquitetos sediados em Lisboa e sublinhando a “disseminação de uma arquitetura ‘transcolonial’ contemporânea”. Joana Brites, a partir do exame das agências e filiais do banco do Estado, desvincula do monopólio dos regimes autoritários a procura de uma arquitetura “moderna e nacional” e, sem branquear o que constituiu, de facto, uma forma autoritária de produzir e usufruir o edificado, defende a inserção da arquitetura do Estado Novo no fenómeno mais global, abrangente e multifacetado do modernismo. Susana Constantino e Susana Lobo frisam, numa primeira fase, os laços entre as estruturas de cultura e lazer do Estado Novo e o contexto mais vasto da regulação do tempo livre por parte das ditaduras europeias do século XX; numa segunda etapa, evidenciam o desfasamento das propostas do regime face ao cenário europeu do pós-Segunda Guerra Mundial. Um empenho idêntico de recorte da realidade portuguesa através de movimentos de aproximação e distanciamento críticos em relação ao contexto internacional (com a conseqüente capacidade de aclarar práticas de acomodação e compromisso) verifica-se no trabalho de José Cabral Dias. Nele analisa o modo como se pensou e concebeu a cidade entre 1930 e 1960 através dessa peça fundamental, o automóvel, e as dimensões material e discursiva por este ativadas. Rui Jorge Garcia Ramos, Eliseu Gonçalves e Sérgio Dias Silva atestam a circulação de modelos formais e a inclusão de Portugal em debates internacionais, desde o arranque da discussão da questão social da habitação com a Primeira República, até às opções perfilhadas nas três fases da experiência Olivais/Chelas (Olivais Norte, Olivais Sul e Chelas), já no epílogo da ditadura. Merece igual destaque o modo como, no decurso do seu artigo, iluminam múltiplas escalas e intervenientes na problemática da habitação. Por seu turno, Ricardo Agarez, elegendo o distrito de Faro como observatório, inquirir o modo como o aparelho central das obras públicas atuou no território, demonstrando a

interação entre as burocracias central, regional e local. Clarifica, por essa via, processos de negociação e decisão partilhada e problematiza, além disso, tanto a leitura da responsabilidade unilateral da capital na definição da feição arquitetónica das obras públicas de “interesse local”, como a visão dicotómica ainda prevalecente sobre os processos (e respetivos fóruns e atores) de resistência ou adoção da linguagem moderna nos edifícios públicos.

Com base noutros contributos, podem ser decodificados determinados aspetos das obras públicas que importa salientar. Realça-se, a partir do texto de Fátima Fernandes, a atenção dada à relação entre a especificidade da paisagem e o desenho de projeto. Por sua vez, os artigos de Margarida Acciaiuoli, Luís Miguel Correia, João Luís Marques e João Alves da Cunha sublinham a importância de incorporar na análise os múltiplos formatos de registo visual, divulgação e propaganda da arquitetura e do urbanismo, incluindo as obras nos monumentos nacionais, como meios de conformação e consensualização da atividade do Estado Novo, mas também, e sem contradição, de cultivo de públicos e discursos diferenciados. Na sua globalidade, esta documentação iconográfica, em grande parte por estudar com profundidade, não deixou de condicionar o escopo do olhar historiográfico e justifica, sem dúvida, uma renovada presença nos estudos deste âmbito, acompanhada da necessária componente de autorreflexão e crítica em relação ao modo como é manuseada.

Por fim, gostaríamos de agradecer a todos os que tornaram este livro uma realidade, dos autores e revisores por pares às várias entidades e instituições que, desde o início, compartilharam o entusiasmo em torno deste projeto. Uma palavra de particular reconhecimento é devida ao Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (CEIS20-UC), ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UC, à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes e ao Instituto de História da Arte da mesma instituição, bem como à

Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), à Fundação Eng.º António de Almeida e à Imprensa da Universidade de Coimbra.

Reiterando o carácter exploratório daquele que se considera ser uma das primeiras visões de conjunto das obras públicas no Estado Novo, cumpre-nos reconhecer o vasto número de investigações qualificadas já produzidas que o presente volume não cobre e, igualmente, salientar o quanto ainda se desconhece sobre o tema que nos reuniu em novembro de 2018. Importaria, assim, dar continuidade a este trabalho, incorporando demais universos setoriais de intervenção, mobilizando outras abordagens (trans)disciplinares, contemplando geografias, escalas de análise e circuitos diversos, bem como realizando um maior esforço comparativo (desde logo com outras realidades autoritárias) e uma reflexão, vital, sobre a persistência, (re)interpretação e usufruição deste vasto legado patrimonial na contemporaneidade.

Coimbra, 19 de junho de 2019  
Joana Brites e Luís Miguel Correia

**‘ROOTED MODERNISM’: THE ETHOS OF  
PUBLIC WORKS IN THE ‘FASCIST ERA’**

*Roger Griffin*

Oxford Brookes University

**Abstract:** The chapter offers a conceptual framework for the study of cultural production under Salazar’s Estado Novo consistent with major developments in the way Anglophone comparative fascist studies now approach the complex issues raised by the definition of fascism and ‘fascist culture’. It summarizes how the contested definition and nature of both gradually gave way to the acceptance that interwar fascism in its many varieties not only offered an alternative vision of modernity to both liberal democracy and communism, but also developed its own forms of social and cultural modernism. Their hallmark was projects conceived to promote the spirit of cohesion and modernity of the ‘national community’ and experiment with aesthetic principles of design and style which evoked continuity with the nation’s cultural past while integrating elements of contemporary ideas of state planning and design. The resulting ‘rooted modernism’ suggested a dynamic hybrid of tradition with openness to new beginnings and dynamic change. It then suggests that Salazar’s vision of a ‘New State’ in practice rejected a radical break with the Portuguese past which reflected his refusal to embrace fascism as a revolutionary form of nationalism. Nevertheless, the name of the regime and its partial ‘fascistization’ deliberately signalled an alignment with the Axis Powers and with the ‘era of fascism’. This is reflected in the

regime's emphasis on undertaking major works in the public sphere which aesthetically represent various hybrids of old and new which are characteristic of 'rooted modernism'.

**Keywords:** fascist culture, palingenetic ultranationalism, parafascism, rooted modernism, fascist era.

“MODERNISMO ENRAIZADO”: O ETOS DAS  
OBRAS PÚBLICAS NA “ERA FASCISTA”

**Resumo:** O Estado Novo de Salazar é um estudo de caso consistente com os desenvolvimentos recentes nos estudos comparativos de língua inglesa sobre o fascismo, particularmente no que diz respeito a questões complexas suscitadas pelas definições de fascismo e 'cultura fascista'. O regime de Salazar parece evidenciar como o contestado significado e natureza destas definições deu progressivamente lugar à aceitação de que o fascismo, nas suas múltiplas manifestações entre as duas guerras mundiais, não só ofereceu uma visão alternativa da modernidade, quer à democracia liberal, quer ao comunismo, mas também desenvolveu as suas próprias formas de modernismo social e cultural. O seu traço distintivo foram projetos concebidos para promover o espírito de união e modernidade da 'comunidade nacional' e testar princípios estéticos de design e estilo que evocassem uma continuidade em relação ao passado cultural da nação, integrando respetivamente elementos contemporâneos no planeamento e desenvolvimento do Estado. O conseqüente 'modernismo enraizado' sugeria um híbrido dinâmico assente numa tradição aberta à mudança e a novas ideias, simultaneamente implicando que, na prática, a visão de Salazar de um 'Estado Novo' rejeitava uma rutura radical com o passado português, refletindo a sua recusa em adotar o fascismo enquanto forma revolucionária de nacionalismo. No entanto, a designação do regime e a sua parcial 'fascistização' assinalavam deliberadamente um alinhamento com as Potências do Eixo e com a 'era do fascismo'. Esta tendência

reflete-se no destaque conferido pelo regime ao empreendimento de grandes obras no espaço público, representando esteticamente híbridos antigos e novos, característicos de um 'modernismo enraizado'.

**Palavras-chave:** cultura fascista, ultranacionalismo palingenético, parafascismo, modernismo enraizado, era fascista

### **The need to 'revisit' public works under the Salazar dictatorship**

In November 2018 it was my pleasure to deliver the keynote for a two-day conference held in Coimbra on Public Works in Salazar's Portugal. My presence was incongruous among so many high-powered indigenous experts on the topic, having only limited reading knowledge of Portuguese myself and with no article on the history of the Estado Novo to my name. Yet the co-organizer, Joana Brites, insisted that I had something important to contribute, if only by setting out a group of axioms for research into 'public works' under the dictatorship which are the fruits of several decades research into comparative fascism, and in particular into the relationship of the fascist era to modernity and modernism. What follows should thus be read not as an introduction to the specialist essays that follow, but rather as offering a general conceptual framework, or perhaps the outline of such a framework, which reinforces the most progressive tendencies in Portuguese studies of the interwar period.

This is necessary only because, despite the advances made over the last twenty years, a particular interpretation, more mythic than factual, of the place which fascism occupies within modernity has remained particularly tenacious in some quarters, not just among Marxists but 'liberal' historians as well. This is the assumption that the regimes of Mussolini and Hitler, the many abortive right-wing political movements that sought to emulate them in the 1930s, and the authoritarian regimes of Europe and Latin America, such as those of Dollfuss, Franco,

Horthy, Pétain, Vargas and Perón, that chose to accelerate out of the interwar crisis of civilization in the historical slipstream of the Axis Powers rather than of Soviet Russia,<sup>1</sup> were ‘reactionary’, ‘anti-modern’ and nostalgic for past glories. The axiomatic assumption of what follows is that, on the contrary, such regimes pursued an *alternative modernity*, embracing elements of a ‘conservative revolution’ which demanded a radical state-led socio-cultural transformation of the nation in order to safeguard national values deemed ‘eternal’ but which were allegedly being undermined and eroded by the deracinating and disenchanting forces of modernity.

Another axiomatic assumption that risks still alienating some (though fortunately, ever fewer) historians of inter-war Europe is that interwar fascism and the ‘parafascist’<sup>2</sup> regimes that adopted some of its external features, far from being ‘anti-culture’, all saw the cultural sphere as central to the project of saving the nation from disintegration and collapse. Indeed, this chapter goes further by suggesting that the ethos which informed the intense socio-cultural improvisation and aesthetic experimentation that characterizes the fascist era is best interpreted as *modernist*. The subliminal quest of artists, architects, town-planners, and social reformers who felt they belonged to that era was to find a form of modernism appropriate to the traditions and character of a modern country that needed to be protected from the slide into the decadence and atomization. Such a process of ‘decline’ and ‘degeneration’ was assumed to be inevitable

---

<sup>1</sup> Academics, left-wing and liberal, have always accepted that the Bolshevik Revolution, however many millions of deaths it was responsible for, was futural and open to modernism in both cultural production and social policies. See Stites (1988).

<sup>2</sup> In Griffin (1991), I introduced the term ‘parafascist’ to describe regimes that shared external elements of fascism, such as the leader cult, paramilitarism, authoritarianism, political religion, youth and mass organizations, a centralized ‘corporatist’ economy, without pursuing revolutionary *totalitarian goals*. For a recent critical reassessment of the term’s relevance to interwar Europe and Portugal, see Pinto & Kallis (Eds.), 2014.

if the hegemony was allowed to be exerted by laissez-faire capitalism, anarchic liberalism, or totalitarian Bolshevism.

Salazar was no fascist, and his regime embraced a vision of progress that was gradualistic rather than revolutionary. Yet a recognition of the radical socio-political, if not always aesthetic, modernism that drove the project of the Axis powers to create a totally new type of state should nevertheless allow researchers to recognize the continuity and underlying elective affinity of the modernism of Mussolini's Italy and Hitler's Germany with the ethos of public works undertaken in the Estado Novo. All produced different permutations of a 'rooted modernism' tailored to the idiosyncrasies of the nation.

### **The denial of a fascist culture**

The deeply engrained prejudice that for decades prevented fascist and parafascist culture from being evaluated in terms of an alternative modernity can be traced back practically to the foundation of the first *Fasci* in March 1919. Within months, Italian Marxists had already identified 'Fascismo' not as a genuine new socio-political movement with an innovative cultural agenda, but as a strategy cynically adopted by capitalism to counter the threat posed by communism, exchanging the rhetoric of liberal democracy as the guarantee of social justice for appeals to populist nationalism as the basis of the legitimacy of government (Bentham, 1973). Such an analysis, which culminated in the Comintern's 1935 definition of fascism as 'the open terrorist dictatorship of the most reactionary, most chauvinistic and most imperialist elements of finance capital', precludes any attempt to take fascism seriously as a revolutionary and *anti-capitalist* ideology in its own right with its own vision of socio-cultural renewal based on a planned economy which rejects the 'anarchy' of a laissez-faire, individualistic state.

Even today we are assured by the *Marxists Internet Archive Encyclopedia* that ‘Fascism (i.e. generic fascism) loathes all kinds of modernism, especially creativity in the arts, whether acting as a mirror for life (where it does not conform to the Fascist ideal), or expressing deviant or innovative points of view. Fascism invariably burns books and victimises artists, and artists which do not promote the fascists ideals are seen as “decadent.” Fascism is hostile to broad learning and interest in other cultures, since such pursuits threaten the dominance of fascist myths. The peddling of conspiracy theories is usually substituted for the objective study of history.’<sup>3</sup>

Fortunately, a far more sophisticated tradition of Marxist analysis of fascist culture had been inaugurated in the 1930s when Walter Benjamin postulated in his essay ‘The Work of Art in the Age of Mechanical Reproduction’<sup>4</sup> a fascinating theory, which as a victim of Nazism he was never able to elaborate. It ends with the frustratingly laconic assertion that ‘Such is the aestheticizing of politics as practiced by Fascism. Communism replies by politicizing art’. In the preceding paragraphs, Benjamin evokes the idea that fascism perpetuates and intensifies the mystification of the exploitative nature of capitalist society which secures the collusion of working humanity in its own alienation and subjugation by creating a pageant of nationalism. Under fascism bourgeois nationalism, rather than liberalism, is enacted as forms of political religion which enlist spectacle, rhetoric, ritual and art itself in turning the now naked repressive violence of the capitalist state both at home and abroad into a mesmerizing aesthetic, euphemizing experience (in contrast to the alleged drive of Bolshevism to use art to demystify the realities of economic and political power).

---

<sup>3</sup> ‘Fascism’ *Marxists Internet Archive Encyclopedia* <https://www.marxists.org/encyclopedia/terms/f/a.htm#fascism> (accessed 30/01/2019).

<sup>4</sup> The essay is reproduced in Benjamin (1992).

Paradoxically, the beguiling but ultimately specious power of Benjamin's analysis, more rhetorical and impressionistic than scholarly and forensic, launched a tradition of Marxist analysis that resulted in the mystification not of capitalism but fascism itself, especially in relation to its cultural production. Typical is a cryptic passage in Andrew Hewitt's *Fascist Modernism* which portentously declares that fascism's 'aestheticization of politics' was 'inscribed from the very outset in the bourgeois construction of the public sphere', and hence an integral part of 'capitalism's libidinal project of self-destruction' (Hewitt, 1993). But the Marxists in their many shades of red were not alone in denying the existence of a fascist culture worth taking seriously. When Giovanni Gentile published 'The Manifesto of Fascist Intellectuals' as the summary of the ideological position to emerge from the Conference of Fascist Culture of March 1925, his fellow Hegelian, Benedetto Croce, leapt to the attack, claiming that the pronouncements of the 'rapturous tract' were no more than a pathetic response to the regime's 'blasts against culture, and sterile nods in the direction of a culture devoid of the necessary premises'.

Thus was founded a liberal tradition of critique that was still the orthodoxy in 1982 when Norberto Bobbio, famous for standing firm in his resistance to being co-opted by Mussolini's regime stated dogmatically 'Where there was culture, there wasn't Fascism, where there was Fascism there wasn't culture. There never was a Fascist culture.' At a stroke the vast outpouring of cultural production of the *ventennio fascista* in architecture, painting, photography, cinema, fashion, and poetry, and in particular the remarkable contributions of creative individuals such as Giuseppe Terragni, Adalberto Libera, Marcello Piacentini, Filippo Marinetti, Mario Sironi to legitimizing the Fascist experiment, were erased from the historical memory with a single dismissive phrase from one who should have known better.

Meanwhile the cultural production of Nazism was also being dismissed as little more than the brainwashing, creatively sterile propaganda of a profoundly reactionary, and hence intrinsically anti-modern regime. It was symptomatic of the Dark Ages in comparative fascist studies that when Ernst Nolte summed up the essence of fascism in his *Der Faschismus in seiner Epoche* (1963) in the bafflingly obscure formula 'Resistance to theoretical and practical transcendence', it did not (with the notable exception of Zeev Sternhell)<sup>5</sup> attract a storm of academic criticism for its impenetrable obscurantism and abstraction. Instead, the book became a bestseller in several languages, a wonderful example of how the principle of 'the Emperor's New Clothes' can operate in academia.

Even more telling was the passage of an extremely well researched and beautifully illustrated book on Nazi Culture by Peter Adam, *The Arts of the Third Reich* (1992) which nevertheless asserted that 'Whether it be in the form of fine arts, architecture, film, literature or music, it cannot be considered in the same way as the art of other periods. It must be seen as the expression of a barbaric ideology. One can only look at the art of the Third Reich through the lens of Auschwitz' (Adam, 1995, p. 9, pp. 156-165). Meanwhile, outside the ivory towers, TV documentaries and allusions to the Third Reich in fiction corroborated this approach. Assumptions of Nazism's visceral anti-modernism seemed reinforced by contemporary newsreels presenting the Exhibition of Degenerate Art and the bonfires made of modernist paintings and progressive books in a ritual act of cultural cleansing, sometimes accompanied in the modern commentary by Heinrich Heine's sombre prediction of 1821, that 'Where they have burned books, they will end up burning human beings.' How this was translated into 'common

---

<sup>5</sup> For his trenchant critique of Nolte's theory of fascism see his endnote to the brilliant essay 'Fascist ideology' in W. Laqueur (Ed.) (1976), *Fascism: A Reader's Guide* (pp. 368-371). Berkeley/Los Angeles, CA: University of California Press.

sense' ideas of Nazism's attitude to art is clear from an episode of the British TV crime series set in Oxford, *Inspector Morse*, called "The Twilight of the Gods" (1993). In it, Morse confidently assures Sergeant Lewis that 'What we are looking for here is the sort of person that slashes pictures, takes a hammer to Michelangelo's statues and a flamethrower to books; someone who hates art and ideas so much that he wants to destroy them: a fascist.'

### **Rays of Light in the Dark**

In the cacophonous chorus of Marxist and liberal academics who denied the very existence of a fascist culture, a lone voice had stood out for over three decades, utterly ignored by mainstream academics despite the fact that his impeccable academic qualifications as a brilliant historian of ideas and his experiential qualifications as a Jewish survivor of the Third Reich meant that he was ideally placed to break out of the collective tunnel vision. In his *Nazi Culture* (1966) George Mosse had recognized that the aim of Third Reich was to create a 'total culture' which would give rise to a 'new Reich' and 'new man', its popularity stemming from Nazism's success in capturing the 'dreams of a new world' nurtured by millions of those without hope. Significantly, he cites the speech which Hitler delivered when opening The House of German Art (1937) which promised a cultural renaissance that would express the creation of a new historical age. The new art and a new aesthetic produced would emerge naturally from the renewed relationship between the artist and his/her *Volk*, now that the age of individualism was dead. Henceforth, the 'self' of 'self-expression would be the *Volksgemeinschaft* and not the artist's ego corrupted by the decadence of the age of liberalism and Bolshevism. Instead of presenting the speech as an example of Nazi 'propaganda' in the modern sense of brainwashing, Mosse treated it in its original sense of 'propagating a faith', the faith in a Third Reich as a reborn, total German culture. *Nazi Culture* was the first of a stream of articles

and books in which, despite his reluctance to offer readers a succinct definition of fascism as a concept, Mosse repeatedly emphasised its revolutionary thrust towards a new future.

Undeterred, the consensus about the reactionary nature of the Axis regimes was being perpetuated in the analyses of all authoritarian right-wing regimes. For a few years the Marxist hegemony in critiques of fascism, facilitated by the disarray of liberal academics, which had been established in the 1930s, continued in Anglophone research even after the death of Franco and Salazar, ensuring that their regimes continued to be miscategorized as both fascist and reactionary, despite the energetic but contrasting ways they had neutralized the threat posed by the radicalism of the Falange and the Blue Shirts. Naturally, their regimes' extensive experiments in fashioning a modernity appropriate to the nation's particular history and political character were simply not on the research agenda, or even noticed. Certainly, any serious proposals to explore their *modernism* with official state funding would have been met with blank incomprehension both within and outside the Iberian Peninsula well into the 1980s.

Symptomatic of this sorry state of affairs is the group of specialist essays assembled by Stuart Woolf in *European Fascism* (1968), despite the impossibility of being able to provide coherence to such an enterprise with an agreed working definition of the term since at the time *no consensual heuristic approach to generic fascism existed*. In his chapter on Portugal, Hermínio Martins could not really help but go with the flow by assuming the Estado Novo, which was still in its protracted death throes, to be a manifestation of the international phenomenon under examination, since the criteria for distinguishing between modernizing authoritarian regimes and revolutionary fascist ones were yet to be established. Hence the mixed tone of frustration and desperation in Woolf's *cri de coeur* in his editorial introduction to the book that 'Perhaps the word fascism should be banned, at

least temporarily, from our political vocabulary' (Woolf, 1968, p. 1; Allardyce, 1979, p. 370).

In his *A History of Fascism 1914-1945*, Stanley Payne confirms the uncritical mindset that prevailed at the time which was so reluctant to interrogate the fascist credentials of the Estado Novo, commenting that it continued to be 'commonly seen as fascist after end of the regime'. This is because it was simply assumed that fascism had 'inform(ed) the structure and basis' of Salazar's state, and was thus regarded as 'the most convenient epithet for most of the Portuguese intelligentsia to use in labelling the regime since 1974'. As a result, 'the main collection of studies on the dictatorship is simply entitled *O fascismo em Portugal* (1982), despite the fact that 'Salazar made more of an effort than most other rightist dictators of the 1930s to dissociate himself, at least part of the time, from fascism' (Payne, 1996, pp. 312-319).

### **The Velvet Revolution in Fascist Studies**

In the wake of George Mosse's pioneering rethinking of Nazi culture and fascist myth, there had been a sporadic appearance of books which with hindsight can be seen as precursors of contemporary research into the art and town planning of fascist assumptions, though at the time had no demonstrable impact on the 'anti-culture' thesis. The most prominent academics to recognize in fascism the central drive towards total cultural renewal and not just imperial conquest, the militarization of civic space, and the systemic destruction of liberal freedoms were Stanley Payne, Eugene Weber, Ze'ev Sternhell, and Emilio Gentile, all of whom had by 1990 produced sophisticated analyses of fascism as a totalizing revolutionary force, but which had been ignored by mainstream historians of fascism.

It was in the course of the next decade that a new Anglophone consensus started forming around the belated scholarly recognition of the modernizing, futural dynamic of fascism and its core myth of ul-

transnationalist regeneration and renewal in a spate of new publications; notably, my *Nature of Fascism* (1991), *Fascism* (1995), *International Fascism* (1997), and 'The Primacy of Culture: The Current Growth (Or Manufacture) of Consensus within Fascist Studies' (2001), Roger Eatwell's *Fascism* (1995), Stanley Payne's *A History of Fascism 1914-1945* (1995), George Mosse's *The Fascist Revolution* (1999), James Gregor *Phoenix: Fascism in our Time* (1999), Martin Blinkhorn's *Fascism and the Right in Europe, 1919-1945* (2000), Phillip Morgan's *Fascism in Europe 1919-1945* (2003), Michael Mann's *Fascists* (2004), Aristotle Kallis' *The Fascism Reader* (2004) and Robert Paxton's *The Anatomy of Fascism* (2004). Ian Kershaw's seminal lecture/article 'The Uniqueness of Nazism' (2004) demonstrates that by the early 2000s the proposition that fascism was to be conceptualized as a 'palingenetic'<sup>6</sup> form of ultranationalism could be taken as read. That it now formed the consensual working definition on which comparative studies of the interwar right on interwar fascism could at last be based was confirmed by the decision of the Dutch academic publishers Brill to launch the open-access Anglophone journal *Fascism* (2012), the majority of whose articles take this approach for granted. The increasing productivity of this reinvigorated sub-discipline led directly to the foundation, at the Central European University in 2018, of COMFAS, the first international association for the comparative study of interwar and post-war fascism, by Constantin Iordachi, author of the important *Comparative Fascist Studies: New Perspectives* (2008).

What all such publications converged on, whether consciously or not, were two basic insights: that fascism was a political ideology driven by the utopia of the rebirth (palingenesis) of the nation from

---

<sup>6</sup> 'Palingenetic' is the adjective formed from 'palingenesis' (Greek *palin* 'again' and *genesis* 'birth'), meaning rebirth, regeneration. It is generally interchangeable with 'revolutionary', though revolutionary ideology and action is the product or secondary expression of longings for renewal, moral and social, which arise in a palingenetic cultural context.

its present state of decadence and fragmentation, a nation conceived in organic, mystic, racist terms as a source of personal meaning, agency, and heroism; and that fascism's driving force was thus not the 'resistance to transcendence' as Nolte had cryptically proposed. Instead, it was a vehicle for achieving both societal transcendence, by resolving the crisis of civilization, and personal transcendence, by breaking out of despair, anomie and a sense of civilizational doom, and enjoying instead the illusion of partaking in a *this-worldly* immortality (what Richard Koselleck calls a 'temporalized utopia') as a single actor in the cosmic drama of national rebirth.

The implications of this emergent consensus for the appreciation of the unique features of a fascist culture were dramatic. From seemingly out of nowhere a conceptual framework was forming that recognized the central role played in fascist utopianism by a reborn national culture in the broadest *anthropological sense* as a source of collective meaning and a heroic shared experience of proactively *making* of history instead of passively suffering it (Fogu, 2003). Fascism offered millions of disoriented, 'disembedded' (Affron & Antliff, 1997) inhabitants of the chaotic interwar period in the West their personal 'immortality project' (Becker, 1973).

Early evidence of this radical process of the 're-evaluation of fascism' in the sphere of cultural studies was the group of articles published in 1996 in the catalogue to the travelling 'Art and Power' exhibition, and in particular Iain Boyd Whyte's essay 'National Socialism and Modernism'. He refutes the axiomatic assumption of fascism's animus against modernism by reminding the reader that the famous Weimar art historian, Wilhelm Pinder, gave a speech to Arthur Rosenberg's *Kampfbund* celebrating the Modern Movement as essentially German; that Ludwig Mies van der Rohe and Emil Fahrenkamp, two of the most prominent modernist architects of the day, were signatories of Goebbels' manifesto published in the *Völkischer Beobachter*, 'Aufruf der Kunstschaffenden' [The Proclamation of Creative Artists]; that, despite

being directors of the Bauhaus before the Nazis closed it down, not just Mies van der Rohe and Walter Gropius, but also the established expressionist architect, Hans Poelzig, were invited to submit entries for the design competition to build the new Reichsbank; that as late as 1937 former Bauhaus member, Ludwig Hilberseimer, was working on modernist designs for the University City to be built in the Reich, and only left Germany in 1938 when the Gestapo started investigating him for left-wing tendencies.

The conclusion that Boyd Whyte draws from his research is clear, though it would have been anathema to most liberal academics before 1990s, and remains unacceptable to Marxists to this day: 'Modernist and traditionalist tendencies were both constantly present in Nazi Party ideology, acting as essential counterweights in the balancing act performed by Hitler' (Whyte, 1995, p. 261). This balancing act stemmed from his attempts to reconcile the *völkisch* rejections of cultural cosmopolitanism embodied in Arthur Rosenberg with technophile currents of Nazi thinking far more open to modern culture represented by Speer and promoted by Goebbels himself. Thanks to Hitler's intervention, it was the 'modern' faction that finally triumphed in the official Nazi aesthetic.

Fortunately, Boyd Whyte was not alone in recognizing the modernism of fascism. There were other pioneers of the new wave in fascist cultural studies in this period which discarded the axiom that 'fascist culture' were oxymorons, notably Matthew Affron and Mark Antliff (1997), Maria Braun (2000), Ruth Ben-Ghiat (2001) and Emilio Gentile (2003). In their various ways, all recognize at the heart of fascism a 'palingenetic' myth which inspires many artists and intellectuals to use their creativity to produce art, architecture, schemes for urban renewal or independent thought that articulate the transcendent new spirit and moral universe of the reborn nation.

At the same time a clutch of new works were appearing which, taken together, offered a sophisticated conceptual apparatus for

conceptualizing the subtle and, in many respects, paradoxical relationship of totalitarianism to modernity, including major monographs by Modris Eksteins, Peter Osborne, and Bernice Rosenthal. Even more of a challenge to those prone to dismiss out of hand the very existence of a revolutionary fascist culture was Peter Fritzsche's article 'Nazi Modern' in *Modernity/Modernism*. It invited readers familiar with the journal's remit to see in Nazi not *anti-modernism*, but a radical new variety of modernism, one in which politics, art and culture were enlisted in a concerted assault on linear time to bring about a new age in a process of cyclic renewal, a temporality of decline magically transformed into one of regeneration. My own contribution to this process of exploring the relationship of fascism to modernity in a new light was *Modernism and Fascism: The Sense of a Beginning under Mussolini and Hitler* (2007). This proposed a new way of conceptualizing modernism which allowed the experimental, largely improvised fascist states of the Axis Powers to be recognized as the politico-cultural equivalent definition of modernist experimentation in the arts: as *modernist* states.

### **Rethinking the Estado Novo's place in 20<sup>th</sup> century history**

Meanwhile, though largely imperceptible to Anglophone fascist studies, the wind of change brought about by a post-war generation of scholars investigating the nature of interwar period had been having its effect on Portuguese historiography. Historians such as Fernando Rosas, João Paulo Avelãs Nunes, Nuno Domingos, and Victor Pereira were fully conscious of the way the regimes of dictators such as Horthy, Vargas, Dollfuss, Franco, Pétain, Antonescu, and, of course, Salazar himself, stopped short of pushing through revolutionary changes that would threaten their nation's traditional social structure and the interests and values of the Catholic Church. This forced them to use their authoritarian powers to marginalize, crush or absorb the

genuine fascists who sought a more radically 'new' order closer to the templates being forged by the Axis Powers.

For Anglophone interwar studies, the most influential protagonist of this belated and welcome process of reclassification, and the comprehensive rewriting of the history of Portugal's protracted personal dictatorship and its place within fascist Europe that it demanded, fell to the prolific historian, António Costa Pinto. Significantly, it was in the cosmopolitan interdisciplinary environment of the European University Institute near Florence that he obtained his PhD for his doctorate entitled 'National Syndicalism and Salazar. Portuguese fascism in the Interwar Period', which he completed in 1992, just as the 'velvet revolution' in comparative fascist studies was getting underway. In it, he argued that the Estado Novo was not a fascist state, even though it was inspired by and deeply indebted to the events and ethos of the fascist era. It was a theme that he was to go on to develop and refine in a series of carefully researched monographs (Pinto, 1992; Pinto, 1995; Pinto, 2000b; Pinto, 2013a; Pinto, 2014b & Pinto, 2015) and imaginative collections of essays produced with an international team of experts in Portuguese and English (Pinto, 2000a; Pinto, 2007; Pinto, 2009; Pinto, 2011; Pinto, 2012; Pinto, 2013b; Pinto, 2014a; Pinto, 2016a; Pinto, 2016b & Pinto, 2017). It is worth mentioning that a ground-breaking article on the technological modernism common to right-wing dictatorships in the fascist era (including the Estado Novo) in the field of food-production has been published by the Portuguese scholar Tiago Saraiva, a powerful vindication of the fruitful combination of comparative fascist studies, an interdisciplinary approach to cultural and technological production in the 20<sup>th</sup> century, and an acceptance of the thesis of the 'rooted modernism' of the fascist era (Saraiva, 2016).

These works, taken together with those of his colleagues, constitute a powerful corpus of scholarship which refutes any notion of identity between Salazar's neo-conservative regime and the revolutionary

projects of the two European Axis Powers. But the same scholarship also brings out the deep elective affinities which the Estado Novo manifests both with fascism and with several different aspects of other non-fascist dictatorships in Europe and Latin America, forming a rich *histoire croisée* within which the contours of the Estado Novo's unique place within the 'fascist era' can finally be discerned and defined. As so many of the papers delivered at the conference in Coimbra demonstrated, there now exists not only the firm empirical basis, but the coherent conceptual framework needed for the potentially dry history of 'public works' planned or produced under Salazar to make a significant contribution to the re-evaluation of the Estado Novo in all its ambivalence, derivativeness and originality.

### **'Rooted Modernism' as a refinement of the interpretive lens**

The need for the adoption of a clear, undistorting lens of the sort, provided by the new wave of comparative fascist scholarship in approaching the topic of public works of the Estado Novo, is illustrated by the recent volume *Urbanism and Dictatorship: A European Perspective* (Bodenschatz, Sassi & Welch Guerra, 2015). The introduction tells the reader that it sets out 'to contribute to the understanding of the urbanism of the European dictatorships of the first half of the 20<sup>th</sup> century as a joint European matter', thus refreshingly suggesting that both fascist totalitarianism states and right-wing authoritarian dictatorship should be treated from within a common conceptual framework. Harald Bodenschatz's opening chapter makes a positive step towards establishing the premise behind such a venture by stressing the progress academia has made away recently from the assumption that fascism was 'reactionary' and towards embracing transnational perspectives: 'the dictatorships of the first half of the twentieth century established themselves on the basis of repression and terror, but also through social approval

of their political projects: a New State, a renewed empire, a New Society, a New Man, and a global mission' (2015, p. 23).

Yet Tilman Harlander's 'commentary' on 'Urbanism and Housing Policy in Nazi Germany' proceeds to destroy the basis for a consensual approach to public works in the fascist era as the fruit of alternative modernities rather than conservative reaction. He asserts that National Socialism set out, 'in Klaus Hildebrand's words', 'to achieve a pre- or anti-modern utopia using modern means', which meant that it could bring no more than 'a partial modernization' (Harlander, 2015, 162).<sup>7</sup> Old myths die hard. Appropriately enough it was a Portuguese student of the culture of the Salazar regime, and close associate of Professor Costa Pinto, Rita Almeida de Carvalho, who proposed a conference to be held at ISCTE-IUL in May 2014, which would give rise to a coherent new template for the comparative study of civic space and public works under right-wing regimes of the inter-war period fully consistent with the recent breakthroughs in fascist and parafascist studies.<sup>8</sup> In 2018 volumes 7 and 8 of *Fascism* published six articles which together formed a special issue on 'Architectural Projections of a "New Order" in Interwar Dictatorships'. The twin innovations of this project were that both fascist and parafascist regimes were treated as belonging to the 'fascist era' and that the authors of the article on the architecture in Portugal (Carvalho, 2018, pp. 14-174), Spain (Domenech, 2018, pp. 213-240), Brazil (Filho, 2018, pp. 175-212) and Argentina (Ballent, 2018, pp. 80-108) were natives of, and had developed their architectural expertise, in that country. More importantly, despite the absence of any editorial steer to ensure the special issue's uniformity, they all independently confirmed empiri-

---

<sup>7</sup> The quotation is from Hildebrand, K. (2009). *Das Dritte Reich* (7<sup>th</sup> ed.). Munich: Oldenbourg, p. 176.

<sup>8</sup> For more on the genesis of the project, see Griffin & Carvalho (2018). Editorial Introduction: Architectural Projections of a 'New Order' in Interwar Dictatorships. *Fascism*, 7(1), 1-7.

cally that ‘their’ regime’s projects for the built environment were inflected by the drive to create buildings that *simultaneously* invoked idiosyncratic national traditions, and deliberately generated an ethos of international modernity and national renewal. In doing so, they were, in a more muted, less extravagant way, producing their own version of the hybrid of old and new, backward- and forward-looking aesthetics which Aristotle Kallis in his essay revealed as the hallmark of the most ‘Fascist’ architecture (2018, pp. 45-79), and which I explored as the central paradox of the Nazi’s ambition to rebuild Germany’s public spaces in ‘eternal’ stone (Griffin, 2018, pp. 9-44).

In my own article I showed that, despite the co-existence of several different aesthetics deployed by Nazism in different contexts, they all try to symbolize the reconciliation and synergy between traditional tropes, traditions, and myths of the historical Germans/Germanic past while *at the same time* expressing the nation’s futural, palingenetic thrust within cyclic historical time *and* its longing to link up with a supratemporal German eternity. In this way the built environment in the Third Reich was designed to give material form to the Nazi utopia of creating a new Germany *rooted in the old* within which all members of the *Volksgemeinschaft* would find a dual identity, ancient and modern (Griffin, 2015, pp. 5-23). That Hitler himself was perfectly conscious of this bi-temporal project of social engineering through art and architecture is clear from his unequivocal declaration in a pamphlet on the importance of culture as a prophylactic against social chaos and cultural decay, *German Art as the Proudest Defence of the German People*: ‘Nur aus dem Vergangenen und Gegenwärtigen zugleich, baut sich die Zukunft auf.’ [Only when the past and the contemporary become simultaneous can the future be built] (Hitler, 1933, pp. 11-12). The article concludes that the civic architecture of the Third Reich should be approached as expressing a particular totalitarian form of modern aesthetic that arose in the specific context of interwar Europe. I call this aesthetic ‘rooted modernism’.

Crucial to the cogency of my argument is the classification of a recurrent style of the interwar period used by liberal, right-wing and left-wing states, and frequently deployed in the public buildings of all fascist and parafascist regimes, namely ‘stripped classicism’. Though conventionally assumed to be part of the revivalist reaction *against* modernist experimentation in the arts, it has been left to a post-graduate arts student in the US, Brittany Bryant, to demonstrate most convincingly the force of the argument that, on the contrary, stripped classicism is to be seen aesthetically as an *international* member of the modernist family with no specific political connotations<sup>9</sup> (Bryant, 2011), a form that has proved particularly resilient to the upheavals and catastrophes of 20<sup>th</sup> century history. Bryant’s conclusion is that, after 1918, ‘each country was driven by similar political aspirations, the reestablishment of the nation following the total devastation of the First World War and the challenges presented by the international economic depression of the 1930s.’ As a new architectural aesthetic,

“stripped classicism served this end and each nation could identify with its historical connections. Despite its appeal to historical tradition, it was nonetheless a modern architecture. Conceived entirely from new principles and modernist ideology, it reflected modern technology and modern thought of the time. Although each regime employed stripped classicism to achieve different political goals, the underlying aspiration of each nation was to create a connection to the great empires of Greece and Rome that had lasted for centuries and whose architectural monuments had stood the test of time” (Bryant, 2011, pp. 60-61).

---

<sup>9</sup> Bryant’s argument is independently corroborated by the essays of Roche, H. & Demetriou, K. (2018). *Brill’s Companion to the Classics, Fascist Italy and Nazi Germany*. Leiden: Brill.

Bryant's assertion is amply borne out by considering some of the more iconic examples of the style whether in liberal democracies (Senate House in London, the Texas State Capitol Complex, the National Library of Australia), or Soviet Russia (Moscow State University), the Third Reich (das Haus der Deutschen Kunst, Tempelhof Airport), in Fascist Italy (La Sapienza University), in Franco's Spain (the Ministry for Aviation, Valle de los Caídos).<sup>10</sup> Even Fascist works that openly embraced modernist aesthetics, such as Adalberto Libera's 'Sacratio' in the 1932 Exhibition of the Fascist Revolution, can be shown to be historically 'rooted', in this case in its allusions to ancient Roman civilization and Catholicism.

### **The rooted modernism of public works in the Salazar era**

The main inferences of this chapter for the subject of this book can be illustrated by considering Coimbra's university complex, and in particular the faculty building where the talks were given which form the basis of this volume. Armed with the twin concepts of 'parafascism' and 'rooted modernism', they can be seen as epitomizing the unique parafascist contribution to the palingenetic ethos of the fascist era which the Estado Novo made through its public works. First, the Edifício da Faculdade de Letras adorned with statues of mythic figures sculpted in a style which is itself true to the aesthetic of rooted modernism, articulates the dual, Janus-headed temporality of stripped classicism. Second, and more importantly, the lavish scale of the university complex which frames it was a state-sponsored project in architectural and urbanistic innovation, one which demanded the large-scale demolition of private property and public buildings to make way for it. This makes Coimbra University an important symbol of the commitment of the Estado Novo to pursue progress in

---

<sup>10</sup> For a useful visual survey, see [https://wikivisually.com/wiki/Stripped\\_Classicism](https://wikivisually.com/wiki/Stripped_Classicism).

modern scientific and humanist knowledge in an authoritarian spirit that sought to preserve historical and ethical continuities with the nation's past. The whole university complex thus becomes emblematic of the futural, modern, and modernist thrust of Salazar's regime which was deliberately synthesized with the ingrained illiberalism of Catholic and socio-economic conservatism.

Perhaps the most concentrated display of the ethos of rooted modernism that characterized public works under Salazar was to be found in the 1940 'Exhibition of the Portuguese World', which combined monuments to Portugal's Golden Ages celebrating the birth of the nation and its imperialistic achievements with statements of an unashamedly modernist aesthetic. The exhibition demonstrates how deeply creative elites under the dictatorship had, by the outbreak of the Second World War, internalized the characteristically hybrid vision of modernity which informed the conception and execution of public works, not just under the two Axis Powers, but in all states that felt an elective affinity with what in the early 1940s seemed the triumphant inauguration of a millennial 'fascist era'. It is difficult to imagine it today, but in the official palingenetic climate that reigned under all authoritarian states in the late 1930s, the new Italy and Germany seemed to all but the most hardened Marxists and inveterate liberal democrats to be pioneering a *heroic* new civilization in the West, a civilization which would establish permanent hegemony over a dying liberalism and over the true 'anti-cultural', barbaric force of the age: Bolshevism.

This volume demonstrates that the engagement of seasoned and new Portuguese historians in the re-evaluation of the culture of Salazarism is itself entering a highly productive new era of scholarship. It is one which will reveal the unique blends of old and new through which so many of its more visionary artists attempted to express in architecture and public works Portugal's own variant of 'alternative modernity',

its own ‘rooted modernism’.<sup>11</sup> It will no doubt mean that much older scholarship based on superficial assumptions of the fascist identity may, like those buildings in Coimbra that had to disappear to make way for the new university campus, have to be revised or rejected in order to establish the regime’s true location within modernity. I have every confidence that the present volume will mark a major step forward to achieving this benign process of renewal, thereby making an important contribution not just to the historiography of modern Portugal, but to various branches of the *histoires croisées* of the 20<sup>th</sup> century *globally*. In particular, it will feed into the increasingly productive field of comparative studies relating to the modern state’s intervention in public space and the cultural production of neo-authoritarianism, totalitarianism, fascism, and modernism in general. It is my privilege to have made some small contribution to such a big endeavour.

## References

- ‘Fascism’ (n.d.). *Marxists Internet Archive Encyclopedia*. Accessed in 30 January 2019, in <https://www.marxists.org/encyclopedia/terms/f/a.htm#fascism>
- Adam, P. (1995). *Art in the Third Reich*. London: Harry N. Abrams.
- Affron, M. & Antliff, M. (Eds.) (1997). *Fascist Visions*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Allardyce, G. (1979). What fascism is not: Thoughts on the deflation of a concept. *The American Historical Review*, 84(2), 367–388.
- Ballent, A. (2018) *Faces of Modernity in the Architecture of the Peronist State, 1943–1955*. *Fascism*, 7(1), May, 80–108. <https://doi.org/10.1163/22116257-00701005>
- Becker, E. (1973). *The Denial of Death*. New York: Simon & Schuster.
- Ben-Ghiat, R. (2001). *Fascist Modernities. Italy, 1922–1945*. Berkeley/Los Angeles, CA: University of California Press.
- Benjamin, W. (1992). *Illuminations*. London: Fontana.
- Bentham, D. (1973). *Marxists in Face of Fascism*. Manchester: Manchester University Press.
- Bodenschatz, H., Sassi, P. & Welch Guerra, M. (Eds.) (2015). *Urbanism and Dictatorship: A European Perspective*. Basel: Birkhäuser.

---

<sup>11</sup> An important article devoted to such a radical re-evaluation in the sphere of architecture is Brites (2016).

- Bodenschatz, H. (2015). Urbanism and Dictatorship: Expanding Spaces for Thought!. In H. Bodenschatz, P. Sassi & M. Welch Guerra (Eds.), *Urbanism and Dictatorship: A European Perspective* (pp. 15-26). Basel: Birkhäuser.
- Braun, E. (2000). *Mario Sironi and Italian Modernism. Art and Politics under Fascism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Brites, J. (2016, 15 July). Is there an Ideologically-Biased Broadening of the Concept of Modern Architecture? Questioning the Limits of Postmodernism's Inclusivism and Testing a Further Expansion. *RIHA Journal* 0133. Retrieved from [www.riha-journal.org/articles/2016/0131-0140-special-issue-southern-modernisms/0133-brites](http://www.riha-journal.org/articles/2016/0131-0140-special-issue-southern-modernisms/0133-brites)
- Bryant, B. (2011). *Reassessing Stripped Classicism within the Narrative of International Modernism in the 1920s-1930s* (MA Thesis, Savannah College of Art). Accessed 12 January 2017, in <http://ecollections.scad.edu/iii/cpro/DigitalItemViewPage.external?sp=1000695>.
- Carvalho, R. A. (2018). Ideology and architecture in the Portuguese 'Estado Novo': cultural innovation within a parafascist state (1932-1945). *Fascism*, 7(2), October, 141–174. <https://doi.org/10.1163/22116257-00702002>
- Domenech, D. (2018). The National Revolution architecture. Rooted modernism in the Spanish New State (1939-1959). *Fascism*, 7(2), October, 213–140. <https://doi.org/10.1163/22116257-00702004>
- Domingos, N. & Pereira, V. (Eds.) (2010). *O Estado Novo em questão*. Lisboa: Edições 70.
- Eksteins, M. (2000). *Rites of Spring. The Great War and the Birth of the Modern Age*. Boston, MA: Houghton Mifflin.
- O fascismo em Portugal: actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em março de 1980*. (1982). Lisboa: A Regra do Jogo.
- Filho, F. S. T. (2018). The many faces of a parafascist culture: Architecture, politics and power in Vargas' Regime (1930-1945). *Fascism*, 7(2), October, 175–212. <https://doi.org/10.1163/22116257-00702003>
- Fogu, C. (2003). *The Historic Imaginary: Politics of History in Fascist Italy*. Buffalo, NY: University of Toronto Press.
- Fritzsche, P. (1996). Nazi Modern. *Modernism/Modernity*, 3(1), 1–22. <https://doi.org/10.1353/mod.1996.0004>
- Gentile, E. (2003). *The Struggle for Modernity: Nationalism, Futurism, and Fascism*. Westport, CT: Praeger.
- Griffin, R. (1991). *The Nature of Fascism*. London: Pinter.
- Griffin, R. (2015). Fixing Solutions: Fascist Temporalities as Remedies for Liquid Modernity. *Journal of Modern European History*, 13(1), 5–23. [https://doi.org/10.17104/1611-8944\\_2015\\_1\\_5](https://doi.org/10.17104/1611-8944_2015_1_5)
- Griffin, R. (2018). Building the Visible Immortality of the Nation: The Centrality of "Rooted Modernism" to the Third Reich's Architectural New Order. *Fascism*, 7(1), May, 9–44. <https://doi.org/10.1163/22116257-00701002>
- Griffin, R. & Carvalho, R. A. (2018). Editorial Introduction: Architectural Projections of a 'New Order' in Interwar Dictatorships. *Fascism*, 7(1), May, 1–7. <https://doi.org/10.1163/22116257-00701001>

- Harlander, T. (2015). Urbanism and Housing Policy in Nazi Germany: A Commentary. In H. Bodenschatz, P. Sassi & M. Welch Guerra (Eds.), *Urbanism and Dictatorship: A European Perspective* (pp. 148-165). Basel: Birkhäuser.
- Hewitt, A. (1993). *Fascist Modernism: Aesthetics, Politics, and the Avant-Garde*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Hildebrand, K. (2009). *Das Dritte Reich* (7<sup>th</sup> ed.). Munich: Oldenbourg.
- Hitler, A. (1933). *Die deutsche Kunst als stolzeste Verteidigung des deutschen Volkes* [German Art as the Proudest Defence of the German People]. Munich: Eher, 11–12.
- Kallis, A. (2018). Futures Made Present: Architecture, Monument, and the Battle for the ‘Third Way’ in Fascist Italy. *Fascism*, 7(1), May, 45–79. <https://doi.org/10.1163/22116257-00701004>
- Nunes, J. (2010). *O Estado Novo e o Volfrâmio, 1933-1947*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Osborne, P. (1995). *The Politics of Time. Modernity and the Avant-Garde*. London: Verso.
- Payne, S. (1995). *A History of Fascism 1914–1945*. Madison, WI: University of Wisconsin Press.
- Pinto, A. C. (1992). *O Salazarismo e o Fascismo Europeu: Problemas de interpretação nas ciências sociais*. Lisboa: Estampa.
- \_\_\_\_\_. (1995). *The Salazar's Dictatorship and European Fascism. Problems of Interpretation*. New York: SSM - Columbia University Press.
- \_\_\_\_\_. (2000a). *O Corporativismo em Português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- \_\_\_\_\_. (2000b). *The Blue Shirts. Portuguese Fascists and the New State*. New York: SSM - Columbia University Press.
- \_\_\_\_\_. (2007). *Charisma and Fascism in Interwar Europe*. London: Routledge.
- \_\_\_\_\_. (2009). *Ruling Elites and Decision-Making in Fascist-Era Dictatorships*. New York: SMM-Columbia University Press.
- \_\_\_\_\_. (2011). *Rethinking the Nature of Fascism*. Hampshire: Palgrave Macmillan.
- \_\_\_\_\_. (2012). *The Nature of Fascism Revisited*. New York: SSM-Columbia University Press.
- \_\_\_\_\_. (2013a). *A Sombra das Ditaduras. A Europa do Sul em Comparação*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- \_\_\_\_\_. (2013b). *Passado que não passa. A sombra das ditaduras na Europa do Sul e América Latina*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- \_\_\_\_\_. (2014a). *Dealing with the Legacy of Authoritarianism: The “Politics of the Past” in Southern European Democracies. Rethinking Fascism and Dictatorship in Europe*. Hampshire: Palgrave Macmillan.
- \_\_\_\_\_. (2014b). *Portugal e o Fim do Colonialismo. Dimensões Internacionais*. Lisboa: Edições 70.
- \_\_\_\_\_. (2015). *Os camisas azuis e Salazar. Rolão Preto e o fascismo em Portugal*. Lisboa: Edições 70.
- \_\_\_\_\_. (2016a). *A Onda Corporativa. Corporativismos e ditaduras na Europa e América Latina*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas.

- \_\_\_\_\_. (2016b). *A Vaga Corporativa. Corporativismo e Ditaduras na Europa e na América Latina*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- \_\_\_\_\_. (2017). *O Corporatism and Fascism: The Corporatist Wave in Europe (Routledge Studies in Fascism and the Far Right)*. London: Routledge.
- Pinto, A. & Kallis, A. (Eds.) (2014). *Rethinking Fascism and Dictatorship in Europe*. Hampshire: Palgrave Macmillan.
- Roche, H. & Demetriou, K. (2018). *Brill's Companion to the Classics, Fascist Italy and Nazi Germany*. Leiden: Brill.
- Rosas, F. (1986). *O Estado Novo nos Anos 30*. Lisboa: Estampa.
- Rosas, F. (1988). *O salazarismo e a Aliança Luso-Britânica: estudos sobre a política externa do Estado Novo nos anos 30 a 40*. Lisboa: Fragmentos.
- Rosas, F. & Brito, J. (1989). *O salazarismo e a Aliança Luso-Britânica: Salazar e o Salazarismo*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Rosenthal, B. (2002). *New Myth, New Man: From Nietzsche to Stalinism*. University Park, PA: Penn State University Press.
- Saraiva, T. (2016). *Fascist Pig: Technoscientific Organisms and the History of Fascism*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Sternhell, Z. (1976). Fascist ideology. In W. Laqueur (Ed.), *Fascism: A Reader's Guide*. Berkeley/Los Angeles, CA: University of California Press.
- Stites, R. (1988). *Revolutionary Dreams: Utopian Vision and Experimental Life in the Russian Revolution*. Oxford: Oxford University Press.
- Whyte, I. (1995). National Socialism and Modernism. In D. Ades (Ed.), *Art and Power: Europe under the Dictators* (pp. 258-69). London: Hayward Gallery.
- Woolf, S. (Ed.) (1968). *The Nature of Fascism*. London: Weidenfeld & Nicolson.

## **A MONUMENTALIDADE COMO PROGRAMA POLÍTICO E SIMBÓLICO DO ESTADO NOVO**

*Ana Tostões*

Centro para a Inovação em Território, Urbanismo e Arquitetura,  
Instituto Superior Técnico, Docomomo International  
ORCID: 0000-0001-9751-9017

**Resumo:** A história das obras públicas do Estado Novo e as questões que alimentam a relação entre poder e arquitetura são fixadas a partir de uma interpretação focada nas obras, na ação dos arquitetos e na sua relação com o Estado encomendador durante o período de vigência do Estado Novo. A questão da expressão tectónica, da imagem e da propaganda do Estado são o fio condutor desta reflexão sobre a busca do monumento convocado nas diversas vertentes: retórico clássico, pastoral regional, moderno radical.

Defende-se que este processo segue um programa nem sempre linear adaptado às circunstâncias que se sucedem entre 1926 e 1974 num mundo em mutação global. Estas mudanças são acompanhadas por alterações de estratégia que se refletem na imagem das obras públicas. São analisadas as permanências, as mudanças e os grandes ciclos de 48 anos de regime. Argumenta-se que a adaptação do regime do Estado Novo às circunstâncias internacionais e nacionais, permite estabelecer um faseamento cronológico capaz de clarificar o processo de afirmação de linguagens, formas e imagens no tempo. E que neste processo a afirmação da autoria dos arquitetos surge clara demonstrando a capacidade de o arquiteto interagir com as instituições e os seus mecanismos.

Considera-se que à primeira fase de uma afirmação modernista, se segue um ciclo retórico e duro de uma monumentalidade clássica, que darão lugar no pós-guerra a um período de liberalização e democratização da imagem do poder através de uma permeabilidade crescente aos valores conceptuais do Movimento Moderno e aos valores plásticos de um *International Style*.

Para estas fases são analisados os tipos de programas de Obras Públicas – equipamentos educativos e hospitalares – considerados chave para a formação dos vetores ideológicos e das estratégias de ação. Apostado em discutir historiograficamente a cultura arquitetónica em Portugal no século XX, este ensaio procura compreender a política cultural complexa e pluriforme do Estado Novo.

**Palavras-chave:** Obra pública, Arquitetura Movimento Moderno, monumento, Estado Novo

#### MONUMENTALITY AS THE POLITICAL AND SYMBOLIC PROGRAMME OF THE ESTADO NOVO

**Abstract:** The history of public works in the Estado Novo and the issues fostering the relationship between power and architecture can be established from an interpretation of the works, the action of the architects and their relationship with the commissioning State during the Estado Novo regime. The State's tectonic expression, image, and propaganda are the common thread of a reflection about the search for the monument summoned up in different forms: classical rhetorical, regional pastoral, radical modern.

The present article argues that this process charted a not always linear programme adapted to the circumstances that took place between 1926 and 1974 in a changing world. These changes were followed by strategy amendments that reflected on the image of the public works. This article analyses the permanencies, the changes, and the great cycles of the regime's 48 years, and argues that the

adaptation of the Estado Novo regime to international and national circumstances allowed the establishment of a chronological phase-in to clarify the affirmation process of languages, forms, and images in time. And within this process, the architects' authorship was clear, indicating the ability of the architect to interact with the institutions and their mechanisms.

After a first stage of modernist affirmation, it can be said that there was a rhetorical and arduous cycle of classical monumentality which, in the post-war era, led to a period of liberalisation and democratisation of the image of power via a growing permeability to the conceptual values of the Modern Movement and the visual values of an International Style.

The analysis of these stages will focus on the type of Public Works programmes – educational and medical equipment – considered fundamental to the creation of ideological vectors and action strategies. Through a historiographical discussion about Portuguese architectural culture in the 20<sup>th</sup> century, this paper aims to understand the complex and multiform cultural politics of the Estado Novo.

**Keywords:** Public work, Modern Movement in Architecture, monument, Estado Novo

### **Propaganda: uma imagem moderna para o Estado Novo**

A procura de uma monumentalidade representativa do regime é o fio condutor desta reflexão sobre a construção das Obras Públicas do Estado Novo. Argumenta-se que a renovação da linguagem arquitetónica através do modelo internacionalista referenciado ao Movimento Moderno deixou os seus traços nos primeiros dez anos do regime seguindo o estímulo desenvolvimentista do engenheiro ministro Duarte Pacheco (1899-1943). Com uma expressão claramente geracional, contra todas as expectativas da sua formação revivalista

e eclética (Portas, 1978), os arquitetos nascidos entre 1896 e 1898 (Pardal Monteiro, Cristino da Silva, Carlos Ramos, Cottinelli Telmo, Cassiano Branco, Jorge Segurado, Rogério de Azevedo) souberam explorar nas potencialidades do betão armado as correspondentes ilações formais.

Este quadro vai estimular o governo do Estado Novo interessado numa renovação simbólica, afirmar o mito da sua própria atualidade através de uma eficaz modernização formal. Aos arquitetos vai possibilitar não só a afirmação autoral, como também do seu estatuto profissional através da construção de obras de referência. Assim, numa primeira fase de afirmação do poder, a procura historicista e regionalista que caracterizou as duas primeiras décadas de novecentos coincidentes com a Implantação da República, tende a suspender-se, sobrepondo-se uma crescente utilização de modelos puristas de influência italiana, francesa ou alemã, entendidos como mais um “estilo”, o moderno temperado pela monumentalidade e pelos valores de dignidade que integram o sentido da obra pública.

Sem reflexão teórica sólida ou manifesto coletivo<sup>1</sup>, entre o final dos anos 20 e 30 coincidindo com a primeira década de afirmação, a geração de jovens arquitetos apostava numa renovação linguística, ignorando os princípios ideológicos do Movimento Moderno vinculado aos Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna (CIAM) que direcionou o seu enfoque para o problema da habitação, para a questão urbana e para o entendimento da arquitetura como condensador social. Em Portugal, os arquitetos continuam a trabalhar num registo formal aplicando, quer uma expressão modernista e internacional, como eclética-historicista e regionalista. Na verdade, a utilização de uma nova linguagem, ainda que decorrente das possibilidades tectóni-

---

<sup>1</sup> Se excetuarmos a única tomada de posição coletiva no “Primeiro Salão dos Independentes”, SNBA, 1931, onde arquitetos e artistas plásticos se reúnem convocando os modernos pensadores do grupo “Orfeu”. Ver Tostões, A. (2015). *Idade Maior*. Porto: FAUP.

cas do betão armado integrando valores funcionalistas e racionalistas, terá sido assimilada como mais um estilo disponível.

Porfírio Pardal Monteiro (1897-1957) constitui a exceção mais notável. Afirmando-se à escala internacional como o maior arquiteto português do Estado Novo, demonstrou que era possível responder simultaneamente com monumentalidade e modernidade aos programas de carácter público utilizando uma pragmática eficácia. Da Reitoria da Universidade de Lisboa, ao Instituto Superior Técnico, da Faculdade de Letras ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil, da Biblioteca Nacional de Portugal às Gares Marítimas de Alcântara ou da Rocha Conde de Óbidos, tantos são os edifícios emblemáticos que construiu em Lisboa. Criador da imagem e simbólica da obra pública, marcou a transformação da cidade capital do império com equipamentos vitais. Foi o arquiteto que mais construiu e o que se celebrizou como primeiro moderno, criando a imagem pública moderna do Estado Novo.

Com efeito, a questão da monumentalidade foi inicialmente encarada como matéria herética no seio dos CIAM e da vanguarda arquitetónica internacional. A criação dos CIAM é, de certo modo, uma reação à dificuldade de afirmação da linguagem moderna junto do poder e ao reconhecimento da nova imagem pela sociedade. Com efeito, em 1927, a constatação da falência moderna em criar monumento advém do resultado do concurso para a sede da Sociedade das Nações em Genebra. Este facto leva Le Corbusier (1887-1965) e Giedion (1888-1968) a criarem no ano seguinte os CIAM e a organizarem o primeiro congresso em La Sarraz. É sintomático o facto de só em 1937 no V CIAM (Bruxelas, 1937) se abordar a questão habitação-equipamento-ócio e de no documento produzido no anterior IV CIAM (Pátris, 1933), a celebrada *Carta de Atenas*<sup>2</sup>, ser tão clara a

---

<sup>2</sup> O documento coletivo elaborado no quadro deste IV CIAM, que ficou conhecido como *Carta de Atenas*, acabaria por ser publicado dez anos depois por Le Corbusier.

valorização da superfície verde, como a grande conquista moderna da cidade, e o sentido de total inutilidade votado ao monumento (Choay, 1984). De facto, a questão da monumentalidade só é problematizada depois da Segunda Guerra Mundial quando passa a ser designada por uma “nova monumentalidade” (Giedion, 1944), constituindo um dos temas proféticos debatidos no quadro da teoria, historiografia e cultura arquitetónica (Kahn, 1949; Giedion et al., 1943).

A história demonstra que os equipamentos públicos sempre estiveram ligados a uma ideia de representação, de imagem de poder, de símbolo assumido coletivamente. Ao longo dos tempos constituíram os símbolos onde a comunidade se revia, de tal modo que a sua formalização expressava um *Zeitgeist* ou espírito do tempo entendido por todos. É unanimemente aceite que a afirmação da arquitetura do Movimento Moderno e a cultura que ela queria exprimir, passava por uma rutura profunda com o passado. E esse passado era sobretudo um passado recente, oitocentista, pleno de concessões revivalistas e historicistas, caricaturas referenciadas a séculos de imagens ditas clássicas. E era essa “pseudo-monumentalidade” definida por Giedion (Giedion, 1928) enquanto arquétipo clássico, já desfigurado e caricaturado, que havia a combater: em nome do progresso, da industrialização e de uma sociedade nova em gestação que buscava a sua inspiração na estética da máquina procurando responder aos desafios que a modernidade colocava (Tostões, 2003).

Como se podiam articular valores reclamados pelo ideário moderno com o sentido de monumentalidade que tinha sido fornecido até aí pela história (Tostões, 1999)? Por isso, é certamente na questão

---

Cf. Le Corbusier (1943). *La Charte d'Athènes, travaux du 4ème CIAM*. Paris: Plon. O seu impacto foi enorme, tendo sido traduzido em oito línguas. Francisco Castro Rodrigues e Celestino de Castro fizeram a tradução para português que publicaram entre janeiro e dezembro na revista *Arquitectura*, Lisboa, 2.ª série, n.ºs 20 a 27, 1948. Refira-se que as teorias da *Ville Radieuse* Corbusiana foram divulgadas em Portugal primeiro por Nuno Teotónio Pereira nas páginas da revista *Técnica* (maio, 1943; dezembro, 1943; janeiro, 1944).

programática, considerando o programa ideológico do Estado Novo ao longo da primeira década de afirmação do regime, que de algum modo se define o paradoxo da arquitetura do modernismo em Portugal.

Se para Lewis Mumford (1895-1990) era claro o silogismo, o monumento não podia ser moderno e o moderno não podia ser monumento (Mumford, 1938), no contexto ibérico e particularmente no quadro Português, o sentido de Estado de uma ditadura recém-criada, vai condicionar na encomenda pública a procura de valores representativos. Ao contrário, será certamente como resultado da iniciativa privada que surgirão no quadro dos equipamentos do ócio e do prazer, os cafés, casinos, diversões noturnas, as manifestações arquitetónicas formalmente mais inovadoras, e programaticamente mais cosmopolitas de que a casa Honório de Lima, no Porto, da autoria de Viana de Lima (1913-1991) constitui um eloquente exemplo. Na verdade, se a arquitetura mais radical do Movimento Moderno internacional afastou-se deliberadamente da questão da monumentalidade e se exprimiu preferencialmente através da discussão em torno do programa da habitação (Steinmann, 1979)<sup>3</sup>, em Portugal é claramente no quadro das Obras Públicas que se afirmaram de um modo amplo, com o apoio, suporte e encomenda do Estado, as experiências de uma nova linguagem.

---

<sup>3</sup> Se a iniciativa municipal do Bairro Social do Alisto em Lisboa (também designado por Bairro Salazar), projetado em 1938 por Paulino Montez podia ter constituído uma exceção, a verdade é que a sua pequena dimensão cruzando “formas de *Siedlung* e de *Garden City*”, o facto de evitar a habitação coletiva e assim permitindo o alinhamento de casas unifamiliares na sua maioria, afastou este programa de um possível enquadramento no Movimento Moderno. A que deverá ser acrescentado o facto de não ter constituído matéria de debate no seio dos arquitetos modernistas sobre a questão da habitação.

Sobre esta matéria ver: Lobo, M. S. (1995). *Planos de Urbanização. A época de Duarte Pacheco*. Porto: FAUP; Lobo, M. S. (1997). Cultura urbana e território. In A. Tostões, A. Becker & W. Wang (Eds.), *Portugal: Arquitectura do Século XX* (pp. 116-121). München/New York/Frankfurt/Lisboa: Prestel/DAM/PF97/CCB; Portas, N. (1997). A Arquitectura da habitação no século XX português. In A. Tostões, A. Becker & W. Wang (Eds.), *Portugal: Arquitectura do Século XX* (pp. 116-121). München/New York/Frankfurt/Lisboa: Prestel/DAM/PF97/CCB.

## O papel do MOP

A nova direção atuante no quadro do Ministério das Obras Públicas (MOP), a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) criada a 25 de abril de 1929, três anos depois do golpe militar de 28 de maio de 1926, vai protagonizar a encomenda, acompanhamento e construção dos novos equipamentos do Estado Novo (MHOP, 1979). Organismo centralizador, empenhado num profissionalismo e eficácia inovadores, para além da encomenda, passa a organizar cadernos de encargos, concurso de empreitadas e fiscalização de obras. Inicia-se um período tendente a uma crescente maturidade na gestão dos processos que vai permitir desencadear um conjunto de obras notáveis. O Estado, na qualidade de gestor da encomenda, dos processos de avaliação e construção, passa a ser a referência da qualidade, no que é secundado pelo desempenho dos autores de projetos e das empresas de construção<sup>4</sup>.

O MOP protagonizou de um modo emblemático a política de afirmação do Estado Novo revelando a história do próprio regime (Tostões, 1995). Retrato da evolução nacional e das opções estruturais de um país profundamente atrasado que penosamente se industrializava. De facto, a base era suportada por uma economia agrária defendida pelos sectores mais tradicionalistas cujos interesses só são vencidos nos anos 40 graças ao empenho do mentor do sector elétrico nacional, o engenheiro Ferreira Dias (1900-1966). Por isso, a política de Obras Públicas constituiu, sobretudo no período de afirmação do regime, a grande aposta mediática do novo poder que ficou patente na série de realizações apoiadas numa política de fomento económico e combate ao desemprego. A produção deste período, que se desenvolve ao longo dos anos 30, “A Década de Ouro das Obras Públicas” foi a ocasião

---

<sup>4</sup> De que se pode destacar por essa altura a formação de profissionais empresas de construção: Amadeu Gaudêncio, Teixeira Duarte, OPCA, entre outras.

para o envolvimento dos arquitetos portugueses, designadamente de Porfírio Pardal Monteiro, colocando em evidência as componentes técnico-construtivas e a complementaridade disciplinar entre as várias especialidades. À semelhança do fascismo italiano que foi motor da modernidade arquitetónica italiana, também à primeira fase do regime interessou dar uma imagem renovada de progresso e desenvolvimento, que à eficácia acrescentava a monumentalidade que um Estado dito “Novo” requeria<sup>5</sup>.

Em 1933, Duarte Pacheco é chamado de novo a responder a uma tarefa nacional que reclamava apetência do engenheiro que já tinha passado pela pasta da Instrução Pública (1928-1932) onde lançou, em 1930, o Concurso dos Liceus e que tinha conduzido a implementação das novas instalações do Instituto Superior Técnico ao Arco Cego de que foi presidente (1926-1929). Aplicando o prin-

---

<sup>5</sup> Em 5 de julho 1932, a tomada de posse do 8.º governo da ditadura militar, presidido por Salazar, finalmente o primeiro civil a ocupar o cargo desde 28 de maio de 1926, é acompanhada pela criação, dois dias depois, do Ministério das Obras Públicas e Comunicações presidido pelo Eng.º Duarte Pacheco. Transforma-se assim o Ministério do Comércio e Comunicações (Decreto n.º 5541, 1919, 9 de maio) recuperando a ideia fontista original (Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria – Dec. de 30 de agosto de 1852) e afastando a sucessiva nomenclatura da Primeira República, que logo em 1910 o convertia em Ministério de Fomento (Decreto 8 de outubro), em Ministério do Comércio (Decreto n.º 3511, 1917, 5 de novembro) e finalmente em Ministério do Comércio e Comunicações (Decreto n.º 5541, 1919, 9 de maio), cuja orgânica se mantém após o golpe de Estado de 28 de maio de 1926 (durante este período de 6 anos sucederam-se 13 diferentes ministros: Mendes Cabeçadas, Ezequiel de Campos, A. César de Pina, Passos e Sousa, Carvalho Teixeira, Ivens Ferraz, Passos e Sousa, Machado e Costa, Bacelar Bebião, Araújo Correia, Aguiar Bragança, Vicente Freitas, Antunes Guimarães). Apoiado no Decreto n.º 21.454, 1932, 7 de julho, por se considerar “do mais alto interesse reunir sob a mesma direcção os principais serviços relativos à produção nacional, o que permitirá estabelecer-se uma orientação única, com o maior benefício para o país” canaliza-se para o novo ministério as verbas do Fundo de Desemprego que passarão a ser aplicadas nos programas de Obras Públicas do Estado Novo. Inicia-se assim o período do Estado Novo no qual os programas das Obras Públicas atingirão maior importância relativa e maior “visibilidade social”. Para além das modalidades, algo inéditas, de relacionamento entre o Estado e os proprietários de terrenos a valorizar, dos métodos de planificação e dos objetivos de modernização económica, a atividade de Duarte Pacheco ficou marcada real capacidade de utilizar mediaticamente a obra pública na perversa relação da arquitetura com o poder.

cípio de que o Estado pode absorver em obras de utilidade coletiva uma grande parte do desemprego, apontava-se o cruzamento entre uma política de obras públicas que se propunha recuperar o tempo perdido desde o fontismo e os efeitos da crise de 1929 através do Fundo de Desemprego<sup>6</sup> no dizer do próprio ministro: “Não se dão esmolas, procura-se dar trabalho”. Dois anos depois a Lei da Reconstituição Económica<sup>7</sup> formaliza a política de fomento das obras públicas prevendo a execução de um Programa, e não “plano” de investimentos públicos, consignado às disponibilidades financeiras a levar a cabo no prazo de 15 anos (1936-1950) no âmbito do ressurgimento nacional: o aproveitamento dos seus recursos materiais, a instalação dos serviços públicos, a conservação dos monumentos e a parte material da organização do ensino e da cultura. A política de obras públicas e infraestruturas levada a cabo pelo Estado Novo foi considerada um elemento de referência da sua política económica e só possível graças ao sucesso da política de estabilização financeira e monetária (Brito, 1989). A par de uma política de reconstrução dos monumentos nacionais que visava a fixação de uma memória celebrativa desse ressurgimento, constroem-se diversos equipamentos localizados sobretudo em Lisboa no quadro de um plano vasto que visava o engrandecimento da capital do Império capaz de celebrar em 1940 o “duplo centenário”<sup>8</sup>.

### **Experiências modernas e imagem do regime**

Em Lisboa, o novo Instituto Superior Técnico (IST), primeira grande construção pública do regime, define o paradigma da obra pública moderna levando a arquitetura à escala da cidade (Tostões,

---

<sup>6</sup> Decreto n.º 21.699, 1932, 30 de setembro.

<sup>7</sup> Lei 1914, 1935, 24 de maio.

<sup>8</sup> A exposição dos centenários – *Exposição do Mundo Português*, 23 de junho 1940 – 2 de dezembro 1940, Lisboa.

2018). Sob iniciativa de Duarte Pacheco, então Presidente do IST, que em 1927 escolhe a localização, define o programa e a engenharia financeira<sup>9</sup>, o projeto é confiado a Porfírio Pardal Monteiro ao tempo assistente no IST. Com a primeira pedra lançada em 1929 constituirá laboratório para as grandes obras que se seguirão ao longo da década de 30 (Caldas, 1997). A dimensão, imagem e localização na cidade concorrem para o impacto da obra. Esta obra uniu para a vida dois homens: Duarte Pacheco, o encomendador esclarecido, o empreendedor compulsivo, o transformador consequente; e Porfírio Pardal Monteiro, o arquiteto que fazia da eficácia excelência. Em comum a paixão transformadora e a pulsão construtiva ao serviço do desígnio do progresso.

Do Instituto Superior Técnico ao Instituto Nacional de Estatística ou ao Campus da Cidade Universitária de Lisboa, do Laboratório Nacional de Engenharia Civil à Biblioteca Nacional, Porfírio Pardal Monteiro foi o arquiteto das novas infraestruturas do ensino, da investigação e da cultura. Para Porfírio Pardal Monteiro a encomenda oficial era um meio de valorizar a arquitetura portuguesa, entendida como um serviço público. As suas obras distinguem-se à escala urbana constituindo marcas de referência na cidade de Lisboa e por isso facilmente reconhecidas pelos cidadãos. À influência de Perret (1874-1954), Pardal Monteiro aliava um conhecimento interessado da arquitetura fascista italiana com Piacentini (1881-1960) à cabeça.

As novas instalações do IST ao Arco Cego utilizando o novo sistema construtivo baseado no betão armado afirmam a arquitetura do Movimento Moderno em Portugal usando uma expressão minimalista e desornamentada. Como reconheceria no final da vida:

---

<sup>9</sup> Seguindo o programa previamente definido para o IST pelo primeiro diretor Alfredo Bensaúde, descrito nas suas "Notas Histórico-Pedagógicas". Ver: Bensaúde, A. (1922). *Notas histórico-pedagógicas sobre o Instituto Superior Técnico*. Lisboa: Imprensa Nacional.

“vi que me seria indispensável seguir o caminho da simplificação, procurando mais um equilíbrio de massas e de proporções do que qualquer arranjo neo-clássico em que fatalmente a maior parte dos elementos seriam de argamassa, pois não seria de prever que para uma tão volumosa construção se pudesse recorrer em larga escala à cantaria. A solução de que tanto se abusara no século XIX e principalmente no princípio do XX de fazer arquitectura de cimento a fingir pedra, repugnava-me sempre. Era portanto forçoso tentar uma simplificação honesta em que os falhos efeitos de aparência chamada clássica e que era a negação absoluta do classicismo, fossem compensados pelo equilíbrio digno das proporções e pela harmonia entre os vários elementos da composição”<sup>10</sup>.

Para Pardal Monteiro era clara a vontade de abraçar a contemporaneidade e o progresso acertando o passo como o quadro internacional:

“O facto de me ver perante uma realidade que me fazia quase bruscamente mudar de orientação levou-me a prestar maior atenção ao movimento [Movimento Moderno] que antes me parecera fútil e filho de uma certa falha de aptidão profissional. O contacto que depois procurei com numerosos architectos por toda a Europa provou-me que o meu caso era afinal o de todos os architectos. Muitos dos que conheci então foram dos mais famosos pioneiros da nova feição da arquitectura”.

---

<sup>10</sup> Porfírio Pardal Monteiro, “Notas autobiográficas, documento manuscrito elaborado entre Setembro de 1956 e Dezembro 1957”, cf. Tostões (2009). *Pardal Monteiro, Fotobiografias século XX*, p. 60.

Pardal Monteiro referia-se certamente a Auguste Perret, com quem se vai relacionar no quadro das suas relações internacionais. Porque para todos os arquitetos nessa altura:

“o problema era mais ou menos o mesmo: a necessidade de criar novas formas que se ajustassem por um lado às possibilidades do betão armado e por outro à simplificação que as condições económicas e o cansaço das ornamentações feitas a estuque e argamassa impunham”.

Com um programa eminentemente utilitário as Gares Marítimas demonstram como a eficácia e empenho da DGEMN contribuiu para a qualificação construtiva do grandioso projeto de Pardal Monteiro (1934-1943-1948). A arquitetura de Pardal Monteiro, fundada nos valores construtivos, no sentido de funcionalidade, e a eficácia que demonstrou na construção de obras sólidas, sóbrias e funcionais, constituíram qualidades que, aliadas à sua extraordinária capacidade de trabalho, estiveram certamente na base da quantidade de encomenda pública que recebeu e desenvolveu. As gares representam possivelmente o seu projeto mais grandioso e audaz. Obra frustrada, apenas uma parte seria construída. Perdiam-se a torre do relógio, marcação moderna da entrada da barra do Tejo, e elemento fundamental no contraponto da articulação dos volumes de sentido mais horizontal, e sobretudo a longa galeria com 1 km de comprimento, permitindo a acostagem de vários navios ao mesmo tempo, que ligava as duas gares. Esta galeria fechada a norte e coberta por um terraço de “beton armado”, magnífico passeio elevado sobre o rio, constituía-se como um elemento de sugestiva plasticidade, pela repetição do módulo e pela articulação efetiva que fazia dos dois equipamentos, transformando-os num só, e que, monumentalmente, resolvia esse importante troço ribeirinho da cidade. A jusante a gare de Alcântara seria a peça de referência com uma torre-semáforo no extremo poente, simultaneamente farol e

miradouro, dotada de um feixe vertical de luz, de modo a criar uma atmosfera feérica e a assinalar noturnamente a estação (Tostões, 2015).

Tendo sido até 1940 o arquiteto da confiança de Duarte Pacheco, Pardal Monteiro protagonizou a primeira etapa das Obras Públicas, definida no limbo entre a modernidade e a monumentalidade, numa elegante e austera simbiose equilibrada entre a manipulação de volumes claros e puros, e o frequente recurso a uma composição simétrica, com entradas marcadas por grandes pilastras, escadarias monumentais, pés direitos múltiplos, revestimentos a mármore e enquadramentos de painéis pictóricos.

Racionalista no seu volume unitário cubista, o Pavilhão do Rádio projetado por Carlos Ramos em 1929 e integrado no plano do Instituto Português de Oncologia (IPO), denuncia uma visão desapaixonada da “estética” e um estímulo para a coragem “construtiva” de que deu prova. Banindo decoração e introduzindo um moderno terraço defendido programaticamente pela sua funcionalidade, programa e função se conjugavam com as técnicas de construção impostas pela exigência antirradioativa. Paredes e lajes foram realizadas em camadas sucessivas de diversos materiais de modo a atenuar as radiações: as primeiras foram construídas com sucessivas camadas de cimento, cortiça, barita, cortiça e cimento; as segundas foram revestidas com chumbo laminado<sup>11</sup>. Em tudo isto terá sido certamente fundamental a visita que realiza com Marck Athias aos principais centros antican-

---

<sup>11</sup> Delineado de acordo com os princípios de proteção radioativa estabelecidos em 1928 no II Congresso Internacional de Radiologia, realizado em julho desse ano em Estocolmo, os elementos portantes foram construídos de modo a assegurar uma eficaz utilização do rádio. “Os pavimentos à exceção do 1º, serão constituídos por placas duplas de cimento armado, a superior de 0,08 de espessura, a inferior de 0,05 com uma caixa intermédia de 0,27 preenchida de blocos frigoríficos de cortiça com o fim de contribuir não só para o isolamento do som, dada a elasticidade daquele material, como ainda para proteger quem ali trabalha, das irradiações secundárias provenientes do revestimento de chumbo laminado de 0,01 de espessura com que são revestidos todos os pavimentos das peças onde o rádio ou a respectiva emanação possa exercer a sua acção destruidora”. Cf. Tostões (2015). *Idade Maior*. Porto: FAUP, 206-207.

cerosos da Europa com programas congêneres na Alemanha, Suíça, Dinamarca, Holanda, Bélgica, França. A influência da arquitetura hospitalar francesa, designadamente do novo conjunto de Lyon, é evidente, revelando a importância que o Estado Novo colocou nos intercâmbios internacionais. Com efeito,

“a Direcção do IPO, reconhecendo a vantagem que, para uma melhor realização do seu vasto plano de estudo e combate ao cancro a organizar em Portugal, poderia resultar de uma visita a alguns dos principais centros anti-cancerosos da Europa, propôs superiormente que fossemos incumbidos dessa missão. Nomeados pela Portaria de 16 de Abril de 1928 – Diário do Governo, n.º 90, de 23 de Abril do mesmo ano” (Athias & Ramos, 1930, p. 85).

O IPO integrava o programa das construções hospitalares desenvolvidas por Carlos Ramos (1897-1961). Para além do IPO incluía o Instituto Navarro de Paiva (1931) também em Lisboa ou a Leprosaria Rovisco Pais em Coimbra, contribuindo para a afirmação de uma rede de equipamentos de saúde com implicações eminentemente técnicas.

A continuação do conjunto desenvolvido posteriormente pelo arquiteto alemão Walter Distel (1904-1993) tenderá a acusar, sobretudo no edifício principal e de um modo geral na articulação dos vários volumes do conjunto, cedências de valor simbólico monumental assim se afastando das premissas radicais do primeiro pavilhão construído. Os projetos de patente e expressão alemã de Hermann Distel (1875-1945), especialista em arquitetura hospitalar e presidente da Associação Internacional dos Hospitais, são veículo para afirmar a grande construção hospitalar simultaneamente monumental e utilitária: no Porto, o Hospital de São João; em Lisboa, o Hospital de Santa Maria integrado na Cidade Universitária como hospital escolar (fig. 1). A partir de 1938, Hermann Distel desenhou o Hospital de Santa Maria respondendo a convite do governo português. Desenhado de acordo com os mais



Fig. 1 – Hospital de Santa Maria (1938-1954), Lisboa, 1950/53. Hermann Distel.  
Créditos: Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), Estúdio  
Horácio Novais, 1930-1980. [CFT164.160436].

recentes modelos de hospitais, é uma obra colossal, com 1.500 camas, auditórios, salas de aula e espaço para os laboratórios da Faculdade de Medicina. Francisco Gentil, presidente da Comissão para a sua construção, visitou hospitais em todo o mundo, estudando modelos hospitalares de Ernst Koop (1890-1962), Ettore Rossi (1894-1968), Jean Walter (1883-1957) e Paul Nelson (1885-1979). O bloco hospitalar é composto por dois volumes paralelos principais, orientados norte-sul, ligados por três, menores e perpendiculares. Os nove andares estão organizados segundo um esquema racionalista, baseado na repetição de elementos. É inaugurado em 1953 quando o paradigma do grande centro hospitalar estava prestes a mudar.

Outros programas foram alvo da atenção do Estado Novo no quadro do processo de ressurgimento nacional. Durante estes anos, autores como Adelino Nunes (1903-1948), integrado na Direção através do programa de Correios Telégrafos e Telecomunicações, contribuíram para a dignificação de séries projetando diversíssimos edifícios de grande qualidade formal. Autor de referência pela série de edifícios que desenhou a partir de 1934 e até à sua morte em 1948, trabalhou uma linguagem muito pessoal e sensível dentro de uma sintaxe vigorosamente expressionista. Apesar de balançar entre uma aproximação purista e uma ornamentação de cariz regionalista revelador da concessão a um espírito “mais português”, conforme o ambiente onde as obras se implantavam, é, contudo, patente na sua produção um tenaz controlo volumétrico, evidente na obra do Estoril (1938), de Setúbal (1937), ou de Santarém (1938), as mais paradigmáticas desta situação. No final da década de 30, o acento monumentalista aproxima-se de um vocabulário de expressão historicista e regionalista, apostado numa retórica de raiz clássica próxima dos modelos nazis e fascistas da época consubstanciada no Estádio Nacional, que surge como uma das emblemáticas obras do regime do Estado Novo. Foi lá que se concentrou a potência celebrativa do Estado Novo na sua dimensão mais simbólica: a da parada exibidora da nova ordem na sua imagem

mais coletiva. Para além dessa carga política representa o encontro com uma dimensão orgânica na transformação do território capaz de transcender os valores matriciais do sítio: a topografia e a vocação do lugar são interpretados passando a constituir uma marca do tempo. Neste quadro os anteprojetos realizados em 1936 para responder ao concurso lançado para a construção do Estádio Nacional (por Cristino da Silva, Carlos Ramos e Jorge Segurado) são eloquentes confirmações da inabilidade topográfica que parecia caracterizar a aproximação ao lugar e à geografia que caracterizava o trabalho dos nossos arquitetos modernistas. Sem se darem conta dos valores matriciais do território, da geografia do sítio, a resposta tinha em comum uma visão artificializada da arquitetura devedora afinal do ensino das *Beaux-Arts* francesas. Com efeito todos eles implantaram o equipamento desportivo, o Estádio Nacional, em plena linha de água, no Vale do rio Jamor.

Seria o arquiteto paisagista Francisco Caldeira Cabral, com a colaboração do alemão Konrad Wiesner a propor uma solução natural e orgânica localizando o Estádio a meia-encosta (Andresen, 2001; Andresen, 2003) confirmando os ensinamentos de alto nível que havia recolhido aquando da realização do seu curso de arquitetura paisagista em Berlim. O Estádio Nacional surge no quadro de uma ampla estratégia definida por Duarte Pacheco a partir de 1932, aquando da criação do Ministério das Obras Públicas e Comunicações e do seu empossamento como ministro<sup>12</sup>, e que tinha como horizonte a transformação de Lisboa, como capital do Império capaz de celebrar as comemorações centenárias com a exposição a erguer em Belém em 1940.

Ao longo dos anos 40, uma monumentalidade simbólica e desejada atemporal fixa-se nos conjuntos urbanos de representação da “capital do Império”. Na pequena escala explora-se a imagem de um

---

<sup>12</sup> Em 5 de julho de 1932, a tomada de posse do 8.º governo da ditadura militar, presidido por Salazar, finalmente o primeiro civil a ocupar o cargo desde 28 de maio de 1926, é acompanhado pela criação, dois dias depois, do Ministério das Obras Públicas e Comunicações presidido pelo Eng.º Duarte Pacheco.

regionalismo ruralista (Bairros Económicos e vivendas unifamiliares da alta burguesia). Neste contexto, a referência a uma certa história coletiva é explorada através da exaltação dos valores da nacionalidade e consubstanciada no empenhamento da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais fixando e construindo os manifestos de uma memória. A *Exposição do Mundo Português*, laboratório da viragem, onde vestígios modernistas andam a par da afirmação da nova fase nacionalista, tende a constituir a referência icónica. A Praça do Areeiro (Cristino da Silva, 1938-1948), conjunto emblemático da arquitetura de regime, definiu o modelo e a Alta de Coimbra, na sua retórica, o paradigma urbano.

### **Afirmação moderna**

A situação de pós-guerra tende a conformar a rutura moderna e o tempo da contestação ao regime no contexto do Congresso heróico dos arquitetos, o I Congresso Nacional de Arquitectura realizado em maio de 1948 (vid. Tostões, 2008) a par da realização da *Exposição 15 Anos de Obras Públicas*, no mesmo lugar, o IST (fig. 2). Pela primeira vez, os arquitetos portugueses reunidos reivindicam a arquitetura moderna e a solução do problema da habitação, com a contribuição dos arquitetos modernos na construção de habitações populares em altura. Os anos seguintes seriam dominados pelo racionalismo da *Carta de Atenas* nas aproximações urbanas e pelo expressionismo escultórico e orgânico da arquitetura brasileira. No quadro então definido, as obras públicas tendem a perder importância, desviando-se verbas e energias para outros sectores de atividade, nomeadamente para as infraestruturas elétricas do país (Dias, 1945; Brito, 1989). Os Municípios passam a gerir a encomenda de certos equipamentos públicos, como é o caso do programa de escolas primárias, obras afirmativas da arquitetura do movimento moderno em Lisboa da autoria de Rui Athouguia, Victor Palla/Bento de Almeida ou Pires Martins. Também no âmbito do pro-

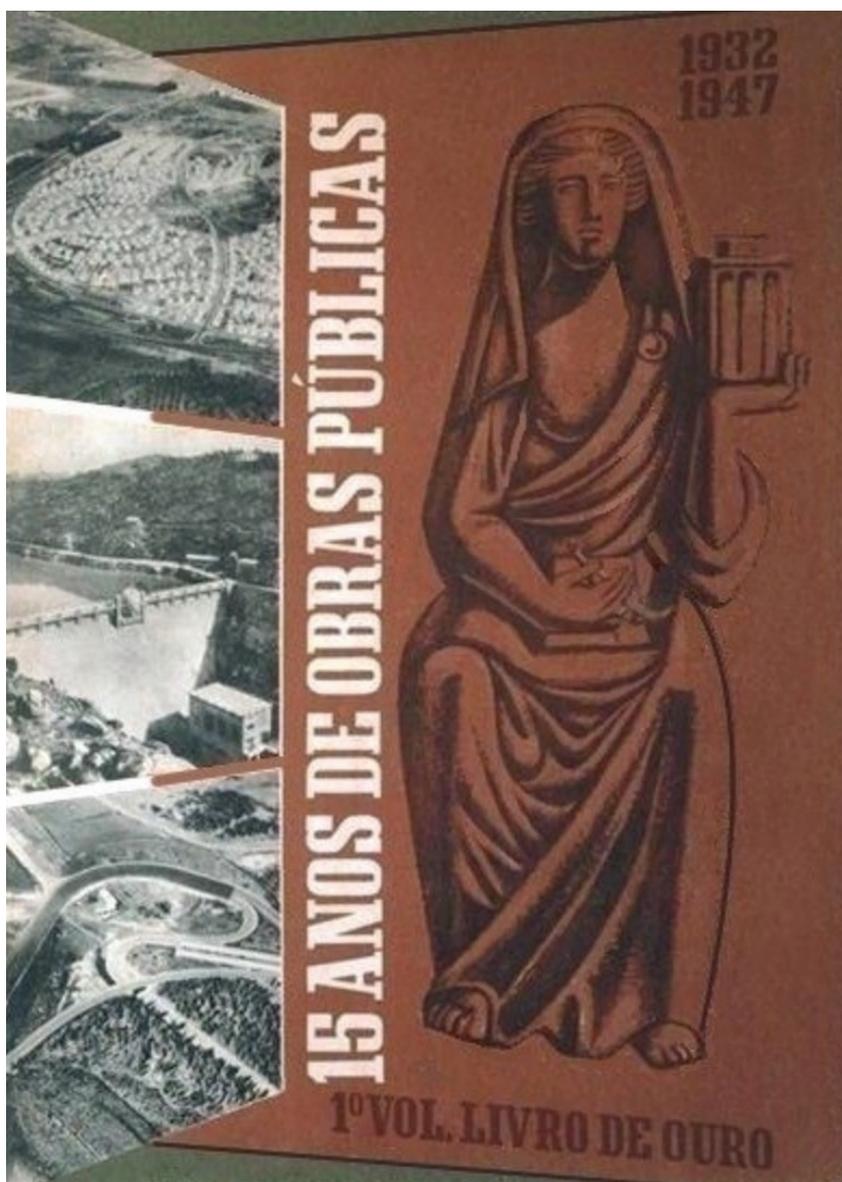


Fig. 2 – Capa do livro *15 Anos de Obras Públicas (1932-1947)*, 1º. Vol. Livro de Ouro, Lisboa, Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas, 1948.

grama de apoio às barragens, o conjunto do Douro Internacional no nordeste transmontano, desencadeado pela União Eléctrica Portuguesa, constitui exemplo da potência criadora da nova geração que então se definia e das possibilidades surgidas através de uma encomenda de equipamentos de origem cada vez mais diversificada.

Paralelamente a estas afirmações de vitalidade, os programas oficiais continuavam o desenvolvimento dos cânones monumentais. Na Cidade Universitária de Lisboa, para além do hospital escolar já referido, os três edifícios construídos, a Faculdade de Direito (1957) e de Letras (1959) e a Reitoria (1961), assim como a vizinha Biblioteca Nacional (1961), marcam ao longo dos anos 50, “uma sobrevivência oficial do espírito estabelecido pelo Ministro Duarte Pacheco” (França, 1974, p. 456). Obras monumentais por natureza, os tribunais constituem por excelência objetos de representação do poder, semântica e simbolicamente designados como “Palácios da Justiça”. Programa definido pela escala grandiosa, pormenores formais imbuídos de simbologia tradicional e a utilização de uma linguagem classicizante traduzia-se numa expressão arquitetónica que o regime continuava a desejar representativa e celebrativa. Ao longo dos anos 50, Januário Godinho, um dos profissionais que mais respondeu a programas públicos concebendo Palácios de Justiça, afirma uma imagem programática de monumentalidade. No Palácio de Justiça de Ovar revela um seguro domínio na integração e contextualização urbana, no desenho dos volumes claros, suficientemente fortes para suportar o excesso na profusão de materiais utilizados e no exaustivo desenho dos pormenores. O Palácio da Justiça, projetado em 1955 para o terreiro frontal ao convento de S. Francisco, em Tomar, merece destaque pelo rigor certo da peça projetada e pelo virtuosismo da relação casca-interior. Por essa altura Formosinho Sanchez afirma não só a possibilidade de renovação das estruturas judiciais, com o inovador Palácio da Justiça de Rio Maior (1956-1961), mas também a revolução nos equipamentos hospitalares projetando a primeira infraestrutura de reabilitação física

do país seguindo um desenho atualizado assente na humanização da arquitetura e na utilização de materiais orgânicos, promovendo uma escala humana.

Com um programa funcional em tudo inovador, o Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão (CMRA), em Alcabideche (1960-1966), representa a primeira construção hospitalar que, no âmbito da arquitetura moderna portuguesa, responde ao programa de medicina de reabilitação<sup>13</sup>. Formosinho Sanchez, juntamente com Álvaro Dentinho e António Viana Barreto, desenha um volume marcadamente horizontal, onde é possível reconhecer elementos construtivos pré-fabricados que compõem o essencial do sistema estrutural. No CMRA, a arquitetura coincide com a estrutura e o betão armado e as fachadas de vidro assumem uma dimensão plástica em que não é possível dissociar o sistema construtivo das opções formais. A intenção de transparência entre interior-exterior é claramente visível no espaço de entrada com ligação direta ao pátio interior, e ao longo de todo o edifício, bem como nos espaços de circulação, através do desenho de claraboias e da introdução de planos em tijolo de vidro.

O quadro da obra pública hospitalar é reforçado com a criação do Ministério da Saúde em 1952 também na sua afirmação regional. O Hospital Regional de Bragança (fig. 3) projetado por Alfredo Viana de Lima obedece a um simples esquema organizativo, estruturado em três alas articuladas ortogonalmente a partir de um núcleo central onde se concentram a entrada principal e as comunicações verticais mais importantes, e onde as duas alas, desenvolvidas ao longo do eixo nascente-poente, estabelecem uma quebra de continuidade, diminuindo o impacto do volume do edifício. Na transição entre os pisos “úteis”, diretamente ligados ao internamento, e o piso do

---

<sup>13</sup> A reabilitação física é um processo que passa a integrar os equipamentos de saúde apenas no século XX a partir da Segunda Guerra Mundial. Cuidados paliativos e de reabilitação são introduzidos para além do programa hospitalar do Ministério da Saúde, e é a Santa Casa da Misericórdia que assume a encomenda e a construção.



Fig. 3 – Pormenor da fachada do Hospital Regional de Bragança (1948-1973), Bragança. Alfredo Viana de Lima. Créditos: CuCa\_RE, Ana Tostões, 2018.

rés do chão, um andar técnico visitável, recuado e em sombra, os arquitetos resolvem, como no Bloco de Marselha, as soluções de continuidade de grande parte das infraestruturas que responde a programas muito diferenciados.

O Hospital Regional de Bragança ou o Palácio da Justiça de Rio Maior representam um momento de viragem na política de Estado das Obras Públicas. De facto, uma nova situação parecia criada no quadro governamental, cada vez mais permeável à adoção de uma expressão contemporânea, afastada da simbologia de cariz clássico e sensível às questões de contexto e de integração no ambiente pré-existente. No final da década a encomenda do governo mostrava-se aberta à inovação, acertando definitivamente o passo com a produção mais erudita. Com anteprojeto fixado em 1958, o Museu de Marinha implantado junto aos Mosteiro dos Jerónimos traduz claramente esta situação, integrando-se no quadro dos equipamentos especiais encomendados pela DNISP (Delegação para as Novas Instalações dos Serviços Públicos) com o objetivo de assinalar o V centenário da morte do Infante D. Henrique. O Planetário Calouste Gulbenkian surge, entretanto, como equipamento de alta tecnologia que programaticamente e mesmo simbolicamente passa a articular-se com o Museu. Inovador no modo como concilia as premissas do Movimento Moderno com os valores do contexto, revelados na atenção à escala e ao valor do sítio, e à presença do grande monumento, o conjunto do Museu de Marinha e Planetário da autoria de Frederico George, desenvolve com extrema sensibilidade um programa especial. Explorando a força plástica da calota esférica assumida sobre um delicado corpo assente em leves *pilotis* que forma uma pequena praça, através do recuo em relação ao volume do longo corpo do Mosteiro dos Jerónimos, e que é articulado na perpendicular com o Museu de Marinha, o primeiro espaço a marcar, sob as influências italianas de um Franco Albini, novas estruturas museológicas (Tostões, 2019).

## Pluralismo e arquitetura de autor

Os anos 60 anunciam-se como um tempo de pluralidade. O início da década é marcado pelo eclodir da guerra de África que rompe com a paz instituída e constitui gérmen da contestação crescente ao regime. No mesmo ano a publicação da *Arquitectura Popular em Portugal* fixa a memória de um território e de um construir. Entre rutura e nostalgia, o território transforma-se com os grandes empreendimentos turísticos ou de serviços, que surgem sobretudo depois da queda de Salazar no quadro da Primavera Marcelista (1968-1974) e a cidade internacionaliza-se com grandes edifícios de serviços. O “moderno” pela via imagética do Estilo Internacional tende a banalizar-se ao sabor da especulação capitalista surgindo “arquiteturas” de rutura com a cidade. Afirmam-se o organicismo a par com a crescente diversidade, a cultura “Pop”, a valorização vernacular e a arquitetura do detalhe. Mas é também o tempo da resistência na definição de uma arquitetura erudita, mais afirmativamente de autor. No virar da década esboça-se uma aproximação racionalista que denuncia a eminência do fim da situação moderna ao mesmo tempo que são trazidos a debate novos temas: o retorno às questões urbanas da cidade tradicional, a abordagem culturalista da questão patrimonial com o abandono da noção retórica de monumento, de que a pousada de Vila Nova de Cerveira iniciada em 1971 por Lixa Filgueiras e Alcino Soutinho foi exemplo pioneiro, e a emergência da investigação disciplinar consubstanciada no LNEC (Tostões, 2015)<sup>14</sup>.

Neste contexto, é interessante atentar ao grande projeto desencadeado em 1971 pela DGEMN para a construção da Embaixada de Portugal em Brasília da autoria de Raúl Chorão Ramalho. Na verdade, o profissional escolhido, constitui um dos autores mais seguros e

---

<sup>14</sup> Cf. MHOP (1979). *50 anos, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*. Lisboa: DGEMN.

criativos da geração do pós-guerra. Desenvolvendo uma aproximação humanizada a tendências mais internacionais do movimento moderno, condição visível na coerência da sua vasta obra onde se destaca uma abordagem de grande sensibilidade em contextos de forte presença paisagística, como é o caso da sua produção na ilha da Madeira. A atenção aos valores do contexto e do sítio permite-lhe realizar uma síntese inovadora entre pensamento racionalista e sentimento organicista.

O anteprojeto do conjunto da embaixada-residência do embaixador, chancelaria e praça de Portugal terminado em 1971 revela essa abordagem crítica e sensível ao programa de representação monumental que é resolvido com singular pureza construtiva e gesto disciplinadamente largo. A sua ação não se limitou à conceção dos qualificados objetos arquitetónicos, estendeu-se ao espaço envolvente propondo a criação de uma praça, a Praça de Portugal. A conceção e integração deste espaço livre, entendido como condição da dignidade do conjunto, é revelador de uma agudeza de projeção que se baseia no entendimento dos valores globais de um equipamento público.

Esta obra que articulava três corpos distintos – chancelaria, residência do embaixador e habitações para funcionários – em que só o primeiro foi construído, justificava a austeridade da composição nos valores estruturais e na sobriedade dos materiais respondendo assim às premissas de “dignidade e monumentalidade adequadas à representação de Portugal no Brasil” (Mestre, 1997). A qualidade construtiva alia-se a uma eficaz noção de conforto. A construção, embora de carácter monumental, é pensada como “alpendre protector do clima exterior e da intensa luminosidade, e também [como] abrigo acolhedor e aberto com familiaridade e sem fronteiras com a cidade”.

A residência do embaixador “representativa, palaciana e preparada para o convívio” articulava-se com a Praça de Portugal que a dignificava e valorizava com grande espelho de água e calçada à portuguesa. Espaços alpendrados e pátios estabelecem uma íntima relação entre interior e exterior referenciando-se à história e às at-

mosferas tradicionais recriadas modernamente (Mestre, 1997, p. 33). A potência construtiva afirma-se na dureza, carácter e valor plástico do betão aparente.

Contemporâneo do projeto da Embaixada de Portugal em Brasília, o Hospital Distrital de Viana do Castelo (1970-1984) (fig. 4), projeto de Chorão Ramalho, encomenda da Direcção-Geral das Construções Hospitalares afeta ao Ministério das Obras Públicas, e onde colaboraram os artistas plásticos Júlio de Resende, João Aquino Antunes, Guilherme Camarinha e G. Bastos, encerra um programa arquitetónico amplo e complexo. O hospital está implantado no sopé da encosta do Monte de Santa Luzia, na periferia de Viana do Castelo, numa zona de transição para a mancha verde em direção ao Santuário de Santa Luzia. Ocupa numa parcela de terreno de proporções alongadas, acompanhando a linearidade do Rio Lima no sentido nascente-poente desenvolvendo-se de acordo com o declive acentuado no sentido norte-sul, sobre uma planta modular de quatro corpos articulados e intercomunicantes. O complexo hospitalar é formado por volumes de configuração paralelepípedica justapostos, distribuídos paralela e perpendicularmente entre si, em função das prescrições programáticas. O acesso principal ao edifício é realizado mediante um *hall* de entrada, situado ao nível do piso térreo, a partir do qual se distribui toda a circulação de utentes e funcionários. No piso de entrada desenvolvem-se os serviços de pessoal e todos aqueles que exigem um contacto direto com o público. A estruturação da planta do edifício, que tomou como base a reprodução de um módulo de construção e unidade de espaço, ordenador do edifício no seu conjunto por uma malha quadrangular, enquadrada na orientação discursiva do “brutalismo” inglês (Tostões & Quintã, 2014). Brutalismo, contextualismo e um racionalismo depurado são valores levados tenazmente ao limite. Síntese da obra de Chorão Ramalho, pela depuração, austeridade, controle construtivo baseado em materiais brutos expostos na sua verdade valorizando um sentido poético de grande vigor e gesto secamente, sem concessão a



Fig. 4 – Hospital Distrital de Viana do Castelo (1970-1984), Viana do Castelo. Raúl Chorão Ramalho. Créditos: CuCa\_RE, Joana Nunes, 2018.

artificialismos ou resultados fáceis, assim se aproximando da tradição da “arquitetura chã” portuguesa.

### **Tradição: arquitetura de regime e arquitetura de autor**

Porfírio Pardal Monteiro foi o arquiteto que mais construiu com obra pública do Estado Novo e que se celebrizou como um dos primeiros modernos na primeira metade do século XX. Sem concessões, resistente à “política de espírito”<sup>15</sup>, foi capaz de pegar no fio da tradição para inovar. Se a “política de espírito” tende a repor uma certa história, balizada entre um Império e um Portugal rural, folclórico, entendido na superficialidade da sua doçura como virtude de resistência à degeneração dos tempos modernos, a verdade é que a formação da primeira geração de arquitetos modernistas estimulava esse ecletismo. De facto, a formação *Beaux-Arts* atraía os arquitetos modernistas quer nos partidos adotados, recorrendo sistematicamente a uma simetria compositiva de grande monumentalidade, quer no entendimento do sítio, mostrando-se incapazes de lidar naturalmente com uma implantação topográfica. Em 1935, Carlos Ramos colocava com lucidez o dedo na ferida referindo-se ao ensino que lhe foi ministrado, isto é, à prática e às consequências do sistema das *Beaux-Arts* afirmando que “dificuldades nesse tempo de estudante não as havia e o Guadet, por um lado e mestre Monteiro por outro [...] eram os nossos oráculos. A colaboração era por assim dizer muito restrita, mas, em boa verdade, as exigências eram mínimas. Limites do terreno, quando os havia eram vastos e retangulares. Acidentes, nem falar nisso”. Confirmando o mal endémico, formativo e geracional, de que “desenhar sobre a prancheta era implantar o edifício sobre o terreno”<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> Desde 1941 que a revista *Panorama* defendia a política cultural oficial.

<sup>16</sup> Carlos Ramos, Palestra dedicada a todos os alunos da Escola de Belas Artes de Lisboa, 1935, citado por B. Coutinho (2001).

Se Porfírio Pardal Monteiro construiu a imagem da obra pública do Estado Novo e se celebrizou como um dos primeiros modernos, a verdade é que esse processo segue um programa nem sempre linear, que se vai adaptando às circunstâncias que se sucedem entre 1926 e 1974 num mundo em mutação global. Estas mudanças são acompanhadas por alterações de estratégia que se refletem na imagem das obras públicas no período considerado, e de um modo geral na arquitetura portuguesa que adquire um estágio de maioridade e contemporaneidade com o que se passava no mundo. Os grandes ciclos de 48 anos de regime revelam a potência de uma arquitetura de autor, de Pardal Monteiro a Chorão Ramalho, de Viana de Lima a Godinho e a Athougua.

### Referências bibliográficas

- Almeida, P. & Fernandes, J. (1993). A Arquitectura Moderna. *História da Arte em Portugal* (vol. 14). Lisboa: Publicações Alfa.
- Andresen, T. (2001). *Francisco Caldeira Cabral*. Londres: LDT monographs.
- Andresen, T. (Coord.) (2003). *Do Estádio Nacional ao Jardim da Gulbenkian*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Athias, M. & Ramos, C. (1930). Os Meios de Luta contra o Cancro em alguns Países Europeus. Relatório de Viagem Fevereiro-Abril 1929. Separata do *Arquivo de Patologia*, 2 (1), Lisboa.
- Bandeirinha, J. (1997). Edifícios da Associação Académica de Coimbra, 1958-1959. In A. Tostões, A. Becker & W. Wang (Eds.), *Portugal: Arquitectura do Século XX* (pp. 234-235). München/New York/Frankfurt am Main/Lisboa: Prestel, DAM, PF97, CCB.
- Bensaúde, A. (1922). *Notas histórico-pedagógicas sobre o Instituto Superior Técnico*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Brito, J. (1989). *A Industrialização Portuguesa no Pós-Guerra (1948-1965)*. Lisboa: Dom Quixote.
- Caldas, J. (1997). *Pardal Monteiro, arquitecto*. Lisboa: AAP.
- Choay, F. (1984). A propos de culte et de monuments. In A. Riegl, *Le culte moderne des monuments, son essence et sa génèse*. Paris: Seuil.
- Costa, S. (2011). *O país a régua e esquadro: urbanismo, arquitectura e memória na obra pública de Duarte Pacheco*. Lisboa: IST Press.
- Coutinho, B. (2001). *Carlos Ramos (1897-1969): Obra, pensamento e Acção. A procura do compromisso entre o modernismo e a Tradição* (Dissertação de mestrado). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. vol. I.

- Dias, J. (1945). *Linha de Rumo, Notas de Economia Portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- França, J. A. (1974). *A Arte em Portugal no Século XX*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Giedion, S. (1928). *Bauen in Frankreich, Bauen in Eisen, Bauen in Eisenbeton*. Leipzig/Berlin: Klinkhardt & Biermann.
- Giedion, S. (1944 [1958]). The Need for a New Monumentality. In S. Giedion, *Architecture you and me*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Giedion, S., Sert, J. L. & Léger, F. (1943 [1984]). Nine Points on Monumentality. *Harvard Architecture Review*, 4, 62-63.
- Godinho, J. & Andresen, J. (1959). *Memória descritiva*. Lisboa: Instituto Calouste Gulbenkian/LNEC.
- Kahn, L. (1949 [1944]). Monumentality. In P. Zucker (Ed.), *New Architecture and City Planning*. New York: Philosophical Library.
- Corbusier, L. (1943). *La Charte d'Athènes, travaux du 4ème CIAM*. Paris: Plon.
- Lobo, M. S. (1995). *Planos de Urbanização. A época de Duarte Pacheco*. Porto: FAUP.
- Lobo, M. S. (1997). Cultura urbana e território. In A. Tostões, A. Becker & W. Wang (Eds.), *Portugal: Arquitectura do Século XX* (pp. 116-121). München/New York/Frankfurt/Lisboa: Prestel/DAM/PF97/CCB.
- Mestre, V. (1997). Raúl Chorão Ramalho, Uma Obra Superior [Prefácio]. In *Catálogo da Exposição Raúl Chorão Ramalho, Arquitecto* (pp. 15-38). Almada: Casa da Cerca/Centro de Arte Contemporânea/Câmara Municipal de Almada.
- MHOP (1979). *50 anos, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*. Lisboa: DGEMN.
- Mumford, L. (1938). *The Culture of Cities*. New York: Harcourt, Brace & Company.
- Pereira, N. (1943, maio). A Arquitectura e a Engenharia na Construção. *Técnica*. Lisboa: Instituto Superior Técnico, n.º 138, 360-364.
- Pereira, N. (1943, dezembro). As Necessidades Colectivas e a Engenharia. *Técnica*. Lisboa: Instituto Superior Técnico, n.º 142, 591-596.
- Pereira, N. (1944, janeiro). As Necessidades Colectivas e a Engenharia: Conclusão. *Técnica*. Lisboa: Instituto Superior Técnico, n.º 143, 658-663.
- Portas, N. (1978). A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma interpretação. In B. Zevi, *História da arquitectura Moderna* (vol. II, pp. 687-746). Lisboa: Arcádia.
- Portas, N. (1997). A Arquitectura da habitação no século XX português. In A. Tostões, A. Becker & W. Wang (Eds.), *Portugal: Arquitectura do Século XX* (pp. 116-121). München/New York/Frankfurt/Lisboa: Prestel/DAM/PF97/CCB.
- Ribeiro, A. & Araújo, R. (1997). Embaixada de Portugal, Brasília. In A. Tostões, A. Becker & W. Wang (Eds.), *Portugal: Arquitectura do Século XX*. München/New York/Frankfurt am Main/Lisboa: Prestel, DAM, PF97, CCB.
- Steinmann, M. (1979). *CIAM, Dokumente 1928-1939*. Basel/Stuttgart: Birkhäuser Verlag.
- Tostões, A. (1995). Arquitectura Portuguesa do Século XX. In P. Pereira, *História da Arte Portuguesa* (vol. III, pp. 507-547). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Tostões, A. (1996). Ministério das Obras Públicas. In F. Rosas & J. Brito (Eds.), *Dicionário da História do Estado Novo* (vol. II). Lisboa: Círculo de Leitores.

- Tostões, A. (1997 [1994]). *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*. Porto: FAUP.
- Tostões, A. (1999). Monumentalidade, Obras Públicas e Afirmação da Arquitectura do Movimento Moderno: o protagonismo da DGEMN na construção dos grandes equipamentos nacionais. In J. V. Caldas (Ed.), *Caminhos do Património* (pp. 133-150). Lisboa: DGEMN/Livros Horizonte.
- Tostões, A. (2006). *Sede e Museu Gulbenkian. Arquitectura dos anos 60*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Tostões, A. (Ed.) (2008). *1.º Congresso Nacional de Arquitectura*. Lisboa: Ordem dos Arquitectos (ed. fac-similada [1948]).
- Tostões, A. (2009). *Pardal Monteiro*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Tostões, A. (2012). *The Buildings. Calouste Gulbenkian Foundation*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Tostões, A. (2015 [2003]). *Idade Maior. Cultura e tecnologia na Arquitectura Moderna Portuguesa*. Porto: FAUP.
- Tostões, A. (2015). Towards a New Monumentality: The Creation of an Urban Cultural Landscape/Knovej Monumentalite: Tvorba Urbánnej Kultúrnej Krajiny. *Architektúra & urbanizmus asopis pre teóriu architektúrya urbanizmu/Journal of architectural and town-planning theory*, vol. XLIX (3-4), 240- 257.
- Tostões, A. (2018, abril). Lisboa, A Capital do Império. *Visão História*, n.º 46 – Duarte Pacheco. As Grandes Obras do Estado Novo, 52-59.
- Tostões, A. (2019). ‘Il Mestiere dell’Architetto’: The Sense of History and the Creation of the Contemporary Life. In F. Bucci (Ed.), *The Italian Debate 1940s-1950s. Franco Albini, Ignazio Gardella, Luigi Moretti, Ernesto Nathan Rogers*. Milão: FrancoAngeli.
- Tostões, A., Becker, A. & Wang, W. (Eds.) (1997). *Portugal: Arquitectura do Século XX*. München/New York/Frankfurt/Lisboa: Prestel, DAM, PF97, CCB.
- Tostões, A. & Quintã, M. (2014). African Ethic, Brutalist Aesthetic: Vieira da Costa in Huambo. In M. Rombo (Ed.), *Investigating and Writing Architectural History: Subjects, Methodologies and Frontiers. Third EAHN International Meeting*. Turim: Politecnico di Torino.

## MONUMENTOS NUM PAÍS DE CONTO DE FADAS<sup>1</sup>

*Luis Miguel Correia*

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX,  
Departamento de Arquitetura  
ORCID: 0000-0002-3690-930X

**Resumo:** Com o advento da Revolução Nacional, a República Portuguesa iria experimentar uma diferente ideia política, caracterizada por um regime tendencialmente totalitário, que se centrou na figura de Oliveira Salazar: um ditador que imaginou subjugar a Nação ao seu pensamento rural, crente, autocrata e avesso a certo progresso. Alicerçado neste projeto, o do *salazarismo*, sobreveio um plano de domesticação do território que satisfizesse os princípios instituídos. Considerando este quadro de disposição nacionalista, importa rever a forma como os monumentos nacionais foram instrumentalizados pelo regime, designadamente como à custa destes se pretendeu consumir a pressagiada *restauração material, restauração moral e restauração nacional* do País. Observar-se-á, em particular, como a sua vocação histórica foi, simultaneamente, compreendida enquanto possibilidade de celebração de memórias do passado e de representação daquela política. À luz do testemunho de Oliveira Salazar, de uma resenha da vasta campanha de intervenções dirigidas pela Direcção-Geral dos

---

<sup>1</sup> Este trabalho foi financiado por FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto 030492. Referência: POCI-01-0145-FEDER-030492.

Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), a cuja *orientação técnica* votaremos especial atenção, e da propaganda deste empreendimento protagonizada na imprensa, confirmar-se-á como o ansiado regresso à feição primitiva dos monumentos nacionais concorreu para a identidade do território e para a identidade do Império sonhada à entrada da década de 1930. Uma *pequenina história*, narrada pela propaganda no final dos anos 40, guiar-nos-á neste percurso.

**Palavras-chave:** Monumentos Nacionais, Território, Identidade, Estado Novo e Obras Públicas

#### MONUMENTS IN A FAIRY-TALE COUNTRY

**Abstract:** With the advent of the National Revolution of 1926, the Portuguese Republic would experience a different political idea, characterised by a manifestly authoritarian regime centred on the figure of Oliveira Salazar: a dictator who envisioned subduing the Nation to his rural, religious, autocratic way of thinking, averse to a certain kind of progress. Anchored in the *Salazarism* project, a plan ensued to tame the territory while satisfying the established principles. Bearing in mind this nationalistic framework, it is important to revise the way national monuments were manipulated by the regime, namely, how the envisaged *material restoration*, *moral restoration*, and *national restoration* of the Country were meant to be accomplished at their expense. Particularly, it can be observed how their historical vocation was simultaneously understood as a possibility to celebrate past memories and to represent the regime's policy. In light of Oliveira Salazar's testimony, a description of the vast campaign of the operations run by the Directorate-General for National Buildings and Monuments (DGEMN), whose *technical orientation* we shall particularly note, and the propaganda of this enterprise in the media, we can confirm how the desired return to the primitive appearance of national monuments competed for the identity of the territory and for the identity of the

Empire imagined at the beginning of the 1930s. A *little story* narrated by the propaganda at the end of the forties will guide us on this journey.

**Keywords:** National Monuments, Territory, Identity, Estado Novo, and Public Works

### 1. Os (monumentos nacionais como) *Símbolos da Pátria*



Fig. 1: *Símbolos da Pátria!* Capa de *O Século Ilustrado*, de 15 de junho de 1940 (Rosa, 1940b).

Com o presente artigo – *Monumentos num ‘País de Conto de Fadas*<sup>2</sup> –, pretende-se evidenciar como presentemente o território e as suas distintas representações, sobretudo aquelas que respeitam à “venda” do País ao exterior, podem ser consideradas, em parte, resultado das políticas delineadas à época do Estado Novo e da liderança de António de Oliveira Salazar. Em certa medida motivado pelas atuais circunstâncias vividas interna e externamente, tentar-se-á comprovar como da definição de um projeto político, o do *salazarismo*, se memorizou no território um legado construído, mas, de igual modo, se tentou ininterruptamente associar-lhe o *espírito da Situação*: testemunho de uma determinada ideologia e do pensamento do seu superior responsável. As *lições da história*, revistas nas obras realizadas neste período nos monumentos nacionais, são um dos capítulos indissociáveis desse projeto nacionalista, ainda que, paradoxalmente ou não, tenham sido instrumentalizadas, afirmaríamos, de forma *moderna*<sup>3</sup>.

Em razão de um projeto de futuro, importava, sim, apenas o *Portugal de amanhã*. O passado, ou parte dele, sendo mais precisos, somente servia para legitimar os propósitos do presente. Interessava, pois, o dobrar, o domesticar e o (re)informar à luz de uma nova realidade ideológica e de um conjunto de políticas desenhadas em conformidade com o momento. Os monumentos nacionais constituíam, assim, um meio fácil de exercício de poder, fosse através da propaganda dos *princípios*, instituídos desde o alvorecer dos anos trinta, ou das subseqüentes *realizações*, as propaladas *obras públicas*. Aos *monumentos do salazarismo* subjaz, obrigatoriamente,

---

<sup>2</sup> Trata-se do subtítulo da obra *Portugal dos Pequenitos*, publicada em 1940, cujo texto pertence a Rocha Junior (transcrito da edição do dia 10 de outubro de 1939 do *Diário de Notícias*).

<sup>3</sup> Sobre este assunto, consulte-se a tese de doutoramento *Monumentos, Território e Identidade no Estado Novo: Da definição de um projeto à memorização de um legado* (Correia, 2016).

o discurso que lhes forjou uma “nova feição”, observada como primitiva, e, em consequência, uma “nova materialidade”, ambas hoje bem exaltadas na representação do País, dentro e fora de portas, como antes se referiu.

A revisão deste processo, que, acredita-se, contribuirá para provar a existência de um plano de obras públicas da Ditadura, revela-se, por conseguinte, fundamental para melhor se compreender o espaço que habitamos e, porventura, quem somos: a nossa identidade e, necessariamente, as suas múltiplas e diferentes apropriações. Será um regresso a um passado relativamente próximo que, fruto das circunstâncias, tão-só poderá ser estimado numa breve retrospectiva.

Conscientes do que ficará por sublinhar, percorrer-se-ão, ainda assim, alguns dos mais importantes episódios da governação salazarista, procurando-se testemunhar que o valor concedido à perpetuidade do legado construído seria um convincente meio para alcançar a cobiçada *Nova Portugalidade*, doravante gravada no *espírito* dos seus conterrâneos. À vista deste quadro, diríamos de antemão que os *monumentos nacionais* foram *Símbolos da Pátria* estadonovista, que a qualquer custo se desejou reintegrar nas típicas paisagens de norte a sul do País. Como se fazia justiça na capa da edição de 15 de junho de 1940 da revista *O Século Ilustrado* (Fig. 1), imputava-se-lhes acima de tudo um significado maior na vida dos portugueses. Afinal, não seria um ‘novo castelo’ *restaurado* o melhor cenário para a ‘nova mocidade’ que irrompia da ‘nova Nação’ nascida com a Revolução Nacional? Uma interrogação a que se pretende responder através da análise ao (território como retrato) *projeto do salazarismo*, à consagração de uma *orientação técnica* e às *pedras sagradas* da (*menina*) *Esperança*. No fim, espereitar-se-á *se tudo se transformou*.

## 2. O (território como retrato do) projeto do salazarismo



Fig. 2: 'A lição dos monumentos nacionais', publicada na obra *E tudo se transformou...: pequenina história de 20 anos* (SNI, ca. 1948, [s.i.], p. 22/32).

Como se comprovou em anteriores trabalhos<sup>4</sup>, decerto compreender as campanhas de reintegração dos monumentos nacionais à época da Ditadura exige perscrutar os muitos *discursos* proferidos por Oliveira Salazar e ainda examinar outras tantas *notas políticas* por si divulgadas ao longo do seu demorado predomínio. Não obstante o interesse de tal investigação particular, aqui unicamente nos será possível outorgar referência a algumas dessas influentes palavras. Embora cientes do

---

<sup>4</sup> Além do estudo antes citado – *Monumentos, Território e Identidade no Estado Novo: Da definição de um projeto à memorização de um legado* –, importa salientar, entre outras, as seguintes publicações: *Castelos em Portugal: Retrato do seu perfil arquitetónico [1509-1949]* (Correia, 2011); *Monumentos do Salazarismo: Curta-metragem retrospectiva* (Correia, 2019).

relevo da maioria destes *discursos e notas políticas*, procurou-se eleger aqueles que em determinado momento fossem elucidativos da forma como o *salazarismo* pensou a organização do espaço, isto é, o território. Quicá quatro comunicações do Chefe do Governo, dirigidas a todos os portugueses entre 1940 e 1943, expliquem que o retrato e legado do seu *projeto* sempre se ansiavam desvendar na (re)construção das novas-velhas pedras históricas de Portugal. Um panorama da terra portuguesa que inequivocamente se descobria impresso numa *pequenina história de 20 anos* contada pelo Secretariado Nacional de Informação (SNI), calcula-se em 1948, sob o título: *E tudo se transformou...*

De facto, vinte anos haviam decorrido desde o Golpe Militar de 28 de maio de 1926, tempo suficiente para a propaganda provar junto do povo e das elites que o Novo Estado Republicano *tudo transformara* no quotidiano da Nação. Por oposição às antecedentes duas décadas em que nada de monta se realizara, o SNI (ca. 1948, [s.i.], p. 3/32) afirmava que o “País dei[xara] de fazer discursos bonitos e come[çara] a trabalhar em silêncio”. Duas personagens são criadas para expor essas duas realidades ensinadas como divergentes: o *senhor Flório*, um “senhor triste” que trajado de preto desde a sua “cabeleira poética de livre-pensador até aos pés” mostra uma visível *amargura na alma*; a *menina Esperança*, “menina cor-de-rosa, toda vestida de cor-de-rosa” (SNI, ca. 1948, [s.i.], pp. 3 e 5/32). Porque a obrigação de condenar os *sinais de desordem e de miséria* anteriores assim o impunha, a infeliz vida do *senhor Flório* era descrita como “agarrada ao passado”, “matar saudades é a sua ideia fixa” (SNI, ca. 1948, [s.i.], pp. 4-5/32). Daí dizer-se que “Hoje ainda passeia numa azinhaga esburacada – como as estradas de outrora – sentado num carrinho chiante, puxado por meigos e pachorrentos bois” (SNI, ca. 1948, [s.i.], p. 5/32). Um cenário díspar vê, por sua vez, a *menina cor-de-rosa*: “Quem vê tudo isto [– a sugerida *transformação* –] é a menina Esperança, menina cor-de-rosa, toda vestida de cor-de-rosa” (SNI, ca. 1948, [s.i.], p. 7/32). À imagem de outras *lições de Salazar*, também nesta *pequenina história*

relatada pelo SNI se estima a *transformação* do território como artifício para “moldar uma alma” e “formar um carácter, um indivíduo”, aliás, uma vontade expressa por Oliveira Salazar (1959, p. 18) em 1909. A esperança do *salazarismo* residia nesta *menina cor-de-rosa*, já que quando nasceu a “terra era assim bela”, cria-se presumindo que esta já “começara a dar ao homem o fruto do seu reconhecimento por a terem tratado com tanto amor” (SNI, ca. 1948, [s.i.], p. 7/32). A par de demais *transformações*, a *lição dos monumentos* (Fig. 2) tinha por fim reproduzir o investimento financeiro e humano entretanto efetuado e, em consequência, louvar aquela “boa vontade dos homens” que governavam e lutavam pelo bem dos portugueses e pela “Glória eterna da nossa Pátria” (SNI, ca. 1948, [s.i.], p. 30/32). A *menina Esperança* afortunadamente não pensava e não via como o amargurado *senhor Flório*... Daí poder admirar que os “velhos monumentos e castelos haviam ressuscitado para [lhe] [provar] que, apesar de longa idade, ainda eram fortes como a própria Pátria” (SNI, ca. 1948, [s.i.], p. 22/32).

Atendamos então a como todas as *meninas Esperanças* e todos os *senhores Flórios* na década de quarenta descortinavam concomitante *lição* na voz ou na pena do seu líder.

Deste modo, Oliveira Salazar (1943d) a esclareceria numa comunicação pronunciada à Nação no dia 27 de abril de 1943, em atenção a *Os princípios e a obra da revolução no momento interno e no momento internacional*, firmando que na realidade o diminuto período decorrido desde a *Primavera de 1926* era escasso e, porventura, irrelevante na histórica e notável vida de um povo. Contudo, igualmente de viva voz aos ouvintes da Emissora Nacional, explicaria que pela natureza dos *princípios* em voga e pela força das *realizações* executadas tal espaço de tempo podia, em definitivo, fixar uma nova *era* e, em vista disso, legar a vindouras gerações uma herança digna dos momentos mais ilustres da vida da nossa Pátria, nascida oito séculos atrás. Recapitulando que em década e meia o País vivera “quatro derrocadas económicas e financeiras, três de guerra na península”, que nos exilaram

da Europa por terra, e, ainda, outras “quatro de conflagração” que por seu turno nos desligaram do resto do mundo por mar, o Presidente do Conselho (1943d, p. 385) evocaria junto dos seus concidadãos que, conquanto esta circunstância externa, mandou a razão que diante dos valores seculares da História Portuguesa as instituições do Estado Novo tivessem, oportunamente, nelas aprovado as suas políticas, fosse como património ou imperativos do quotidiano pátrio. Subentendiam assim, os portugueses e as portuguesas que escutavam o Chefe do Governo, que o regime tudo fazia para honrar o compromisso moral arrogado no início dos anos trinta: unir o *Portugal de nossos avós* e o de *nossos pais* ao *Portugal de nossos filhos*. Porque qualquer obra política se faz de resultados, seguramente confiaria, muito próximo da data de publicação do livro sobre as suas *Obras Públicas* (SPN, ca. 1943a), que grandiosa promessa e comprometimento por fim se contemplavam no *restaurado* e *engrandecido* panorama da terra como uma criação totalitária e homogénea, que estimando as *tradições* aspirava ao *progresso*, este, sobretudo, encarado como novidade técnica. “E é isso que fazemos”, declararia Oliveira Salazar (1943d, pp. 401 e 403) asseverando que a “Nação Portuguesa como ente histórico e moral” se reconciliava quando ao lado de uma ponte ou de uma estrada, (re)construída para a comodidade dos povos, figurava um castelo ou outro monumento nacional, por ora distintamente reintegrado no seu lugar. Afinal, como voltaria a repetir sensivelmente sete meses mais tarde, numa sessão cumprida na Assembleia Nacional em memória do Ministro que tinha o “raro condão de adaptar a grandeza da concepção às proporções do País”, Duarte Pacheco, do “sonho que [se] so[lnhara] da transformação material do País” e da sua reposição temporal se esperava a natural recomposição da paisagem e, por sua vez, a almejada influência na vida coletiva nacional (Salazar, 1951, pp. 24-25).

*Na [hora da] morte de Duarte Pacheco* e curvando-se ante os méritos e o carácter do engenheiro que “detestava as improvisações e os expedientes”, de imediato percebidos como “indignos da seriedade

da inteligência e da gravidade do tempo”, Oliveira Salazar (1951, pp. 25-26) aproveitaria a infeliz ocasião para lembrar que mediante a *restauração e engrandecimento* do “aspecto material das comunicações, da urbanização das cidades e vilas [e] da instalação e funcionamento dos serviços”, a par da rigorosa “reparação do património artístico, do lar com higiene e beleza [e] da elevação da vida rural”, decerto “construir para um século era a divisa”. Apesar de existir muito por fazer e refazer, uma vez mais a esperança de saber (per)durar no lugar da memória dos portugueses perfazer-se-ia no lugar do construído. Manifestando resoluta intenção de emprestar ao futuro um legado representativo do Estado Novo, Oliveira Salazar (1951, pp. 25-26) concluiria que, ainda que paradoxalmente, uma “nação modesta não pode construir só para vinte anos”, porque a “excessiva e documentada duração do provisório ensinava-[l]he] que tudo devia ser definitivo”.

Retrocedendo a 7 de fevereiro de 1942, verificamos que também aos microfones da Emissora Nacional, no caso a respeito da terceira *reeleição do Chefe do Estado* General Óscar Carmona, o Chefe do Governo (1943c, p. 313) já havia manifestado, com idêntica clarividência, que:

“Todo esse imenso trabalho de recuperação, salvamento, valorização do nosso património secular[,] tudo o que tem constituído a obra pública na instalação de serviços, nos portos, nos rios, na estrada, nas comunicações, na urbanização, nos melhoramentos rurais, se destinou a dar à Nação no conjunto instrumentos ou meios de trabalho e às populações maiores possibilidades e conforto”.

No raiar dos anos quarenta a *fórmula política* do regime encontrava-se consolidada na alma dos indivíduos e bem constitucionalizada no âmago dos vários grupos sociais, informava o ditador confessando que dessa ordem e unidade se formara, em absoluto, uma renovada

consciência patriótica, cujo *conceito ativo*, a prognosticada *doutrina*, se popularizou pelo benefício comum. Uma obra de conjunto que tendo por plano superior a “reconstituição e reaportuguesamento” da vida coletiva nacional se consubstanciava à data desta formalidade eleitoral, agendada para 8 de fevereiro de 1942, desde as “finanças à administração, da economia à moral, da saúde do corpo à inteligência [e] da riqueza material à cultura”, inclusive, distinguiu Oliveira Salazar (1943c, p. 312), do “indivíduo à colectividade, do agregado local à região, à Nação, ao Império”. Crente da perfeita execução do seu *projeto*, arguiria em favor da recondução do General Óscar Carmona que tais proposições não eram simples palavras de circunstância, mas “factos reais da nossa vida, patentes, palpáveis, metendo-se pelos olhos dentro”, que só um País com inteira percepção do seu passado e do valor objetivo da realidade interna podia, numa Europa e Mundo destroçados pela guerra, ter saudado com devida sumptuosidade os seus *800 anos de independência* (Oliveira Salazar, 1943c, p. 315). Por conseguinte, se avultava que as ainda vivas “Comemorações Centenárias de 40 foram contraprova e resumo” daqueles trabalhos e ordem desenvolvidos pela Ditadura, em prol da “unidade nacional” e do “prestígio da Nação”, sublinharia Oliveira Salazar (1943c, p. 315).

Segundo se observou em trabalhos anteriores<sup>5</sup>, desde cedo o *salazarismo* projetou o *Portugal de Ontem*, o *Portugal de Hoje* e o *Portugal de Amanhã* (SPN, ca. 1943b) à luz de uma estratégia *ad hoc*, aliás, confirmada na comunicação que de momento se analisa. Oliveira Salazar (1943c, pp. 311-312) diria então o seguinte:

“No terreno movediço e convulsionado das nossas paixões políticas e desregramentos sociais, foi primeiro o trabalho de consolidação, doloroso algumas vezes, mas necessário a toda a obra que pretenda durar; foi depois definir os princípios, gizar

---

<sup>5</sup> Ver notas anteriores.

os planos, lançar os alicerces, erguer a construção política e económica, social e moral, de modo que não se desprezassem as exigências do nosso tempo nem se desperdiçassem materiais ou motivos experimentados pelos séculos”.

Neste contexto, presumivelmente os monumentos nacionais resistiriam como lugares materiais raros, quais primitivas “maravilhas de pedra”, e, em especial, como lugares de esperança e de memória(s), onde ao longo de *800 anos de independência* quase sempre se abrigou um “pensamento superior que domi[nou] ou gui[ou] a actividade espiritual e as relações com os outros homens e povos”, conforme revelava Oliveira Salazar (1943b, pp. 256-257) no começo das festividades centenárias, realizadas a 4 de junho de 1940, do alto do restabelecido Castelo de Guimarães. Eis porque este episódio comemorativo da fundação da nacionalidade veio a ser solenizado defronte das ‘falsas muralhas e ameias’ deste *castelo conquistador* simultaneamente como “acto de devoção patriótica, acto de exaltação, acto de fé”. Desta forma o confessava Oliveira Salazar (1943b, pp. 257-258) recordando aos presentes no desafogado castelo que mantendo vivo o mesmo espírito de outrora e “coexistindo com a identidade territorial e a unidade nacional mais perfeita da Europa” Portugal saberia (per)durar como “uma das maiores vocações de universalismo cristão”. Diante das “pedras mortificadas sobre que se ergue este castelo”, o Império, e quiçá a *menina Esperança*, escutaria a propalada *Lição de Salazar* (1943b, p. 258) – *Deus, Pátria, Família: A Trilogia da Educação Nacional* (Barata, 1938), que, note-se, recentemente havia sido mandada afixar em todas as salas de aula das escolas primárias, sob a forma de cartaz alegórico.

Por ocasião do início destas celebrações, devotamente Oliveira Salazar saudaria com fé na vitalidade e imortal capacidade realizadora dos portugueses o sonhado futuro de Portugal, aquele que ele próprio imaginara ter, entretanto amarrado às preciosas raízes seculares

da História e a todos os homens que no espaço de *800 anos de independência* as souberam cobrir e defender com as suas corajosas façanhas. Consciente do cargo que lhe fora autoconferido, expressaria de “alma ajoelhada” defronte das muralhas de pedra que primeiro ouviram bater o coração de D. Afonso Henriques e o clamor a Portugal, “como se piedosamente se beijassem as feridas de um herói ou se alindasse o berço de um santo”, que recebendo a “glória desta herança” lhe competia a responsabilidade e a obrigação de as *engrandecer* (Salazar, 1943b, pp. 255 e 258-259). Precipitando uma das *lições* do *Livro de Leitura da 3.ª Classe – O significado da nossa bandeira* (MEN, ca. 1951) –, o Chefe do Governo (1943b, p. 259) garantia à Nação a partir da cidade Augusta que “só porque fomos” e “só por termos vivido” esses feitos passados outra causa política não havia senão que bem desempenhar igualmente o *projeto da Situação* e o cumprir aos olhos do mundo:

“Estamos aqui precisamente por confiarmos nos valores eternos da Pátria; e quando dentro de pouco – e nenhum de nós pode mais reviver este momento – subir no alto do castelo a bandeira sob a qual se fundou a nacionalidade, veremos, como penhor que confirma a nossa fé, a cruz a abraçar, como no primeiro dia, a terra portuguesa”.

Da sucinta revisão produzida a estes *discursos e notas políticas* de Oliveira Salazar, podem compreender-se os principais motivos que levaram o Estado Novo a se apropriar ideologicamente das *restauradas* feições primitivas dos monumentos nacionais, e, neste caso específico, a se identificar no renovado perfil dos Castelos em Portugal. Decorrida mais de uma década, quase meia, da revolução militar desencadeada a 28 de maio de 1926, os *Portugueses de 1940* (Ferro, 1939) sobremodo viriam a aprender que o desejo de lembrança e os sentimentos de esperança patrióticos se alcançavam nestas estruturas militares, entretanto desobstruídas de quaisquer agentes considerados espúrios.

Foi, por isso, que no despertar das lembranças centenárias festejadas no dia 4 de junho de 1940, em Guimarães, os castelos portugueses foram agraciados como *As Pedras Sagradas de Portugal* e os *Símbolos da Pátria* (Rosa, 1939; 1940b) salazarista.

### **3. Consagração de uma *Orientação Técnica***

Desde a definitiva conquista do poder, a 5 de julho de 1932, Oliveira Salazar e o seu governo instrumentalizaram pensadamente o uso dos monumentos nacionais, admirando os seus lugares como genuínas *fontes de poesia* da Situação. Para tal desfecho, as obras obedeceriam a uma *orientação técnica* determinada pelos “ensinamentos colhidos pela experiência” de competentes técnicos ao serviço do Estado e até nas “opiniões daqueles cuja autoridade, na verdade, se im[punha]”, assim o confessou o responsável máximo da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), Engenheiro Henrique Gomes da Silva (1935, p. 11), aquando do I Congresso da União Nacional, realizado em 1934 na capital. Segundo provámos, a consagração de uma prática de representação no território que teria nas páginas da revista *Ilustração Moderna*<sup>6</sup>, através da publicação de algumas *obras de restauro* então executadas no norte de Portugal, primeiramente o seu relevo, mais tarde sobremodo evidenciada por Henrique Gomes da Silva no mencionado encontro político-partidário. A respeito da *restauração* da Igreja de Cedofeita, no Porto, o diretor-geral (1935, pp. 17-18) esclareceria, como referência da exemplar *orientação técnica seguida no restauro dos monumentos nacionais*, que

---

<sup>6</sup> Do conjunto de artigos consultados na *Ilustração Moderna*, destacam-se: *Monumentos Nacionais: Uma Visita ao Mosteiro de Cête* (Abreu, 1929); *Mosteiro de Leça do Balio* (Abreu, 1930); *Restauração da Igreja de Cête* (Abreu, 1932); *O Mosteiro de Cête* (Barreiros, 1932).

“[a]ntes do início do restauro estava a Igreja circundada por um amontoado pobre de dependências em péssimo estado de conservação, ameaçando ruína próxima e portanto a sua desapareição completa. Foi a obra iniciada desafrontando a Igreja dos acrescentos, tendo-se realizado uma importante obra de consolidação. Tornou-se necessário apear a capela-mor, cuja abóbada, devido ao desaprumo das paredes laterais, corria grave risco de derrocada. E, ao apear as paredes, apareceram sob espessa camada de cal as arcadas falsas e as frestas primitivas da capela, as primeiras das quais quase intactas nas paredes laterais, mas na parede testeira só com leves mas definidos indícios. As frestas apenas alargadas conservando, porém, intactos uma ombreira, o peitoril e as primeiras aduelas do arco. Ao levantar-se de novo a capela-mor com todas as pedras primitivas, que houve o cuidado de colocar no lugar que inicialmente ocupavam, todos aqueles elementos se valorizaram e enriqueceram o Monumento que parecia extraordinariamente singelo”.

Desde logo, este *restauro* da autoria do Arquitecto Baltazar da Silva Castro, à época diretor da Direcção dos Monumentos Nacionais do Norte (DMNN), servia para ilustrar os princípios de atuação que, depois de *800 anos de independência*, viriam a converter a presença dos monumentos nacionais na terra portuguesa num dos mais significativos e celebrados legados do *salazarismo*. Creditavam-se, portanto, à intervenção de Baltazar da Silva Castro os méritos de saber reconstituir, com exatidão, aquela que poderia ter sido a feição original da Igreja da Cedofeita, obviando, *a priori*, qualquer prática subjetiva de invenção, fosse espacial ou formal. Considerando o quadro disciplinar que conduziu esta obra, facilmente se deduzem as três *conclusões* que instruíam aquela *tese política* apresentada pelo diretor-geral da DGEMN ao I Congresso da União Nacional.

A *Orientação técnica a seguir no seu restauro* – entenda-se: da Igreja da Cedofeita e ainda de demais estruturas religiosas, militares e civis classificadas – consequentemente compreendia a impreterível necessidade de eliminação de todos os acrescentos visados como espúrios, a reconstrução das partes entretanto reformadas e, a par, a consolidação de outras definidas dentro de um diferente *estilo*, que deviam encerrar valor histórico ou artístico importante. À imagem da locução do diretor-geral da DGEMN, também, em regra, as peças desenhadas e escritas que informavam tais campanhas denunciavam um juízo crítico em relação às transformações sofridas no tempo, distinguindo os cogitados acréscimos à primitiva construção, e especificavam os elementos achados entaipados e a suposta cronologia do monumento. Porém, conjuntamente, precipitavam uma síntese da reintegração que se pretendia levar a efeito no lugar.

Se o *restauro da unidade estilística* aparentemente se identificava como um discurso universal, aprovado pelo Estado, na prática tal *filosofia de intervenção* refletir-se-ia, na generalidade dos casos, numa certa propensão para a reorganização do espaço em redor dos monumentos nacionais, transformando-o, desejadamente, num quadro ‘harmonioso’ e simbólico. Assistir-se-ia, por isso, ao parcial ou inteiro desafrontamento e isolamento destes imóveis, fossem eles castelos, sés, igrejas, conventos, mosteiros, etc., reclamando o projeto ou, em fase posterior, a obra a submissão das *casinbas portuguesas* e restantes preexistências implantadas nas suas imediações. O regular cumprimento destas práticas de limpeza e de depuração, realizadas à escala do lugar, perfilhar-se-ia, de igual forma, como um meio de eliminação dos ditos acrescentos inúteis e de retificação das diversas mutilações ao longo dos séculos acomodadas no interior e exterior do edifício. Contudo, conforme investiga Miguel Tomé (2002) em *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*, muito raramente a DGEMN e os seus técnicos aceitavam, sem reservas, critérios de reintegração fantasiosa. O ensejo de reconstrução de frações de

monumentos de que se tinha conhecimento nunca terem existido seria, por esta circunstância, aquilatada como comprometedora da verdade histórica e da autenticidade da antiguidade destes vestígios, que a ‘nova’ identidade nacional apetecida pelo regime reclamava. Ao invés, admitir-se-iam determinados trabalhos de restituição no *estilo* aferido como *original*, contanto que devidamente justificados em princípios de *analogia formal*. Tais operações impunham, com maior ou menor extensão, a utilização de novos materiais. Mas, como nota Miguel Tomé (2002, p. 45), até mesmo nas simples empreitadas de conservação, consolidação e reparação só ocasionalmente se anuíram preceitos de “diferenciação visual”. A procura do emprego de peças semelhantes, sobretudo oriundas das demolições efetivadas nas próprias estruturas, ou o recurso a patines artificiais permitiam “camuflar as alterações” entretanto empreendidas pela DGEMN, complementa este autor (2002, p. 45).

Em síntese, o mimetismo das técnicas construtivas ou a reprodução sistematizada de uma linguagem formal, vista como primitiva, não seriam vislumbradas como criação do falso, já que em si salvaguardavam a autenticidade de um monumento nacional. Por sua vez, diante da impossibilidade de alcançar o perfeito retrato, o primitivo, de uma destas estruturas, autorizar-se-ia a preservação de elementos de épocas de construção distintas, sempre que integrados na composição arquitetónica existente predominante, no caso da Igreja da Cedofeita e de muitas outras objeto de intervenção neste período inaugural da DGEMN, a medieval. Quer isto dizer que, *Em nome da “sanidade artística”*<sup>7</sup> ideada, a “ideia de estigmatização dos objetos barrocos também não é generalizável”, acrescenta Miguel Tomé (2002, p. 39) ao comprovar nos exemplos perscrutados que, em geral, se averbou a

---

<sup>7</sup> Trata-se do título de um artigo que Joana Brites publicou no 23.º número da *Revista da Universidade de Aveiro: Letras*, em 2006, subordinando-o a *O Estado Novo e o estilo barroco*.

manutenção de portais, torres sineiras, tetos de madeira em caixotões e de retábulos em talha dourada forjados nesta época. Como se disse, uma conjuntura que foi particularmente vivida no norte de Portugal na transição dos anos vinte para os de trinta do século passado, sob orientação de Baltazar da Silva Castro.

Se bem que na teoria se esboçasse o apeamento e a demolição de quaisquer peças ou volumes que ocultassem outros de superior valia, frequentemente pertencentes ao plano inicial do monumento, no sítio a conservação das reformas satisfeitas na época moderna fundamentar-se-ia, *grosso modo*, de acordo com: a efetiva *integridade construtiva* dos acrescentos que patenteassem um bom estado e determinada materialidade probatória de antiguidade; a correta *integridade formal*, adivinhada em razão da aparência visual do conjunto, embora procedente da coexistência de modelos e feições estéticas de natureza diferente; a indubitável *exemplaridade artística* de alguns componentes oriundos destas recomposições estilísticas avaliadas como tardias; e, não menos valorizada, a pretendida *qualidade didática* imposta ao lugar, dependendo daí a sua compreensão como espaço envolvente histórico e simbólico.

Muitos eram os fatores que concorreriam para o incumprimento de uma exclusiva e universal *orientação técnica a seguir no restauro dos monumentos nacionais*. O próprio documento, apresentado por Henrique Gomes da Silva em 1934, assim o comprova<sup>8</sup>. Por outro lado, a tipologia dos monumentos, o estado de conservação das suas estruturas, os prazos estabelecidos e as quantias providenciadas para as empreitadas também viriam a ser responsáveis pela menor ou maior extensão e profundidade das intervenções. Talvez excetuando casos singulares, como o *Restauro do Castelo de S. Jorge: Plano de*

---

<sup>8</sup> Sobre este assunto, debruçámo-nos em pormenor num artigo publicado no 9.º número da revista *Estudos do Século XX: hipóteses de século*, sob o título: *Restauro versus conservação: Castelos em Portugal no Estado Novo. Breve nota sobre o papel da DGEMN* (Correia, 2009).

*obras a realizar até 1940*<sup>9</sup>, recorde-se, delineado pessoalmente pelo Presidente do Conselho, o resultado das campanhas consumadas em favor da reintegração do *perfil arquitetónico* dos *Castelos em Portugal*, por comparação com as perpetradas em outros imóveis, sobretudo de propriedade religiosa, do mesmo modo confirma o quão desacertado será afirmar que os princípios de atuação adotados pela DGEMN foram unívocos (Correia, 2011). Por certo, confiamos que tais preceitos abraçados deverão ser sempre presenciados segundo este conjunto de circunstâncias específicas, ou seja, caso a caso. No entanto, não poderá deixar-se de reconhecer uma relativa semelhança nos processos que consagrou na terra e no lugar das memórias uma representação comumente identificada com a prática da DGEMN e, em consequência, com o projeto gizado por Oliveira Salazar.

Com efeito, podem destrinçar-se algumas contingências que terão contribuído para a perseverança de um *modus operandi* ao qual não foram indiferentes as políticas à época vigentes. Para Miguel Tomé (2002, p. 29), tal aparente “unidade metodológica” emerge, em absoluto, das seguintes causas: “semelhança das características arquitectónicas e das patologias construtivas dos objectos a intervir”; “centralização das decisões” e “pesado controlo institucional”; “longevidade da acção de alguns técnicos” da DGEMN, como veio a suceder com o primeiro diretor-geral, Henrique Gomes da Silva; e “inexistência de normativas vinculativas ou de recomendações que, como se verificou em Espanha ou em França, cerceassem ou patrocinassem a revisão dos procedimentos adoptados”. Nas palavras de Miguel Tomé (2002, p. 38), a predileção dos serviços técnicos da DGEMN por monumentos nacionais que acusassem diminutas

---

<sup>9</sup> Portugal. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Henrique Gomes da Silva. (1939, 11 de fevereiro). *Restauro do Castelo de S. Jorge: Plano de obras a realizar até 1940*. Muralhas de Lisboa – Castelo de São Jorge (Proc.º: PT DGEMN:DSARH-010/125-0084/02; Doc.º: SIPA TXT.01425278 a SIPA TXT.01425284). SIPA, DGPC, Sacavém.

alterações em relação à sua feição primitiva esteve na gênese de um corpo de imóveis conservados e protegidos, que, fruto do ‘simples’ “preenchimento seguro das lacunas”, se confundiria precipitadamente com um “inexistente quadro conceptual e programático”. Se, na realidade, se conclui que em si mesma a uniformidade da reintegração de distintas sés, igrejas, conventos, mosteiros, castelos, etc., não constituiu o objetivo principal das obras inscritas nos planos anuais e a longo prazo determinados pela DGEMN e pelo regime, ao contrário, a exemplaridade da restituição da unidade formal e espacial afigurar-se-ia, caso a caso, sempre um meio para justificar a obra de *restauro*, não esquecendo que à sua execução presidia o ansiado regresso às origens e o sentido destes lugares como valor histórico e arqueológico raro.

Por último, estimaríamos que a verosímil aparência dos *monumentos do salazarismo* antes de tudo o mais dimanou do cumprimento deste princípio que canonizou nas terras portuguesas imagens simultaneamente tão díspares quanto iguais, quais fossem, usando a locução de Oliveira Salazar (1943d), um castelo, outrora em ruínas, reparado no topo de uma colina ou uma pequena igreja secular, quiçá românica, reintegrada no centro de uma aldeia que se deixa penetrar pelos “contornos penhascosos e serranos” circundantes (Quadros, 1965, p. 10).

De volta às festividades centenárias, observaremos como a propaganda deste retrato possivelmente fez crer todos os *senhores Flórios* de que o *País de conto de fadas* criado para as *meninas corde-rosa*, as *esperanças* da Nação, era no ano de 1940 uma certeza.

#### 4. As Pedras Sagradas da (menina) Esperança



Fig. 3: Recorte do artigo *As Pedras Sagradas de Portugal*, publicado na edição de 27 de maio de 1939 de *O Século Ilustrado* (Rosa, 1939).

Desde logo, através da edição de 27 de maio de 1939 de *O Século Ilustrado*, os ditos senhores *Flórios* tomavam conhecimento de que *As Pedras Sagradas de Portugal*, por fim, estavam “salvas e restauradas em 1940”, graças à generosidade do Estado que lhes “conce[dera] cerca de seis mil contos” (Rosa, 1939, pp. 16-17) (Fig. 3). Em defesa das políticas seguidas pela Ditadura, noticiava-se:

“Montes de ruínas gloriosas, durante séculos choraram, por esse país fora, um desleixo e uma pobreza que eram os estigmas da nossa paisagem. Pode dizer-se que um castelo em ruínas era o ‘ex-libris’ de Portugal[,] o símbolo da decadência, a saudade de épocas de esplendor, de poderio e de vitória. Ao pensar-se em 1940, na celebração dos Centenários da Fundação e da

Independência, o Ministério das Obras Públicas continuando na sua obra formidável da salvação dos monumentos nacionais, obra que fala por si, sem adjectivos nem publicidades desnecessárias, enfrentou o problema. Era preciso que em 1940, as grandes peças da nossa arquitectura militar se apresentarem reparadas, valorizadas, repostas da devastação dos homens e da barbárie dos tempos. Uma brigada atacou o imenso estudo dos nossos castelos – e logo a seguir numa febre que se não apercebe das cidades, porque é no ermo das serras que o canteiro trabalha na reposição dos valores guerreiros de Portugal – as ameias completaram-se; o recorte pontiagudo das seteiras desdentadas corrigiu-se; os enxertos, excrescências, ataques à integridade vetusta das velhas muralhas foram eliminadas; e na sua linha pura, sóbria e dominadora, o perfil dos velhos castelos portugueses começou a erguer-se no azul. Que castelos se vão arranjar ou estão em obras? Muitos. O de Leiria, sobressai. Mas temos o de Palmela, o da célebre Flor da Rosa, o brinquedo clássico de Almourol, o de Belmonte, o de Vila Viçosa, o de Bragança, o da Giela, o da Feira, os de Celorico e Trancoso, o de Pombal, que viu a agonia do Marquês desterrado, o de Tomar, Melgaço, Valença, Óbidos, Monção, etc., etc., um nunca acabar de pedras erguidas e limpas de entulho de séculos. As Sés e os Mosteiros estão também em arranjo. Mas hoje apenas damos, aos portugueses espalhados pelo mundo, esta nova que os há-de encher de orgulho: a par dos trabalhos grandiosos das novas avenidas marginais, dos aeroportos, das auto-estradas, das avenidas monumentais, da Praça do Império, o Governo concedeu cerca de 6.000 contos para salvar os castelos de Portugal! É essa uma obra do mais puro, mais elevado, mais sagrado nacionalismo que nestas páginas arquivamos com emoção onde cabe a exaltação duma política de ressurgimento que, hoje, nenhum português deixará de reconhecer no governo de Salazar” (Rosa, 1939, p. 16).

Em concordância com este desígnio da Ditadura, numerosas obras foram iniciadas ou continuadas com o fito de integrarem o programa oficial das comemorações centenárias de 1940. Como se lê na notícia divulgada a 27 de maio de 1939 nas páginas de *O Século Ilustrado*, além dos castelos de Guimarães e de S. Jorge outros recintos militares seriam objeto deste plano pessoalmente concebido pelo Chefe do Governo. À vista das suas lendárias histórias, as celebrações do *VIII Centenário do Nascimento de Portugal* e do *III Centenário da Restauração da Independência Nacional* aclamaram tais *Símbolos da Pátria*, de par com demais estruturas de origem medieval, alvos de referência maior e palcos privilegiados das festas a realizar, como se aferia na programação alinhada, em especial, para a devoção e a exaltação da época medieval, prevista entre 2 e 15 de junho de 1940. Relembrando apenas as cerimónias auguradas para o dia 4 de junho de 1940, a comissão executiva dos centenários, presidida por Júlio Dantas, contemplou:

“Comemoração da Fundação, em Guimarães. Cortejo das flores. Missa campal. Discurso de Sua Excelência o Presidente do Conselho. A bandeira de Afonso Henriques é hasteada pelo Chefe de Estado na torre do Castelo de Mumadona, e à mesma hora, pelas autoridades locais, nos castelos medievais portugueses que mais importante papel desempenharam na história da Fundação e da Conquista. Salva a artilharia em todas as guarnições militares e navios de guerra; repicam os sinos em todas as igrejas de Portugal imperial. À noite, em Guimarães, representação do ‘Auto da Fundação’, junto do castelo” (Secção de Propaganda e Recepção da Comissão Executiva dos Centenários, 1940, [s.i.]).

De facto, quatro dias volvidos, em nova edição de *O Século Ilustrado*, dava-se conta de que finalmente oito centúrias depois um Chefe de Estado erguia “a primeira bandeira de Portugal” no Castelo de Guimarães, agora a “tremular na torre de menagem” (Rosa, 1940a,

p. 16). Com uma fotografia do “sr. dr. Oliveira Salazar nas históricas ameias da torre de menagem do Castelo de Guimarães”, de pronto se comprovaria que a prometida restituição de *As Pedras Sagradas de Portugal* não ficara por concretizar nesta cidade:

“Nas muralhas de Guimarães, após oito séculos de memória adormecida, levantou-se de novo a bandeira da Conquista. Ergueu-se numa hora de Paz, como a outra se havia erguido no fim duma luta heróica. A do rei Afonso apontou e sagrou o início do reino, a de agora afirmou a continuidade da raça no fim de oitocentos anos de fé viva nos destinos da Pátria. E lá ficou, ao alto da torre mais alta, a dizer ao mundo: Portugal continua!”  
(Rosa, 1940a, pp. 16-17).

Tratou-se de um ato de devoção, exaltação e fé patriótica previamente deliberado na *Nota Oficiosa das Comemorações Centenárias*, redigida pela Presidência do Conselho (Salazar, 1943a) cerca de dois anos antes, que nas festas medievais efetuadas na capital do Império, a 9 de junho de 1940, viveria um novo momento de reafirmação. De acordo com o programa oficial, nesta data o “acto medieval de Lisboa” desenvolver-se-ia em duas partes, a saber: uma “Romagem do povo à Sé e ao Castelo de S. Jorge”, seguida de uma “Representação da alegoria dramática ‘Afonso Henriques’”, consumada no interior das “muralhas do castelejo reintegrado” (Secção de Propaganda e Recepção da Comissão Executiva dos Centenários, 1940, [s.i.]).

Como decorrera no número publicado a 8 de junho de 1940, os editores da revista *O Século Ilustrado* cobririam no da semana subsequente alguns dos acontecimentos que aí sobrevieram, emprestando particular narração a *A grande romagem [satisfeita] à Sé e ao Castelo de S. Jorge* (Rosa, 1940c, p. 24). Os portugueses que tiveram a oportunidade de folhear *O Século Ilustrado* de 15 de junho de 1940, puderam, assim, testemunhar que o Estado Novo através

da peregrinação patriótica à colina de S. Jorge dispensara ao povo, naquele Domingo, um notável “espectáculo de cor e alegria”:

“Com um alto significado de Fé e Patriotismo cumpriu-se no passado domingo a romagem à Sé e ao Castelo de S. Jorge. Milhares de pessoas formaram esse cortejo imponente, que foi visitar as muralhas a cuja sombra se ergueu o primeiro burgo que depois foi cidade. Engalanaram-se as ruas do percurso e lá em cima, em frente das torres, desfilaram na presença do Chefe de Estado as bandeiras da nacionalidade, numa evocação de glórias passadas e de séculos de independência. A cidade viveu patrioticamente a sua hora medieval, e aos ‘Amigos de Lisboa’ cabe o mérito e a honra da organização da romagem” (Rosa, 1940c, p. 24).

Concluiríamos que destes atos de devoção, exaltação e fé professados pelo Chefe do Governo no Castelo de Guimarães à aparatosa romaria trilhada até ao restituído Castelo de S. Jorge, a Ditadura, simbolicamente, cumpria o prometido regresso às origens e, em especial, concedia às futuras gerações o sonhado legado: o tal *País de Conto de Fadas...* bem *cor-de-rosa*. O reavido perfil arquitetónico dos Castelos em Portugal representava por certo aquele desejo de afirmação da unidade territorial e memorização da identidade nacional, já antes expressas no *Decálogo do Estado Novo* (Ameal, 1934). Os *Símbolos da Pátria* salazarista reconheciam-se, por conseguinte, tanto nas feições modestas da mocidade portuguesa, como no retrato ameaçado, primitivo, dos Castelos.

O volume de obras executado nestas estruturas, na transição da década de trinta para a de quarenta, deve-se, em grande medida, a tal *Comemoração dos Centenários*. Se num ensejo inicial se constituíram condição determinante na seleção dos imóveis a intervir, e, em consequência, na adoção dos princípios políticos que, à partida, fundamentavam o número de intervenções e os investimentos autorizados no orçamento de Estado, numa segunda fase, o espaço

temporal assentido para o cumprimento destas empreitadas viria a tornar-se condição fundamental, fosse nos meios ou nos critérios a seguir no seu *restauo*. Neste contexto, seria materializada uma ampla campanha de obras, prevendo-se apenas para a maioria dos casos operações de simples conservação e consolidação, reservando-se as de maior envergadura tão-só aos castelos investidos de especial representatividade no programa das celebrações. Presumivelmente, os trabalhos decorreriam sob premente pressão dos prazos, verificando-se que várias destas estruturas classificadas conheceram intervenções em anos próximos. Resta-nos constatar que as empreitadas levadas a efeito nas homenagens a 1140, 1640 e 1940 não se instituíram um fim em si mesmas, mas, ao que apurámos em *Monumentos, Território e Identidade no Estado Novo*, afiguraram-se somente a infância de um plano que findaria durante os anos sessenta (Correia, 2016).

Em 1966, à data do 40.º Aniversário da Revolução Nacional, a presença dos *Castelos do Salazarismo* no território seguramente seria distinguida como um legado do governo da Ditadura, antevendo-se que no seu lugar se (re)conciliara a memória dos portugueses de outrora com os daquela época e os de hoje, nós. O apreciado *reaportuguesamento* da vida e cultura nacional, via-se por esta altura como um projeto e uma doutrina política cumpridas, cuja imagem (e identidade) do território se devia, em muito, aos *restaurados* lugares dos monumentos nacionais.

Oliveira Salazar (1967, p. 424) assim o declarou na Biblioteca Pública de Braga, por ocasião deste aniversário, julgando então que Portugal assistia à “mais virulenta, vasta e persistente campanha” alguma vez vista um “pequeno país sofrer da parte daqueles que se julgaria deverem defender a mesma causa”. Mesmo confiando que se devia continuar a “dar à agricultura o seu maior senão exclusivo esforço”, Oliveira Salazar (1967, pp. 428 e 431) não deixaria de avaliar, nesta cidade que há três décadas o vira apregoar *As grandes certezas da Revolução Nacional* (Salazar, 1937), que em quarenta anos se abriram extensos horizontes

a uma vida que valia a pena viver: “apesar de inevitavelmente corrigida pelas circunstâncias, foi a obra sonhada durante séculos neste país e que na sucessão de tantos fracassos parecia mesmo impossível de realizar”. À parte o que se deva ao Marquês de Pombal e ao *Fontismo*, o Chefe do Governo (1967, p. 430) não tinha dúvidas de que:

“A obra pública, nas suas variadas aplicações, de meios de comunicação, de portos, de aproveitamentos eléctricos, de instalação de serviços, de habitações, de saneamento, de urbanização, de reparação de monumentos e erecção de outros, não teve em séculos passados actividade comparável à do nosso tempo”.

### 5. *E tudo se transformou...?*



Fig. 4: Capa da obra *E tudo se transformou...: pequenina história de 20 anos* (SNI, ca. 1948).

A arquitetura e a língua permanecem como convincentes lugares de memória, onde, de quando em vez, procuramos visitar os delicados *labirintos da saudade* e sonhamos (re)inventar, mediante as circunstâncias próprias de cada época, a *arte de ser português*: não fora tal identidade nacional questionada nas obras de Eduardo Lourenço (1978) e de Teixeira de Pascoaes (1915), respetivamente, como uma referência maior.

Com algumas palavras de Oliveira Salazar, julga-se ter testemunhado que o *restauro* dos monumentos nacionais foi um persuasivo instrumento ao serviço daquele propalado *decálogo* criado em 1934, sob o desígnio de *A Vanguarda do Nacionalismo Português*. Da afirmação de um discurso à sua materialização na terra, passando pela promulgação de diversos planos, conjuntamente se fixaram nas realizações salazaristas determinados princípios, práticas e feições *modernas*. Desse modo o desvendámos na grande maioria das reintegrações realizadas nos monumentos nacionais durante a vigência da Ditadura, cuja *orientação técnica* se formalizou em momento anterior à fundação da DGEMN e à definitiva chegada do antigo Professor da Universidade de Coimbra ao poder. Mau grado as muitas contradições e paradoxos abraçados neste período autoritário, estamos em crer não subsistirem também muitas dúvidas de que aquela *restauração material* prometida como uma das certezas da Revolução Nacional se veio a satisfazer por meio do efetivo comprometimento pessoal do Chefe do Governo e, em consequência, dos planos que daí resultaram, sobretudo gizados entre as décadas de trinta e sessenta. Consideramos, pois, que o retrato de inúmeras sés, conventos, igrejas, castelos e outros imóveis classificados é ainda hoje produto das intervenções levadas a cabo no referido espaço temporal, mas, igualmente, resultado de certos procedimentos de salvaguarda, homologados em sede de *Diário do Governo*, que tinham como objetivo proteger os investimentos executados e superintender no futuro a organização do espaço em redor destes celebrizados

*Símbolos da Pátria*, isto é, zonas gerais e especiais de proteção, que, nalguns casos, encerravam áreas vedadas à construção.

De volta à história do *senhor Flório* e da *menina Esperança*, resta perguntar: *E tudo se transformou...?* (Fig. 4). Não somos indiferentes à doutrina do *orgulhosamente sós* e menos ainda a respeito das profundas consequências políticas, económico-financeiras, sociais e culturais que dela advieram para Portugal, e não só. Contudo, não podemos ser também alheios ao vasto património construído e reconstruído, embora em consonância com tal inconfundível *política do espírito*. Não calculamos, nem o poderíamos fazer em consciência, se a cobiçada *restauração moral* da Nação alguma vez se concretizou além das próprias crenças de Oliveira Salazar e dos seus mais fiéis partidários. Ainda assim, e sem embargo, somos capazes de supor que, à luz da imagem *moderno-nacionalista* dos monumentos nacionais, os *senhores Flórios* e as *meninas cor-de-rosa* admirassem com os seus próprios olhos o retrato da *lição de Salazar, A Trilogia da Educação Nacional: Deus, Pátria, Família*, consagrada não só no pequeno *País de Conto de Fadas* plantado intramuros na cidade de Coimbra, o popular *Portugal dos Pequenitos*, como em muitos lugares de Norte a Sul e do litoral ao interior do território.

Por fim, se não acreditamos que o *salazarismo* tenha, em definitivo, instruído a alma das *meninas cor-de-rosa* e domesticado a dos *senhores Flórios*, que trajavam de negro à semelhança do líder da Nação; em contrapartida, “não se julgue só pelo quantitativo em dinheiro, nem pelo número de obras feitas, o trabalho realizado”, indague-se, outrossim, o “escrúpulo, cuidado e técnica” com que este foi erigido (SNI, 1946, pp. 49 e 55). Ao abrigo dos critérios atualmente tidos como legítimos, seguramente alguns dos trabalhos realizados pela DGEMN à época da Ditadura seriam observados como discutíveis. Mas, “neste filme a preto e branco, pintado de cinzento para dar cor”, onde, diz Clara Ferreira Alves (2017) no *Expresso*, “podia observar-se o mundo português continental a partir de uma rua porque o resto do mundo

não existia”, concomitantemente se deve examinar o profissionalismo emprestado ao “trabalho reconstrutivo”, ao “estudo metuculoso prévio” e à “orientação seguida pelas equipas de técnicos” que desde o início da década de trinta haviam “presidido à notável actividade do Ministério das Obras Públicas neste sector” (SNI, 1946, pp. 49-50).

Fica para nós manifesto que as virtudes ou deméritos das campanhas praticadas são, num primeiro instante, da responsabilidade de quem as desenhou e construiu. Todavia, é de igual sorte reconhecido que estas realizações precederam de um *projeto* para o País, que, em quase *tudo*, *transformou* a organização do território. Por ora, o *senhor Flório* já não se encontra entre nós e a *menina cor-de-rosa* deixou de ser o *Símbolo da Pátria de Conto de Fadas* desejada há mais de nove décadas. Outros, entretanto, ocuparam-lhes os lugares. A *Esperança*, definitivamente não se revê nessa *menina cor-de-rosa*, que tudo via *cor-de-rosa*. Hoje, essa *menina* protagoniza o papel do *Flório*, esse *senhor* agastado que naquela década de quarenta unicamente apreciava no *restauro* dos monumentos um “luxo desnecessário” (SNI, ca. 1948, [s.i.], p. 22/32).

Decorreram quatro décadas e meia da capitulação da Ditadura e *tudo se transformou*. Mas, nós, os portugueses, continuamos a olhar os nossos antigos monumentos nacionais da mesma maneira que a *menina cor-de-rosa* o fazia. Afinal, todos respeitamos um País com “tradição arquitectónica”, cujos monumentos certifiquem na sua “legenda de pedra: – ‘Somos um país de oito séculos[.]’” (SNI, ca. 1948, [s.i.], p. 22/32). As hodiernas *Físicas do Património Português* (Figueira & Moura, 2018) exibidas no Museu de Arte Popular assim o vêm provar, neste edifício onde, curiosamente, durante a *Exposição do Mundo Português*, realizada em 1940, determinadas tradições da cultura nacional foram celebradas pelo Estado Novo. Uma vez mais, cuida-se da arquitetura como instrumento ímpar de transformação do território e das suas *físicas* como rosto(s) de um País. Porém, confiamos que uma diferença substancial existe entre o que hoje

descobrimos na feição dos monumentos nacionais e o que outrora aí se desejava perscrutar. Embora, em ambos os casos, se reveja nestas estruturas a nossa história de quase novecentos anos, à época do Estado Novo imputava-se-lhes, inevitavelmente, o discurso que lhes assentira forma. Defronte de um castelo reintegrado ou de uma igreja restaurada, as meninas *cor-de-rosa* do *salazarismo* viam em *As Pedras Sagradas de Portugal* não apenas as *Esperanças* de antes reavidas, mas, especialmente, as novas que nelas se projetaram. As *meninas cor-de-rosa* já não aprendiam só o que as suas antecessoras tinham aprendido. Elas, “para lá das janelas abertas da escola”, avistariam, acreditava a Ditadura, “os campos todos para estudar”, “na grande camaradagem da Mocidade Portuguesa” (SNI, ca. 1948, [s.i.], p. 14/32). E como demos conta, os monumentos nacionais dessa pequena janela se contemplavam como *Símbolos da Pátria*.

Fica por esclarecer quem hoje representa a *esperança* conquistada em abril de 1974 e, muito em particular, cotejar se o País aí ideado se veio a consumir. Um olhar atento à vigente conjuntura que reivindicará noutras paragens relações e exemplos, não fôssemos nós, portugueses, desde sempre dependentes de um mundo global.

## Referências bibliográficas

- Abreu, J. A. M. (1929, dezembro). Monumentos Nacionais: Uma Visita ao Mosteiro de Cête. *Ilustração Moderna*, 2.<sup>a</sup> Série, 4.<sup>o</sup> Ano, n.º 38, 476-479.
- Abreu, J. A. M. (1930, abril). Mosteiro de Leça do Balio. *Ilustração Moderna*, 2.<sup>a</sup> Série, 5.<sup>o</sup> Ano, n.º 42, 96.
- Abreu, J. A. M. (1932, novembro-dezembro). Restauração da Igreja de Cête. *Ilustração Moderna*, 2.<sup>a</sup> Série, 7.<sup>o</sup> Ano, n.º 58, 489-494.
- Alves, C. F. (2017, 18 de março). Tão felizes que nós eramos. *Expresso*. Disponível em: [https://expresso.pt/opiniao/opiniao\\_clara\\_ferreira\\_alves/2017-03-18-Tao-felizes-que-nos-eramos#gs.8ogun9](https://expresso.pt/opiniao/opiniao_clara_ferreira_alves/2017-03-18-Tao-felizes-que-nos-eramos#gs.8ogun9)
- Ameal, J. (1934). *Decálogo do Estado Novo*. Lisboa: Edições SPN.
- Barata, J. M. (1938). *A Lição de Salazar. Deus, Pátria, Família: A Trilogia da Educação Nacional* [Cartaz]. Lisboa: Bertrand Irmãos.
- Barreiros, M. A. (1932, novembro-dezembro). O Mosteiro de Cête. *Ilustração Moderna*, 2.<sup>a</sup> Série, 7.<sup>o</sup> Ano, n.º 58, 490-494.

- Brites, J. (2006). Em nome da “sanidade artística”: o Estado Novo e o estilo barroco. *Revista da Universidade de Aveiro: Letras*, n.º 23, 59-86.
- Correia, L. M. (2009). Restauro versus conservação: Castelos em Portugal no Estado Novo. Breve nota sobre o papel da DGEMN. *Estudos do Século XX: hipóteses de século*, n.º 9, 45-63. [http://dx.doi.org/10.14195/1647-8622\\_9\\_3](http://dx.doi.org/10.14195/1647-8622_9_3)
- Correia, L. M. (2011). *Castelos em Portugal: Retrato do seu perfil arquitectónico [1509-1949]* (2.ª Ed.). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Correia, L. M. (2016). *Monumentos, Território e Identidade no Estado Novo: Da definição de um projecto à memorização de um legado* (Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra). Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/28997>
- Correia, L. M. (2019). *Monumentos do Salazarismo: Curta-metragem retrospectiva*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Ferro, A. (1939, 31 de janeiro). Carta Aberta aos Portugueses de 1940. *Revista dos Centenários*, n.º 1, 19-23.
- Figueira, J. & Moura, C. M. (Eds.) (2018). *Físicas do Património Português: Physics of Portuguese Heritage*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural.
- Junior, R. (ca. 1940). *Portugal dos Pequenitos: Um país de conto de fadas*. Coimbra: Tipografia Gráfica de Coimbra.
- Lourenço, E. (1978). *O Labirinto da Saudade: Psicanálise Mítica do Destino Português*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- MEN. (ca. 1951). *Livro de Leitura da 3.ª Classe*. [Lisboa]: MEN.
- Pascoaes, T. (1915). *Arte de Ser Português*. Porto: Renascença Portuguesa.
- Portugal. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Henrique Gomes da Silva. (1939, 11 de fevereiro). *Restauro do Castelo de S. Jorge: Plano de obras a realizar até 1940*. Muralhas de Lisboa – Castelo de São Jorge (Proc.º: PT DGEMN:DSARH-010/125-0084/02; Doc.º: SIPA TXT.01425278 a SIPA TXT.01425284). SIPA, DGPC, Sacavém.
- Quadros, A. (1965, março). A arquitectura românica e a alma portuguesa. *Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, IV Série, n.º 13, 7-10.
- Rosa, J. P. (Dir.) (1939, 27 de maio). As Pedras Sagradas de Portugal. *O Século Ilustrado*, 16-17.
- Rosa, J. P. (Dir.) (1940a, 8 de junho). [Nas muralhas de Guimarães]. *O Século Ilustrado*, 16-17.
- Rosa, J. P. (Dir.) (1940b, 15 de junho). [Símbolos da Pátria!]. *O Século Ilustrado*, 1.
- Rosa, J. P. (Dir.) (1940c, 15 de junho). A grande romagem à Sé e ao Castelo de S. Jorge. *O Século Ilustrado*, 24.
- Salazar, A. O. (1937). As grandes certezas da Revolução Nacional. In *Discursos e notas políticas, Vol. II: 1935-1937* (pp. 125-141). Coimbra: Coimbra Editora.
- Salazar, A. O. (1943a). Comemorações centenárias. In *Discursos e notas políticas, Vol. III: 1938-1943* (pp. 39-58). Coimbra: Coimbra Editora.
- Salazar, A. O. (1943b). 800 anos de independência. In *Discursos e notas políticas, Vol. III: 1938-1943* (pp. 253-259). Coimbra: Coimbra Editora.

- Salazar, A. O. (1943c). Na reeleição do Chefe do Estado. In *Discursos e notas políticas, Vol. III: 1938-1943* (pp. 307-318). Coimbra: Coimbra Editora.
- Salazar, A. O. (1943d). Os princípios e a obra da Revolução no momento interno e no momento internacional. In *Discursos e notas políticas, Vol. III: 1938-1943* (pp. 381-415). Coimbra: Coimbra Editora.
- Salazar, A. O. (1951). Na morte de Duarte Pacheco. In *Discursos e notas políticas, Vol. IV: 1943-1950* (pp. 21-27). Coimbra: Coimbra Editora.
- Salazar, A. O. (1959). *Salazar: 50 anos de vida pública*. Lisboa: Ed. Império.
- Salazar, A. O. (1967). No 40.º aniversário do 28 de Maio. In *Discursos e notas políticas, Vol. VI: 1959-1966* (pp. 421-438). Coimbra: Coimbra Editora.
- Secção de Propaganda e Recepção da Comissão Executiva dos Centenários. (1940). *Comemorações Centenárias: Programa Oficial 1940*. Lisboa: Serviços Gráficos do Secretariado da Propaganda Nacional.
- Silva, H. G. (1935, setembro). Monumentos Nacionais: Orientação técnica a seguir no seu restauro. In MOPC/DGEMN. (Ed.), *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais: Igreja de Leça do Bailio, n.º 1* (pp. 19-20). Lisboa: MOPC e DGEMN.
- SNI. (1946). *A Cultura Portuguesa e o Estado*. Lisboa: Edições SNI.
- SNI. (ca. 1948). *E tudo se transformou...: pequenina história de 20 anos*. Lisboa: Edições SNI.
- SPN. (ca. 1943a). *Obras Públicas*. Lisboa: Edições SPN.
- SPN. (ca. 1943b). *Portugal de Ontem, Portugal de Hoje, Portugal de Amanhã*. Lisboa: Edições SPN.
- Tomé, M. (2002). *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUP.

(Página deixada propositadamente em branco)

**A EXPOSIÇÃO DOS 15 ANOS DE OBRAS  
PÚBLICAS: ARQUITETURA E PROPAGANDA**

*Margarida Acciaioli*

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
ORCID: 0000-0003-3421-638X

**Resumo:** A pretexto da Exposição dos *15 Anos de Obras Públicas*, realizada em 1948, e das iniciativas que a acompanharam, procura-se analisar o modelo de propaganda que o Estado Novo adotou para reforçar o seu poder na nova conjuntura do pós-guerra, assinalando as mudanças que, esse mesmo modelo, sofreu nas décadas seguintes.

**Palavras-chave:** Exposições, propaganda, imagens e discursos

**THE 15 YEARS OF PUBLIC WORKS EXHIBITION:  
ARCHITECTURE AND PROPAGANDA**

**Abstract:** On the pretext of the 1948 exhibition celebrating *15 Years of Public Works* and its subsequent initiatives, this paper aims to analyse the propaganda model adopted by the Estado Novo to reinforce its power in the post-war conjuncture, indicating the changes suffered by that same model in the following decades.

**Keywords:** Exhibitions, propaganda, images, and discourse

A importância e as implicações da Exposição dos *15 Anos de Obras Públicas*, inaugurada em 1948, são de tal ordem que a pouca atenção que se lhe tem prestado constitui, por si só, um exemplo acabado dos paradoxos da História. Essa desatenção pode ter diversas justificações, mas a imediata associação que se faz entre o Estado Novo e as exposições por ele realizadas, acrescida da tentação de juntar essas demonstrações num mesmo universo de razões, não tem ajudado a que esse terreno seja aprofundado. E, no entanto, é notória a necessidade de perceber o relevo de que se revestiram algumas dessas iniciativas, nomeadamente, no que diz respeito aos propósitos que tiveram, uma vez que encarnam as preocupações que existiam, no momento em que foram projetadas.

Claro que essa desatenção não se tem manifestado sempre da mesma maneira. No caso da Exposição dos *15 Anos de Obras Públicas*, por exemplo, verifica-se que esta mostra é insistentemente referida nos estudos que se têm produzido sobre a História da Arquitetura Moderna em Portugal, quanto mais não seja porque é impossível ignorar as obras que nela figuraram. Todavia, e apesar disso, pouco se tem adiantado sobre o contexto que determinou a realização dessa mostra, para além de continuarem a ser escassas as reflexões sobre o modo como foi concebida. Acresce que também não abundam as referências sobre os demais registos de que esta exposição se fez acompanhar, realidade que, conjugada com as anteriores, tem, necessariamente, contribuído para que se continue a relevar mais as obras expostas do que a circularidade da demonstração em que se traduziu essa realização.

No entanto, tendo em conta a importância desta exposição, e sabendo que o seu objetivo era exaltar o “poder realizador” do Estado Novo, exemplificando-o através de um conjunto de obras já inauguradas ou em fase de conclusão, seria de esperar que as referências que se lhe fazem se centrassem mais na demonstração que se apresentava do que nos exemplos que se tinham escolhido

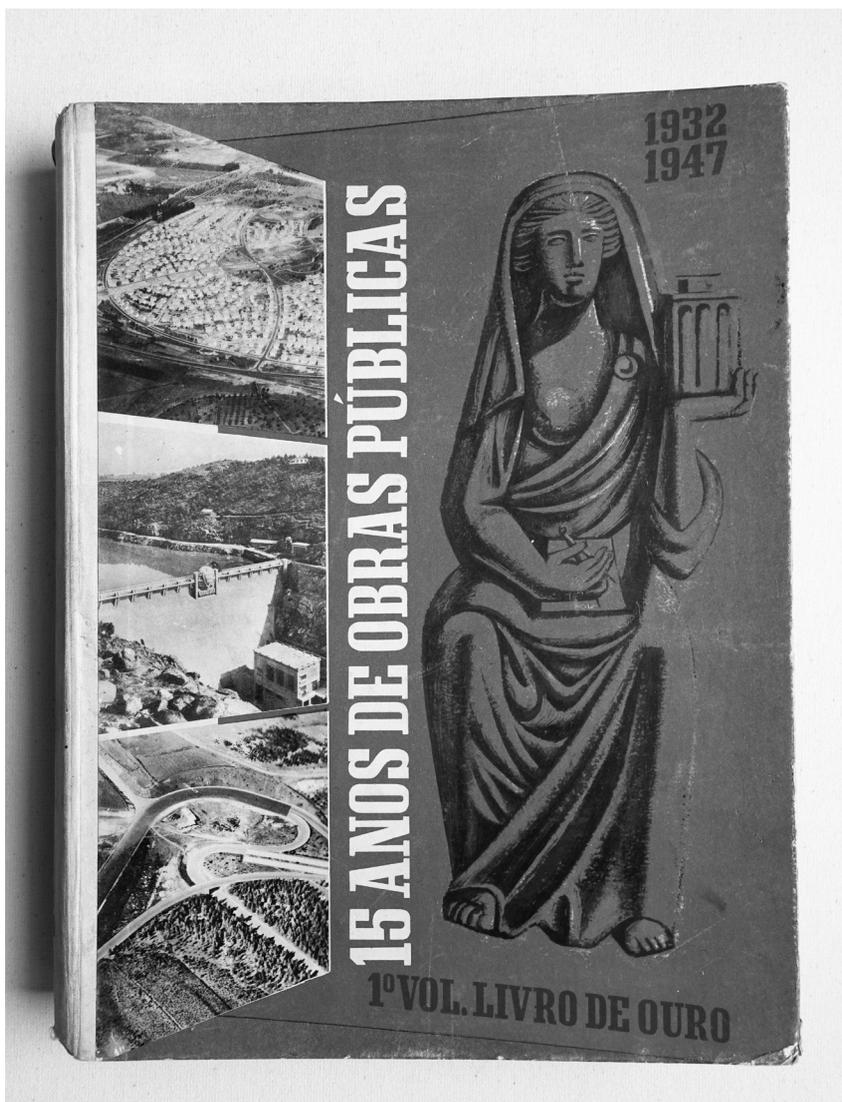


Fig. 1: Capa do livro *15 Anos de Obras Públicas (1932-1947), I Volume: Livro de Ouro*. (1948).  
Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.

para a pontuar. De resto, nos textos que abrem o *Livro de Ouro* (Fig. 1) da exposição<sup>1</sup>, ou seja, no registo que se escolheu para que esse evento pudesse ser entendido em toda a sua extensão<sup>2</sup>, é notória a preocupação em assinalar que esta publicação se devia à necessidade de perpetuar a memória de um acontecimento que evidenciava o papel que o Ministério das Obras Públicas tivera no desenvolvimento do país durante os seus primeiros anos<sup>3</sup>.

Sucede que, em grande medida, todo esse trabalho se ficara a dever ao espírito empreendedor do engenheiro Duarte Pacheco (1900-1943) (Fig. 2), a primeira figura que liderou aquele organismo desde a sua criação em 1932 até 1943, altura em que perde a vida, deixando uma vasta obra que importava recordar e divulgar. Se a isso juntarmos a dinâmica produzida pelo anúncio dos Congressos que tanto os arquitetos como os engenheiros portugueses desejavam organizar, e a perceção que o próprio regime tinha da necessidade de se reafirmar, teremos as razões que justificavam a criação dessa espécie de universo, feito de peças separadas embora atravessadas por uma estratégia comum.

Compreende-se, assim, a preocupação que existia em assinalar este evento através de registos de diferente natureza que se fundiam numa construção que era oferecida à História como “memória da

---

<sup>1</sup> Ver, nomeadamente, os textos assinados por José Frederico Ulrich (1949) e por Eduardo Rodrigues de Carvalho (1948).

<sup>2</sup> Note-se que o próprio significado de “Livro de Ouro” é, exatamente, o de um livro em que se regista o nome das pessoas ou dos acontecimentos que contribuíram para um determinado fim altruístico. Segundo o que se pode ler na *Enciclopédia Luso-Brasileira*, a designação de “Livro de Ouro” começou por ser a de um livro onde algumas repúblicas italianas assentavam os nomes dos nobres. Aliás, também em Portugal, no ano de 1885, se lançou uma publicação periódica com o título de “Livro de Ouro”, que reunia as biografias das personagens mais distintas na história do país. Ver: *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XV [195-]. Lisboa/Rio de Janeiro: Editora Enciclopédia, Limitada.

<sup>3</sup> Note-se que, no texto do Presidente da Comissão Executiva da Exposição, é referido que a publicação constaria de três volumes, embora se tenham publicado apenas dois. Ver Eduardo Rodrigues de Carvalho (1948).

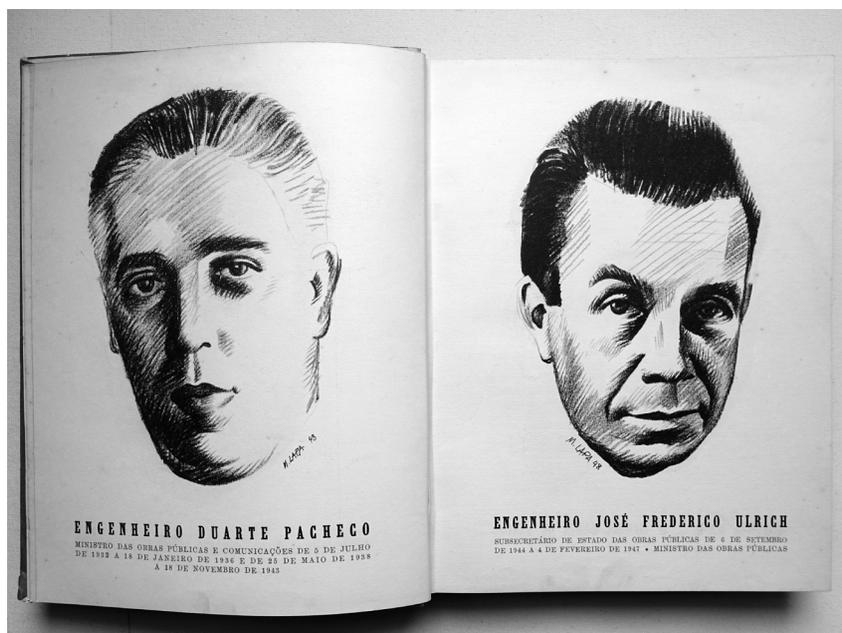


Fig. 2: Engenheiros Duarte Pacheco e José Frederico Ulrich, Ministros das Obras Públicas.  
Fonte: *15 Anos de Obras Públicas (1932-1947), I Volume: Livro de Ouro.* (1948). Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.

exposição”. De facto, para além do catálogo que guiava o visitante nos espaços do Instituto Superior Técnico, onde se desenvolvia a exposição, lançou-se uma cuidada publicação que se denominava “Livro de Ouro”<sup>4</sup> e encomendou-se, ao cineasta António Lopes Ribeiro, um filme documentário sobre as obras públicas realizadas nesses anos, que era exibido numa sala preparada para o efeito e localizada perto do espaço onde começava a exposição. Mas, tendo em conta a aposta que se fizera nestas iniciativas paralelas que papel teria tido, então, a exposição?

É tautológico afirmar que essa mostra, cuja ambição era notória, se tratava de um mero exercício de propaganda, inferindo dessa constatação uma semelhança com outras iniciativas que há muito se promoviam, na sequência do sucesso que tivera a *Exposição Documentária* de 1934, concebida para servir de pano de fundo ao 1.º Congresso da União Nacional (Acciaiuoli, 1998). Se é verdade que, na Exposição dos *15 Anos de Obras Públicas*, o registo propagandístico continuava presente, não é menos certo que ele, por si só, não justificava nem forma, nem os custos de uma empresa como aquela em que se traduzia esse evento. Teria de haver, por conseguinte, uma outra razão que justificasse um tal empenho e despesa, e essa razão só poderia ser a ameaça crescente que o regime sentia relativamente à sua própria existência. De resto, é impossível ignorar que foi, precisamente, nesse ano que o general Norton de Matos (1867-1955) apresentou a sua candidatura à Presidência da República, e que esse desafio era inspirado por uma manifesta oposição ao regime que

---

<sup>4</sup> O chamado “Livro de Ouro” que se lançou durante a exposição, era o primeiro volume de uma ambiciosa publicação, a qual, no ano seguinte, foi completada por um 2.º volume, onde se reuniam os discursos proferidos na cerimónia solene da inauguração da exposição e uma detalhada explicação sobre o itinerário dessa mostra, para além de constarem as comunicações apresentadas nos Congressos de Engenharia e de Arquitectura. Sobre este assunto ver *15 Anos de Obras Públicas (1932-1947), II Volume: Exposição e Congressos de Engenharia e de Arquitectura*. (1949). Lisboa: Oficinas Gráficas de Ramos, Afonso & Motta Lda.

existia<sup>5</sup>. E, nesta nova conjuntura, dificilmente, os habituais discursos poderiam funcionar como, até esse momento, funcionavam. Urgia, por conseguinte, ir muito para além da palavra e foi isso que, realmente, se tentou fazer.

Na realidade, com o fim da Segunda Guerra Mundial e com as mudanças a que se assistiam em muitos países da Europa, o Estado Novo teve que repensar a sua estratégia política, uma vez que as palavras tinham deixado de ter a capacidade de encarnar as obras e de as assinalar<sup>6</sup>. A propaganda, que atravessava os discursos desde o fim da Primeira Guerra Mundial, e que as ditaduras recém-implantadas usavam para se manterem no poder, minara de tal forma a credibilidade dos povos que, em pouco tempo, só se acreditava naquilo que se podia ver. Tornava-se, assim, necessário mostrar as obras que, em Portugal, o Estado Novo promovera, ou seja, urgia inventariar e recolher as imagens do que se fizera no país entre 1932 e 1947, exemplificando esse trabalho através de uma exposição que falasse por si mesma, e que, ao mesmo tempo, conseguisse desvalorizar as críticas que começavam a surgir relativamente à natureza do regime e às suas políticas. E, não havia forma, nem assunto mais adequado ao que se pretendia do que a realização de uma exposição sobre as obras públicas que o Estado Novo promovera nos 15 anos da sua existência.

Aliás, não deixa de ser relevante que se tenha escolhido o edifício do Instituto Superior Técnico para acolher esse certame. Sendo uma escola de referência, onde se ensinavam as técnicas da construção, e sendo, também, a primeira obra na qual Duarte Pacheco se empenhara, seria natural que a sugestão da sua presença se afirmasse, ali, com todo o vigor. De resto, como bem viu Jorge Segurado, o arquiteto

---

<sup>5</sup> Sobre este assunto, ver: Manifesto de Norton de Matos à Nação, impresso em Lisboa e distribuído em 9 de Junho de 1948. In Medina, J. (1990). *História Contemporânea de Portugal, Das Invasões Francesas aos nossos dias*. [s.l.]: Multilar.

<sup>6</sup> Sobre o Estado Novo e as suas políticas, ver: Torgal, L. R. (2009). *Estados Novos. Estado Novo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

responsável pela conceção desta exposição, a presença do engenheiro Duarte Pacheco não se fazia sentir apenas no espaço em que a mostra se desenrolava (Segurado, 1948). Fosse qual fosse o caminho que o visitante escolhia para ali chegar, encontrava sempre, em volta do recinto, a sua marca através de outras obras que, ele, também promovera.

Na verdade, embora o próprio Instituto Superior Técnico fosse, por si mesmo, uma peça importante no contexto desta mostra, junto dele, apareciam os edifícios do Instituto Nacional de Estatística, da Casa da Moeda, do Liceu Dona Filipa de Lencastre; e, mais adiante, surgia a bela perspectiva da Alameda D. Afonso Henriques, cujo traçado imprimia uma surpreendente monumentalidade ao próprio edifício onde decorria a exposição. Como Jorge Segurado afirma ainda nesse seu texto, todo o conjunto desta zona citadina relembra, de forma evidente, “a influência tentacular dum espírito incansável na faina ardente das magníficas realizações” (1948, [s.i.]). Dito de outra maneira, era possível ver nessa zona da capital “os serviços públicos modelarmente instalados”, a escola devidamente apetrechada e com os necessários efeitos que tinha no magistério do ensino, para além de se poder admirar um dos novos e excelentes rumos de urbanização, como acontecia com o traçado da Alameda e a sua fonte monumental que assinalava “o abastecimento abundante e normal de água a Lisboa, resolvido com segurança e largueza” (Segurado, 1948, [s.i.]).

Não surpreende, por isso, que, com este enquadramento, se tenha utilizado apenas alguns dos espaços interiores do Instituto para erguer a exposição. Acresce que a escola continuava em funcionamento e, também por essa razão, só se ocuparam as dependências que eram indispensáveis para esta realização. Mesmo assim, como explica Jorge Segurado no catálogo da exposição, construiu-se, com carácter provisório, além dos dois grandes pavilhões destinados à *Hidráulica e às Comunicações*, três edifícios mais pequenos para os assuntos referentes ao *Problema da Habitação*, e ainda outro para reunir as

maquetes dos aproveitamentos hidroelétricos, cujo arranjo ficou a cargo da Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos.

Quanto às obras dos grandes edifícios públicos e às intervenções de que alguns dos monumentos nacionais tinham sido objeto, elas foram reunidas num dos espaços do interior do Instituto e englobadas na secção de *Urbanização*, secção essa que abria a exposição e onde também se enquadravam os estabelecimentos universitários e da assistência geral e hospitalar.

No exterior ficaram, distribuídos por vários pontos, os modelos, em tamanho natural, de algumas das principais esculturas realizadas nesses anos, por encomenda do Estado, entre as quais figuravam as alegorias à Arquitetura e à Engenharia, presenças indispensáveis neste certame, para além das maquetes de importantes trabalhos de hidráulica agrícola e de duas antigas “mala-postas” que assinalavam os índices de progresso que se verificavam quer nos meios de transporte, quer nas novas possibilidades que eram postas à disposição do correio, quando comparadas com a realidade que antes existia no país. Estávamos, assim, perante uma demonstração cuidada que não se resumia às obras apresentadas.

Vale a pena sublinhar que o então ministro das Obras Públicas, José Frederico Ulrich (1905-1982) (Fig. 2), no discurso que proferiu na abertura da exposição advertia que, o que se ia ver, nesse certame, seria para muitos “uma autêntica surpresa”, ou seja, funcionaria como “uma grande e inesperada revelação de um conjunto completo de obras” (1949, p. 15), que, até então, poucos teriam abarcado na sua real dimensão. E explicava que, por regra,

“a cada um interessa[va] determinado sector da actividade desenvolvida em matéria de Obras Públicas e Comunicações e limita[va]-se portanto a acompanhar as realizações nesse sector, esquecendo as restantes e não apreendendo a estreita interligação de todas dentro do plano geral” (1949, p. 15).

Assim, não seria de esperar que, mesmo entre aqueles que marcavam presença na cerimónia de inauguração, houvesse alguém que pudesse ajuizar, com rigor, o esforço que tinha sido despendido nesses escassos quinze anos, para além de serem também poucos aqueles que se lembrariam do que eram então as nossas estradas, os nossos portos, os nossos edifícios públicos, ou seja, “do que era então o nosso atraso em tudo!” (Ulrich, 1949, p. 15). Aliás, como o ministro José Frederico Ulrich fazia questão de acrescentar, também seriam poucos aqueles que, ao entrarem no magnífico edifício onde começava a exposição, se lembrariam do velho Instituto Superior Técnico,

“daquele aglomerado de barracões do Conde Barão, em que – para citar apenas uns pormenores – tínhamos um laboratório de física onde a delicada aparelhagem de estudo tremia à passagem de um camião na rua de S. Paulo, falseando todos os ensaios, onde algumas aulas eram dadas entre paredes de madeira e telhados de zinco!” (1949, p. 15)

A memória era, por conseguinte, curta e, mesmo no que dizia respeito às realizações mais recentes, poucos as conheceriam na sua real dimensão. Daí que a exposição se apresentasse como um momento de descoberta e de verificação<sup>7</sup>.

Importa, no entanto, assinalar que seria o próprio Marcelo Caetano (1949, p. 207), o hábil político que era então Presidente da Comissão Executiva da União Nacional, a concluir aquele raciocínio, quando visitou a exposição com outros dirigentes do partido e a resumiu desta maneira:

---

<sup>7</sup> Sobre este assunto, ver: MOP/Comissão da Fiscalização das Águas de Lisboa (1948, maio). *Boletim da Comissão de Fiscalização das Águas de Lisboa* [número comemorativo da Exposição dos 15 Anos de Obras Públicas]. Lisboa: MOP/Comissão da Fiscalização das Águas em Lisboa.

“Esta Exposição de Obras Públicas é tão eloquente que dispensa discursos. A obra que nela está patente mete-se pelos olhos dentro, e o que os olhos vêem *não precisaria de ser confirmado pelo que os ouvidos ouvem. Mas todos nós encontramos pessoas* que afirmam tão categoricamente coisas em flagrante contradição com as realidades expostas, com tal entono, com tão forte grau de convicção, que às vezes perguntamos a nós próprios se quem está fora de si somos nós, ou se são os nossos interlocutores! Pois eles não vêem o que nós vemos? Não, meus Senhores, eles não vêem. Quando passam por aqui fecham os olhos. Arrimam-se a bordões que trazem preparados, ora ao bordão da liberdade, ora ao bordão do socialismo, e passam como ceguinhos, cegos incuráveis, já que o pior cego é o que não quer ver”.

A convicção de que as obras falavam por si, dispensando explicações ou justificações, acaba por se revelar profícua dando origem a alguns balanços que se fazem, em certas áreas da governação, com a expressa intenção de assinalar e reforçar os esforços despendidos. Não por acaso é nesse mesmo ano de 1948 que, António Ferro, na qualidade de diretor do SPN/SNI, inaugura uma exposição sobre os *Catorze Anos da Política do Espírito*, exposição essa que mais não era do que um balanço da sua ação à frente desse organismo<sup>8</sup>. São nestas duas áreas, isto é, nas obras públicas e na cultura (ou naquilo que se fazia equivaler a ela), que os balanços oficiais se afirmam, tentando retirar os dividendos dessas apresentações.

Aliás, numa altura em que o desenvolvimento da técnica não permitia ainda que se pudesse dispor das potencialidades da televisão, as exposições, os foto-livros e os filmes eram os meios de comunicação através dos quais se podia levar mais longe a informação. Não surpreende, portanto, que, para além da exposição que se

---

<sup>8</sup> Sobre este assunto, ver: *Catorze anos de Política do Espírito*. (1948). Lisboa: SNI.

inaugurava, se tenha editado também um “Livro de Ouro”, que não sendo, propriamente, um foto-livro preservava, no entanto, o mistério da fotografia, e produzido um filme documentário, construindo, através destes registos, a mensagem que se pretendia passar. Na realidade, e apesar da sua diferente natureza, era sempre a imagem que parecia ter o poder de assegurar que tudo o que, oficialmente, se dizia era verdade.

Com efeito, não é difícil verificar que o sucesso da exposição se devia, em grande medida, ao seu “carácter divulgatório”, ou seja, aos esforços que se fizeram para que, através da imagem, se tornasse acessível a realidade que se desejava mostrar. Porém, e embora se tratasse de uma exposição documentária, foi o modo como os seus organizadores encadearam as fotografias das obras escolhidas que produziu a demonstração desejada, reforçando, de tal forma, o poder da imagem que alterou a noção daquilo que, até então, se fazia equivaler a um discurso. Não admira, por conseguinte, que o “Livro de Ouro” da exposição tivesse feito essa mesma opção, abordando o assunto das Obras Públicas através das fotografias que se expunham nessa mostra e organizando a sua sequência como uma narrativa que seguia de perto a construção da própria exposição.

A inestimável colaboração de algumas figuras que estavam à frente dos serviços do Ministério das Obras Públicas e das que, embora presidindo a serviços ou a organismos estranhos àquele que, mais diretamente, se relacionava com este evento, como era o caso da Câmara Municipal de Lisboa, contribuiu, de modo eficaz, para o resultado que se alcançou. Na verdade, e embora a exposição atendesse a quase todas as obras que se tinham feito no país, era quase impossível ignorar o desenvolvimento de que tinha sido objeto a cidade de Lisboa.

De facto, foi durante estes anos que se olhou de frente para a capital e para as necessidades estruturais que ela tinha. O traçado de novos bairros, como o de Alvalade, a construção do Hospital de Santa Maria e das Faculdades que integram a Cidade Universitária,

a edificação das Gares Marítimas e do Estádio Nacional, tal como os sucessivos programas que determinaram o perfil das chamadas casas económicas, ilustradas, no “Livro de Ouro” através da imagem do Bairro da Madre de Deus (Fig. 3), juntaram-se, assim, às construções que se tinham erigido no Porto e em outras cidades do país, oferecendo uma panorâmica de tal forma poderosa que ultrapassava todas as expectativas que se tinham depositado neste evento e nas suas paralelas realizações.

Aliás, as fotografias que se expunham da rede de escolas primárias e das construções que se haviam erigido para o ensino técnico e secundário (Fig. 4), e que pontuavam todo o território, servido entretanto por uma não menos importante rede de estradas e pontes, aproximava essas construções umas das outras, dando uma visão surpreendente do território nacional. A imagem do país que se apresentava em 1948 era, realmente, diferente daquela que a maioria da população conhecia. E foi, em grande medida, pelo facto de se ter tornado acessível essa visão sobre o desenvolvimento do país que o Estado Novo conseguiu reforçar o seu poder, ao mesmo tempo que garantia a sua sobrevivência. Resta saber por que razão José Frederico Ulrich, o ministro que desde 1947 era responsável pelo sector das obras públicas e a quem se ficou devendo a ideia da exposição, não conseguiu aproveitar este momento para reforçar o seu programa de ação.

O certo é que, embora o regime se tenha mantido, nas décadas que se seguiram os investimentos que se fizeram não foram suficientes para assegurar um futuro que se traduzisse em obras dignas de uma exposição semelhante àquela que, em 1948, se apresentara. Apesar de, em 1956, se ter organizado uma mostra que tentava traçar uma panorâmica dos 30 anos do regime, e apesar dessa iniciativa se apresentar como um evento cultural, onde se mostravam as figuras e as obras que, supostamente, haviam contribuído para o progresso do país, essa iniciativa não teve a relevância que se verificara com a Exposição dos *15 Anos de Obras Públicas*.

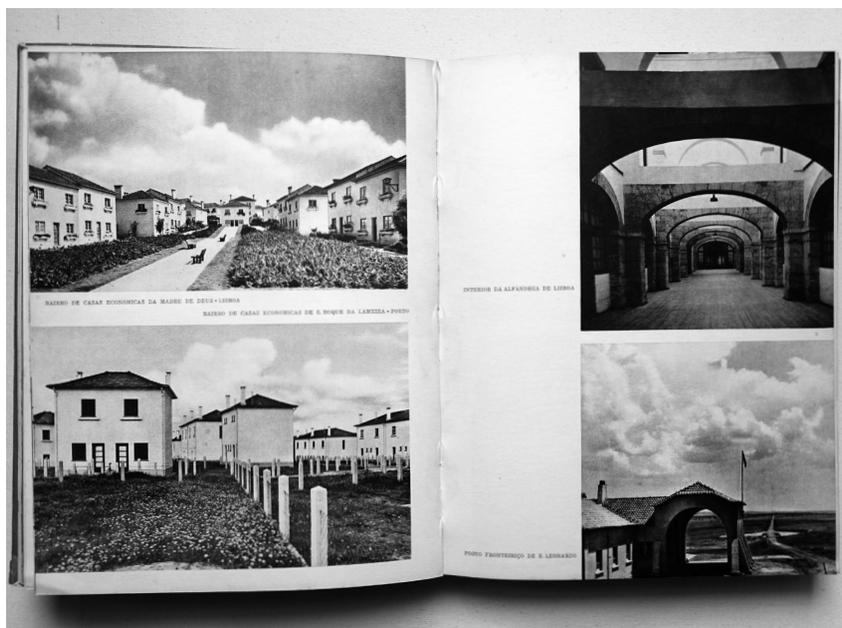


Fig. 3: Bairro de Casas Económicas da Madre de Deus, em Lisboa.  
Fonte: *15 Anos de Obras Públicas (1932-1947), I Volume: Livro de Ouro*. (1948). Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.

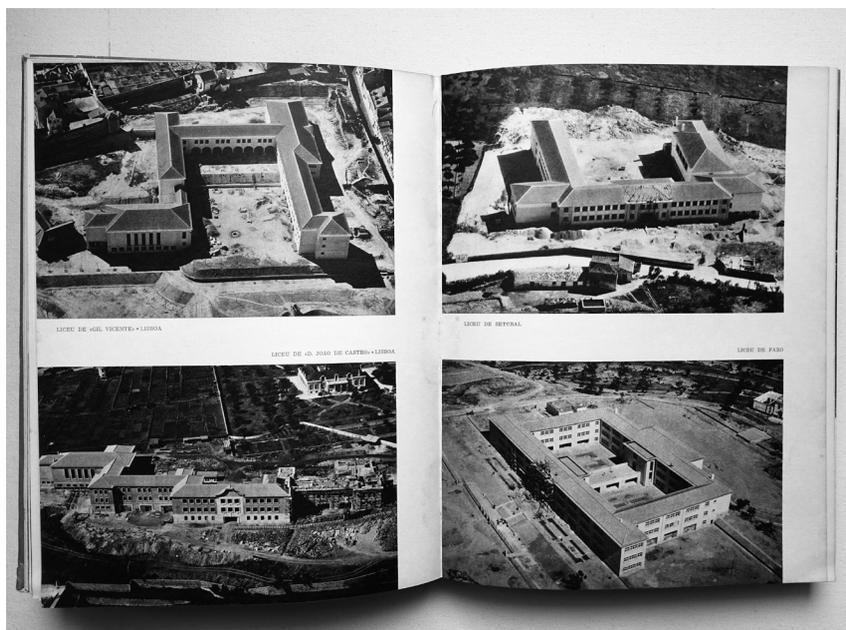


Fig. 4: Obras dos Liceus. Fonte: *15 Anos de Obras Públicas (1932-1947), I Volume: Livro de Ouro*. (1948). Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.

Na realidade, e mau grado se ter integrado nessa exposição uma secção dedicada à arquitetura e ao urbanismo, também ilustrada com a ajuda de fotografias, a verdade é que as imagens que se mostravam já não tinham o poder de se fazer equivaler a um progresso da nação<sup>9</sup>. Quanto muito, prendiam a atenção, pelos seus desajustamentos e pelas suas intrigantes contradições, uma vez que nesses *30 Anos de Cultura*, como se intitulava a exposição, as obras de arquitetura que apareciam ou já tinham sido expostas, ou não eram, exatamente, aquelas que podiam marcar o tempo, como acontecia com os prédios da Praça do Areeiro em Lisboa, ali expostos.

Mas não era apenas nesta secção que existiam algumas confusões. No espaço dedicado à literatura, a questão era ainda mais paradoxal. Apareciam nomes de autores que tinham sido riscados pelo regime e referenciavam-se obras que haviam sido proibidas pela censura, fazendo-as figurar ao lado de outras que tinham sido apoiadas oficialmente, numa amálgama de situações que estava longe de poder corresponder à realidade que existia. Não por acaso, algumas vezes se levantaram contra essa manipulação, através de um abaixo-assinado que foi endereçado ao chefe do governo, mas seria o eco da indignação do escritor Adolfo Casais Monteiro (1908-1972), que vivia desde 1954 exilado no Brasil, que mais se fez sentir.

Num texto intitulado “A política e a cultura” que só foi integralmente conhecido em Portugal em 1974, através de uma edição que reuniu algumas das suas intervenções nesses anos de exílio (Monteiro, 1974, pp. 181-184), Casais Monteiro insurge-se contra o facto de se ter incluído nessa exposição “a obra de todos aqueles que, durante esses 30 anos, manifestaram, por palavras e obras, a sua repulsa pelo regime vigente” (1974, p. 182). E dava, como exemplo, a abusiva inclusão nesse certame de nomes como Raul Proença, António Sérgio,

---

<sup>9</sup> Ver *Roteiro da Exposição 30 Anos de Cultura Portuguesa, 1926-1956*. (1956). Lisboa: Palácio Foz.

Abel Salazar, Bento de Jesus Caraça, Rodrigues Lapa, Luiz de Freitas Branco, Ferreira de Castro, Rocha Martins, Egas Moniz, José Régio, João Gaspar Simões, João de Deus Ramos, António José Saraiva e de tantos outros que o regime desprezara ou silenciara, mas que, por conveniência de uma demonstração, eram agora recuperados para provar que essas três décadas, longe de terem sido “prejudiciais à nossa cultura”, constituíam afinal “um notável progresso cultural”, como meses antes Oliveira Salazar tinha defendido (1959, pp. 301-321). Aliás, foi nesse preciso discurso, proferido durante a cerimónia que assinalou o ato de posse das comissões distritais e membros de outros órgãos da União Nacional, em janeiro de 1956, que Salazar tornou pública a ideia de realizar essa exposição, a qual se deveria apresentar como uma crónica desse tempo, de modo a que “não passa(sse) despercebido na história portuguesa” (1959, p. 313).

Depois de ter, longamente, discorrido sobre as relações entre o governo e a política, numa espécie de balanço da ação governativa nesses 30 anos, centra-se, então, na questão do desenvolvimento cultural da nação e na limitação das liberdades que o regime introduzira, abordando o problema desta maneira:

“Tem-se ouvido afirmar que este período, mercê de algumas necessárias limitações de liberdade de imprensa, marca uma zona escura do pensamento e da cultura portuguesa. A decadência podia ter-se verificado independentemente de causas políticas. Mas dessas críticas nasceu a ideia de uma exposição cultural, relativa também aos últimos trinta anos.

Se a produção literária, científica ou artística e as suas variadas manifestações, impulsionadas ou não pela acção do Estado, se afirmaram em termos comparáveis aos de outras boas épocas, deve a acusação cair por falta de base e o País ter fé no seu espírito rejuvenescido. A mim ser-me-ia particularmente doloroso verificar ter contribuído, embora na defesa de interesses

igualmente sagrados, para um eclipse – ainda que passageiro – da inteligência portuguesa” (Salazar, 1959, pp. 313-314).

O objetivo desta exposição estava, por conseguinte, bem definido. Acontece que, uma vez inaugurada, e mau grado os expedientes que se utilizaram para conseguir mostrar uma obra que, naquele contexto, não existia, a decepção e a revolta foram tão grandes que o regime recuou na forma como, doravante, passou a apresentar as suas próprias realizações. Não por acaso, três anos depois, ou seja, em 1959, é aberto um concurso internacional para a construção de uma Ponte sobre o Rio Tejo, hoje chamada Ponte 25 de Abril, que iria, finalmente, concretizar a ideia da tão ambicionada ligação das duas margens do rio. Depois de escolhida a proposta, é então assinado, em março de 1962, um contrato com a empresa norte-americana United States Steel Export Company, onde se definia a comparticipação dessa e de outras entidades nos custos da construção. Mas a euforia despertada pelo anúncio da iniciativa escondeu, por algum tempo, que o seu financiamento não se ficaria a dever, inteiramente, ao Estado Português, o que não impediu que o governo considerasse que essa ponte era o culminar de uma política de obras públicas que começara em 1932.

Quando, em 6 de agosto de 1966, a ponte é finalmente inaugurada, o *Diário de Notícias* refere-se a ela como “A maior obra pública até hoje realizada em Portugal”, fazendo a história da sua construção e dando conta dos festejos que se anunciavam e das excursões que, do resto do país, chegavam à capital para assistir à sua inauguração oficial. A obra ficaria, assim, patente aos olhos de todos e já não eram necessárias imagens para a divulgar. Daí que tenham sido as paradas militares, os cortejos e os discursos oficiais que, a seu pretexto, se fizeram a dominar todas atenções da imprensa nacional. De resto, era nesse ano que se comemorava o quadragésimo aniversário do golpe militar de 1926, e, para além do espectro da ponte, pouco mais aparecia no horizonte.

Assim, e mau grado a importância da obra que se inaugurava, voltou-se a recorrer à palavra para assinalar esta realização. Não admira que, em pouco tempo, se tenham reforçado os discursos e que se tivesse adotado uma retórica que mais não era do que uma espécie de eco das enganadoras realidades que o próprio Estado Novo produzia. Se a isto acrescentarmos o sufoco em que se vivia e as opções políticas que tinham espoletado a guerra nas colónias, teremos, em traços largos, a imagem de um país prisioneiro de um regime que, pouco a pouco, se foi enredando em si mesmo, dispensando a fotografia daquilo que acontecia. Dir-se-ia que o Estado Novo, conhecendo bem o poder da imagem, e tendo ao longo do tempo mostrado como, através dela, se poderia falar, teve em dado momento necessidade de a desvalorizar. Acabaram, por conseguinte, as exposições demonstrativas que podiam validar o presente e deixaram-se de fazer os “livros de ouro” que assinalavam os acontecimentos, garantindo a sua memória futura. E foi, precisamente, a partir desta altura que se começou a engendrar uma espécie de “palavra fotográfica”, levando o processo da mediação a extremos que não se conheciam.

## **Referências bibliográficas**

*15 Anos de Obras Públicas (1932-1947), I Volume: Livro de Ouro.* (1948). Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.

*15 Anos de Obras Públicas (1932-1947), II Volume: Exposição e Congressos de Engenharia e de Arquitectura.* (1949). Lisboa: Oficinas Gráficas de Ramos, Afonso & Motta Lda.

Acciaiuoli, M. (1998). *Exposições do Estado Novo, 1934-1940.* Lisboa: Livros Horizonte.

Caetano, M. (1949). O significado político da Exposição definido num discurso do Professor Doutor Marcelo Caetano, Presidente da Comissão Executiva da União Nacional. In *15 Anos de Obras Públicas (1932-1947), II Volume: Exposição e Congressos de Engenharia e de Arquitectura* (pp. 207-209). Lisboa: Oficinas Gráficas de Ramos, Afonso & Motta, Lda.

Carvalho, E. R. (1948). A Exposição de Obras Públicas. In *15 Anos de Obras Públicas (1932-1947), I Volume: Livro de Ouro* (pp. 19-24). Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.

*Catorze anos de Política do Espírito.* (1948). Lisboa: SNI.

- Medina, J. (1990). *História Contemporânea de Portugal: Das Invasões Francesas aos nossos dias*. [s.l.]: Multilar.
- Monteiro, A. (1974). A política e a Cultura. In A. C. Monteiro, *O País do Absurdo*. Lisboa: [s.n], 181-184.
- MOP/Comissão da Fiscalização das Águas de Lisboa (1948, maio). *Boletim da Comissão de Fiscalização das Águas de Lisboa* [número comemorativo da Exposição dos 15 Anos de Obras Públicas]. Lisboa: MOP/Comissão da Fiscalização das Águas em Lisboa.
- Roteiro da Exposição 30 Anos de Cultura Portuguesa, 1926-1956*. (1956). Lisboa: Palácio Foz.
- s.n. (1966, 6 de agosto). A maior obra Pública realizada em Portugal. Sob a estrada do passado o grande símbolo do futuro. *Diário de Notícias*.
- Salazar, A. O. (1959). Governo e Política [Discurso pronunciado em 19 de janeiro de 1956]. In *Discursos e Notas Políticas, Vol. V: 1951-1958* (pp. 301-321). Coimbra: Coimbra Editora.
- Segurado, J. (1948). A Realização. In *Guia da Exposição de Obras Públicas: 1932-1947*. Lisboa: MOP.
- Torgal, L. R. (2009). *Estados Novos. Estado Novo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Ulrich, J. F. (1949). Discurso do Ministro das Obras Públicas. In *15 Anos de Obras Públicas (1932-1947), II Volume: Exposição e Congressos de Engenharia e de Arquitectura* (pp. 13-17). Lisboa: Oficinas Gráficas de Ramos, Afonso & Motta Lda.

**A ORDEM IDENTITÁRIA DAS OBRAS PÚBLICAS  
IDEIAS SOBRE A LIBERDADE E O ESTADO**

*Nuno Rosmaninho*

Universidade de Aveiro, Departamento de Línguas e Culturas,  
Centro de Línguas, Literaturas e Culturas  
ORCID: 000-0003-2508-5381

**Resumo:** Pode um estadista autoritário, convencido de que cabe ao Estado uma ação educadora e punitiva, aceitar ou promover a arte que nasceu de uma “tempestade revolucionária”? Pode um estadista autoritário, em 1933, clamar contra “o gosto doentio do que é estrangeiro”, ver no modernismo o sintoma dessa doença e, mesmo assim, defendê-lo como uma nota de progresso e avanço? Uma das linhas de fronteira entre os regimes autoritários e o modernismo parece ser o papel do Estado e a liberdade criativa do indivíduo. Em todos os patriotas exaltados, inclusive nos oficiosos, se observa a limitação do indivíduo e o alargamento incomensurável da ação do Estado. O Estado Novo, que tentou controlar as artes por via identitária, repudiou por princípio o individualismo e as estéticas dele decorrentes. Para o efeito, invocou os fundamentos artísticos oitocentistas e a ideologia patriótica que os colonizou no primeiro terço do século XX. Foi nestas bases que o programa identitário das obras públicas tendeu a assentar, mesmo quando, por força dos novos tempos, quis parecer moderno. A conciliação entre *modernismo* e *nacionalismo* constitui a visão estática de um processo de distanciamento irreparável entre duas legitimidades talvez incompatíveis da criação artística.

**Palavras-chave:** identidade, indivíduo, liberdade, Estado, dogmatismo estético

THE IDENTITY ORDER OF PUBLIC WORKS  
VIEWS ON FREEDOM AND THE STATE

**Abstract:** Can an authoritarian statesman, confident that the State is responsible for an educational and punitive action, accept or promote art born from a “revolutionary storm”? Can an authoritarian statesman, in 1933, cry out against “an unhealthy taste for foreign things”, identify that unhealthy symptom in modernism and still defend it as a sign of progress and development? A borderline between authoritarian regimes and modernism seems to be the role of the State and the creative freedom of the individual. In each exalted patriot, including the unofficial ones, the limitation of the individual and the immeasurable expansion of State action is noticeable. The Estado Novo, attempting to control the identity of the arts, rejected individualism and its aesthetics on principle. To this end, it claimed the artistic fundamentals of the 19<sup>th</sup> century and the patriotic ideology colonising them in the first third of the 20<sup>th</sup> century. The identity programme of public works settled on these foundations, even when, attuned to the new era, it wished to appear modern. The conciliation between *modernism* and *nationalism* represents the static view of an irreparable process of detachment between two apparently incompatible legitimacies of artistic creation.

**Keywords:** identity, individual, freedom, State, aesthetic dogmatism

Na transição para o século XX, registou-se uma tendência para atribuir ao Estado uma tutela cada vez maior sobre a atividade artística. Antes, o Estado, embora refletisse o gosto dominante, aceitava manter-se relativamente neutral em matéria estética. Num regime liberal, o Estado devia promover as artes, mas não lhe cabia determinar a

estética, como bem argumentou João Loesevitz em 1876 (p. 33). Num artigo intitulado “Arte e Estado”, declarou que o “primeiro dever de qualquer governo é de tornar-se desnecessário a si mesmo, educando os súbditos na verdadeira liberdade”. Neste contexto, as questões identitárias eram de índole cultural, discutidas entre intelectuais, presas ao passado e a visões campestres. Ainda não havia lugar para imposições normalizadoras porque as esperanças espalhadas pelos patriotas eram acolhidas com ceticismo. A carência de estudos históricos e a dúvida sobre o valor da arte portuguesa tornavam impossível qualquer intuito controlador<sup>1</sup>. Foram os nacionalistas, donos de muitas certezas, que apelaram à intervenção do Estado.

### **1. O Estado como regulador estético**

Há uma grande diferença entre reclamar do Estado a promoção das artes e atribuir-lhe o papel de regulador estético. A primeira função é natural, ultrapassa os tempos e os regimes, constitui um tópico em relação ao qual se discute apenas o âmbito e os custos. A segunda atribui aos políticos o dever de limitar a ação dos artistas. Neste caso, o Estado vai buscar a sua legitimidade ao conceito organicista da sociedade, que transforma a arte num sintoma de vitalidade ou de degeneração coletivas.

O executor político de uma cultura pode ser apenas um epígono cultural. Portanto, insistir no papel controlador do Estado pode ocultar até que ponto o Estado foi induzido a tomar medidas restritivas. Antes de agir, o Estado teve de tomar como suas convicções identitárias fortes e generalizadas que não criou mas se propôs impor. Este assalto ao poder do Estado foi encetado na última década do século

---

<sup>1</sup> Os três períodos antecedentes pertencem ao meu artigo “As artes no Estado Novo. Prisões identitárias”, que se encontra em publicação. O mesmo sucede com os parágrafos seguintes, sobre “O Estado como regulador estético”, e com a frase de encerramento do presente texto.

XIX pelos movimentos neolusitanistas. A caracterologia étnica chegou à história e à crítica de arte a partir de 1890. Cresceram então as certezas identitárias. Os patriotas sentiram-se cercados mas confiantes, e desencadearam um combate aos cétricos.

Na Primeira República, tornou-se comum interpelar o Estado sobre a sua ação em matéria identitária, quer porque autorizava a “desnacionalização” das artes, quer porque não criava políticas de condicionamento que impedissem a “degeneração” cultural do País. As críticas ao estrangeirismo arquitetónico tornaram-se um lugar-comum da imprensa especializada.

Os anos vinte são determinantes e contraditórios. Os patriotas, satisfeitos com o que lhes parecia um consenso estético e identitário, receberam as vanguardas com desdém, enquanto, apesar disso, uma parte da sociedade se deixava fascinar pelo novo. Em arte, essa diferenciação suscitou medo. Tenho defendido que este período, central para a definição estética do Estado Novo, viveu de extremos que nunca se resolveram. A violência discursiva dos nacionalistas assumiu um tom imperativo, normalizador, que se exerceu com zelo sobre as vanguardas e, em geral, as correntes não naturalistas.

## **2. A liberdade dos artistas**

Só se compreende a influência do Estado se notarmos que o seu predomínio estético e identitário se exerce em prejuízo do indivíduo e da sua liberdade criadora.

Até ao fim da Primeira República, prevaleceu em Portugal um dogmatismo estético assente em três convicções, que funcionavam como um sistema de contrapesos, conforme tentei mostrar num artigo intitulado precisamente “O dogmatismo estético nacional”: a arte é a expressão de um belo absoluto, a arte exprime a subjetividade do artista e a arte não deve contradizer a natureza. Daqui nasceu uma mundividência artística definitiva caracterizada por um conceito esta-

bilizado de beleza, essencialmente naturalista, uma percepção finalista da evolução da arte e a colocação de limites à originalidade. Escrevi então que o equilíbrio entre o belo ideal, a subjetividade do artista e o respeito pela natureza impedia o idealismo desligado da realidade, o cabotinismo e a *cópia servil*.

Foi esta cultura de fundo oitocentista que ignorou as vanguardas, troçou das falhas na representação da realidade, as acusou de serem uma exacerbação inútil do indivíduo, e por fim as temeu, viu nelas um novo mundo que a excluía e as atacou em nome da nação e da própria Europa. O nacionalismo desenvolvido a partir de final do século XIX, cheio de certezas ideológicas e estéticas, deu força ao Estado para se impor como árbitro de tudo, incluindo da beleza, e, portanto, como censor autorizado da liberdade artística.

Na ordem liberal, o artista e o Estado aceitam o dogmatismo estético, isto é, a verdade, o bem e o belo. No Estado Novo, o artista é compelido a responder pela nação, geralmente confundida com os valores plásticos oitocentistas. O Estado Novo acha-se no direito de definir e combater a fealdade, o estrangeiro e a degeneração social e espiritual. Os modernistas, representados magnificamente por João Gaspar Simões, José Régio e Almada Negreiros, vêm dizer, com toda a razão, que o artista é ilimitado, obedece apenas a si próprio e não deve ao Estado nenhuma sujeição estética nem ideológica.

### **3. Novo, original, moderno**

Os artistas modernos vinculam-se ao *novo* e *original*. É difícil imaginar este princípio submetido aos ditames da tradição. O impulso artístico não pode obedecer a dois amos tão diferentes. Pode tentar conciliá-los, na condição de que um seja o dominante. É por isso que, ao serviço do Estado Novo, António Ferro se tornou tradicionalista: a retórica conciliatória não disfarça o acatamento da tradição e a vontade de a impor aos artistas. (Rosmaninho, 2018, pp. 225-240)

Para um fator de modernidade, a tradição não pode ser uma matriz, muito menos estabelecida pelo Estado: quando ocorre, é um imperativo pessoal, ou seja, a expressão da sua liberdade individual. Não é possível decretar um estilo moderno sujeito à tradição, porque isso contém uma contradição nos termos. O Estado autoritário não pode aceitar todas as ilações dos princípios modernos.

João Gaspar Simões publicou na *Presença*, em 1927, um artigo intitulado “Nacionalismo em literatura”. Como artista moderno, sentiu-se compelido a rejeitar, “por princípio”, “todas as limitações” (p. 1) e a procurar os melhores horizontes criativos em todo o mundo. Creio que este postulado estrutura o impulso moderno nas artes. Como é que, sobre ele, se podem aceitar os direitos da tradição, a autoridade do Estado e as peias do nacionalismo cultural?

Não conseguindo impedir o crescendo moderno, o Estado Novo tentou *domesticá-lo*, antes de perecer como regime e como mentor estético. O moderno foi vencendo à medida que o Estado Novo se cristalizava e perdia o sentido histórico.

Para ganharem o seu campo de ação, os artistas modernos aceitaram o valor (embora não a primazia) do patriotismo. Mas quando esta harmonização se revelou difícil, recusaram o tradicionalismo da *casa portuguesa* e, usando um termo de Almada Negreiros na revista *Sudoeste* em 1935, as *portuguesadas* naturalistas. Depois, reivindicaram o direito a serem originais, novos, diferentes e a trabalharem sem as determinações estéticas do Estado.

Os anos de 1930 são conflituosos porque, no paroxismo autoritário, não faltava quem exigisse um Estado dominador na expressão estética, e alguns artistas, incapazes de aceitar esse sufoco, foram obrigados a pôr o debate onde ele tinha de estar: nas liberdades individuais, incluindo em matéria de arte. Há presencistas a reivindicarem os direitos do indivíduo, mas não tradicionalistas.

Poucos textos ilustram tão bem esta situação como o de Almada Negreiros intitulado “Vistas do SW”, publicado em outubro de 1935 na

revista *Sudoeste*. Devo lembrar que a evolução futura da arte, até às fulgurações individualistas pós-modernas dos anos de 1980, irá no sentido de afirmar o individualismo e de, no limite, anular a pátria, fechando assim um movimento pendular que, nos anos trinta, tentara aprisionar o indivíduo na nação. Ora, foi neste sufoco coletivista do Estado Novo que Almada Negreiros proferiu estas palavras lapidares (p. 7):

“Tudo quanto é apenas colectivo é desordem. A ordem vem da composição individual. [...] O que é efectivamente permanente e quotidiano é a presença individual humana, o caso pessoal de cada um de nós. É esta a única base e o único fim de toda a sociedade”.

É por causa desta dignidade individual que Almada Negreiros rejeita as sujeições políticas, nomeadamente o “gesto público, particular ou oficial, «de dar de comer às galinhas»” (p. 9) e o academismo: “O artista que é a liberdade humana em pessoa, para qualquer lado que hoje se vire, não vê no ar senão redes de naturalistas a apanharem borboletas” (p. 10).

Todos os modernos ouvidos pelo jornal *Diabo*, em 1939, disseram que a nação não se pode impor ao indivíduo. Este, inteiramente livre, é que chega a exprimir a nação de modo intuitivo e involuntário (AA. VV., 1939). Severo Portela Júnior e os outros patriotas e académicos dizem o contrário: “o artista tem necessariamente de ser o reflexo do seu povo” (Júnior, 1936, p. 80), e é o Estado que, em última análise, dita a maneira de o conseguir.

#### **4. A tradição contra o indivíduo**

Não pretendo entrar numa discussão sobre os atributos formais que tornam moderno um edifício, um quadro ou uma escultura. Quero apenas salientar a predisposição salazarista para, seguindo uma hermenêutica corrente, integrar o modernismo e as vanguardas

numa “tempestade revolucionária que agita o mundo e ameaça os fundamentos da ordem social”, como declarou Salazar no prefácio ao volume das entrevistas realizadas por António Ferro. (Salazar, 1933, p. XXXIII). Pode um estadista autoritário, convencido destes factos e de que cabe ao Estado uma ação educadora e punitiva, aceitar ou promover a arte que nasceu dessa “tempestade revolucionária”? Pode um estadista autoritário, em 1933, clamar contra “o gosto doentio do que é estrangeiro”, ver no modernismo o sintoma dessa doença e, mesmo assim, defendê-lo como uma nota de progresso e avanço?

A atribuição de funções reguladoras em matéria estética ao Estado formou-se a partir das certezas identitárias de final do século XIX e foi acompanhada pela redução da liberdade criativa individual. Esse impulso nasceu da aparente necessidade de limitar a entrada de estrangeirismos e de fortificar a arte que se tinha por portuguesa. Em 1910, isto correspondia a abater os chalés e a favorecer os revivalismos, incluindo a *casa portuguesa*. Em 1930, significava lutar contra a arte materialista e sem pátria, a que os patriotas chamavam modernismo, internacionalismo e cosmopolitismo.

A ação estética do Estado Novo desenvolveu-se nos anos trinta segundo dois princípios, delineados no decreto-lei que criou as missões estéticas de férias em 1936: nacionalizar a arte por intermédio de um “realismo plástico” alegadamente português e expurgá-la das “doentias concepções do que seja a originalidade” e da “desnacionalizadora infiltração de exóticas teorias” caracterizadas pelo “materialismo geométrico, frio e incaracterístico” (cit. por Rosmaninho, 2014, vol. 3, p. 237). Estas considerações, presentes num diploma legal, exprimem um plano de ação que, sem exagero, se pode chamar *antimoderno*.

Em 1937, a orientação antimoderna do Estado Novo era dita e redita por ideólogos oficiais e officiosos. Enquanto presidente da Junta Nacional da Educação, Gustavo Cordeiro Ramos repudiava o “internacionalismo estético”, que considerava “tão funesto como o [internacionalismo] político” (cit. por Brites, 2012, vol. 1, pp. 189-190). No mesmo ano,

José de Figueiredo, dono de um prestígio historiográfico nacionalista com décadas, afirmou, na qualidade de presidente da 6.<sup>a</sup> secção da Junta Nacional da Educação, que não admitia o *novo* fora da tradição portuguesa e que os desvios estéticos deviam ser simplesmente removidos, no caso da pintura e da escultura, e evitados por censura estética, na arquitetura (cit. por Brites, 2012, vol. 1, pp. 190-192).

Em todos os patriotas exaltados, inclusive nos oficiosos, se observa a limitação do indivíduo e o alargamento incomensurável da ação do Estado, sempre com dois princípios: um, antigo, de reaportuguesamento com base na tradição; outro, do século XX, de repúdio dos estrangeirismos (por não serem portugueses) e do modernismo (por não ter pátria).

Este espírito declina a seguir, perde vigor com a derrota dos autoritarismos italiano e alemão na Segunda Guerra Mundial. O vigor antimoderno volve-se em esforço de domesticação do que se tentou derrotar e afinal venceu. Não podendo regressar à harmonia arquitetónica portuguesa de meados do século XIX, tão amada por Raul Lino; não podendo recuperar sequer o mundo das esperanças patrióticas de início do século XX; não podendo, enfim, voltar atrás, ao tempo em que se troçava sem medo dos modernistas de *Orpheu*, restava domesticar o modernismo, vesti-lo com as cores e os temas do povo rural.

Esta linha de raciocínio não é nova. Alguns elementos foram salientados por Flórido de Vasconcelos há sessenta anos. Em 1957, este autor salientou que “o ataque cerrado à Arte Moderna” se fez “em nome da tradição e do portuguesismo” e do “pitoresco regionalista”. Na sua opinião, o Secretariado da Propaganda Nacional *domesticou* a arte moderna para que ela beneficiasse da “aceitação burguesa”, perdesse o sentido de futuro e, na pintura, se colorisse com as tintas finisseculares de Malhoa, Carlos Reis e Veloso Salgado. A arquitetura moderna tutelada pelo Estado parecia obrigada a escolher, como escreveu Flórido de Vasconcelos, entre o “passado nacional” e o “presente estrangeiro” (Vasconcelos, 1957, pp. 76, 77 e 78).

O Estado Novo, incluindo António Ferro, tem uma fórmula para resolver o dilema entre *moderno* e *português*. Mas o problema da fórmula, como se torna claro para qualquer artista que escuta os discursos de António Ferro, é ser uma fórmula. As receitas só produzem epígonos.

## **5. Estatização do dogmatismo estético oitocentista**

Foram os princípios enraizados na cultura artística portuguesa que os académicos tentaram preservar e que Salazar invocou no discurso proferido na sede do Secretariado da Propaganda Nacional, em 21 de fevereiro de 1935, na primeira festa de distribuição dos prémios literários deste organismo. Com a astúcia que se lhe reconhece, Salazar não impôs formas artísticas. Pediu aos artistas a busca da “verdade”, da “justiça”, do “belo” e do “bom” e recusou-lhes o direito ao individualismo, à morbidez e às expressões de decadência (cit. por Ó em Rosas, 1992, p. 409). Este discurso é, ponto por ponto, antimoderno e favorável aos códigos oitocentistas. Não será, portanto, excessivo afirmar que o Secretariado da Propaganda Nacional foi criado para dar ao Estado o poder de favorecer o dogmatismo estético oitocentista e de, contra a liberdade do artista, decretar limites estéticos, morais, políticos e até religiosos.

Os princípios identitários exigidos às artes são a soma de estereótipos formados sobretudo no final do século XIX, combinados com o espírito de intransigência ideológica cultivado pelo Estado Novo. O pensamento de Oliveira Salazar expressa uma mediana de ideias que, embora exibidas com alarde, como é próprio dos patriotas, não passam de lugares-comuns que não são seus e raramente pertencem ao seu regime, embora sejam apresentados como tal.

Enquanto Almada Negreiros e todos os modernos sem subserviência política apresentam o indivíduo como fundamento da criação artística, os patriotas típicos (Salazar, António Ferro, Severo Portela Júnior, Fernando de Pamplona, etc.) só aceitam a nação interpretada pela “acção disciplinadora do Estado” (Júnior, 1936, p. 80), que impediria,

por um lado, os alegados desmandos individualistas (a libertinagem artística) e, por outro lado, a arte apátrida.

A ordem identitária prevalecente no Estado Novo assenta no dogmatismo estético oitocentista, caracterizado pelas limitações impostas ao indivíduo, pela prevalência caracterológica e ruralista e pela invocação da história e da tradição. Um artista como Almada Negreiros, que não foi insensível à tradição e ao valor da pátria, reiterou toda a vida a primazia do indivíduo criador, como se deduz da leitura do volume que colige os seus manifestos e conferências. Em 1926, afirmou que “em Arte, a única maneira de cumprir as regras é ser independente. As regras do pensamento universal só as pode encontrar cada um isoladamente”. Em 1934, disse que: “Não há parasitas senão do que é a própria vida. E das duas uma: ou somos nós a própria vida ou não podemos deixar de ser os parasitas”. Em 1969, declarou que “Amadeo de Souza-Cardoso pode nem sequer ter tido a consciência do que ele veio trazer a Portugal... Ele veio trazer aqui o chamamento que ele recebeu em Paris. Não da França. Não do mundo inteiro. Da Humanidade!” (Negreiros, 2006, pp. 143, 225 e 328).

## **6. Conclusão**

Uma das linhas de fronteira entre os regimes autoritários e o modernismo parece ser o papel do Estado e a liberdade criativa do indivíduo. O Estado Novo, que tentou controlar as artes por via identitária, repudiou por princípio o individualismo e as estéticas dele decorrentes. Para o efeito, invocou os fundamentos artísticos oitocentistas e a ideologia patriótica que os colonizou no primeiro terço do século XX. Foi nestas bases que o programa identitário das obras públicas tendeu a assentar, mesmo quando, por força dos novos tempos, quis parecer moderno. Como já tive oportunidade de referir, a conciliação entre *modernismo* e *nacionalismo* constitui a

visão estática de um processo de distanciamento irreparável entre duas legitimidades talvez incompatíveis da criação artística.

## Referências bibliográficas

- AA.VV. (1939, 29 de abril). Depõem críticos e artistas acerca da gênese e da universalidade da arte moderna. *O Diabo*, Lisboa, n.º 240, 4-5 e 8.
- Brites, J. (2012). *O Capital da Arquitectura. 1929-1970. Estado Novo, arquitectos e Caixa Geral de Depósitos* (Dissertação de doutoramento). Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 3 vols. Edição em livro: Brites, J. (2014). *O Capital da Arquitectura. Estado Novo, arquitectos e Caixa Geral de Depósitos (1929-1970)*. Lisboa: Prosafeita.
- Júnior, S. (1936). *Arte Antiga, Arte Moderna. Relatório apresentado à Junta de Educação Nacional*. Lisboa: E. do A.
- Loesevitz, J. (1876, 1 de dezembro). Arte e Estado. *Revista Crítica das Belas-Artes*, Lisboa, n.º 2, 33-36.
- Negreiros, A. (1935, outubro). Vistas do SW. *Sudoeste*. Lisboa, n.º 2, 6-12.
- Negreiros, A. (2006). *Manifestos e Conferências*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Rosas, F. (1992). *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. Lisboa: Editorial Presença.
- Rosmaninho, N. (2014). *Artes de Portugal. Antologia (1814-2014)*. Vols. 2 e 3 do *Relatório da unidade curricular de Identidade Artística Portuguesa*. Aveiro: Universidade de Aveiro. Policopiado.
- Rosmaninho, N. (2016). O dogmatismo estético nacional. In M. S. A. Conde & S. S. Silva, *História, Pensamento e Cultura. Estudos em homenagem a Carlos Cordeiro*. Ponta Delgada: [Universidade dos Açores], 515-536.
- Rosmaninho, N. (2018). *A Deriva Nacional da Arte. Portugal, séculos XIX-XXI*. Vila Nova de Famalicão: Húmus.
- Salazar, A. O. (1933). Prefácio. In A. Ferro, *Salazar. O homem e a sua obra*. [Lisboa]: Empresa Nacional de Publicidade.
- Simões, J. G. (1927). Nacionalismo em literatura. *Presença*, 7, 1.
- Vasconcelos, F. (1957, janeiro-março). Depois do futurismo. *Cidade Nova*, Coimbra, 5.ª série, n.º 1-2, 74-81.

**OBRAS PÚBLICAS E “MELHORAMENTOS”  
LOCAIS: ENTRE LISBOA E O PAÍS (REAL)**

*Ricardo Costa Agarez*  
Universidade de Évora – CIDEHUS,  
Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades  
ORCID: 0000-0002-1170-6661

**Resumo:** Este texto visa trazer luz a uma faceta pouco explorada do complexo técnico-administrativo governamental que implementou sucessivas (e diversificadas) campanhas de Obras Públicas ao longo da vigência do Estado Novo: a expressão – em mais do que um sentido – local e regional de tal aparelho. Escrutinando a criação de fórmulas e serviços específicos para o desenvolvimento de uma *descentralização controlada* da promoção de Obras Públicas em todo o País, o capítulo explora as negociações entre autoridades, agências e intervenientes locais, regionais e centrais, de uma forma que complementa, e por vezes contradiz, as convenções vigentes sobre um sistema centralizado onnipotente, evidenciando fragilidades, hierarquias complexas de poder e o papel de atores posicionados a distintos níveis, em situações concretas. Observadas a partir do exemplo do distrito de Faro, as burocracias central, regional e local das Obras Públicas em Portugal aparecem menos como meros executantes de ditames superiores e mais como foros de negociação e debate, nos quais a cultura arquitetónica dos não arquitetos e a edificação corrente, do dia a dia, com que se equipou e constituiu o ambiente construído português, ganham especial relevo.

**Palavras-chave:** Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, Direcção de Urbanização de Faro, Melhoramentos Urbanos, Junta de

Província do Algarve, Commissariado do Desemprego, “Descentralização Controlada”, Arquitetura no Estado Novo, Burocracia

PUBLIC WORKS AND LOCAL ‘IMPROVEMENTS’:  
BETWEEN LISBON AND THE (REAL) COUNTRY

**Abstract:** This essay sheds new light on a little-explored facet of the technical, administrative and governmental complex that pursued consecutive, diverse, nationwide public works campaigns throughout the Estado Novo period: its local and regional expressions, in more than one sense. By scrutinising the process of establishing legal and administrative formulas and services specifically aimed at enabling a *controlled decentralisation* of public works initiatives, this chapter explores the negotiations involving local, regional and metropolitan authorities, agencies and protagonists: my purpose is to problematise, and occasionally counter, commonly-accepted conventions that present the Portuguese case as one of top-down, highly centralised, style-defining public infrastructure policies. A detailed study of concrete examples in the Algarve region (circumscription of Faro) evidences the frailties, the intricate power hierarchies at play and the less-visible roles of agents positioned at different levels. Central, regional and local Public Works bureaucracies in Portugal appear as more than mere executors of government dictates: they were negotiation and dispute forums that put into sharp relief the cultures of architects and non-architects and the importance that every-day, pragmatic local initiatives had in forming the country’s built environment.

**Keywords:** Public Works Office for Urbanisation Services (DGSU), Office for Urbanisation, Faro (DUF), Urban Improvements, Unemployment Office, “Controlled Decentralisation”, Architecture in the Estado Novo period, Bureaucracy

## **Preâmbulo: Lisboa/Loulé (Faro), 1953**

Em julho de 1953, o conservador ministro das Obras Públicas Frederico Ulrich (1905-1982) – que em 1948 presidira às comemorações dos Quinze Anos de Obras Públicas– autorizou em termos singulares a comparticipação do Estado na construção de um Centro de Assistência Social Polivalente (CASP) em Loulé:

“[...] pressupondo que a [Direcção de] Urbanização [de Faro] não terá deixado de atender à orientação do edifício e sua localização, no Algarve, ao considerar os vãos envidraçados voltados a Sul; [...] embora me desagrade totalmente o tipo – de pavilhão de exposição – idealizado pelos autores do projecto – não me oporei à aprovação deste, desde que o actual Governador [Civil] de Faro confirme o assentimento que, ao que parece, ele mereceu ao seu antecessor”<sup>1</sup>.

O “tipo” que tanto desagradava ao ministro, escolhido pelos arquitetos Manuel Laginha (1919-1985) e Rogério Martins (1920-1997) para o que se tornaria um dos ícones da arquitetura moderna do pós-guerra no Algarve – e o primeiro de uma série notável de equipamentos do mesmo tipo, de escala e iniciativa regionais<sup>2</sup> –, foi, na verdade, apoiado tanto pelos responsáveis da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização (DGSU) em Lisboa quanto pela Direcção de Urbanização de Faro, ramo regional daquela. A não oposição do ministro e o empenho dos agentes locais possibilitaram a comparticipação do Estado com 520.000\$00, através do Fundo de Desemprego, na realização deste chamado ‘Melhoramento Urbano’ – figura que,

---

<sup>1</sup> *Construção de um Centro de Assistência Social “Polivalente” em Loulé*. SIPA: Arquivo DGEMN/DSARH, ED-3.17/18. Cit. in Agarez (2005).

<sup>2</sup> Os contornos e atores principais desta iniciativa de responsáveis distritais foram por mim detalhados em Agarez (2016).

instituída em 1932, ganhou novo fôlego em 1945 com a entrada em funcionamento da DGSU.

O exemplo do CASP de Loulé (1951-1958) (Fig. 1) sugere que, contrariamente à visão cultivada pela historiografia da arquitetura e urbanismo do século XX em Portugal, o poder do governo central na definição da feição arquitetónica das Obras Públicas de “interesse local” não se terá sobreposto sistematicamente ao papel dos atores que, nas vilas, cidades e regiões interessadas, participaram no processo; e que estes terão afinal tido um peso não desprezível no processo de adoção de uma linguagem moderna para os edifícios públicos, processo que, como Joana Brites notou – também contrariando a visão preva- lecente, acima referida –, terá sido decorrente da “opção deliberada ou da anuência consciente das mais altas esferas do regime” (Brites, 2011, p. 186). Entre 1945 e 1976, a construção de equipamentos para assistência e salubridade pública, educação física e desporto, instala- ções de serviços municipais e outros serviços públicos, instituições religiosas e da Organização Corporativa e bairros de Casas para Pobres e Pescadores, bem como de arruamentos, espaços públicos, parques e jardins em todo o país, foi comparticipada e acompanhada tecni- camente – logo, controlada – pelo Estado, por intermédio da DGSU<sup>3</sup>. Esta foi uma oportunidade para Lisboa tentar subordinar os interesses locais ao interesse nacional (e eminentemente central) no processo de urbanização acelerada da segunda metade do século, sem dúvida – mas foi também, em aparente paradoxo, a ocasião para uma pulverização significativa das vontades e das vozes intervenientes, na medida em que abriu frentes de debate e negociação com a miríade de ‘entidades peticionárias’ (câmaras municipais, misericórdias, fábricas de igreja,

---

<sup>3</sup> A filosofia, estrutura, funcionamento e atribuições da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização não foram, até hoje, objeto de qualquer estudo detalhado. Podemos encontrar alguma informação sobre o trabalho dos respetivos serviços de paisagismo, relatada na “primeira pessoa”, em Araújo & Melo (2009).

comissões de assistência, corporações de bombeiros, Casas de Povo e de Pescadores) na origem das iniciativas.

Utilizando o distrito de Faro como ponto de partida possível para uma discussão do caso alargado português, este texto pretende começar a trazer luz a uma faceta pouco explorada do aparelho técnico-administrativo governamental que implementou sucessivas (e diversificadas) campanhas de Obras Públicas<sup>4</sup> com um alcance territorial particular: uma *expressão* – em mais do que um sentido – local e regional. Observando de perto o modo de funcionamento das extensões distritais do MOP e de outros serviços e entidades locais, o estudo, de maior fôlego, de que este curto ensaio se alimenta, expõe as negociações com autoridades, agências e intervenientes tanto locais como centrais, de uma forma que complementa, e por vezes contradiz, as convenções ainda vigentes na nossa cultura arquitetónica sobre um sistema centralizado onnipotente, evidenciando fragilidades, hierarquias complexas de poder e o papel de atores locais em situações concretas (por exemplo, na aplicação de tipos regionais ou, em geral, na problemática da identidade construída regional<sup>5</sup>). As burocracias central, regional e local das Obras Públicas em Portugal aparecem menos como simples executantes de ditames superiores e mais como foros de negociação e debate, nos quais a cultura arquitetónica dos não arquitetos e a edificação corrente, do dia a dia, com que se equipou e constituiu o ambiente construído português – objetivo declarado das políticas de Obras Públicas –, ganham especial relevo.

Considerando o propósito geral desta publicação, de assinalar a passagem de sete décadas desde a Exposição *15 Anos de Obras Públicas*, e a economia própria do ensaio – parte de um volume

---

<sup>4</sup> O funcionamento do aparelho central das Obras Públicas e a sua atuação sectorial foram discutidos, pioneira ainda que resumidamente, em Moniz (2005).

<sup>5</sup> A responsabilidade partilhada na criação de uma “identidade construída regional” é um dos temas principais do meu livro *Algarve Building* (2016), acima referido.

editado – decidi incidir, numa primeira secção, no grande quadro institucional e político que propiciou e justificou a montagem do aparelho jurídico, governamental e técnico que enquadrou os estratos central, intermédio (regional) e local da operação das Obras Públicas em Portugal; e no processo de desdobramento do aparelho central em extensões regionais (distritais), criando novos níveis de filtragem e decisão sobre pertinência, adequação, prioridade e exequibilidade das iniciativas locais, novos âmbitos mediadores entre o municipal e o central, e uma nova elite técnico-política.

A segunda secção deste texto ilustra o papel dos agentes centrais e locais na negociação de poderes e preocupações a propósito de casos específicos ocorridos, entre as décadas de 1940 e 1950, na cidade de Faro. Tais exemplos funcionam aqui como vislumbres das dinâmicas de poder, da expressão de visões, estratégias e necessidades locais e nacionais, e das constelações de relações existentes entre agentes aos vários níveis; sugerem, finalmente, a importância de uma microburocracia regional na criação e disseminação de uma cultura técnico-arquitetónica localizada e localmente relevante, além de sintonizada com o seu tempo – questionando a visão metropolitana de uma máquina centralizada, retrógrada e esterilizadora da capacidade de “agência” periférica.

## **1. O Pano de Fundo: Desemprego e Melhoramentos Locais, Urbanização e Centralização (1932-1979)**

“Não se dão esmolas, procura dar-se trabalho”. Esta frase, utilizada em 1948 como lema na secção dedicada ao Comissariado do Desemprego na Exposição *15 Anos de Obras Públicas* (Fig. 2), fez parte da retórica do decreto que criou, em 1932 e com “carácter transitório”<sup>6</sup>, uma das instituições basilares da política de Obras Públicas do Estado

---

<sup>6</sup> Decreto n.º 21.699. *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 230, 1932, 30 de setembro.

Novo. O Comissariado, afinal tão duradouro quanto o regime que o estabeleceu<sup>7</sup>, foi o veículo escolhido para, canalizando percentagens de salários pagos (“patronato”) e recebidos (“pessoal”) reunidas num “Fundo de Desemprego”<sup>8</sup>, enfrentar tanto a carência de emprego endêmica nos setores mais carenciados da população portuguesa, quanto a urgente necessidade de infraestruturização do País.

Com efeito, foi aos “grupos III [oficiais, ajudantes e aprendizes de qualquer ramo da construção civil] e IV [serventes e trabalhadores sem ofício definido, divididos em “urbanos” e “rurais”] de desempregados” que o diploma se dirigiu com maior precisão, ditando “a abertura de grande número de trabalhos em que possa dar-se-lhe ocupação” e cuja urgência como assunto de Estado se reiterou:

“Repartições públicas, por vezes até armazéns de toda a espécie, pejam e estragam riquíssimos palácios por falta de alojamento conveniente; escolas de todos os graus aguardam reparação ou instalação condigna; as casas económicas não têm passado de tentativas modestas; poucas são as cidades e vilas com redes completas de esgotos e águas; obstruem-se valas e ribeiras por falta de limpeza conveniente; necessita incremento notável a arborização de serras e dunas, correctivo do assoreamento de portos e de rios.

---

<sup>7</sup> O Decreto-Lei n.º 759/74, de 30 de dezembro de 1974, extinguiu o Comissariado do Desemprego e criou, no Ministério do Trabalho (cuja lei orgânica, compreendendo a extinção do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, foi objeto do Decreto-Lei n.º 760/74, da mesma data), o Gabinete de Gestão do Fundo de Desemprego, de composição interministerial e dotado de autonomia administrativa e financeira, para aplicação das verbas daquele fundo no quadro de uma “política global de emprego”.

<sup>8</sup> O princípio do Fundo de Desemprego foi estabelecido pelo Decreto n.º 20.984, de 7 de março de 1932, sob a forma de uma “Caixa de Auxílio aos Desempregados”.

São as pequenas obras rurais e todos estes trabalhos de limitado fôlego, distintos das grandes obras públicas, que o Governo ataca neste combate ao desemprego”<sup>9</sup>.

Abriam-se então “trabalhos de melhoramentos urbanos” para colocação de desempregados “urbanos” e de “melhoramentos de águas e saneamento” para “urbanos” e “rurais” daqueles grupos (em “termos de nunca afetarem os trabalhos agrícolas”), a realizar em colaboração com as autarquias locais ou directamente pelo Estado (através da Junta Autónoma de Estradas, JAE; da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, DGEMN; da Administração-Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos; da Junta Autónoma de Hidráulica Agrícola e da Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas) e sempre, “quanto à sua localização e intensidade”, em função das indicações dadas pelo Commissariado quanto às necessidades de cada ponto do País.

As obras a apoiar – e aqui nos aproximamos do sujeito central deste texto – seriam “subordinadas à assistência técnica directa dos organismos respectivos do Estado para maior garantia da boa execução”, sem, contudo, ignorar o imperativo pragmático decorrente da urgência da situação: aos mesmos organismos era requerido que simplificassem “o mais possível, dentro da exigência da técnica, os estudos e projetos dos trabalhos referidos”<sup>10</sup>.

A criação do Commissariado do Desemprego (CD) e canalização do Fundo correspondente para mitigar conjuntamente carências laborais e infraestruturais do País, fez parte de um pacote legislativo, anterior à consolidação do regime pela Constituição de 1933 e expressamente dedicado à matéria: os quatro decretos de 19 de setembro de 1932 do Gabinete do Ministro das Obras Públicas e Comunicações Duarte Pacheco que instituíram, além do Commissariado, as figuras de Melhoramentos

---

<sup>9</sup> Decreto n.º 21.699, preâmbulo.

<sup>10</sup> Decreto n.º 21.699, artigo 124.º.

Urbanos<sup>11</sup> e Melhoramentos de Águas e Saneamento<sup>12</sup>, transferindo ainda para as competências da Junta Autónoma de Estradas a já existente fórmula de Melhoramentos Rurais<sup>13</sup>. O pacote mereceu destaque especial na exposição de 1948 – expresso não apenas na secção dedicada ao CD mas também na edição de um folheto próprio sobre Melhoramentos Urbanos, fixando o discurso oficial correspondente: não era só

“[...] nos centros mais importantes, que o auxílio do Estado se faz sentir. Com efeito, estende-se também aos mais pequenos núcleos urbanos, participando na construção, quer duma capela ou dum cemitério, quer dum lavadouro ou dum centro de assistência social, dum bairro de habitações para trabalhadores, etc. [...] Com isso, não só se modifica a fisionomia das nossas cidades, vilas e aldeias, como se proporciona trabalho útil e remunerador a milhares de operários”<sup>14</sup>.

Este conjunto de diplomas veio, na verdade, consolidar e estender a experiência iniciada em 1931 com a inscrição da rubrica “Subsídios para melhoramentos rurais”, subdividida em “Estradas municipais e viciniais” e “Escolas primárias”, no orçamento do Ministério do Comércio e Comunicações<sup>15</sup>. Foi este o primeiro passo de uma estratégia, que chamarei aqui de *descentralização controlada*, através da qual o Estado Novo, nos seus primeiros anos, quis implicar comunidades e poderes locais na resolução das próprias necessidades implementando um mecanismo simples: a distribuição de “subsídios aos corpos

---

<sup>11</sup> Decreto n.º 21.697. *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 230, 1932, 30 de setembro.

<sup>12</sup> Decreto n.º 21.698. *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 230, 1932, 30 de setembro.

<sup>13</sup> Decreto n.º 21.696. *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 230, 1932, 30 de setembro.

<sup>14</sup> *15 Anos de Obras Públicas 1932-1947: Melhoramentos Urbanos*. (1948). Lisboa: Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização.

<sup>15</sup> Decreto n.º 19.502. *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 69, 1931, 24 de março. Ao Ministério do Comércio e Comunicações sucedeu o das Obras Públicas e Comunicações.

administrativos para obras de insofismável utilidade que obedecem a preceitos técnicos estabelecidos em cadernos de encargos-tipo e se submetam à sua orientação e fiscalização”. Ou seja: a concessão de financiamento em troca de controle técnico-administrativo central.

O legislador de 1931 chamou-lhes “princípios de prudente descentralização”, fórmula de “equilibrada cooperação do Estado e dos corpos administrativos” justificada, já então, pela crescente “crise de trabalho” e pelo interesse em aproveitar “o concurso gratuitamente dispensado, em trabalho e materiais, pelo povo rural”, a obras como escolas primárias e estradas. Pragmático, o governo aproveitou recursos disponíveis, partilhou (até certo ponto) responsabilidades e disseminou apoios a iniciativas e investimentos locais, mantendo controle sobre estes e nutrindo por esta via, possivelmente<sup>16</sup>, uma rede de apoiados-apoiantes importante na fase de afirmação que o regime então vivia (Fig. 3).

A filosofia subjacente à criação dos Melhoramentos Rurais em 1931 estendeu-se assim, no ano seguinte, à figura de Melhoramentos Urbanos (MU): é esta última que importa aqui detalhar. Constituída, no diploma de 1932, por

“obras de interesse local e vantagem colectiva a executar fora dos grandes centros, compreendendo a realização de planos de urbanismo, a construção, transformação e reparação de escolas primárias, escolas profissionais elementares, liceus municipais, hospitais e outros edifícios de assistência, museus e monumentos nacionais”,

esta categoria foi sendo detalhada e clarificada pela prática dos serviços até abranger, em 1946, um conjunto significativo de traba-

---

<sup>16</sup> Note-se que, no presente texto, venho recorrendo à retórica oficial para reconstruir o pano de fundo de desenvolvimentos subsequentes, pontualmente abrindo hipóteses de trabalho que não podem, por enquanto, ser verificadas com dados concretos.

lhos, dividido pelas categorias de “Arruamentos” (avenidas, ruas e praças, parques e jardins, em povoações de mais de 2.500 habitantes) e “Edifícios”. Estes, por sua vez, distribuía-se pelos campos da Assistência e Salubridade Pública – asilos e albergues, creches e lactários, maternidades e refúgios maternais, colónias de férias, parques infantis, balneários, refeitórios, centrais leiteiras, matadouros, mercados e feiras, lavadouros e cemitérios; Obras de instituições de Educação Física – centros desportivos, campos de jogos, piscinas e ginásios; Edifícios públicos ou de interesse público para instalação de Serviços Municipais – Paços do Concelho, instalações de Serviços Municipalizados, bibliotecas e museus municipais – e do Estado central<sup>17</sup> – tribunais, serviços de Finanças, delegações de Saúde, conservatórias do Registo Civil e Predial, sedes de Juntas de Freguesia; postos da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública, cadeias, quartéis de bombeiros e residências de magistrados; e Obras de instituições da Organização Corporativa – sedes de Casas do Povo, sedes de Casas de Pescadores e centros de assistência clínica ou social; e Bairros de Casas para Pobres e Pescadores<sup>18</sup>.

Percebe-se aqui o alcance deste instrumento para a infraestruturização do País, e também o seu significado para a extensão, a todo o território nacional, do controle técnico, administrativo e financeiro (e por consequência, político) pelo governo central. A DGEMN ficou em 1932 responsável pela orientação técnica e fiscalização das obras, bem como pela organização de inquéritos “que permit[isse]m a justa apreciação das necessidades locais”, pelo estabelecimento de “programas de urbanismo de acordo com as entidades locais, corpos e corporações administrativas ou comissões de iniciativa” (designadas “entidades peticionárias”) e pela elaboração dos respetivos planos.

---

<sup>17</sup> Alguns dos quais da responsabilidade de ‘comissões administrativas’ criadas em parceria entre o MOP/DGEMN e outros ministérios. Para exemplos, ver Moniz (2005).

<sup>18</sup> Circular DGSU (s/n) às câmaras municipais do País, de 15 de agosto de 1946. Câmara Municipal de Olhão: Secção de Obras Particulares e Municipais.

Ficou também definido o esquema de financiamento dos trabalhos de MU: cabiam ao Estado (pela DGEMN) os encargos do projeto, assistência técnica e mão de obra (até 50% do custo total da obra) e aos organismos petionários os restantes encargos (aquisição de terrenos, fornecimento e transporte de materiais)<sup>19</sup>. Os habitantes ou proprietários locais podiam participar coletivamente na execução de MU nas condições estabelecidas para organismos públicos ou realizá-los à sua custa com assistência técnica do Estado, a requerer à DGEMN<sup>20</sup>.

Doze anos depois, os “Planos Gerais de Urbanização e Expansão” substituíram os “programas de urbanismo” de 1932<sup>21</sup>; para executar o propósito, entretanto falhado, de “promover e estimular, com carácter de indispensabilidade e urgência e em moldes de civilização e progresso adequados, a urbanização de todas as sedes dos concelhos e de outros aglomerados populacionais importantes de todo o País”<sup>22</sup>, criou-se a Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, o novo ramo da árvore governamental das Obras Públicas. Ao longo de 32 anos (de 1944 a 1976), este ramo ganhou uma força correspondente à complexidade das suas funções: muito embora a instituição seja quase exclusivamente conhecida, na historiografia da arquitetura e urbanismo em Portugal, pelo seu papel no planeamento urbano e territorial do País, foi na verdade a sua missão enquanto ferramenta de supervisão técnico-administrativa e financiamento dos melhoramentos públicos disseminados por todo o território (muitos pensados em concretização de novos planos urbanos) que transformou a DGSU em elo indispensável do aparelho governamental do Estado Novo.

Procurou-se potenciar os dois “aspectos fundamentais” da atuação do Estado nos melhoramentos públicos – a “intervenção técnica” (es-

---

<sup>19</sup> Decreto n.º 21.697, artigo 9.º.

<sup>20</sup> Decreto n.º 21.697, artigo 10.º e artigo 13.º.

<sup>21</sup> Decreto n.º 33.921. *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 197, 1944, 5 de setembro.

<sup>22</sup> Decreto n.º 34.337. *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 286, 1944, 27 de dezembro, preâmbulo.

tudo, orientação e aprovação de projetos e fiscalização de trabalhos) e a participação financeira – estabelecendo um organismo específico, bem posicionado na orgânica governamental, para canalizar os subsídios disponibilizados pelo Fundo e Commissariado do Desemprego; contrariou-se a dispersão pelos serviços até então envolvidos (DGEMN, JAE e outros) com a centralização de obras urbanas, rurais, de arruamentos e águas e saneamento em uma entidade “caracterizad[a] pela unidade e homogeneidade indispensáveis à interdependência existente entre os vários sectores da sua intervenção”<sup>23</sup>.

Tal centralização cedo se revelou excessiva e contraproducente. As quatro direções externas criadas na orgânica da DGSU em 1945 (Porto, Coimbra, Lisboa e Évora) não conseguiam chegar às “obras pequenas e espalhadas por todos os recantos da metrópole”; as entidades interessadas lutavam com dificuldades “resultantes da falta de assistência técnica e das demoras na apreciação dos seus projectos e no processamento das participações por trabalhos realizados”<sup>24</sup>. Para responder ao aumento de solicitações e melhorar a abrangência territorial da nova máquina, a reorganização da DGSU em 1948 criou 20 novas direções externas (uma “Direcção de Urbanização” em cada capital de distrito do continente, “uma no distrito do Funchal e uma nos Açores”). Em janeiro de 1949, com as suas 20 delegações regionais em funcionamento, a esquadra DGSU entrou em velocidade de cruzeiro; ao leme, desde o início e durante quase duas décadas, esteve o antigo comissário-adjunto do Desemprego (1932) e da *Exposição do Mundo Português* (1938), engenheiro Manuel de Sá e Melo<sup>25</sup>.

---

<sup>23</sup> Decreto n.º 34.337. *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 286, 1944, 27 de dezembro, preâmbulo.

<sup>24</sup> Decreto-Lei n.º 37.009. *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 187, 1948, 2 de agosto, preâmbulo.

<sup>25</sup> Manuel Duarte Moreira de Sá e Melo (1892-1975), licenciado em Engenharia Civil e de Minas pela Escola de Engenharia do Porto (1915), iniciou-se em funções públicas como engenheiro do quadro técnico de Obras Públicas em Vila Real (1916) e membro da Comissão de Construção de Casas Económicas do Porto (1918).

Compreender devidamente o impacto quantitativo da aplicação pela DGSU de fundos do CD durante a vigência do Estado Novo é tarefa que ultrapassa o âmbito do presente texto. Se quisermos ficar com uma impressão aproximada, contudo, podemos recorrer aos dados estatísticos compilados por aquele comissariado entre 1934 e 1972 (tendo em conta, sempre, que se trata de dados publicados, e possivelmente manipulados, pelo governo): por exemplo, o “Resumo das participações pagas” pelo CD desde 1932 para a realização de melhoramentos públicos, publicado em 1970, refere que até então haviam sido financiadas 2.927 “Instalações para serviços”; 2.095 “Estabelecimentos de ensino”, 2.802 “Estabelecimentos de assistência” e 2.596 “Estabelecimentos culturais e monumentos”; 106 bairros de “Casas de habitação para pescadores”, 533 bairros de “Casas de habitação para famílias pobres”, 256 bairros de “Casas de habitação económica” e um de “Casas de habitação desmontáveis”; 2.005 “Igrejas e seminários”; 4.225 obras de “Abastecimentos de água” e 960 de “Saneamento”; 4.777 “Arruamentos”; 1.627 trabalhos de “Electrificação”; 3.541 “Estradas, caminhos e pontes”; 2.197 “Obras de hidráulica”; 1.268 “Estudos de urbanização e levantamentos topográficos”; e 1.581 “Outras obras”. No total, até 1970 terão sido realizadas 33.497 obras, participadas pelo Fundo de Desemprego em 5.589.165.572 escudos (Ministério das Obras Públicas, 1971, p. 59)<sup>26</sup>.

---

Técnico da Administração-Geral de Estradas e Turismo desde 1926, foi Diretor de Estradas do Distrito de Aveiro (1929-1930) e ocupou diversos cargos na JAE (criada em 1927) até ser nomeado comissário-adjunto do Desemprego em 1932, comissário-adjunto da *Exposição do Mundo Português* em 1938 e inspetor superior de Obras Públicas em 1941. Foi procurador à Câmara Corporativa por designação do Conselho Corporativo. Cf. *curriculum vitae* publicado em [app.parlamento.pt](http://app.parlamento.pt), acedido em 18 de agosto de 2018. O Eng.º Sá e Melo foi o primeiro diretor-geral dos Serviços de Urbanização, cargo que ocupou durante quase duas décadas; em 8 de fevereiro de 1963 foi substituído no cargo por Alfredo Macedo dos Santos.

<sup>26</sup> Valor total correspondente a 1.624.536.312,79 euros em 2017, calculado pela fórmula de atualização do índice de preços no consumidor (média anual) disponível em [INE.pt/xportal/](http://INE.pt/xportal/), acedido em 17 de agosto de 2018.

Extinto o CD no final de 1974, foi apenas em fevereiro de 1976 que o regime democrático em Portugal extinguiu formalmente a DGSU, desdobrando-a em dois organismos dependentes do novo Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção: a Direcção-Geral do Planeamento Urbanístico (DGPU) e a Direcção-Geral do Equipamento Regional e Urbano (DGERU)<sup>27</sup>. Em democracia como em ditadura, as Obras Públicas e a Habitação de promoção pública são vistas acima de tudo como um instrumento de resposta ao problema endémico do emprego no País: o diploma de 1976 refere com clareza a urgência de colmatar a carência de habitação acessível, de coordenar e modernizar a atividade das empresas de construção civil e – uma vez mais – de incentivar a indústria da construção civil como motor da economia nacional e recurso imprescindível para assegurar emprego (ocupando, como fazia então, 25% da mão de obra ativa nacional).

Regulada três anos depois, a missão das novas direcções-gerais foi apresentada como um antídoto para a ação da DGSU, centralizadora e condicionadora da atividade das autarquias locais; como um contributo para a libertação e autonomização destas. Com uma retórica não muito distante da que, em 1948, justificara a criação dos 20 serviços externos da DGSU, a DGPU pretendeu abrir o

“caminho da descentralização, colocando à frente de várias regiões equipas que possam responder de imediato às solicitações da região em que se inserem, evitando a morosidade das consultas aos serviços centrais, que obstam à eficiência e à dinamização local e regional para que apontam os princípios constitucionais”<sup>28</sup>.

---

<sup>27</sup> Decreto-Lei n.º 117-E/76. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 34, 1976, 10 de fevereiro.

<sup>28</sup> Decreto-Lei n.º 188/79. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 142, 1979, 22 de junho, preâmbulo.

Estas “várias regiões” eram, contudo, as cinco “regiões-plano” criadas em 1969, pelo que as direcções de serviços regionais de planeamento urbanístico instituídas em 1979 na lei orgânica da DGPU foram também apenas cinco: Norte (sede no Porto), Centro (Coimbra), Lisboa, Sul (Évora) e Algarve (Faro).

Mas se a orgânica da DGPU recriou um nível intermédio entre os poderes central e local – a ‘região’ – eliminado em 1948, a sua correspondente para a DGERU reproduziu exactamente, sob a forma de “serviços distritais de equipamento”, as 20 direcções de urbanização através das quais a DGSU comunicava com o país real. Com efeito, o legado técnico da *descentralização controlada* posta em prática pela DGSU não foi ignorado pelo legislador de 1979:

“Com esta estruturação procura-se resguardar a profunda experiência no domínio da técnica das infra-estruturas e dos equipamentos adquirida ao longo de dezenas de anos de implantação distrital, de molde a tornar a Direcção-Geral num útil e proveitoso órgão de apoio aos diversos corpos administrativos”<sup>29</sup>.

Perante um universo autárquico substancialmente desprovido de quadros técnicos, ao qual o Estado pretendia, alegadamente, dar condições de autonomia financeira crescentes, a DGERU posicionou-se como um veículo para o “importante fluxo de participações” preconizado e, em especial, como fornecedor de apoio técnico no setor do “equipamento social de interesse regional” através da “normalização e racionalização de projectos, com vista à simplificação da acção dos órgãos executivos”<sup>30</sup>. Pelo menos no papel, e em consonância com os tempos vividos, a postura descrita era não já a de um serviço distri-

---

<sup>29</sup> Decreto-Lei n.º 189/79. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 142, 1979, 22 de junho, preâmbulo.

<sup>30</sup> Decreto-Lei n.º 189/79. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 142, 1979, 22 de junho, preâmbulo.

buidor de subsídios a obras em tandem com o seu controle técnico e financeiro, mas sim a de um conjunto de organismos (à escala distrital) postos ao serviço das autarquias e sujeitos à sua iniciativa.

## **2. Entre Macro e Microburocracias: A Direcção de Urbanização de Faro (1948-1979)**

Entre 1948 e 1979, o Ministério das Obras Públicas foi, assim, representado no distrito de Faro pela Direcção de Urbanização de Faro (DUF); esta sucedeu à 2.<sup>a</sup> Secção (Faro) da Direcção dos Serviços de Urbanização do Sul (com sede em Évora), que havia sido criada na esfera da DGSU, juntamente com as restantes direcções externas do organismo, em julho de 1946<sup>31</sup>, e tivera como engenheiro-chefe Vicente Almeida Brandão; em 1979, as suas funções foram repartidas pela Direcção de Serviços Regionais de Planeamento Urbanístico do Algarve (Faro), estabelecida pela lei orgânica da DGPU<sup>32</sup>, e o Serviço Distrital de Equipamento de Faro, criado pela lei orgânica da DGERU.

Durante aquelas três décadas, a DUF desempenhou um papel central na (re)configuração do ambiente construído no Algarve – um período que coincidiu, naquele caso, com um conjunto de alterações significativas na estrutura socioeconómica e produtiva da região: a transformação de um tecido social dedicado maioritariamente à agricultura, pescas e pequena indústria e comércio derivados (fruto seco, conserva) numa estrutura social mais diversificada, com comunidades crescentemente dependentes do emprego sazonal no setor terciário (turismo e serviços); a urbanização progressiva da população no litoral, com o correspondente crescimento dos centros urbanos já estabele-

---

<sup>31</sup> Circular DGSU (s/n), de 27 de julho 1946. ADF/AHMF C/A.2-63 (Correspondência CMF/DGSU). Arquivo Distrital de Faro.

<sup>32</sup> Este diploma fez depender da extinção do Gabinete de Planeamento da Região do Algarve, a criação efetiva da Direcção de Serviços Regionais de Planeamento Urbanístico do Algarve (artigo 48.º).

cidos (Olhão, Faro, Loulé, Portimão); e a multiplicação de edificações dispersas, habitacionais e hoteleiras, trazida pela intensificação da exploração turística da região, em especial a partir da abertura do aeroporto internacional em Faro, em 1965<sup>33</sup>.

O desenvolvimento da infraestrutura turística do Algarve a partir da década de 1960 confere, assim, alguma particularidade à DUF no contexto nacional; outras direções de Urbanização da DGSU terão tido de lidar com questões diversas, certamente distintas nos distritos do interior. No entanto, em muitos aspetos o funcionamento da DUF pode ser considerado típico de um serviço periférico do Estado – nomeadamente nos aspetos que aqui mais nos interessam: a relação de forças que estabeleceu a montante (com a DGSU em Lisboa) e a jusante (com as “entidades peticionárias” em geral e as autarquias em particular) na cadeia de planeamento, projeto, financiamento e fiscalização de Obras Públicas de interesse local (“melhoramentos”) poderá não ter sido substancialmente diferente do verificado em outros distritos. Os sinais, encontrados nesta investigação, de atenção especial do centro (Lisboa) à conservação de características próprias da paisagem construída algarvia, por exemplo, foram comuns a outras áreas do país onde coincidiam identidades urbano-arquitetónicas fortes e relativa boa preservação das mesmas; por outro lado, a mercantilização massificada do ambiente construído algarvio para propósitos turísticos teve expressão significativa apenas a partir da década de 1980.

O caso da DUF permite-nos observar em algum pormenor, por exemplo, como a relação entre os serviços distritais de Obras Públicas e as autarquias, com carências técnicas evidentes, foi central na atividade daqueles. Considerando que a obrigatoriedade de elaboração e aprovação de planos gerais de urbanização, em 1944, teve como consequência fazer depender de parecer das direções de Urbanização

---

<sup>33</sup> Tive a oportunidade de discutir especificamente o processo de lançamento das primeiras estruturas hoteleiras do Algarve no artigo Agarez (2013).

a autorização de obras novas nas áreas afetadas, entende-se que essa fosse uma relação tensa: as autarquias não apenas se submetiam ao controle das direções de Urbanização enquanto entidades promotoras de melhoramentos para os quais requeriam participação do Estado pelo Fundo de Desemprego, como também viam a sua capacidade de regulação da atividade construtiva privada local ser partilhada com esses serviços distritais.

Exemplos concretos revelam as dificuldades de tal partilha. O diretor de Urbanização de Faro, engenheiro Alberto Pessanha Viegas (1920-2000), solicitou em maio de 1957 aos seus quatro fiscais técnicos a indicação de “todas as construções novas ou reconstruções de prédios particulares ou oficiais, iniciadas nas povoações” sob a respetiva alçada, ressaltando: “Os elementos em causa deverão ser colhidos sem o recurso às Câmaras Municipais e aproveitando visitas a obras em curso naquelas povoações”<sup>34</sup>. A DUF quis, então, fiscalizar tanto os promotores das intervenções quanto os serviços municipais que as aprovavam.

Em particular, a complexa relação de forças entre os serviços centrais do ministério em Lisboa (DGSU), os seus representantes regionais (DUF, neste caso) e as autarquias ganhou expressão relevante – e reveladora – quando em jogo esteve a vontade destas de aproveitar a realização de melhoramentos locais para elevar o perfil da vila ou cidade, com obras de linguagem e escala novas no contexto; então, como em muitos momentos antes e depois, o papel simbólico da obra municipal foi preponderante.

No Algarve da segunda metade da década de 1940, o arquiteto Jorge de Oliveira (1907-1989) foi o veículo ideal daquela vontade, em mais do que um sentido. Oliveira via a arquitetura de edifícios públicos

---

<sup>34</sup> Circular DUF 17/57, 31 de maio 1957. Fundo “Gabinete de Apoio Técnico da CCDR Algarve”, DUF, Correspondência Expedida e Recebida 1946-1959. Arquivo Central UAlg.

como uma oportunidade de enriquecimento e caracterização inequívoca da narrativa urbana: a cada objeto correspondia uma “expressão apropriada” em que a simbologia associada ao papel desempenhado na comunidade/cidade era tão importante quanto a função, senão mais. Por outro lado, Oliveira participou na produção do ambiente construído algarvio ocupando um lugar privilegiado e multifacetado: como arquiteto consultor da Junta de Província do Algarve e das autarquias de Faro, Olhão, Portimão e Vila Real de Santo António, e como projetista privado estabelecido em Faro, entre 1943 e 1957<sup>35</sup>.

A criação dos Serviços de Arquitectura e Urbanismo (SAU) da Junta, que Oliveira montou em Faro à imagem do *atelier* lisboeta de Porfírio Pardal Monteiro (que dirigira desde 1936), introduziu um novo agente na equação, em posição cujas matizes importa entender. Se é verdade que Oliveira deteve um poder significativo sobre a obra pública e privada no Algarve, desenhando equipamento para todos os concelhos da região (missão dos SAU em resposta à carência de técnicos próprios das autarquias) e apreciando pedidos de licenciamento em três importantes centros de crescimento urbano (Faro, Olhão e Portimão), também é verdade que a ação deste ‘enviado especial’ de Duarte Pacheco à região-natal do ministro esteve por sua vez sujeita ao controle central (da DGSU) e regional (da DUF): os numerosos projetos elaborados por Oliveira nos SAU resultaram invariavelmente em pedidos de comparticipação do Estado pelo FD, tendo como entidades peticionárias as Câmaras Municipais, a própria Junta, as misericórdias e outros promotores; e os pedidos de licenciamento particular que apreciou foram, a partir do estabelecimento de planos gerais de urbanização, também sujeitos aos pareceres da DGSU e DUF. Oliveira e os SAU foram para o Estado central, simultaneamente, uma forma de auxílio técnico aos agentes locais e mais um mecanismo de

---

<sup>35</sup> A ação do arquiteto Jorge de Oliveira na produção arquitetónica no Algarve naquele período foi por mim discutida em pormenor em Agarez (2016), 225-282.

(duplo) controle da qualidade da produção arquitetónica no País – mecanismo que, em nome do mesmo Estado, controlou tal atividade *in situ* e que foi, ele mesmo, controlado por Lisboa<sup>36</sup>.

O modo como Oliveira veiculou a ambição de engrandecimento local pode ser vista, por exemplo, no longo e atribulado processo do mercado municipal de Faro, encomendado pela municipalidade quando o plano geral de urbanização de João António de Aguiar determinou, em 1945, a sua localização definitiva: a função, essencial na modernização infraestrutural de Faro, seria cumprida por um marco urbano incontornável, centro do novo bairro de São Luís na charneira entre o tecido antigo e as novas frentes de expansão urbana (Fig. 4). Tal importância levou o arquiteto a propor, em agosto de 1946, uma versão engrandecida do que deveria ter sido um mercado do “tipo urbano-rural” para uma cidade pequena – à imagem do que fizera, em 1945, ao tentar fazer aprovar uma versão desproporcionada de estádio municipal para Olhão: o mercado e o estádio eram frequentemente adotados como focos marcantes em novos planos urbanos, e o seu simbolismo excedia em muito o seu estrito propósito funcional.

A escala e ambição, desmesuradas, do projeto do estádio de Olhão levaram mesmo a DGSU a definir novas regras nacionais para este equipamento, desencorajando os municípios de apresentar pedidos de financiamento para iniciativas semelhantes<sup>37</sup>. Também a escala do mercado em Faro foi considerada excessiva (muito acima do rácio m<sup>2</sup>/habitante estipulado) e, mesmo depois do seu redimensionamento e correção na versão de março de 1947, o projeto foi criticado pela Repartição de Melhoramentos Urbanos (RMU) daquela direção-geral,

---

<sup>36</sup> Esta perspetiva contraria a visão, enraizada na historiografia da arquitetura do século XX no Algarve, do papel de Oliveira como o de um enviado plenipotenciário de Lisboa que impôs a sua visão arquitetónica – de partido conservador e situacionista – à região sem qualquer limitação. Ver, por exemplo, Fernandes (2006).

<sup>37</sup> Carta do DGSU ao MOP, 18 de setembro de 1946. Fundo “Gabinete de Apoio Técnico da CCDR Algarve”, DUF-386/MU/45. Arquivo Central UAlg. O projeto de Oliveira para um estádio em Olhão não foi realizado.

que viu a “exagerada rigidez da composição simétrica e a preocupação com o embelezamento das fachadas” como prejudicial, por ser obtida mediante a adição de um piso superior, inteiramente desnecessário. Ainda que disposta a compartilhar em um terço do custo da construção, a DGSU temia que o município não pudesse suportar o restante encargo<sup>38</sup>.

Esta era uma questão recorrente e denunciada pela RMU: a tentação de caracterizar a arquitetura pública local com atributos de monumentalidade e classicismo cujo custo era excessivo para as finanças locais, em prejuízo de outros equipamentos necessários e somente para melhorar a “estética” local<sup>39</sup>. No mercado de Faro, Oliveira criou necessidades inexistentes (um salão de festas) para justificar o andar superior – sem o qual, a monumentalidade do conjunto ficaria claramente comprometida. A torre central, embora sem justificação funcional, foi defendida pelo arquiteto como indispensável eixo da composição e “elemento de orientação” urbano. Ignorando a sugestão, da DGSU, de nela instalar um depósito de água que justificasse o investimento, a autarquia conseguiu a aprovação das participações e a obra, marcada por suspensões, atrasos e trabalhos a mais, foi finalmente concluída em 1953 seguindo um projeto não muito distinto daquele que suscitara reservas em Lisboa.

Se a monumentalidade e correspondente impacto financeiro de alguns melhoramentos locais, e a dificuldade dos serviços do MOP em lidar com as ambições e expectativas subjacentes, encontram uma ilustração apropriada no processo do mercado de Faro, outros casos houve onde o “partido estético” da proposta foi causa de recusas de participação e pedidos de revisão pelos serviços – não, como a historiografia da arquitetura portuguesa se habituou a favorecer, no

---

<sup>38</sup> Parecer da RMU, 1948, março de 1948. Fundo “Gabinete de Apoio Técnico da CCDR Algarve”, DUF-348/MU/46. Arquivo Central UAlg.

<sup>39</sup> Ofício n.º 5433 da RMU a CMO, 1947, 17 de outubro. Secção de Obras Particulares e Municipais, 6-EP. Câmara Municipal de Olhão.

sentido de dificultar a concretização de propostas modernas, mas precisamente no sentido oposto.

O Albergue Distrital de Faro foi promovido pelo Governador Civil Luís Vaz de Sousa no âmbito de uma estratégia montada pelo Ministério do Interior para reunir, numa instalação única, complexa e de grandes dimensões, o internamento de sem-abrigo, mendigos, pedintes, idosos deficientes e jovens indisciplinados de toda a província, bem como fornecer refeições aos indigentes: gerido pela Polícia de Segurança Pública, este híbrido funcional combinava a assistência social e reeducação com o controle da marginalidade urbana. Desde a sua primeira proposta em 1949, Oliveira traduziu semelhante hibridiz funcional em hibridiz arquitetónica: sobre a estrada nacional Faro-Lagos, uma longa fachada telhada e beirada reproduzia, em traços gerais, os solares urbanos portugueses do século XVIII, embora os vãos de formas e dimensões muito variadas denunciasses a complexidade funcional interior; a ala de alojamento e aulas, perpendicular, exemplificava por sua vez a imagem que Oliveira construía para uma arquitetura algarvia, de platibandas rendilhadas, generosas galerias perimetrais e cunhais “rústicos” pontuados com pedra (Fig. 5). As duas partes podiam ser, facilmente, dois edifícios distintos.

O projeto foi severamente criticado logo pela DUF, com o parecer demolidor de Pessanha Viegas:

“Debaixo do ponto de vista arquitectónico o edificio pode, em face do projecto, considerar-se dividido em duas partes. [...] Esta separação que é já de si discutível, choca sobretudo pela diversidade de aspecto que apresentam as duas partes indicadas. Se a fachada principal agrada inegavelmente a quem gosta do estilo utilizado, e não é esse o caso do signatário, parece-me também inegável que as restantes carecem de cunho artístico e estão por demais amaneiradas e carregadas de motivos ornamentais (gradilhas, revestimentos de pedras de tipo rústico, etc.) que julgo dispensáveis. O estilo (?) [sic]

nelas considerado resulta demasiado artificial e conduz sempre a soluções caras, embora o autor do projecto na memória descritiva tenha deixado expressa a intenção de fazer obra sóbria e económica”<sup>40</sup>.

Enquanto Viegas sugeria que os alçados fossem simplificados e despidos de ornamentação “excessiva” como condição para a participação, os serviços da DGSU em Lisboa foram mais longe: os alçados eram “inadequados”, pela sua riqueza e excesso decorativo, ao propósito do edifício, e todo o projeto devia ser refeito de modo a conseguir-se um “conjunto equilibrado”. Mesmo quando aprovou a versão reformulada, em agosto de 1950, o MOP insistiu que o arquiteto simplificasse ulteriormente os pormenores e acabamentos de forma a reduzir custos. Com tais condicionantes, a obra conclui-se apenas em novembro de 1959, mais de uma década após o lançamento do projeto.

A sede da Junta de Província do Algarve em Faro é um derradeiro exemplo da forma como a DGSU e os seus braços distritais lidaram com as ambições e expectativas locais. Jorge de Oliveira, habituado tanto a reproduzir a arquitetura palaciana portuguesa setecentista em construções novas quanto a desenhar a remodelação de paços do concelho no Algarve (Portimão, Olhão, Faro, Silves e Lagos), criou em 1951 um palácio da administração pública e cultura para a JPA, um “Palácio da Província” convenientemente caracterizado com símbolos de nobreza e dignidade. Embora de dimensão modesta, o conjunto expressava pretensões de riqueza que a JPA, sozinha, não podia sustentar, pelo que foi requerida a participação do Estado à DGSU. De Lisboa veio uma apreciação crítica: o projeto excedia as necessidades da Junta, com princípios económicos e funcionais subjugados a conveniências estéticas (por exemplo, salas com duplo pé-direito apenas para melhor composição de fachadas). Os alçados foram

---

<sup>40</sup> Parecer da DUF, 1950, 18 de janeiro. Fundo “Gabinete de Apoio Técnico da CCDR Algarve”, DUF-7/MU/50. Arquivo Central UAlg.

considerados “complicados” e necessitados de revisão “de forma que esta construção, pela sua localização, e por ser executada nesta época, tivesse um cunho um pouco mais moderno, acompanhando desta maneira o desenvolvimento natural e progressivo da arquitectura”<sup>41</sup>. O MOP recusou mesmo a comparticipação – a equacionar juntamente com a de “outros trabalhos, mais urgentes e necessários” – enquanto o projeto não fosse revisto para ajustar o orçamento às disponibilidades financeiras e necessidades da Junta; o acordo da DGSU foi conseguido somente quando a JPA aceitou suportar sozinha o sobrecusto trazido pelo excesso ornamental das fachadas<sup>42</sup> e a obra, com menos cantarias e ferros forjados, concluiu-se apenas em novembro de 1962.

Os processos do Mercado Municipal, do Albergue Distrital e da sede da JPA em Faro mostram uma faceta pouco conhecida da atividade das Obras Públicas no contexto local em Portugal. Esta faceta – formada pela figura dos “melhoramentos locais” e pela máquina montada para os executar, a DGSU e seus ramos distritais – representa um nível intermédio entre o centro e a periferia, mediador de vontades e iniciativas centrais e locais, no qual se decidiu a configuração de uma parcela substancial do ambiente construído do País. Neste nível, assistimos a processos de decisão e negociação que questionam algumas noções adquiridas da nossa história da arquitetura e urbanismo: a convicção de que modelos conservadores foram sistematicamente impostos por Lisboa às províncias, de que atores centrais ditaram a face arquitetónica conservadora de cidades e vilas e, em especial, de que a burocracia governamental das Obras Públicas, nos seus diversos ramos, foi resistente à mudança e à adoção do “partido arquitetónico” moderno.

Mas para lá de questões estilísticas, e dos mitos criados pela cultura arquitetónica portuguesa em redor dos processos de resistência e

---

<sup>41</sup> Parecer da RMU, 1951, 27 de dezembro. Fundo “Gabinete de Apoio Técnico da CCDR Algarve”, DUF-F-160. Arquivo Central UAlg.

<sup>42</sup> Despacho do DGSU, 27 de janeiro de 1953. Fundo “Gabinete de Apoio Técnico da CCDR Algarve”, DUF-F-160. Arquivo Central UAlg.

aceitação da arquitetura moderna durante o longo Estado Novo, que continuo a julgar ser necessário dissecar<sup>43</sup>, o estudo que sustenta o presente texto permite reiterar uma necessidade incontornável: sejam eles de cariz mais conservador ou mais moderno, os edifícios e conjuntos edificados erguidos como “melhoramentos locais” ao abrigo do quadro acima delineado estão em larga medida ausentes da nossa história, ou são conhecidos na sua faceta formal, sem que se reconheça o seu contexto de produção<sup>44</sup>. Esta é uma lacuna gritante, que urge começar a preencher.

### Referências bibliográficas

- 15 Anos de Obras Públicas 1932-1947: Melhoramentos Urbanos. (1948). Lisboa: Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização.
- Agarez, R. (2005). O Centro de Assistência Social Polivalente de Loulé no arquivo do arquitecto Manuel Laginha. *Monumentos*, n.º 23, 172-183.
- Agarez, R. (2013). Regional Identity for the Leisure of Travellers: Early Tourism Infrastructure in the Algarve (Portugal), 1940–1965. *The Journal of Architecture*, 18(5), 721-743. doi: 10.1080/13602365.2013.838982
- Agarez, R. (2016). *Algarve Building: Modernism, Regionalism and Architecture in the South of Portugal, 1925-1965*. Nova Iorque/Londres: Routledge.
- Agarez, R. (2018). Peripheral and Central Stances in Portuguese Architecture Culture. A. Krug & K. Vicente (Eds.), *Fifth International Conference of the European Architectural History Network* (pp. 147-155). Tallinn: Estonian Academy of Arts.
- Araújo, I. A. d. & Melo, A. (comp.) (2009). *Ilídio Alves de Araújo. Economia, Arquitectura e Gestão das Paisagens: Um Longo Olhar (1949-2009)*. Porto: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.
- Brites, J. (2011). Arquitectos e oposição ao Estado Novo. In C. Cordeiro (Ed.), *Autoritarismos, Totalitarismos e Respostas Democráticas* (pp. 177-204). Coimbra e Ponta Delgada: Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores e Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra.
- Carta do DGSU ao MOP, 18 de setembro de 1946. Fundo “Gabinete de Apoio Técnico da CCDR Algarve”, DUF-386/MU/45. Arquivo Central UAlg.

---

<sup>43</sup> Discuto as origens desta mitificação e seus efeitos sobre a cultura portuguesa contemporânea em Agarez (2018).

<sup>44</sup> Em análise muito recente, feita através de publicações oficiais, de certas “cartografias discursivas produzidas em torno da política de melhoramentos no país, na viragem dos anos 40 e inícios dos anos 70”, Fátima M. Ferreira nota a mesma ausência e explora alguns dos mecanismos de produção que também eu aqui investigo (Ferreira, 2019).

- Circular DGSU (s/n) às câmaras municipais do País, 15 de agosto 1946. Câmara Municipal de Olhão: Secção de Obras Particulares e Municipais.
- Circular DGSU (s/n), de 27 de julho 1946. ADF/AHMF C/A.2-63 (Correspondência CMF/DGSU). Arquivo Distrital de Faro.
- Circular DUF 17/57, 31 de maio 1957. Fundo “Gabinete de Apoio Técnico da CCDR Algarve”, DUF, Correspondência Expedida e Recebida 1946-1959. Arquivo Central UAlg.
- Construção de um Centro de Assistência Social “Polivalente” em Loulé.* SIPA: Arquivo DGEMN/DSARH, ED-3.17/18.
- Decreto n.º 19.502. *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 69, 1931, 24 de março.
- Decreto n.º 33.921. *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 197, 1944, 5 de setembro.
- Decreto n.º 34.337. *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 286, 1944, 27 de dezembro.
- Decreto-Lei n.º 117-E/76. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 34, 1976, 10 de fevereiro.
- Decreto-Lei n.º 37.009. *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 187, 1948, 12 de agosto.
- Decretos n.º 21.696, n.º 21.697, n.º 21.698 e n.º 21.699. *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 230, 1932, 30 de setembro.
- Decretos-Lei n.º 188/79 e n.º 189/79. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 142, 1979, 22 de junho.
- Despacho do DGSU, 27 de janeiro de 1953. Fundo “Gabinete de Apoio Técnico da CCDR Algarve”, DUF-F-160. Arquivo Central UAlg.
- Fernandes, J. M. (2006). De Jorge de Oliveira a Gomes da Costa. Dois autores e duas concepções da arquitectura no século XX em Faro. *Monumentos*, n.º 24, 140-147.
- Ferreira, F. M. (2019). *O Estado Novo através do País: Obras Públicas e imagética discursiva, entre a perenidade e a hibridez.* In F. M. Ferreira e E. Fernandes (Eds.), *Representações de Poder do Estado em Portugal e no Império 1950-1974* (pp. 11-46). Porto: Circo de Ideias.
- Ministério das Obras Públicas. (1971). *Comissariado do Desemprego. Boletim n.º 47. 1970.* Lisboa: Ministério das Obras Públicas.
- Moniz, G. C. (2005). Arquitectos e Políticos. A Arquitectura Institucional em Portugal nos Anos 30. *DC Papeles*, n.º 13-14, 68-79.
- Ofício n.º 5433 da RMU a CMO, 1947, 17 de outubro. Secção de Obras Particulares e Municipais, 6-EP. Câmara Municipal de Olhão.
- Municipais, 6-EP. Câmara Municipal de Olhão.
- Parecer da DUF, 1950, 18 de janeiro. Fundo “Gabinete de Apoio Técnico da CCDR Algarve”, DUF-7/MU/50. Arquivo Central UAlg.
- Parecer da RMU, 1948, março de 1948. Fundo “Gabinete de Apoio Técnico da CCDR Algarve”, DUF-348/MU/46. Arquivo Central UAlg.
- Parecer da RMU, 1951, 27 de dezembro. Fundo “Gabinete de Apoio Técnico da CCDR Algarve”, DUF-F-160. Arquivo Central UAlg.

## Figuras



Fig. 1: Manuel Laginha e Rogério Buridant Martins para Comissão Municipal de Assistência de Loulé, Centro de Assistência Social Polivalente em Loulé (1951-1958). Sistema de Informação para o Património Arquitetónico/Arquivo Pessoal Manuel Laginha.



Fig. 2: Secção do Comissariado do Desemprego na Exposição Quinze Anos de Obras Públicas, Instituto Superior Técnico, Lisboa, maio de 1948. Arquivo Municipal de Lisboa: Coleção António Passaporte, cota PT/AMLSB/PAS/003122.

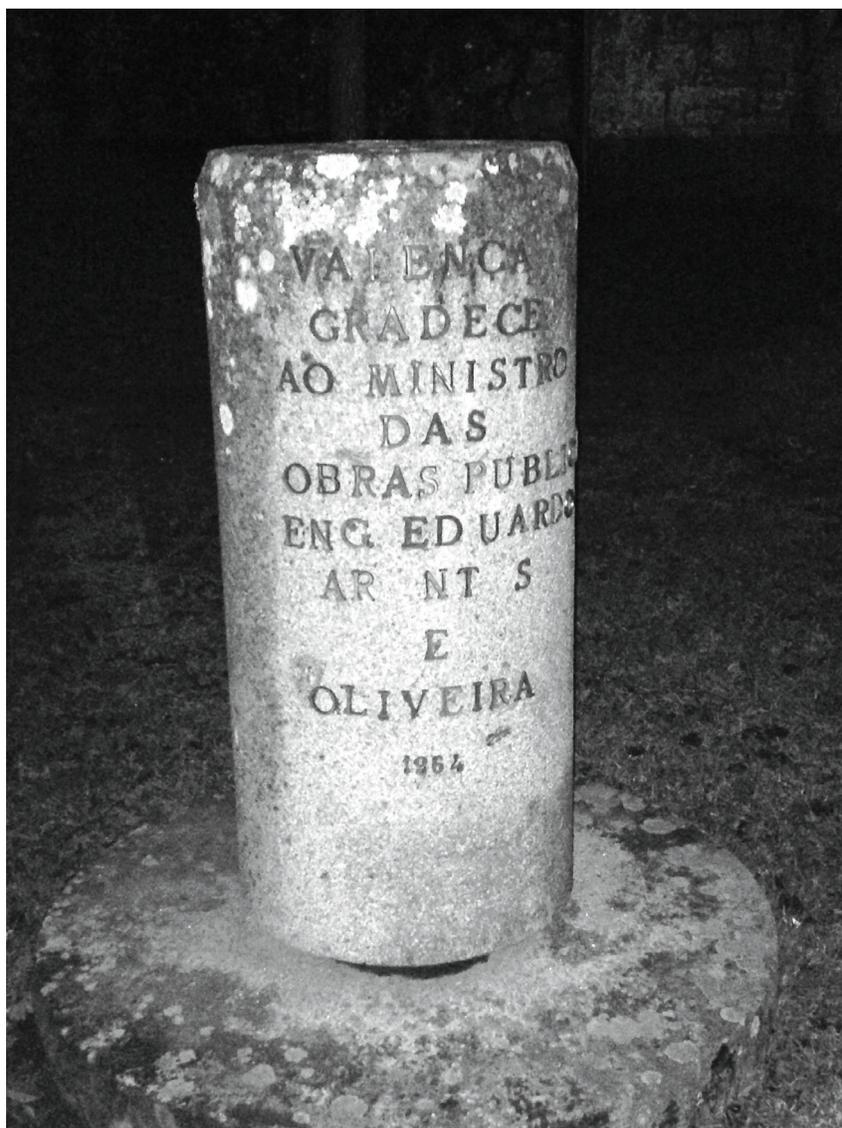


Fig. 3: Padrão comemorativo com a inscrição “Valença agradece ao Ministro das Obras Públicas Eng.º Eduardo Arantes e Oliveira 1964”, Valença do Minho, 2017. Ricardo Agarez.

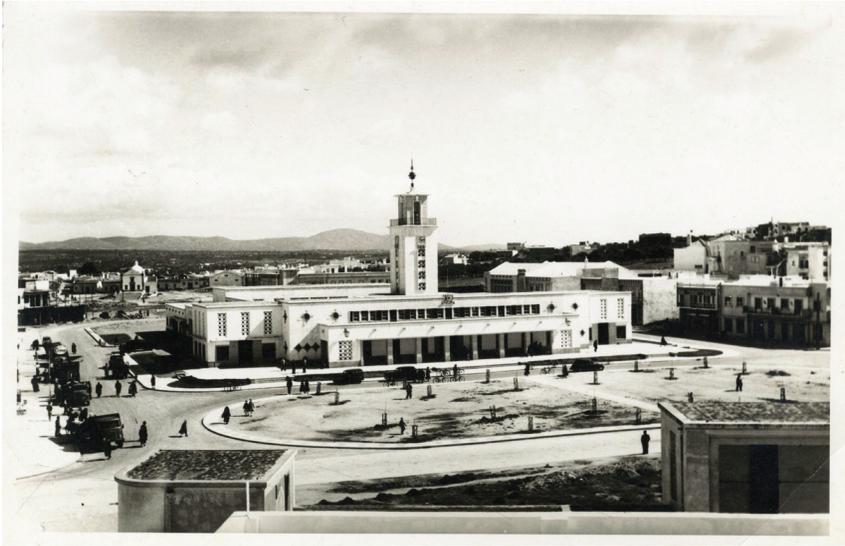


Fig. 4: Jorge de Oliveira (Junta de Província do Algarve) para Câmara Municipal de Faro, Mercado Municipal de Faro (1945-1953). Museu Municipal de Faro.

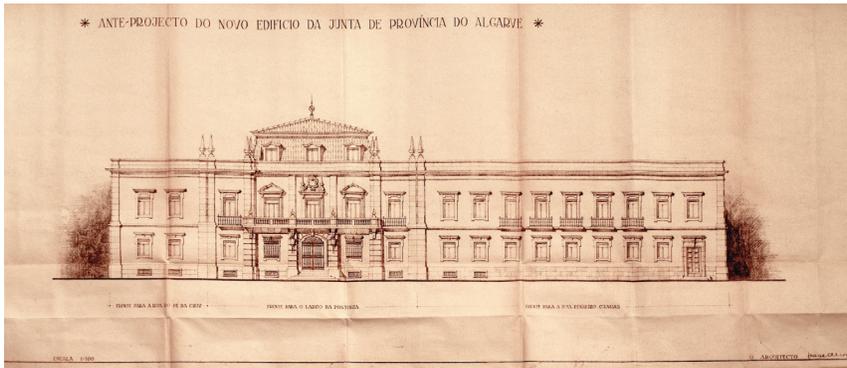


Fig. 5: Jorge de Oliveira (Junta de Província do Algarve), anteprojecto do novo edifício da Junta de Província do Algarve (1951-1962). Ricardo Agarez.

## A POÉTICA DA AUSTERIDADE

*Fátima Fernandes*

Escola Superior Artística do Porto, Departamento de Arquitetura

ORCID: 0000-0001-7452-282X

**Resumo:** O *exame* da singular contribuição de João Archer (1928), Nunes de Almeida (1924-2014) e Rogério Ramos (1927-1976) para a construção de uma paisagem industrial através da arquitetura revela-se hoje como uma grande oportunidade para o avanço da nossa disciplina. Este grupo de arquitetos que estuda na Escola do Porto no período em que o professor Carlos Ramos faz a reforma do ensino da Arquitetura em Portugal, projeta e constrói a partir do gabinete de projeto da Hidroelétrica do Douro, as três infraestruturas hidroelétricas e as respetivas estruturas urbanas de Picote, Miranda e Bemposta, localizadas no Douro Internacional.

Este processo está compreendido entre 1953 e 1964, e representa um dos momentos mais significativos e hercúleos em termos de infraestruturização, industrialização e modernização de um Portugal então extremamente atrasado pela política *isolacionista* de Salazar. Em simultâneo a essa condição de isolamento, na Escola de Belas Artes do Porto, desenvolve-se uma atmosfera *subterrânea* de debate, provocada pelos contactos que Viana de Lima e Fernando Távora mantinham com o exterior, e especialmente com os CIAM, que originará um latente *ambiente* progressista, permeável à modernidade. O ambiente de isolamento imposto, desfazia-se lentamente como um

tecido velho abanado pelo sopro lúcido de alguns dos homens de cultura, que estrategicamente permitiram que as ideias modernas que circulavam no exterior penetrassem subtilmente num círculo restrito, mas muito operativo. Inicia-se então um processo que interpreta a história e a cultura local como material fundamental para a sólida construção do progresso. Mas é interessante acrescentar, que a esta situação de isolamento, sobrepôs-se uma condição periférica, mais próxima de um imenso imaginário atlântico do que em qualquer outra realidade europeia, e que provocará em Portugal um ambiente propício ao engenho.

Assim, mais do que os resultados espaciais, técnicos ou construtivos alcançados nos edifícios, expõe-se o processo utilizado pelos seus autores, o seu modo de compreender e fazer uma paisagem industrial de dimensão social e humanista através de uma arquitetura poética baseada na cultura e no carácter do lugar, valorizando os argumentos, ferramentas, princípios e mecanismos que podem constituir referência para o nosso ofício e proporcionar conhecimentos que *norteiem* a arquitetura para a construção da paisagem contemporânea.

**Palavras-chave:** Aproveitamentos Hidroelétricos do Douro Internacional, Arquitetura Moderna, Dimensão poética, Austeridade, João Archer, Nunes de Almeida, Rogério Ramos

#### THE POETICS OF AUSTERITY

**Abstract:** The *examination* of the unique contributions of João Archer (1928), Nunes de Almeida (1924-2014), and Rogério Ramos (1927-1976) to the construction of an industrial landscape through architecture represents a great opportunity for the progress of our discipline. This group of architects, who studied in the Escola do Porto (School of Porto) while Professor Carlos Ramos was reforming the teaching of Architecture in Portugal, designed and built three hydroelectric infrastructures and the urban structures of

Picote, Miranda, and Bemposta, located in the Douro International Natural Park, with the support of the Douro's Hydroelectric Station project office.

This process occurred between 1953 and 1964 and represents a very significant and Herculean moment in terms of the infrastructure, industrialisation, and modernisation of a country extremely underdeveloped because of Salazar's *isolationist* policy. Together with this isolation status, a *subterranean* atmosphere of debate developed in the School of Fine Arts of Porto, sparked by the contacts that Viana de Lima and Fernando Távora cultivated with the outside world, particularly with the CIAM, resulting in a latent progressive *atmosphere*, permeable to modernity. The forced isolation atmosphere was gradually tearing, as an old fabric blown by the lucid breath of a few men of culture who strategically allowed modern ideas circulating abroad to subtly penetrate into a restricted, though extremely operational, circle. Thus began a process of interpreting local history and culture as fundamental material to a solid construction of progress. However, it is interesting to note that this isolated situation was overlapped by a peripheral condition, closer than any other European reality to a vast Atlantic imagery, creating in Portugal an environment extremely conducive to ingenuity.

Therefore, more than the spatial, technical or constructive results achieved through the buildings, the process used by its authors is unveiled: their way of understanding and creating an industrial landscape with a social and humanist scope by means of a poetic architecture, based on the culture and character of the location, while valuing arguments, tools, principles, and mechanisms. These, in turn, may serve as a reference to our craft and provide valuable insight, *guiding* architecture towards the construction of the contemporary landscape.

**Keywords:** Hydroelectric Plants of the Douro International Natural Park; Modern Architecture; Poetic dimension; Austerity, João Archer, Nunes de Almeida, and Rogério Ramos

Encorajados pelo facto de poderem responder a um programa industrial e habitacional tão extenso, embora em parte provisório, Archer, Almeida e Ramos, ainda que não dispusessem no território nacional de experiência moderna com tal dimensão e abordagem programática, aproximam-se das ideias de Martin Wagner – *Sonne, Luft und Haus für alle* [Sol, ar e casas para todos] – e da experiência das *siedlung berlinenses* para construir a estrutura teórica que ajudaria a desenvolver uma prática onde a arquitetura se constitui como disciplina fundamental e responsável pela construção de uma sociedade moderna. O pensamento de Bruno Taut, influenciado pelo idealismo utópico da revolução de novembro de 1918 na Alemanha e, acima de tudo, pelo imaginário do seu amigo Paul Scherbart, que advogava o retorno à *terra* e à construção de cidades que combinassem indústria e agricultura, será um dos seus fundamentos. Interessa, para confirmar a consistência dos resultados obtidos, em termos de valorização do contexto e da casa, referir que a qualidade das casas do bairro Verde – nome derivado da cor das partes pré-fabricadas em madeira e destinado a trabalhadores temporários e técnicos necessários apenas durante a construção da barragem – decidirá a sua permanência *ad eternum*, embora tenha sido projetado para ser desmontado.

Então a construção dessa grande estrutura funcionava como um íman que atraía um grande número de famílias que chegavam em busca de trabalho e de uma vida melhor. Essa massa de migrantes vinda da cidade, mas também do campo, muitas vezes sem família, tinha que ser incorporada mantendo a individualidade de cada um, mas ao mesmo tempo, garantindo um sentido de comunidade, e por isso requeria por um lado a procura de uma tipologia habitacional em harmonia com os seus hábitos, mas que fosse também capaz de oferecer um conforto que correspondesse ao seu novo quotidiano. Houve, no entanto, períodos de conflitos intensos, iniciando-se aí uma subterrânea luta social (Ferraz, 1985).

“A influência da economia na arquitectura actua de forma decisiva, porém, indirecta. Primeiro de um modo geral, ou seja, criando condições propícias ao surto de uma sociedade e de sua cultura. Segundo, de um modo particular, condicionando o tipo dessa sociedade e, como consequência, determinadas necessidades e aspirações formuladas em «programas de acção» que se traduzem naturalmente em termos de construção, e portanto de arquitectura. Mas isto não explica as formas peculiares que adoptaram as expressões plásticas daí resultantes.

Assim, por exemplo, no caso de Ouro Preto: a exploração de ouro ali concentrada fixou a população adventícia proporcionando-lhe meios para manifestar de forma condigna a sua gratidão e o seu louvor aos santos padroeiros, criando assim estímulos e provocando competições na construção das matrizes e das igrejas de irmandades da ordem terceira, com o decorrente afluxo de artistas. Mas isto não basta para explicar o porquê da singularidade da obra arquitectónica do Aleijadinho, expressa na capela de São Francisco de Assis” (Costa, 1970-1979).

Da mesma forma no Douro Internacional, embora a razão da localização esboçada nos conteúdos do programa funcional tenha influenciado decisivamente na manipulação da geografia e no funcionamento da estrutura produtiva, será a intenção criativa de Archer, Almeida e Ramos, que determinará a singularidade das suas arquiteturas e da paisagem que estas conformam.

Para diluir e anular as condições inscritas no programa, e impostas pelo Estado português, e com as quais estava em completo desacordo<sup>1</sup>, João Archer projeta uma estrutura de caminhos e jardins privados e

---

<sup>1</sup> O programa para Picote estabelecia a distribuição dos diferentes tipos de habitação em função das funções e cargos dos funcionários da Hidroelétrica do Douro, e não em relação à dimensão das suas famílias.

públicos totalmente livre de barreiras visuais ou físicas, que conecta casas e serviços. Assim, democratiza o uso do território e introduz no Douro Internacional um carácter de liberdade espacial que terá forte influência na utilização do espaço público pelos seus habitantes, eliminando imediata e nitidamente a subdivisão social pré-estabelecida. A experiência de Picote determinará que a imposição que ali se verificara, seja afastada do programa dos planos de Miranda e Bemposta, nos quais será apenas, a dimensão das famílias, a condição do lugar, as técnicas construtivas e materiais, e claro, a capacidade crítica dos arquitetos, a determinar o desenho da casa e a estrutura do assentamento urbano.



Fig. 1: Bairro de Bemposta. Estudo de Rogério Ramos (1 de maio de 1961). Fonte: Arquivo Cannatà e Fernandes (C&F).

A motivação que orienta a primeira abordagem de Archer ao tema habitacional, encontramos-la expressa na descrição do projeto para um conjunto habitacional em Bragança realizado em 1953 para a Federação

das Caixas de Previdência elaborado no *atelier* de João Andersen como trabalho do CODA (Archer, 1953a; Archer, 1953b).

Este estudo, que será o ponto de partida para o projeto Picote, dedica especial atenção aos espaços públicos e aos blocos de casas que daí emergem, já protegidos por um sistema de espaços verdes. Este projeto antecipa alguns dos procedimentos desenvolvidos posteriormente em Picote, mas acima de tudo aponta já para alguns espaços exteriores que funcionam como filtro do espaço de intimidade da habitação, e desenvolve uma sequência de jardins que penetram no seu interior, acompanhados por muros de pedra que se sucedem em transparências controladas por grandes planos de vidro. Já aqui, Archer aplica um conceito que mistura no urbano, um certo carácter rural ao deslocar para a tipologia de casa em bloco, uma bucólica domesticidade, incorporando também nestes o jardim idealizado para as casas pátio. Embora esta proposta se cumpra apenas em Picote, talvez devido ao ambiente diferente, menos urbano, mais disperso e numa proximidade com morfologias naturais fortes, já estava ali, a raiz da compreensão do território e do programa como o *cadinho* do projeto, em que natureza e geometria se fundem.



Fig. 2: Vista do bairro de Picote (1958). Fonte: Arquivo C&F.

Em Portugal até ao final da década de 1940, a resposta à habitação coletiva, apresentava resultados claramente insuficientes. Haviam-se realizado poucos bairros e, acima de tudo, poucas casas. Em 1935, Almeida Garrett, escrevia que “a moradia unifamiliar, é a que mais se aproxima do carácter do português, amigo do lar, dono de sua independência” (Garrett, 1935, apud Gros, 1982, p. 117). O congresso de 1948 e a conseqüente divulgação dos princípios da *Carta de Atenas* determinarão uma mudança na conceção projetual que levará a preocupações da orientação das fachadas, à separação das vias para automóveis e peões, bem como à introdução de espaços para o ócio no interior dos bairros. Embora apenas o processo SAAL (1974-1977) consiga implementar a auspiciosa transformação numa escala urbana, fundar uma nova ordem e revolucionar realmente a sociedade portuguesa<sup>2</sup>, a matriz e as bases para tal transformação radical da sociedade portuguesa já estavam lá, enunciadas no bairro de Bragança e colocadas à prova no Douro Internacional.

Isto é referido explicitamente por Nuno Portas:

“De facto, pode documentar-se como as ideias mestras do programa SAAL, estavam enunciadas há muito tempos. Alguns anos antes da revolução, havia todo um grupo de pessoas, não só eu, mas muitos outros, que vinham equacionando o que podiam ser formas alternativas que desbloqueassem a produção da habitação social, substituindo formas estabilizadas, ou estetizantes” (Portas, 1986, pp. 635-644).

---

<sup>2</sup> Jorge Figueira (2014, 17 de dezembro) defende esta tese quando escreve a propósito do SAAL: “Quer porque se refere a um momento revolucionário em que os arquitectos são chamados para a “rua”, quer porque contribui para a afirmação pública da “arquitectura do Porto”, o SAAL é uma figura mítica da arquitectura portuguesa”. Artigo de crítica no âmbito da conclusão da exposição *O Processo SAAL: Arquitectura e Participação, 1974-1976* que teve lugar no Museu de Serralves. Exposição com curadoria de Delfim Sardo, assessoria científica de José António Bandeirinha e projeto expositivo de Diogo Seixas Lopes e Patrícia Barbas.

De facto, é a geração de Archer, Almeida e Ramos que substitui o elogio do homem isolado e separado da natureza, idealizado pelos primeiros modernos, por uma condição que coloca o homem num ambiente que integra o conforto e a natureza. Esta nova condição convida o homem a participar num processo de mudança da realidade habitada, oferece-lhe um ponto de vista cambiante, um ponto de vista móvel, não fixo, sempre variável ainda que o seu movimento seja relativamente lento. A participação das Comissões de Moradores no processo SAAL vai ser o ponto alto desta nova condição que invadia lentamente a *arquitetura da Escola do Porto*.

É claro que esta situação resulta da capacidade operacional desta geração, capaz de responder com a arquitetura a uma condição de limitadas condições económicas e técnicas. A Escola do Porto, local de formação de Archer, Almeida e Ramos, foi singular pela presença de personalidades que possuíam uma forte cultura oficial e, sobretudo, por um certo distanciamento consciente em relação a uma produção teórica. Então, os alunos de arquitetura iniciavam a atividade profissional durante os anos da Escola, e desenvolviam os seus estudos enquanto colaboravam com os seus mestres na atividade profissional nos seus próprios ateliers<sup>3</sup>. Nas palavras de Álvaro Siza, as aulas de Arquitetura que derivam da reforma introduzida por Carlos Ramos na Escola Superior de Belas Artes do Porto, estão na origem da qualidade da arquitetura e do interesse que a *Escola do Porto* criou<sup>4</sup>. É o domínio

---

<sup>3</sup> Álvaro Siza em *Nota Autobiográfica*, faz referência a esta prática. Acerca de si mesmo escreve: “Iniciou a atividade profissional durante os anos de Escola, por falta de paciência para simplesmente estudar. Em paralelo trabalhou com o Arquitecto Fernando Távora, pelo que continuou os estudos” (Morais, 2009, p. 187).

<sup>4</sup> “Carlos Ramos, o novo director chegado de Lisboa, de uma inteligência excepcional, introduziu nessa época um novo ensino e reuniu à sua volta um grupo de jovens arquitectos interessados, muito activos. Um grupo muito qualificado, conduzido por Fernando Távora depois da morte de Carlos Ramos” (Morais, 2009, pp. 100-101). Acerca deste tema Sérgio Fernández refere: “Foi com o Congresso de 48 que se deu a volta completa à orientação do ensino na Escola do Porto. Foi a intervenção do ICAT e do ODAM que produziu a mudança de trajectória da arquitectura portuguesa. [...] Era a geração de Losa, de Teotónio, de Viana de Lima [...]. Archer, Rogério Ramos e

de um método operativo e a capacidade criativa desses arquitetos, frente à necessária austeridade imposta pelas circunstâncias históricas e ausência de desenvolvimento económico, que garantem a qualidade da arquitetura e a sua atuação na qualificação do território habitável.

A relação que os planos de Archer, Almeida e Ramos estabelecem com o sítio, influencia um apego dos habitantes às condições dos novos povoados, determinando um imaginário que lhes permite sentir identidade com a dimensão estoica do lugar e o horizonte ilimitado do planalto.

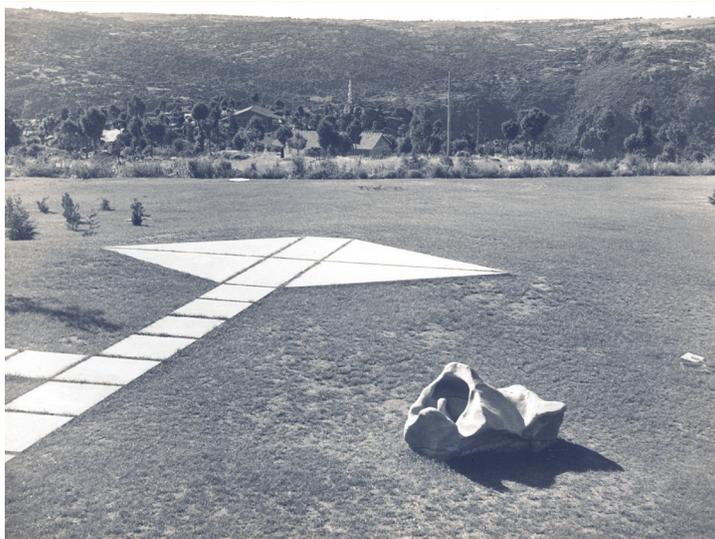


Fig. 3: Jardins da Pousada de Picote (1957). Fonte: Arquivo C&F.

---

Nunes de Almeida são um pouco mais jovens. [...] Em 53, a Escola já estava aberta à modernidade, ainda que o regime e o ambiente exterior não o fossem. Mas na Escola havia já um ambiente de completa abertura. Carlos Ramos dominava a Escola e era um Homem aberto à Modernidade. E não apenas aberto... também fomentava a Modernidade [...] o período evidentemente foi de luta, porque o regime, ainda que não emanasse explicitamente directrizes proibindo fazer Arquitectura Moderna, mantinha activa uma profunda repressão [...], por exemplo, as comissões de estética das Câmaras, que actuavam como comissões de censura, normalmente de forma subtil, mas nalguns casos de forma muito explícita, iam torpedeando a mudança [...]". Ver: Fernandez, S. (2001, abril). *Entrevista de Michele Cannatà a Sérgio Fernandez*. Porto: Cinta magnética.

Derivando de sua adaptação à topografia, classificamos as casas projetadas para Picote em quatro tipos: as localizadas na borda do monte, que respondem ao protótipo de *casa miradouro* envolta por um jardim; aquelas que estão em continuidade com a zona comercial que pertencem ao tipo de casa em banda com jardim e horto; aquelas que estão localizadas na segunda linha, na escarpada colina, que pertencem ao tipo de casa isolada, pré-fabricada, com jardim definido por terraços; e aquelas que estão mais próximas das estruturas de serviços que pertencem ao protótipo de casa em bloco, pré-fabricado.

As *casas em banda* são desenhadas adossadas umas às outras, em linhas regulares, agrupadas para formar seis blocos com quatro quartos cada e um bloco com seis. Para estabelecer uma conexão íntima entre a casa e o exterior, Archer projeta dois tipos de jardim, um para o qual se abre a porta de entrada e a sala, e outro, na fachada oposta, onde estão localizados todos os quartos. Assim, cada casa tem uma sequência de espaços interiores e exteriores, tratados como um todo único. Intencionalmente, a composição compreenderá um único volume onde o terreno descoberto constituirá parte integrante da casa, funcionando num dos lados como antecâmara e no outro como agradável pátio interno, tranquilo e abrigado, para o desfrute e satisfação de seus habitantes. Este sistema de espaços exteriores diferenciados, ao isolar as fachadas da rua, oferece intimidade aos espaços interiores e introduz no cotidiano dos seus habitantes práticas de atividades ao ar livre – jardinagem, cultivo de hortaliças e ócio – concretizando o princípio de Martin Wagner: *Sonne, Luft und Haus für alle* [Sol, ar e casas para todos]. Em primeiro lugar, este conjunto fundamenta a ideia de que a arquitetura favorece a qualidade de vida, através da sua capacidade de responder aos valores de higiene, luz e transparência. E em segundo lugar, as casas são inovadoras no âmbito do moderno, porque se adaptam ao clima e usam os materiais disponíveis de acordo com

uma necessária economia de recursos. Especificamente, a proteção contra o calor e os reflexos da luz intensa do verão e das chuvas fustigadas pelos fortes ventos do inverno, foi resolvida com o avanço das lajes dos telhados ampliando o espaço protegido entre o interior e o exterior da casa. Os muros, realizados em alvenaria de granito, resultante em grande parte das escavações realizadas para obter a caverna da Central, foram alongados para criar áreas abrigadas tal como as mulheres transmontanas costumavam fazer quando estendiam as mantas de burel em postes de madeira, criando territórios protegidos do vento, no inverno e oferecendo sombra no verão. Em terceiro lugar, os problemas sociais e as condicionantes económicas são utilizadas como matéria própria da arquitetura, resultando em edifícios agradáveis e confortáveis para viver. Os espaços interiores de estar, projetados como espaços contínuos e abertos para a cozinha, favorecem relações mais democráticas entre os diferentes membros da família e oferecem às mulheres um papel menos segregado das atividades sociais e lúdicas. Os equipamentos integrados nas cozinhas (fogão elétrico e frigorífico) convertem-se aqui em instrumentos efetivos de liberdade.



Fig. 4: Muro com janela com vistas sobre o monte.  
Posto de Abastecimento de Combustível e Balança de Bemposta.  
Projeto de Rogério Ramos (1961).  
Fonte: Arquivo C&F.

O desenho dos jardins privilegia a vegetação baixa nos espaços contíguos aos edifícios e vegetação mais densa e alta no limite dos pátios anteriores, formando uma fronteira permeável na proximidade dos caminhos públicos. Desta forma, os edifícios residenciais estão rodeados por jardins que estabelecem pontos de fronteira, mas permitindo uma interpenetração constante, garantindo sempre a privacidade do espaço doméstico. Essa ideia de *lar/casa*, que Archer provoca através da relação que estabelece entre o *interior/exterior*, é registo fundamental da memória e âncora do equilíbrio mental que a casa oferece aos seus habitantes; é uma *substância/alimento* que emerge da arquitetura e serve de suporte à razão durante as longas horas de trabalho na indústria hidroelétrica ou de *acelerador* da integração das famílias que ali chegavam, vindas das mais diversas zonas do país. Em tudo isto atua e intervém, de forma seletiva, a memória.

É a memória da casa e do seu jardim que mantém Turtwigin, o eremita de *Derzu Uzala* (filme de 1975), gloriosa e cruel obra de arte de Akira Kurosawa, ligado à vida:

*“Derzu Uzala: Ele chama-se Turtwigin, tem 64 anos. A sua casa está em Tiensisn.*

*Capitão: Como é que ele chegou até aqui?*

*Derzu Uzala: Ele tinha uma esposa, mas o seu irmão levou-a com ele. Há 40 anos que mora aqui.*

*Capitão: Está muito frio, diga ao velho para se aproximar do fogo.*

*Derzu Uzala: Não, capitão, não deve incomodá-lo. Ele está pensando. Ele gosta de pensar. Pensa na sua casa, no seu jardim, nas suas flores”.*

As casas e jardins adaptam-se às condições topográficas e convertem-se na definição, amplitude e conformação das parcelas, conformando um generoso espaço comum onde a privacidade é garantida seja por

elementos naturais, árvores, rochas, desníveis, ou seja, pela orientação do olhar provocada por mecanismos arquitetônicos. Além disso, a plantação de espécies autóctones e introduzidas/exóticas, permite consolidar no monte o carácter de bosque habitável. As plataformas nas quais assentam os conjuntos ou casas isoladas assumem na sua conformação a cambiante topografia do lugar e, além de estabelecer a fundação da casa no meio, determinam o monte como parte integrante da paisagem artificial.

As *casas miradouro* assumem um certo radicalismo moderno, atualizado por uma informada consciência internacional que requeria a necessária adaptação às circunstâncias do lugar e à sua cultura particular. Encontram-se aqui uma série de elementos que acontecem em muitas das arquiteturas daquele período e que representam uma ideia de construção arquitetónica que usa a complexidade e especificidades dos lugares, mas que também expressa de modo claro e manifesto a própria ideia de artifício. Assim, servindo-nos das palavras de Helio Piñón, Almeida institui na sua arquitetura “um modo de entender a forma, que substitui o impulso da mimésis pela construção” (Piñón, 2006, p. 22). Coloca este conjunto de habitação escalonadas, separadas e dispersas num terreno de acidentada ladeira, rodeado de rochas e bosque. Uma das características do desenho deste conjunto é a fusão da casa com o ambiente do jardim, através de caminhos e sebes modeladas para produzir determinados pontos de vista e o uso de grandes vãos envidraçadas que produzem uma construção mais transparente, e acentuam a destruição dos limites entre interior e exterior. A envolvente participa da construção do todo produzindo uma paisagem privada que não tem os seus limites na dimensão física do lugar da casa, mas antes, num horizonte distante conformado pela rugosidade do planalto. Dispõe magistralmente as árvores com a justa distância, em pequenos grupos de perfumes de essências delicadas e obtém um *artifício natural*. Sabedoria que o aproxima ao ano de 1958, quando Siza, numa luta leal e cautelosa

com a natureza, deposita a Casa de Chá da Boa Nova nas rochas da praia de Leça.

A composição das casas é resolvida com dois volumes sobrepostos na ortogonal. O volume baixo, em contacto direto com o jardim inclui as áreas de serviço e de estar, e o volume superior, perpendicular ao inferior, organiza os quartos voltados para o sul. Esta fachada dominada pelas varandas da zona dos quartos balançados sobre as aberturas da sala de estar, propõe uma alternância de cheios e vazios que remete à composição da fachada da Pousada e anuncia os enormes olhos que Eduardo Souto de Moura abre em direção ao Atlântico desde a Casa do Cinema Manuel de Oliveira (1998), bem como a conformação da sequência das suas casas balançadas sobre a paisagem – Cascais (1994) e Ponte de Lima – e inclusive a Escola de Hoteleira de Portalegre (2011).

Os *pilotis*, recuperando uma linguagem apreciada pelos arquitetos modernos, oferecem leveza à fachada mais visível e configuram a integração entre o construído e o terreno natural, garantindo ao mesmo tempo uma grande permeabilidade nos passeios e favorecendo espaços exteriores protegidos que incentivam as relações entre o interior e o exterior da casa. Os desenhos e a obra cristalizam esse desejo, criando o momento mais agradável da casa: a continuidade do jardim e a livre circulação por debaixo da casa. Mas nas casas, ao contrário do que acontece na pousada, os *pilotis* também são usados para abraçar os desníveis do lugar, sem o perturbar. De facto, o mesmo Nunes de Almeida já havia utilizado uma solução semelhante no projeto que, ainda aluno, apresenta ao *Concours International d'Émulation* 1952 organizado pela U.I.A. (AA.VV., 1952, p. 70).

Também decidiram implantar as casas Provisórias – *Bairro Verde* como era designado – em campo aberto, assentes diretamente sobre a rugosa complexidade do duro e escuro solo de granito, mediante plataformas adossadas à pendente, redesenhando a natureza e suavizando o carácter inóspito do lugar. O basamento, que é único a

cada momento, distinguível de qualquer outro, entrelaça a arquitetura das casas e constrói um todo coerente com o solo natural: uma nova morfologia. No entanto, e devido à sensibilidade com que se assentam, as formas cúbicas pré-fabricadas das casas não produzem exteriores monótonos e descaracterizados. As casas salpicam, com os Zimbros, o monte, com um verde ainda mais forte. Archer, Almeida e Ramos, aspirando à beleza como forma de legitimar uma opção num certo sentido, estética, seguiam os passos de Taut em Falkenberg (1913-1916). Assim, com a mesma cor, idêntica nas superfícies, mas com milhões de nuances à luz colorida do seu entorno, ofereciam ante a nossa imaginação, uma certa felicidade primordial, autêntica e vital aos seus habitantes. Os anos cinzentos da guerra tinham difundido uma certa tristeza e depressão. Agora, em tempo de paz e de reconstrução da sociedade, uma nova estrutura para a vida tinha que ser assegurada, e as artes unidas para alcançá-la. “Não é de surpreender, portanto, que muitos artistas tenham visto na cor um meio de libertar a arte do seu isolamento social, amarrando-a de novo às pessoas e em colaboração alcançar a imediata transformação do mundo” (Junghanns, 1978, p. 114).

A percepção intuitiva dos traços da geografia e a interpretação crítica dos cânones modernos filtram a condição de quantidade e repetição que procede do sistema pré-fabricado, permitindo obter uma singularidade morfológica para cada casa ou conjunto de unidades residenciais.

Desta forma, respondendo à necessidade de construir habitações a custos muito baixos e em tempos mínimos, a génese seriada das habitações e a variação morfológica do contexto produzem, em colaboração, a nova geometria da paisagem. Esta atitude era comum na Escola do Porto. De facto, na opinião de Jorge Figueira, o que caracteriza a arquitetura de Siza e a abordagem de Alves Costa é “a transformação da nostalgia de uma *totalidade moderna* num modelo prospectivo que é necessariamente intuitivo e fragmentado” (Figueira, 2002, p. 285).

No Douro, é a eliminação de tudo o que não é essencial, a condição prioritária para criar a necessária sensibilidade arquitetônica e urbana. E deste modo, o espaço habitável estabelece um compromisso entre forma e estrutura, uma certa dimensão espiritual. Algo semelhante acontece nos espaços interiores de Tessenow, publicados em *Hausbau und dergleichen* (Tessenow & Grassi, 1981). Mas é no projeto da Posada Provisória de Miranda que esse princípio será aplicado em termos valorativos, de maneira mais excepcional, desprendendo-se dele um conceito de força abstrata que configura a totalidade da forma do espaço. O conforto torna-se mais complexo e mais sutil devido, em parte, à adoção de uma abordagem muito mais flexível ao carácter do material, cujas qualidades e texturas se tornam de suma importância, chegando a constituir a configuração de todo o espaço. A arquitetura é uma arte ao serviço do homem, onde este pode encontrar a sua condição primordial. Uma condição austera e essencial.

No entanto, há que ter presente que o que impressiona a arquitetura do Douro são forças naturais, forças que têm uma configuração transparente: luz, peso, durabilidade, profundidade, amplitude, economia. Contudo, essa aparente invisibilidade e transparência dos efeitos é acompanhada por um movimento forte e desconcertante: a forma/figura resulta de uma relação direta e crua com sua ancestralidade. Neste sentido, aparece no Douro Internacional, uma certa *complexidade*. Por exemplo, no processo da Pousada ou da Capela de Picote percebe-se uma necessidade de abordagem do problema na sua totalidade, do geral ao particular e do sistema construtivo e essência da forma à complexa condição do mundo que a circunscreve, de modo que a sensação de equilíbrio não é apenas física ou espacial, mas de condição natural. Essa experiência, essa exercitação, que desenvolve lentamente uma certa intuição inata, deriva, todavia, dos exercícios de aprendizagem que Archer, Almeida e Ramos desenvolvem na Escola.

Eles estudam as causas técnicas, científicas, económicas e sociais que aceleram a evolução do mundo moderno, e procedem com uma

sinceridade construtiva que deriva da combinação desses fatores. Esta busca, sem concessões ornamentais, determinará a sobriedade formal que caracteriza todo o seu trabalho. Voltando à capela de Picote, ver-se-á que o sistema construtivo é o inspirador conceptual, o que introduz a “regra” na arquitetura, tornando-a solidária com a sua função e forma. Assim, a quadrícula da estrutura é a regra que organiza todos os elementos que compõem o espaço, exterior e interior. Essa sedimentação de formas oferece à arquitetura, apesar da sua pequena dimensão, uma condição de força radicalmente nova. Almeida reivindica assim o distanciamento do excesso e o culto às proporções e ao essencial que irá enquadrar toda a *arquitetura da Escola do Porto*<sup>5</sup>. Esta posição crítica, na opinião de Jorge Figueira, suportada pela ação do mestre Carlos Ramos, e explicada com clareza pelo pensamento que Giorgio Grassi exprime em *L'Architettura come mestiere e altri scritti*, no capítulo “Introduzione a H. Tessenow” (1981, pp. 157-186), conecta intensamente a *arquitetura da Escola do Porto* a um processo racional, mas também, por via de uma matriz cultural ancestral, a uma poética das “coisas da alma e da consciência que se encontram nos interstícios do conhecimento” (Pessoa, 1986, p. 97). Obviamente, o princípio expresso por Ozenfant e Jeanneret em *Après le Cubisme*, de que “o instinto, o balbucio ou o empirismo serão substituídos pelos princípios científicos de análise, organização e classificação” (Ozenfant & Jeanneret, 1918, pp. 11-27) não conseguiu influenciar unilateralmente nem a cultura inscrita no âmbito da *Escola do Porto* nem o pensamento que estrutura a paisagem do Douro Internacional. A dúvida diante de tal postulado, radica de forma indelével na cultura portuguesa desde tempos antigos.

---

<sup>5</sup> No artigo que Domingos Tavares, escreve a propósito do *Encontro de 1979*, identifica o distanciamento da *Escola do Porto* frente ao “desastre ideológico de moda na Europa - América” e à “crise de consciência que faz de cada gesto de autor um monumento ao presente” Tavares, D. (1979, junho-julho). *Arquitectura em debate* – Aveiro 79. *Arquitectura*, 4.ª Série, n.º 134, p. 54. Veja-se também Figueira, J. (2002). *Escola do Porto. Um Mapa Crítico*, p. 284.

“Os classificadores de coisas, que são aqueles homens de ciência cuja ciência é só classificar, ignoram, em geral, que o classificável é infinito e tanto se não pode classificar. Mas o em que vai meu pasmo é que ignorem a existência de classificáveis incógnitos, coisas da alma e da consciência que estão nos interstícios do conhecimento” (Pessoa, 1986, p. 97).

Também, como na *Jangada de Pedra* de Saramago (2012), no Douro Internacional, prevaleceu a poesia de Pessoa.

Num país esmagado por uma economia débil, os custos envolvidos na construção das grandes infraestruturas das Barragens representam um esforço muito elevado e absorvem a maioria das reservas, deixando para a construção de estruturas urbanas recursos muito limitados. No entanto esta economia difícil é uma das condições que lhes permitirá usar e defender os princípios da Arquitetura Moderna. O envolvimento de recursos reduzidos na construção e manutenção das habitações e edifícios de serviços são prerrogativas que os arquitetos da Hidroelétrica do Douro oferecem aos seus administradores e um dos motivos que lhes permitiu conquistar a sua confiança. Archer entendera, desde o início do projeto, a importância da economia para o sucesso do processo no qual se estava a envolver e que apenas a Arquitetura Moderna poderia responder ao orçamento de que dispunha. Lembramos a solução encontrada por Archer para produzir o teto da sala da Central de Picote, criando um sistema com a dupla função de controlador acústico e de suporte estrutural do grande vão aberto na rocha. Archer associou a utilidade estrutural e construtiva à resposta às exigências de conforto, oferecendo uma redução dos custos da obra e em paralelo, a conjugação e ampliação exponencial de valores estéticos e utilitários. A opção por materiais e técnicas novas já experimentadas e consolidadas, não só lhes permitiu alcançar as características formais e o uso pretendido, como também lhes permitirá soluções duradouras ao longo do tempo. “A economia da construção

baseia-se em conceitos muito diferentes da, por exemplo, dos artigos de consumo correntes. O importante não é o que o edifício custou no dia em que foi concluído, mas o que custará após cinquenta anos de aquecimento, manutenção, etc.” (Pallasmaa, 2010).

É interessante verificar que, apesar da grande dimensão de tal empresa, os arquitetos buscam soluções que utilizam a máxima economia de meios. Procuram para os edifícios a implantação que oferece a máxima eficiência estética e funcional ao menor custo, cumprindo-se assim uma arquitetura primordial, eficaz e económica. Uma arquitetura que “emprega meios tão elementares da forma tão eficaz e parcimoniosa quanto possível, o que significa que não desperdiça meios nem matéria” como requeria, em 1924, Theo van Doesburg (1971, p. 78) para a sua arquitetura. Esta prática, embora ligada a valores internacionais, baseia-se sobretudo numa cultura nortenha que, por necessidade, vem afinando desde a antiguidade, uma arquitetura ligada a formas simples e primordiais.

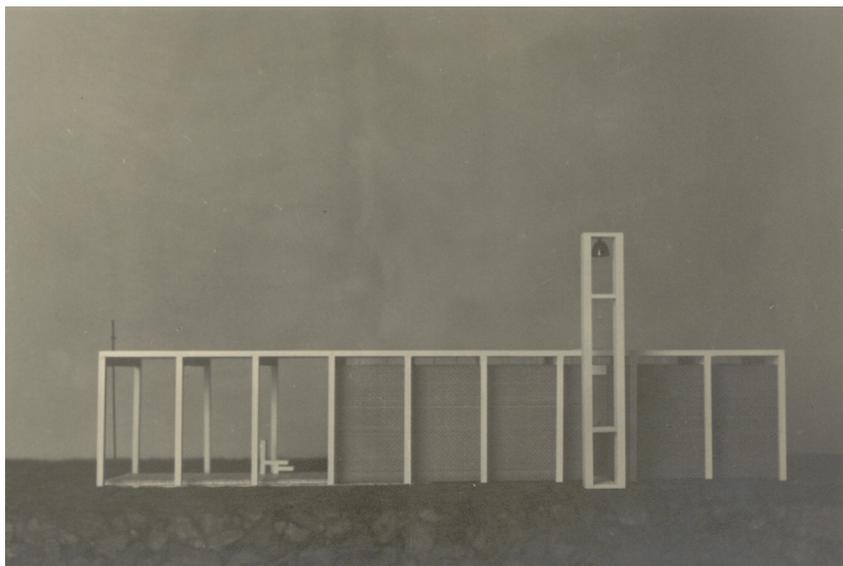


Fig. 5: Maqueta da Capela de Picote. Fonte: Arquivo C&F.

Uma das ideias modernas, fundamentais, que encontramos no Douro é um desejo de sinceridade, uma noção de verdade e, por essa via, uma busca de objetividade, uma ação projetual que atua objetivamente e responde à função desejada. Nunes de Almeida, dirá referindo-se à prática da sua equipa nesse período: “Tínhamos sobretudo a preocupação de articular todas as funções... E quando a função estava resolvida, surgia a forma. Não era ao contrário” (Almeida). A sinceridade como valor requer a interação crítica e constante entre arte e técnica e a compreensão da forma como consequência de uma dimensão abstrata e sensível de construção, que não deixa espaço para qualquer ornamento. É esta atitude que gera o rigor e a dimensão poética da paisagem industrial do Douro Internacional.

O projeto, para além, de ser um elaborado produto da razão, deriva também da necessidade de superar obstáculos e de uma intuição que interpreta o que está ali, disponível na geografia e no material cultural depositado no território nortenho. A interpretação dos dados científicos, recolhidos pelas diferentes áreas do conhecimento, é cruzada com a perceção sensível e crítica dos traços do lugar, utilizando de forma poética e valorativa, os recursos naturais disponíveis. É a necessidade da altura, derivada da função de distribuição da água, que conduz o projeto de Tratamento da Água de Miranda e Bemposta à forma pura das torres cilíndricas de betão à vista, mas é a sensibilidade de Ramos que determina a sua elegante verticalidade ao desenvolver um sistema específico de cofragem. E, para cumprir o propósito de observatório das infraestruturas produtivas, em Bemposta o volume do Edifício de Comando adquire uma configuração alada e expandida pela imensidade de perspetivas abertas sobre a amplitude da albufeira de águas calmas, paradoxalmente geradoras de uma colossal e dinâmica potência energética. O volume de entrada, compreendido entre os *pilotis*, é encerrado por uma estrutura formada por enormes planos de vidro subdivididos por finos elementos de ferro, permitindo a total transparência do interior e ao mesmo tempo, do rio, e mesmo

para além, até ao planalto Ibérico. Acima, na sala de comando, o sistema de aberturas torce-se, olhando para trás, para assim conseguir um ângulo que ofereça desde o interior, uma visão frontal do Parque de Linhas. Este mesmo mecanismo utiliza-o Siza no projeto da FAUP (1986): palas e olhos retorcidos que orientam a sua arquitetura até as águas do Douro. É interessante notar que Breuer utiliza a mesma estratégia ao desenhar aberturas nos muros do Whitney Museum (1966) configuradas como dispositivos de autorregulação, interação e reajuste entre o interior e a luz da cidade de Nova Iorque.

A consciência da necessária parcimónia no uso dos recursos naturais, que além do mais também está enraizada na cultura nortenha pela sua difícil condição económica, geográfica e climática, comporta a exclusão do supérfluo e incoerente, e induz o inesperado desenvolvimento de uma austeridade poética que se desprende da arquitetura com delicado conforto e beleza... uma sensibilidade que reside na generalidade das obras da Escola do Porto e que encontra em Siza a sua máxima expressão.

Almeida dizia que a forma deve ser lógica e coerente com a função, procurando sempre a exclusão do supérfluo. O estoico desenho do bloco do talho do Centro Comercial de Picote, demonstra o carácter objetivo, e ao mesmo tempo poético, do Douro. A luz, o ar, a morfologia do território e as perspetivas cruzadas sobre a paisagem, sendo matéria sempre disponível e ao mesmo tempo a mais económica, são utilizadas para surpreender e enriquecer de sensações o espaço habitável.

Estabelecer ordem e regras no projeto de um edifício, de uma estrutura urbana ou nos elementos que determinam a forma visível da relação entre a infraestrutura e o homem, não é suficiente para introduzir no espaço uma dimensão humanista ou sensorial. Isso só pode resultar de uma convergência entre o poder sensível da intuição e o ato ordenador da razão. Para determinar esse nível poético que habita nas obras do Douro, Archer, Almeida e Ramos confrontam

constantemente as regras do projeto, com a exceção, o incidente, e o acaso...com o tempo do lugar. Esta forma de proceder determina uma poética na experiência do industrial.

Eles oferecem-nos a oportunidade de confirmar que o fim da arquitetura não é tanto a fria resposta aos programas e orçamentos, mas a razão poética... transformar o território natural num novo organismo, fazer poética no lugar da técnica.

## Referências bibliográficas

- AA.VV. (1952). *Revista Architeti*, Florença, ano III, n.º 14.
- AA.VV. (29 de agosto de 2009). Barragem de Picote. *TSF Rádio Notícias*. Disponível em [http://www.tsf.pt/paginainicial/AudioVideo.aspx?content\\_id=920565](http://www.tsf.pt/paginainicial/AudioVideo.aspx?content_id=920565).
- Archer, J. (1953a). *[blocos de habitação] da FCP-HE (Estudo para o Bairro Residencial da Caixa de Previdência em Bragança)*. CODA. (Original duplicado), Biblioteca Cannatà & Fernandes: Edição do Autor.
- Archer, J. (1953b). *[blocos de habitação] da FCP-HE (Estudo para o Bairro Residencial da Caixa de Previdência em Bragança)*. CODA. (Original duplicado). Biblioteca da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, disponível em <http://repositorio-tematico.up.pt/handle/10405/48388>.
- Cannatà, M. & Fernandes, F. (1997). *Moderno Escondido, Arquitectura das centrais Hidroeléctricas do Douro 1953-1964, Picote-Miranda-Bemposta*. Porto: Edições FAUP publicações.
- Costa, L. (1970-79). *A influência da economia na arquitectura actua de forma....* VD 02-03257L, Acervo Casa Lúcio Costa. Disponível em <http://www.jobim.org/lucio/handle/2010.3/3508>
- Van Doesburg, T. (1971). 1924: Towards a plastic architecture. In U. Conrads, *Programs and manifestoes on the 20th-century architecture* (pp. 78-80). Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- Fernandes, F. (2015). *La arquitectura en la construcción del paisaje: herramientas y principios de los proyectos del Duero Internacional (1953-1964) en su relación con la Escuela de Oporto*. Thesis Doctoral. Madrid, E.T.S. Arquitectura (UPM). Disponível em <http://oa.upm.es/39705/>.
- Fernandez, S. (2001, abril). *Entrevista de Michele Cannatà a Sérgio Fernandez*. Porto: Cinta magnética.
- Ferraz, T. (1985). *O lodo e as estrelas*. Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato.
- Figueira, J. (2002). *Escola do Porto. Um Mapa Crítico*. Coimbra: Edições do Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- Figueira, J. (2014, 17 de dezembro). O SAAL chegou ao museu. *Ípsilon*. Disponível em <https://www.publico.pt/2014/12/17/culturaipsilon/critica/o-saal-chegou-ao-museu-1679597>

- Garrett, A. (1935, dezembro). Casas Económicas em Portugal. *Brotéria*, vol. 21, fasc. 6.
- Grassi, G. (1981). *L'Architettura come mestiere e altri scritti*. Milano: F. Angeli.
- Gros, M. (1982). *O Alojamento Social sob o Fascismo*. Porto: Afrontamento.
- Junghanns, K. (1978). *Bruno Taut 1880-1938*. Milão: FrancoAngeli.
- Kurosawa, A. (Diretor). (1975). *Derzu Uzala* [Filme]. Japão/USSR: Daiei Film/Mosfilm.
- Morais, C. C. (2009). *01 Textos por Álvaro Siza*. Porto: Civilização Editora.
- Ozenfant, A. & Jeanneret, C-E. (1918). *Après le Cubisme*. Paris: Éditions des Commentaires.
- Pallasmaa, J. (2010). *Conversaciones con Alvar Aalto*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL.
- Pessoa, F. (1986). *Livro do Desassossego*. (2.ª ed.). São Paulo: Editora Brasiliense.
- Piñón, H. (2006). *Teoría del proyecto*. (1.ª ed.). Barcelona: Ediciones UPC.
- Portas, N. (fevereiro 1986). *O processo SAAL entre o Estado e o poder social*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 18/19/20, 635-644.
- Saramago, J. (2012). *A Jangada de Pedra*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Tavares, D. (1979, junho/julho). Arquitectura em debate – Aveiro 79. *Arquitectura*, 4.ª Série, n.º 134, 50-55.
- Tessenow, H. & Grassi, G. (1981). *Osservazioni elementari sul costruire* (4.ª ed.). Milão: FrancoAngeli.

(Página deixada propositadamente em branco)

**ENTRE A EXALTAÇÃO E A SAUDADE.  
O AUTOMÓVEL COMO METONÍMIA DE PROGRESSO NO  
CONTEXTO DOS PLANOS GERAIS DE URBANIZAÇÃO**

*José Cabral Dias*

Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

ORCID: 0000-0002-8472-5062

**Resumo:** É decisivo conhecer o modo como o automóvel foi visto pelos urbanistas portugueses entre as décadas de 1930 e 1960, para compreender o pensamento sobre a cidade no período do Estado Novo. Deve ter-se presente que numa sociedade comandada pelo conservadorismo, esse veículo transformou-se, também para os pensadores da cidade portuguesa, num símbolo: de progresso e de uma nova vida. Na aparência, o fenómeno não difere do que se verificava internacionalmente. Em contraste, sabe-se que não surgiram em Portugal manifestos nem doutrinas que assumissem a nova mobilidade como fator para a reconfiguração do espaço e da vida.

O programa para a realização dos Planos Gerais de Urbanização – Decreto-Lei n.º 24.802, 1934, 21 de dezembro – motiva, assim, um olhar privilegiado sobre o tema – esse programa criou as bases para intervenção em mais de 400 núcleos urbanos portugueses, num tempo em que a imagética moderna havia já feito o seu percurso também por cá.

Conclui-se que automóvel é colocado como metonímia de progresso, embora com resistências da tutela: as peças escritas dos Planos Gerais de Urbanização e os Pareceres do Conselho Superior de Obras

Públicas permitem perceber um discurso que se constrói no encontro entre tradição e modernidade.

**Palavras-chave:** Estado Novo, Planos Gerais de Urbanização, Tradição e Modernidade, Desenho Urbano, Automóvel

BETWEEN EXALTATION AND *SAUDADE*. THE  
CAR AS A METONYM FOR PROGRESS IN THE  
CONTEXT OF GENERAL URBAN PLANNING

Learning how the car was perceived by Portuguese city planners between the decades of 1930 and 1960 is decisive to understand the thoughts about the city during the period of the Estado Novo. It should be noted that, in a society led by conservatism, the car became a symbol, including for the planners of the Portuguese city: a symbol of progress and a new life. In appearance, the phenomenon is not different from what was happening internationally. By contrast, there were no manifestos or doctrines in Portugal that assumed this new mobility as a factor in the reconfiguration of space and life.

Thus, the programme for the implementation of the General Urban Planning (Decree-Law 24 802, 1934, 21 December) encouraged a privileged gaze on the subject. This programme created the basis for an intervention on over 400 Portuguese urban areas at a time when modern imagery had already run its course.

It can be concluded that the car is a metonym for progress, albeit with some resistance from the Authority: the written documents of the General Urban Planning and the Opinions issued by the Higher Council for Public Works unveil a discourse arising from the encounter between tradition and modernity.

**Keywords:** Estado Novo, Portuguese City, *Planos Gerais de Urbanização*, Tradition and Modernity, Urban Design, Car



Antevê-se que a compreensão da ideia de cidade num tempo complexo como o do Estado Novo implica a consideração de um contexto subtil, quase oculto, diverso da face visível dos planos enquanto documentos desenhados – o *plano-imagem* de que nos fala Margarida Souza Lôbo (1995), produto sobretudo motivado por critérios compositivos. Na realidade, a manipulação do espaço, na promoção de efeitos cénicos e plásticos – ou de apologia –, não surgia apenas pelo desenho como fim em si mesmo. Essa é uma chave de leitura que se crê fundamental para o entendimento da cidade do Estado Novo.

Conhece-se os meios através dos quais a arquitetura se confrontou com a cultura moderna, em Portugal. Sabe-se que a partir do 1.º Congresso Nacional de Arquitectura (1948), e no projeto à escala da cidade, a classe reclamou o direito e o dever de aplicação dos postulados de *A Carta de Atenas* (1933). Contudo, as ideias modernas para a cidade não têm sido objeto de consideração em toda a extensão. O modo como o automóvel se colocou como peça fundamental para a conceção da cidade ou de uma nova cidade a partir das primeiras décadas do século XX tem sido praticamente esquecido (Dias, 2011)<sup>1</sup>.

Deve ter-se presente que numa sociedade em que prevalecia um conservadorismo ambicionado, o automóvel era por si só indutor de mudanças. Dito de outro modo, este veículo transformou-se em símbolo de progresso e de um quadro de vida em consonância com esse mesmo progresso, também para os pensadores da cidade portuguesa, no Estado Novo.

Na aparência, o processo não é diverso do que se passou internacionalmente. Sabe-se que o automóvel suscitou novas relações espaciais – entre o território, a forma urbana, a população e a arquitetura – e

---

<sup>1</sup> Para além do estudo referenciado, as investigações têm abordado muito lateralmente e de modo implícito a presença do automóvel no país, com poucas exceções: ver Santa-Rita, A. (2006). *As Estradas em Portugal: da Monarquia ao Estado Novo (1900-1947)*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas; Dias, M. G. (2008). *Depois da Cidade Viária* (Dissertação de doutoramento). Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

uma nova ordem. O espaço passou a medir-se não por unidades de distância, mas por relações de espaço/tempo. A cidade viu transformada a sua escala, com espaços a que só a nova máquina dava sentido. A superação dos modelos urbanos estabilizados era, naturalmente, uma inevitabilidade. Ou seja, a objetividade era questionada com novas teorizações. Nesta aproximação, é necessário ter em conta que como uma manifestação inaugural, o automóvel intensificou a aproximação entre *forma e função* – e esse binómio seria encarado como manifesto pelos arquitetos modernos, uma atitude estética, como cedo testemunhou *Vers Une Architecture*, de Le Corbusier (1887-1965)<sup>2</sup>. Em suma, uma apologia aparecia como um fascínio pela máquina que substituíra a importância da máquina em si mesma. Os novos espaços urbanos refletiam essa idealização de progresso.

Em Portugal, o século XX dá espessura ao tema. Reportamo-nos às contradições entre local e global; tradição e modernidade – isto é, tem-se presente a incorporação de referências externas na produção espacial nacional num clima cultural de expressão nacionalista.

Não se ignora que a arquitetura do Estado Novo integrou uma estratégia de renovação da sociedade portuguesa (Brites, 2016, p. 18), convergente com uma expressão ideológica que resultasse num “homem novo” (Rosas apud Brites, 2016, p. 14) – uma expressão de modernidade, portanto (Brites, 2016, p. 14). Para o posicionamento conceptual da cultura arquitetónica do Estado Novo, não se ignora, tão-pouco, que a expressão moderna pode ainda resultar da atualização de conhecimentos e práticas já consolidadas (Rodrigues, 2017, p. 347), isto é, da consideração da disciplina, no caso da arquitetura,

---

<sup>2</sup> Trata-se de um manifesto a favor de uma nova arquitetura e uma compilação de artigos publicados pela primeira vez na revista Purista *L'Esprit Nouveau*, que Le Corbusier fundou e manteve com Amédée Ozenfant. Sob a forma de livro, foi editado em 1923. Ver Le Corbusier (1998 [1923]). *Por uma Arquitetura [Vers une Architecture]* (5.<sup>a</sup> ed). São Paulo: Perspectiva.

como um ofício com passado e história: a via da tradição, em oposição à via das vanguardas (Rodrigues, 2017, p. 347).

Todavia, se o conceito de modernidade depende do primado da racionalidade e da afirmação do indivíduo como vetores fundamentais (Habermas, 1990), facilmente questionamos a condição moderna de Portugal: a todos os títulos simbólicos, sabe-se que, em 1970, 25,7% da população era analfabeta<sup>3</sup> e que, no final dessa década, a sociedade rural era ainda dominante (Pinto, 2004, p. 63). Em suma, “A ‘direita das realizações’, dos ‘engenheiros’ e dos ‘técnicos’” não se impôs (Rosas & Brito, 1996, p. 317).

Valor simbólico tem, também aqui, a propaganda do Estado Novo, através da comunicação do próprio regime, pela mão de António Ferro (1895-1956)<sup>4</sup>, o seu pragmático e paradoxal diretor (Torgal, 2009): a linha progressista e cosmopolita dedicada às artes (Ó, 1999), é diversa da menos moderna e estetizada estratégia de encenação etnográfica (Alves, 1997, 2007) – esta visava convencer a população urbana da beleza do modo de vida simples, em sintonia com a imagética da população do campo e o seu território, contexto onde se forjaria uma identidade própria e singular (Alves, 1997, p. 253).

Entre as diversas polaridades – o papel simbólico da mobilidade mecanizada e o modo como o Estado Novo se concebeu a si próprio – será encontrada a complexidade do papel do automóvel para o pensamento, a produção de referências e a organização do espaço urbano, em Portugal. Além do mais, sabe-se que no país não existiram, como internacionalmente, manifestos, doutrinas (Portas, 1973) ou mesmo circulação aprofundada de ideias nas revistas especializadas

---

<sup>3</sup> Ver Pordata (s.d.). <https://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela>

<sup>4</sup> O Secretariado de Propaganda Nacional foi criado em 1933 e transformado, em 1944, no Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, dirigido por Ferro até 1949.

(Dias, 2011)<sup>5</sup>. Assim, o programa para a realização dos Planos Gerais de Urbanização – emergente com o Decreto-Lei n.º 24.802, de 21 de dezembro de 1934 – posicionou-se como campo inaugural para a produção de pensamento e experiências.

A cidade portuguesa dos anos 30 era desestruturada, acumulava inúmeros sinais de pobreza e, sobretudo, encontrava-se sem preparação para lidar com o novo veículo. Ao criar bases para intervenção em mais de 400 núcleos urbanos, de norte a sul<sup>6</sup>, Duarte Pacheco fornecia, de facto, as bases para que a ligação do automóvel à cidade e às novas morfologias urbanas fosse inevitavelmente pensada. Seria aí que se faria teoria e doutrina, num processo de aprendizagem mútua, de profissionais e do Estado (num tempo em que o país testemunhava já a afirmação do automóvel nas ruas e estradas).

O olhar que propomos move-se entre o arranque do programa dos Planos Gerais de Urbanização, em 1934, e a década de 1960. Em reforço destes limites temporais, devemos relembrar que, durante as duas primeiras décadas do século passado, a prática arquitetónica e o pensamento sobre o espaço nacionais tinham refletido, sobretudo, o prolongamento da ação do século XIX; só na passagem para os anos 1930 se iriam sentir os ecos das primeiras imagens modernas – que, na abordagem aqui proposta e no âmbito urbano, tomam o automóvel como símbolo. A década de 1960, por outro lado, configura profundas alterações no pensamento arquitetónico e na conceção urbanística, com explosão de tendências. Em termos práticos (para este tema), tratava-se do fim do mito de que a cidade poderia ser programada como um ato de desenho tão determinado como foi tentado

---

<sup>5</sup> Os manifestos escritos em Portugal são apenas dois: “Não!” e “Senhor Ministro”, de 1956, por João Correia Rebelo (1923, 2006), arquiteto diplomado pela Escola de Belas Artes de Lisboa. Em termos internacionais, destacam-se os modelos de Le Corbusier – Ville Contemporaine, 1922 e Ville Radieuse, 1924 – e de Frank Lloyd Wright – Broadacre City, 1932-1959.

<sup>6</sup> Cf. Decreto-Lei n.º 24.802, de 21 de dezembro de 1934.

com os Planos Gerais de Urbanização. Ou seja, essa década seria o encerramento de um ciclo: a cidade já não poderia ser (totalmente) reinventada a partir de novos conceitos espaciais e/ou da estética/cultura do automóvel.

As ideias e factos expostos nas páginas seguintes consideram soluções, contextos e escalas distintas, tratados por diferentes arquitetos, com trajetos profissionais também eles distintos. A panorâmica abre-se de norte a sul, do litoral para o interior e até junto da fronteira; por sobre contextos urbanos no litoral e no interior, com marcas evidentemente rurais ou de afirmação de urbanidade, ligados a atividades emergentes, como o turismo balnear ou termal, com mais marcas patrimoniais ou desvinculados de preexistências fortes; considera-se, ainda, a ação de projetistas mais interventores e progressistas ou conservadores e cautelosos. Essa diversidade procura assegurar consistência à argumentação. Na verdade, o automóvel é em si mesmo um ponto de vista sobre outras possíveis antinomias entre tradição e progresso no Estado Novo (Dias, 2011)<sup>7</sup> ou mesmo dentro do próprio Estado Novo, com as várias e polarizadas tendências ideológicas (Rosas & Brito, 1996, p. 317).

Apesar do olhar aqui proposto espelhar uma realidade idealizada, está distante da utopia e é fundamental para a compreensão de um capítulo fundamental da cultura espacial do século XX.

---

<sup>7</sup> Atendendo a este enquadramento, os nomes que reunimos enquadram o essencial da atividade de planeamento urbano promovida através dos Planos Gerais de Urbanização. Segundo a distribuição por autores, temos 12 grupos: Étienne de Gröer: Coimbra, Braga e Évora; João Aguiar: Viseu, Castelo Branco, Olhão da Restauração e Fonte Santa – Monfortinho; Faria da Costa: Portalegre, em conjunto com Miguel Jacobetty; este último é, também, autor dos planos para Mafra e Santa Cruz; Lima Franco: Leiria e Marinha Grande; Raul Lino: Tavira; Carlos Ramos: Tomar e Fundão; Paulino Montez: Caldas da Rainha; David e Maria José Moreira da Silva: Matosinhos; Januário Godinho: Espinho e Felgueiras, bem como a Zona Litoral entre Espinho e Vila Nova de Gaia; Mário de Oliveira: Lourinhã e Nisa; Rogério de Azevedo: Santo Tirso; Ezequiel Rezende: Sul de Braga; Arménio Losa: Macedo de Cavaleiros e Vila Nova de Gaia.

A base a partir da qual olhamos para lá da imagem dos planos e entramos de modo mais consistente no pensamento dos autores e da tutela é assegurada pelas Memórias Descritivas e os Pareceres do Conselho Superior de Obras Públicas (CSOP), de avaliação desses mesmos planos. São, na verdade, peças fundamentais para perceber este tema.

## **2. Princípios**

Quando convocados para a realização dos Planos Gerais de Urbanização, os urbanistas centraram-se em medidas que permitissem lutar contra o crescimento espontâneo, pouco cuidado e não determinado dos povoados. Fizeram-no com grandeza, contra o estado de pobreza a que o Portugal urbano havia chegado. A iniciativa era de oposição à precariedade do edificado, das praças e das ruas, aos becos e quarteirões insalubres, pouco arejados, com pouca luz, muito preenchidos. Os projetistas combatiam a largura de arruamentos e traçados incompatíveis com a moderna circulação, a falta de redes de esgotos, a insuficiência das redes de águas e a carência de equipamentos, inexistentes ou mal instalados. No texto “Lisboa, uma Cidade em Transformação”, Keil do Amaral (1970, p. 103) é perentório, ao referir a incompatibilidade, já em 1930, entre a estrutura urbana tradicional e o novo veículo:

“Os que possuíam automóveis [...] começaram a aperceber-se de que as suas possibilidades de deslocação eram limitadas, não apenas pela potência dos carros, ou por razões de segurança, mas por um esquema de arruamentos que não tinham sido concebidos com vista aos progressivos aperfeiçoamentos e ao elevado número daquelas máquinas em circulação na Capital.

Chegava-se a Lisboa através de verdadeiras azinhagas muradas, com duas passadeiras centrais de onde era prudente não deixar sair as rodas dos carros para não se partirem molas [...]”.

Mobiliza-se, acrescidamente, um fator que é determinante para a compreensão deste tema: a consciência de que as ideias sobre a realidade precedem a realidade em si mesma. Na verdade, a especulação e a estetização são vias determinantes para perceber a configuração do pensamento sobre o automóvel, também em Portugal: esses conceitos, a especulação e a estetização, teriam mais expressão do que o número de automóveis em circulação, cenário que se verificava, já, nos países europeus mais desenvolvidos.

Com os Planos do Estado Novo, a extensão da cidade era a palavra de ordem, de acordo com novos tempos e um horizonte temporal de 30 a 50 anos. A preocupação incidia sobre um espaço que se alargava segundo uma diferente geografia de novas áreas urbanas e considerando outros conteúdos. Na época emergente, já não havia extensão urbana sem o automóvel. A cidade era o espaço alargado por esse meio de transporte. Pensá-la era desenhá-la em função de uma nova forma de a percorrer, de equacionar os seus espaços de acordo com outras necessidades. O acesso às novas áreas de expansão, as ruas – existentes e projetadas –, os atravessamentos urbanos e as vias que os serviam e às novas infraestruturas do Estado Novo (portos e áreas industriais, designadamente) sublinhavam a necessidade de modernas circulações.

O novo sistema tinha de ser pensado dicotómica e diversamente. O movimento e a sua ausência imporiam *segregação* e *hierarquização* viária aos novos Planos, além de *demolições* para corresponder à lógica inquestionável do automóvel em deslocação e imobilizado.

A nova cidade submeter-se-ia a estruturas de *zoning* monofuncionais que não fariam sentido senão numa estrutura urbana percorrida de modo rápido, marcada pelo desejo de defesa, das outras funções e programas, e do tráfego que, progressivamente, se imaginava a apoderar-se do território.

No que concerne às morfologias desenhadas, o recurso inaugural para a eficácia do automóvel consubstanciou-se, com poucas exceções (em aglomerados mais modestos e de menor dimensão), numa forma



*Variantes, circulares, vias periféricas, anéis periféricos, anéis de circunvalação, artérias periféricas, vias de cintura, vias tangenciais à periferia do aglomerado, parkway e praças de giração* definem uma nova nomenclatura que, de norte a sul, foi idealizada para o território se adaptar ao novo veículo.

Simultaneamente, o espaço e o edifício residencial nasciam com independência relativamente ao tráfego. Faixas arborizadas, células organizadas em *unidades de residência*, a *hierarquização* viária como filtro, a definição dos *perfis* (a refletir a importância da circulação e a condicioná-la), assim como o já mencionado *zonamento* surgiam como instrumentos para a autonomia desejada.

Assim, os novos traçados obedeciam a uma organização que só a moderna circulação poderia suportar. Baseavam-se tanto na antinomia peão/automóvel, como na sugestão de movimentos/traçados fluidos e hierarquicamente definidos. Ou seja, as vias de trânsito contribuíam para estruturar a forma urbana, ao mesmo tempo que o peão se libertava e libertava o tráfego. Essa separação, incluindo a defesa e ordenamento da habitação relativamente ao trânsito, era complementar das categorias em que o trânsito e as vias se encaixavam, ao obedecerem à nova terminologia.

*Grande circulação, circulação acelerada, grande trânsito, viação acelerada, trânsito acelerado ou movimento acelerado ou interno intenso* encontravam assim acolhimento na segmentação viária. No mesmo âmbito, *vias interurbanas* contrastavam com *intraurbanas*; *vias de distribuição*, com as de *penetração*; de *atravessamento*, com *locais* ou *artérias de serviço* e/ou *circulação local*; de *circulação*, com as de *habitação*; de *acesso ao centro*, com *becos*. As *vias arteriais* e as *artérias radiais* completavam as categorias, num universo que, dicotomicamente, se dividia entre *arterial interno* e *externo*.

A adjetivação refletia um novo modo de pensar. O sonho e a apologética eram afirmados, tanto quanto os imperativos do concreto. A *Carta de Atenas*, Radburn e as *Unidades de Vizinhança*

estavam tão presentes nas ideias descritas pelos autores, quanto as hesitações.

Um pequeno e modesto núcleo no interior do país de então, Celorico de Basto (Fig. 2), dá a exata medida do tom ensaístico e paradoxal das propostas urbanísticas na relação com o automóvel, como metonímia da ideia de progresso: “o troço da estrada nacional n.º 210, na entrada da Vila, para quem vem de Amarante, foi, como mostra a planta de trabalho, substituído por uma ampla avenida com duas pistas de rodagem” – diz o autor do plano, em 1947 (Vasconcelos, 1947, p. 29).

Neste desejo de um tempo novo, o automóvel promovia o Homem à condição de viajante – referem as peças escritas dos planos. Circular não era mais um imperativo. Mais do que isso, era desfrutar do movimento e usufruir da variação da imagem no tempo. O entendimento da cidade portuguesa abria-se ao deleite da circulação, com um tempo que ampliava a paisagem, alargados (o tempo e a paisagem) pelo prazer de percorrer o território a bordo da eficácia, liberdade e fluidez do novo veículo. “Os acidentes do terreno, as descidas e subidas das ruas, as colinas onduladas, todas as variações de nível, são elementos a aproveitar, para assim procurarmos situações variáveis do ponto de vista, cujo conjunto nos dá perspectivas agradáveis”, dizia Mário de Oliveira em 1947 (1947, p. 4).

De modo simbólico, o Plano para a Lourinhã – citado acima – demonstra que a escala ou a importância dos aglomerados não eram termos da equação. Encontram-se ali semelhanças com a proposta de Giedion, formulada poucos anos antes – em 1941 – para enaltecer a conceção moderna do espaço:

“Vistas aéreas, permitem mostrar o grandioso movimento do parkway, a beleza do seu traçado, a agradável continuidade das suas curvas; mas só manejando o volante do automóvel é possível dar conta do seu verdadeiro significado. [...] O condutor goza de

um pleno domínio e, a máquina, de liberdade” (Giedion, 1982, pp. 771-772)<sup>8</sup>.

Aliás, o *parkway*, tantas vezes referido nas peças escritas dos Planos Gerais de Urbanização, foi, também em Portugal, pensado como um dispositivo maior dessa condição de liberdade.

Todo este fenómeno ocorria à custa do desejo de grandes transformações, que incluíam expressivos esvaziamentos e demolições, muitas vezes significando a reforma integral dos povoados.

Em síntese, o automóvel levou a que se questionasse o entendimento canónico do espaço urbano. A proximidade de boas estradas nacionais ou regionais era motivo de felicidade, afirmavam David e Maria José Moreira da Silva (1944, p. 34), a propósito da elaboração do Plano de Matosinhos.

Mesmo que possam ser identificadas inúmeras hesitações, a materialização incompleta do fascínio demonstrado por arquitetos/urbanistas não surpreende. A ausência de enunciados teóricos sólidos e estruturados (Portas, 1973), acompanhava, do outro lado, o do poder, a consideração do papel do legado histórico presente nas cidades: tratava-se de valorizar, com o devido peso, o significado que estava ali disponível como matéria político-ideológica, convergente com espírito da lei de 1934 e a ação governativa<sup>9</sup>: a intervenção sobre a cidade fazia parte de um programa de ação sobre o território, através do qual o regime se projetaria (Costa, 2004, 2012). A este propósito, Sandra Vaz Costa afirma: “estamos [...] perante uma política de obras públicas que rege e determina os três tempos do homem: Passado (Restauro de Monumentos); Presente (Equipamentos Públicos) e Futuro (Planos de Urbanização que determinam o desenho futuro do país)” (Costa, 2004, p. 47).

---

<sup>8</sup> Trad. do autor.

<sup>9</sup> Cf. Decreto-Lei n.º 24.802, de 21 de dezembro de 1934.

Assim, não é inesperado que os planos se tenham submetido a compromissos com a cidade histórica. A racionalidade do traçado nas áreas novas e nas que cederiam às demolições libertaria o automóvel para movimentos mais amplos, mas contrastava com o compromisso com as áreas existentes, patrimoniais ou históricas. Aí, o plano tendia a submeter-se a um desenho mais enrolado, sinuoso, de menor escala – ou *pitoresco*, como é regularmente referido nos Pareceres do CSOP.

### 3. Contraponto

O CSOP comportava-se, em larga medida, como travão à ação plena dos planos. As motivações da tutela descobrem-se nas linhas e entrelinhas dos pareceres. Várias aproximações (por vezes dissonantes) permitem inferir o seu alcance.

O parecer para o plano de Coimbra é ilustrativo (CSOP, 1945a, p. 1):

“O estudo apresentado pelo Sr. Arquitecto de Gröer merece realmente, não uma simples aprovação, mas uma menção especial de apreço e louvor pela técnica perfeita com que está elaborado e pelo sensato critério que revela. São de apreciar, e de apontar como exemplo, não só a relutância em adoptar soluções modernistas onde elas não têm cabimento, mas sobretudo a expressa e constante preocupação em respeitar a natureza, os pormenores tradicionais ou típicos [...]”<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Cf. Carta de Luís da Costa Novais, assinada em nome do secretário-geral do Ministério das Obras Públicas, datada de 19 de setembro de 1945, dirigida ao presidente do Conselho Superior de Obras Públicas (CSOP).



Fig. 3: Ante-plano de Urbanização da Vila do Fundão - 1949; Planta de Urbanização.  
Fonte: Arquivo do Serviço de Estudos de Urbanização da Direcção-Geral do Território.

O plano do Fundão (Fig. 3) pode ser um outro exemplo elucidativo, entre vários possíveis. Contrariando as opções de Carlos Ramos, o CSOP pretendeu aligeirar-lhe os ímpetus de cosmopolitismo. A Avenida Salazar deveria ser fragmentada em vários troços, de larguras variáveis, como meio para alcançar, através dessa variação, “conjuntos equilibrados e de interesse” – determinou esse Conselho (1952a, p. 3).

Portalegre, mais um exemplo disponível, motivou igualmente o discurso, tom e adjetivação do CSOP de modo pouco entusiasta:

“O ante-projecto de Urbanização – Embelezamento e Extensão – da cidade de Portalegre foi orientado num princípio por assim dizer clássico ao tratar-se do problema de urbanização e expansão de uma cidade antiga que, em geral, apresenta os seus edifícios muito cerrados marginando tortuosas e estreitas ruas mas possuindo, por isso mesmo e pelo interesse das suas construções, em apreciável número de certo valor arquitectónico e tradicional, um carácter muito particular que se deturparia completamente caso se encarasse a sua urbanização à custa de profundas modificações nos seus emaranhados arruamentos” (CSOP, 1945b, p. 8).

Em Évora – igualmente com de Gröer –, a Câmara Municipal prossegue na mesma linha, atribuindo um louvor ao Urbanista (CSOP, 1947, p. 2). E o CSOP reitera:

“O trabalho apresentado constitui de um modo geral um estudo valioso, susceptível de servir de base à elaboração do plano definitivo, julgando particularmente digna de apreço e de relevo a parte do ante-plano que se ocupa da salvaguarda e valorização do precioso património artístico, histórico e pitoresco da cidade antiga, cujas soluções apresentadas são, de forma genérica, muito sensatas e equilibradas e constituem um exemplo a ter presente na futura elaboração do plano de urbanização de outros aglomerados urbanos possuindo como Évora um núcleo central antigo e valioso” (1947, p. 82).

O elogio é expectável. Bastará ver os prováveis princípios doutrinários:

“Afigura-se ao Conselho que o trabalho do urbanista deverá ser orientado no sentido da identificação e restabelecimento da estrutura natural do núcleo urbano, e da reintegração dos hábitos, tradições

e características próprias das células elementares que o compõem, dotando estas com os elementos urbanísticos indispensáveis à vida dos seus habitantes” (CSOP, 1947, p. 66).

As palavras mostram uma orientação que se pretende colocar contra sobressaltos ou alterações mais sofisticadas. O Conselho não desejava outra cidade, nem um novo espaço. Ambicionava correções que o melhorassem, ao espaço e à cidade, em contraste com a imaginação dos projetistas.

Recorrendo a esses exemplos paradoxais, mas paradigmáticos de uma prática alargada, observa-se a forma tendencialmente mais livre e ensaística como os autores abordavam o território urbano e os aglomerados habitacionais. O elogio ao Plano de de Gröer, colocando-o como arquétipo do que poderia ser o guião de intervenções justas, espelha, do lado da tutela, o juízo negativo sobre outras vias para o desenho urbano<sup>11</sup>.

Qualquer rasgo mais reformista jogava-se prioritariamente num nível superior ao da escala local. A resolução das ligações interurbanas aos aglomerados acolhia a afirmação do automóvel com maior radicalidade, sob influência direta do Estado Central (através da intervenção da JAE).

Todavia, o argumento não é totalmente confirmado. A salvaguarda das circulações interurbanas era suscetível de ser contrariada com nuances que vêm em defesa da linha discursiva até aqui seguida. Mafra (Fig. 1) serve novamente de guia de interpretação. Embora o CSOP reconheça que na Estrada Malveira-Ericeira não se “obedece ao princípio tantas vezes preconizado por esse Conselho de se evitar o

---

<sup>11</sup> “As soluções preconizadas revelam a todo o momento uma sensibilidade e um são critério dignos de relevo e merecem ser tomadas como exemplo em futuros planos de urbanização na parte relativa à remodelação dos núcleos centrais dos aglomerados urbanos, na generalidade dos quais há afinal que resolver problemas de natureza semelhante aos de Évora”. Conselho Superior de Obras Públicas (CSOP). (1947). Parecer 1774: Ante-projecto do plano de Urbanização de Évora, Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Lisboa, Portugal, p. 72.

atravessamento da povoação por esse trânsito”, aceita o traçado para permitir a contemplação do Palácio que, ao volante dos automóveis ligeiros possa ocorrer, “quanto mais não seja diminuindo apenas a velocidade da travessia” (CSOP, 1946c, p. 25).



Fig. 4: Revisão do Ante-plano Geral de Urbanização de Faro - 1963; Planta de Apresentação.  
Fonte: Arquivo do Serviço de Estudos de Urbanização da Direção-Geral do Território.

Indo ao encontro das palavras de Jacobetty que abrem este texto, um significativo conjunto de demolições apareceria como um mal menor. Na realidade, a regularização do traçado urbano seria matéria suscetível de ser posta em prática e os seus impactos desvalorizados, a favor de uma ordem mais elevada: a promoção da monumentalidade e da história, ou seja, a permanência e a tradição – paradoxal,

mas compreensivelmente, era desvalorizado o edificado de menor significado, a favor do simbolismo.

Recentramos o discurso a partir desses sinais, só aparentemente contraditórios. Uma parte significativa do plano de Faro (Fig. 4), o 2.º grupo de arruamentos, foi rejeitada (sem que seja caso único): “não merece ao Conselho [...] concordância, visto a solução adoptada implicar a reforma quási total da cidade, e quanto a alguns deles [dos arruamentos] a demolição de recentes construções não figuradas na planta” (CSOP, 1946a, p. 19).

Dir-se-á que as palavras surgiam com o propósito de fazer doutrina:

“[...] julga-se que a atitude dos autores dos planos de urbanização, perante os núcleos antigos das povoações, deverá ser, independentemente do carácter arquitectural ou pitoresco a manter, o evitar por incomportáveis, profundas remodelações; as largas realizações em moldes modernos e racionais devem de preferência ser reservadas às zonas de extensão” (CSOP, 1946a, p. 19).

O reparo é da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, mas recebeu o total assentimento do CSOP: “o Conselho concorda absolutamente” (CSOP, 1946a, p. 19).

Na recusa das propostas consideradas desajustadas, sobrelevava também a consciência da dificuldade de levar à prática propostas incompatíveis com os recursos municipais. Tratava-se de uma manifestação de realismo que interessa sublinhar, como reforço da oposição do CSOP ao tom mais especulativo dos autores.

Esse distanciamento consubstanciava-se na oposição ao puro gesto compositivo e racional, outra face da mesma orientação. Desejava-se “Prever e ordenar sem [...] directrizes de grandiosidade”, referia o CSOP (1946b, p. 70), no Parecer para Felgueiras. Em relação ao

mesmo plano de Januário Godinho, era mencionado nessa mesma linha de pensamento (CSOP, 1946b, p. 11):

“Não deve, também, esquecer-se que conservar quanto possível as ruas existentes é concorrer para que nos aglomerados se mantenha o seu carácter local devendo-se portanto, mesmo quando as próprias exigências do trânsito impuserem a sua profunda modificação, procurando evitá-la recorrendo-se inclusivamente à solução da circulação em sentido único”.

Nas Caldas da Rainha, o CSOP manifestou-se, aliás, contra a “‘rigidez’ imposta a certos traçados” (1952b, p. 25), o mesmo é dizer que não concordou com o traçado regular e geométrico. Estava em causa um “tipo de composição clássica francesa” (1952b, p. 28).

Essa posição expressa a objeção a um ambiente urbano de rutura e sublinha a antinomia entre a tutela e os projetistas. De modo perceptível, era confirmada por desabafos ou desculpabilização por parte dos projetistas. O mal-estar com o condicionamento das propostas era real e é suscetível de ser confirmado por Paulino Montez, ao sentir-se limitado nas Caldas da Rainha: “foi em obediência a indicações recebidas superiormente, que a nova artéria se projectou com largura muito menor” (1949, p. 99).

É certo que não existiu na arquitetura do Estado Novo uma única expressão de tendência (Almeida, 1997, 2002). “Há vários Estados no Estado Novo” (Rosas apud Almeida, 1997, p. 94), ou seja, não terá existido uma arquitetura do regime, mas várias, conforme os departamentos e os funcionários que os representavam ou dirigiam (Almeida, 1997, pp. 95-96): a incapacidade para ritualizar e encenar a vida cívica terão obstado à definição de uma arquitetura do Estado Novo, inviabilizada, além do mais, por uma figura que, à semelhança de Speer, apoiasse Salazar nesse campo (Almeida, 1997, p. 95).

Este parêntesis ajuda a posicionar melhor a hipótese aqui formulada: os Urbanistas tiveram um desejo de transformação e afirmação de um mundo ordenado por novos significados, em contraste com a tutela que, neste caso específico, é mais favorável a modificações executadas com parcimónia, com respeito pela tradição e os valores locais.

#### **4. Conclusão**

Em suma, o pitoresco e o tradicionalismo conciliaram-se com a circulação moderna: mesmo quando o automóvel promovia a adoção de modelos que se lhe referenciavam – princípios derivados da *Carta de Atenas* e das *Unidades de Vizinhança* – não rejeitava em absoluto um compromisso com a realidade.

Para conhecer mais rigorosamente todo esse processo, é imperioso perceber a relação de confronto entre os projetistas e a tutela. A ingenuidade com que os equipamentos surgiam nas propostas dos Urbanistas é paradigmática dos argumentos. A desproporção é surpreendente face aos meios exigidos e à dimensão e necessidade dos aglomerados ou mesmo do país – o que não deixa de ser uma forma de acreditar numa expressão de progresso ou de modernidade. Como espelho desse posicionamento intelectual, refira-se os aeroportos tantas vezes propostos para vilas ou cidades de pequena importância – demonstração máxima de que os planos eram voluntaristas nos propósitos e irrealistas na ação, como confirmou De Gröer em data próxima de 1960, no âmbito do plano de Évora: “basta ver a quantidade diminuta dos passageiros de 1ª classe na automotora de Lisboa a Évora para pensar que a era dos transportes aéreos [...] ainda não chegou”<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Ver página 12 do documento escrito que acompanha a revisão do Ante-plano de Évora. O documento não se encontra datado, mas corresponde à revisão do plano original e faz perceber, pelo conteúdo, que é datável de próximo de 1960.

Tudo isto é mais pertinente se for visto como confirmação de uma concetualização que sublinha o automóvel no mesmo âmbito – também ele uma idealização de progresso a que a cidade teria de corresponder quase como um ato de fé.

Na verdade, as capacidades de previsão surgiam ultrapassadas na base de todo este processo, ao ser privilegiada a intuição ou mesmo uma escolha arbitrária. O CSOP constatava-o na avaliação do plano de De Gröer para Évora:

“[...] na falta de dados mais precisos, o Autor vai buscar às indicações de ‘numerosos urbanistas’ os números médios representativos da distribuição da população por classes sociais, de 10%, 25% e 65% correspondentes respectivamente às classes abastada, média e operária” (1947, p. 13).

O CSOP rejeitou essas impressões, prosseguindo no mesmo parecer (1947, p. 51):

“[...] tais percentagens hão-de variar de caso para caso entre limites muito afastados segundo as características próprias do aglomerado populacional, pelo que se não afigura ao Conselho satisfatória a adopção de números médios admitidos por outros urbanistas”.

A oposição é simbólica das divergências. O CSOP exigiu mais rigor, a favor, não de um futuro imaginado, mas do passado real. Podemos traduzi-lo pelo “sentido dos valores artísticos em Jogo” e o “respeito da natureza e da tradição” (de Gröer apud CSOP, 1945a, p. 2).



Fig. 5: Ante-projecto do Plano Geral de Urbanização  
Tomar – 1942; Planta de Urbanização.

Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Tomar.

Essas palavras dão oportunidade à proposta de Carlos Ramos para Tomar, como meio para completar o ciclo iniciado neste texto com Mafra e Miguel Jacobetty. Os paradoxos, se verificáveis, não negam o essencial.

Em 1942, no Ante-projecto do Plano Geral de Urbanização de Tomar (Fig. 5), Carlos Ramos (1942) define a antiga Rua da Graça (Torres Pinheiro), antiga Levada (Rua Everard) e a Avenida Marquês de Tomar como artérias de circunvalação (CSOP, 1945c). Nessa condição, julgava-as, juntamente com a Rua Direita dos Moinhos (de perfil completamente redefinido no plano), justificativas da demolição de parte da cidade histórica.

O sonho de Ramos era inviável e a proposta não pôde convergir com a realidade. A este propósito recorreremos às palavras do CSOP,

doutrinárias, usadas em relação ao Plano de Leiria (de Lima Franco): “O Conselho, ponderados todos os prós e contras [...] [está] convicto [...] de que em matéria de urbanização não pode haver princípios rígidos, aplicáveis independentemente das características intrínsecas do meio” (CSOP, 1949, pp. 34-35).

Na citação salienta-se um juízo fundamental: os projetistas foram muito mais dogmáticos, motivados pelo modo como ambicionaram a realidade e não pela realidade em si mesma, objetiva.

Um olhar atento (sobre os desenhos e as peças escritas dos planos) revela uma síntese habitual na cultura espacial portuguesa, entre tradição e modernidade. Em suma, o automóvel não rompeu com o passado; não impôs um universo novo. Modernizou o existente, fez avançar o tempo, mas fê-lo enquanto parte de uma agenda para atualização da cidade como entidade sujeita a um programa – o do Estado Novo. É verdade que o automóvel foi um símbolo de progresso, sendo-o também para o Estado Novo, mas o sonho não venceu a realidade.

Concluindo, foi entre a *exaltação* – simbolizada pelo automóvel – e a *saudade* – expressa como símbolo do próprio regime –, que os Planos Gerais de Urbanização se assumiram no contexto do Estado Novo.

## Referências bibliográficas

- Almeida, P. V. (1997). Arquitectura e Poder: Representação Nacional. In A. Tostões, A. Becker & W. Wang (Eds.), *Portugal: Arquitectura do Século XX* (pp. 92-97). München/New York/Frankfurt am Main/Lisboa: Prestel, DAM, PF97, CCB.
- Almeida, P. V. (2002). *A Arquitectura no Estado Novo: uma leitura crítica*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Alves, V. (1997). Os Etnógrafos Locais e o Secretariado da Propaganda Nacional: um estudo de caso. *Etnográfica*, I (2), 237-257. Lisboa: Centro de Estudos de Antropologia Social.
- Alves, V. (2007). *Camponeses Estetas no Estado Novo: arte popular e nação na política folclorista do secretariado da propaganda nacional* (Dissertação de doutoramento). Lisboa: ISCTE.
- Amaral, F. K. (1970). *Lisboa, uma Cidade em Transformação*. Lisboa: Europa-América.
- Brites, J. (2016, 15 de julho). Is there an Ideologically-Biased Broadening of the Concept of Modern Architecture? Questioning the Limits of Postmodernism's Inclusivism and Testing a Further Expansion. *RIHA Journal* 0133. Disponível em

<https://www.riha-journal.org/articles/2016/0131-0140-special-issue-southern-modernisms/0133-brites>.

- Costa, S. (2004). A Palavra tornada Pedra. In A. Tostões (Coord.), *Arquitectura Portuguesa: 1920-1970* (pp. 38-47). Lisboa: IPPAR.
- Costa, S. (2012). *O País a Régua e Esquadro: urbanismo, arquitectura e memória na obra pública de Duarte Pacheco*. Lisboa: IST Press.
- CSOP (1945a). Parecer 1605: Plano de arranjo e urbanização da Cidade de Coimbra, Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Lisboa, Portugal.
- CSOP (1945b). Parecer 1615: Plano de embelezamento e extensão da Cidade de Portalegre, Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Lisboa, Portugal.
- CSOP (1945c). Parecer 1616: Ante-projecto do plano geral de urbanização de Tomar. Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Lisboa, Portugal.
- CSOP (1946a). Parecer 1631: Ante-plano geral de urbanização de Faro, Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Lisboa, Portugal.
- CSOP (1946b). Parecer 1720: Projecto do plano de urbanização da Vila de Felgueiras, Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Lisboa, Portugal.
- CSOP (1946c). Parecer 1722: Ante-projecto do plano de urbanização de Mafra, Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Lisboa, Portugal.
- CSOP (1947). Parecer 1774: Ante-projecto do plano de urbanização de Évora, Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Lisboa, Portugal.
- CSOP (1949). Parecer 2028: Ante-plano de urbanização de Leiria, Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Lisboa, Portugal.
- CSOP (1952a). Parecer 2301: Ante-plano de urbanização da Vila do Fundão, Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Lisboa, Portugal.
- CSOP (1952b). Parecer 2353: Plano de urbanização de Caldas da Rainha, Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Lisboa, Portugal.
- Dias, J. (2011). *Episódios Significativos de Espacialização Urbana a Partir do Automóvel: os Planos Gerais de Urbanização, 1934-1960*. (Dissertação de doutoramento). Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.
- Giedion, S. (1982 [1941]). La nueva Escala en Urbanística. In S. Giedion, *Espacio, Tiempo y Arquitectura [Space, time and architecture: the growth of a new tradition]* (pp. 768-800). Madrid: Editorial Dossat.
- Habermas, J. (1990). *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Lisboa: Dom Quixote.
- Jacobetty, M. (1946). *Peças Escritas da Revisão do Ante-projecto do Plano de Urbanização de Mafra*, Arquivo do Serviço de Estudos de Urbanização da Direcção-Geral do Território, Lisboa, Portugal.
- Lôbo, M. (1995). *Planos de Urbanização à Época de Duarte Pacheco* (2.<sup>a</sup> ed). Porto: FAUP.
- Montez, P. (1949). *Peças Escritas do Plano de Urbanização das Caldas da Rainha*, Arquivo do Serviço de Estudos de Urbanização da Direcção-Geral do Território, Lisboa, Portugal, vol. I.

- Ó, J. (1999). *Os anos de Ferro: o dispositivo cultural durante a “Política do Espírito” – 1933-1949*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Oliveira, M. (1947). *Memória Descritiva. Peças Escritas do Ante-Plano Geral de Urbanização de Lourinhã*, Arquivo do Serviço de Estudos de Urbanização da Direcção-Geral do Território, Lisboa, Portugal.
- Pinto, A. C. (2004). *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Dom Quixote.
- Pordata (s.d.). <https://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela>
- Portas, N. (1973). A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma interpretação. In B. Zevi, *História da Arquitectura Moderna* (pp. 687-746). Lisboa: Arcádia.
- Ramos, C. (1942). Memória Descritiva e Justificativa. In *Peças Escritas do Ante-projecto do Plano Geral de Urbanização de Tomar*, Arquivo da Câmara Municipal, Tomar, Portugal.
- Ramos, C. (1949). *Peças Escritas do Ante-Plano de Urbanização da Vila Fundão: Memória Descritiva*, Arquivo do Serviço de Estudos de Urbanização da Direcção-Geral do Território, Lisboa, Portugal.
- Rodrigues, J. (2017). Simplesmente Complicado (título de Thomas Bernhard). In D. Sá & J. Simões (Eds.), *Pörösis The Architecture of Nuno Brandão Costa* (pp. 347-353). Lisboa: Monade.
- Rosas, F. & Brito, J. (1996). *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Silva, D. & Silva, M. (1944). *Peças Escritas do Plano de Urbanização da Vila de Matosinhos*, Arquivo do Serviço de Estudos de Urbanização da Direcção-Geral do Território, Lisboa, Portugal.
- Torgal, L. (2009). *Estados Novos Estado Novo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Vasconcelos, M. (1947). *Memória Descritiva do Ante-Plano de Urbanização de Celorico de Basto*, Arquivo do Serviço de Estudos de Urbanização da Direcção-Geral do Território, Lisboa, Portugal.

(Página deixada propositadamente em branco)

## A EDUCAÇÃO E A REDE DE EQUIPAMENTOS ESCOLARES NO ESTADO NOVO

*Gonçalo Canto Moniz*

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais,  
Departamento de Arquitetura  
ORCID: 0000-0002-1890-1953

*António M. Rochette Cordeiro*

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX,  
Departamento de Geografia e Turismo  
ORCID: 0000-0002-8648-3204

**Resumo:** O sistema educativo do Estado Novo herda um processo lento de construção de uma rede de equipamentos escolares públicos, iniciada 100 anos antes pela revolução liberal. Se a Monarquia e a República fizeram progressos significativos no projeto arquitetónico e pedagógico da escola primária e secundária, as grandes transformações dão-se por iniciativa do Estado Novo e dos seus ministros da Educação Nacional. De facto, desde a criação do Ministério da Educação Nacional em 1936 até à Reforma de Veiga Simão em 1971, o Estado Novo passou de um sistema nacionalista e elitista para processo de democratização e de educação de massas. Estas mudanças políticas tiveram consequências óbvias nas práticas pedagógicas, mas também nos edifícios escolares e na rede de equipamentos dedicados ao ensino primário, secundário, técnico e universitário.

Entre 1933 e 1974, podemos identificar quatro fases de planeamento e construção da rede escolar que tem objetivos e metodologias

distintas: modernista (1930-39), clássica (1940-47), técnica (1947-55), social (1955-74).

Apesar deste aparente esforço de construção da escola pública, pretende-se, por um lado, compreender o real impacto destas políticas educativas para a população, relacionando a construção de equipamentos escolares com o acesso à educação no território nacional. Por outro lado, pretende-se identificar o contributo destes espaços de aprendizagem tanto para o processo de fortalecimento da ditadura como para o processo de democratização.

**Palavras-chave:** Arquitetura Escolar, Planeamento Escolar, Políticas Educativas

## EDUCATION AND THE SCHOOL FACILITIES NETWORK IN THE ESTADO NOVO

### **Abstract**

The education system of the Estado Novo inherited a lengthy process of building a state school facilities network, initiated 100 years earlier by the liberal revolution. If the Monarchy and the Republic made significant progress in the architectural and pedagogical project of primary and secondary schools, the largest transformations occurred at the initiative of the Estado Novo and its ministers of National Education. In fact, from the creation of the Ministry of National Education in 1936 to Veiga Simão's Reform in 1971, the Estado Novo went from a nationalist and elitist system to a process of democratisation and education of the masses. These political changes had obvious consequences for pedagogical practices but also for school buildings and for the facilities network dedicated to primary, secondary, technical, and higher education.

Between 1933 and 1974, we can identify four stages of planning and construction of the school network with different goals and

methodologies: modernist (1930-39), classical (1940-47), technical (1947-55), and social (1955-74).

Despite the apparent effort to build a state school, the aim of this article is, on the one hand, to understand the real impact of these educational policies on the population, linking the construction of school facilities with access to education in national territory, and on the other hand, to identify the contribution of these learning spaces to the strengthening of the dictatorship or to the democratisation process.

**Keywords:** School Architecture, School Planning, Education Policies

## 1. Antecedentes

Desde a reforma do Marquês de Pombal, que a rede escolar portuguesa é fruto de um planeamento de índole centralizada e burocrática, quase sempre incapaz de olhar prospetivamente as alterações sociais que envolveram estes últimos dois séculos. Mais do que um processo proativo de planeamento, o Estado respondeu, ao longo deste mesmo período, através de processos reativos de definição de rede e maioritariamente em função da existência de edifícios pré-existentes, apenas se observando dois momentos de reorganização que se pode considerar como proativa: o “Plano dos Centenários” do Estado Novo e o programa “Parque Escolar” realizado no final da primeira década de presente século (Cordeiro, 2014).

Parece ser hoje evidente que as políticas educativas dos diversos regimes e governos encontraram sempre obstáculos de vária índole à sua implementação, os quais não permitiram inverter o baixo nível educacional da sociedade portuguesa. Contudo, tanto as diversas experiências pedagógicas e arquitetónicas como os múltiplos planos, permitiram construir um processo que relaciona muito diretamente a vontade política, o contexto pedagógico, o plano urbano e o edifício escolar. Este processo foi lentamente consolidando uma rede de equi-

pamentos escolares que tem uma expressão significativa e reconhecível no território nacional.

### **1.1. O ensino público**

O ensino público emerge das transformações que ocorrem na sociedade portuguesa com a nova constituição de 1822, onde se põe fim ao Antigo Regime e ao controle que as ordens religiosas tinham de todo o sistema de ensino. Por um lado, inicia-se um processo de construção de um corpo legislativo que progressivamente funda as bases do ensino primário, secundário, técnico e superior. Por outro lado, constrói-se uma cultura pedagógica que vai progressivamente integrando os valores democráticos, a educação útil para a vida e o ensino inclusivo, laico e gratuito, defendida por diversos pedagogos como Alexandre Herculano. Serão assim criadas as reformas do ensino, as instituições de regulação e planeamento, as escolas e os edifícios através de projetos que se revelaram sempre mais ambiciosos do que a capacidade financeira e organizativa do Estado para fazer face à sua implementação, principalmente no quase primeiro século do regime monárquico constitucional, 1820-1910.

Neste período, são particularmente importantes as ações de alguns governantes, como Passos Manuel, com a reforma do ensino de 1836 que cria os Liceus e as Academias, António Costa e a reforma do ensino primário de 1870, o qual ganhou particular fôlego com o apoio do legado Conde Ferreira para a construção de escolas, bem como António Augusto de Aguiar e a sua reforma do ensino técnico de 1884, que promove a expansão da rede das escolas industriais. Contudo, apesar do empenho do Estado na criação de um sistema de ensino público, as escolas foram maioritariamente instaladas em conventos e colégios das recém-extintas ordens religiosas. A dignidade destes edifícios não foi suficiente para garantir as condições pedagógicas e higiénicas aos alunos e professores, devido à falta de obras de adaptação significativas (Moniz, 2007).

Quando se analisa todo o processo de disseminação de edifícios onde funcionava o ensino primário, para a última década do século XIX, as estimativas mais otimistas apontam para a existência de 1.17 escolas por mil habitantes (Ministério da Educação, 1987) – cerca de 5400 edifícios. A verdade é que apenas algumas destas escolas se destacavam do panorama de inadequação generalizada, muito por força de investimentos e iniciativas privadas, como foi o caso do programa de construções iniciado em 1886, em consequência do testamento do Par do Reino, Joaquim Ferreira dos Santos - Conde de Ferreira -, e de que resultou a construção de 91 escolas (das 120 inicialmente previstas), em diferentes sedes de concelho. Três décadas mais tarde, já na transição entre os séculos XIX e XX, e através de projetos do arquiteto Adão Bermudes (concurso de conceção destinado a desenhar uma tipologia de edifício escolar a ser construído em diferentes setores do território nacional), foram concretizadas 184 escolas, de um número que deveria ser superior aos 300 edifícios previstos inicialmente. Este facto leva à constatação de que cerca de 5.400 escolas existentes na última década do regime monárquico, apenas 275 tinham sido construídas com objetivo claro de funcionarem como edifícios escolares, pelo que muitas das restantes se encontravam num estado de conservação que a crítica acutilante de Eça de Queirós (2004, p. 407) acusava, em 1872, de oscilarem numa “variante torpe entre o celeiro e o curral”. Tanto as escolas Conde Ferreira como as Adões Bermudes tornaram-se referências urbanas, pelo seu desenho elementar, no caso da primeira, e pela torre sineira, no caso da segunda, ocupando ambas um lote digno nas praças ou nas avenidas centrais das cidades e vilas onde se observou a sua edificação.

Apesar das iniciativas pontuais que ocorrem em 1855 com a construção do Liceu de Aveiro e em 1882 com o projeto do Liceu Central de Lisboa, só no final do século XIX se reúnem condições para uma efetiva alteração do panorama cinzento do ensino secundário. Neste período são as reformas de ensino moderno de Jaime Moniz (1894-95)

e de Eduardo José Coelho (1905) que irão enquadrar uma nova política educativa e motivar a construção de novos edifícios – os quatro liceus de Lisboa e os liceus de Leiria, Setúbal e Faro, este último também com projeto-tipo de Adães Bermudes (Moniz, 2007). A construção dos novos liceus de Lisboa revela já uma forte consciência urbana, ocupando espaços de referência das 3 grandes zonas da capital: no centro, o Passos Manuel e o Maria Amália; a nascente, o Camões; a poente, o Pedro Nunes. O projeto de Ventura Terra para os três últimos edifícios explora ainda novos modelos tipológicos, o que demonstra o interesse do Estado pré-republicano de apostar na educação e nos seus espaços, nomeadamente os governos de Luciano de Castro e de João Franco (Moniz, 2007).

Assim, e no momento da Implantação da República, existiriam em Portugal 5.552 escolas primárias, frequentadas apenas por 22,7% das crianças em idade escolar – 558.885 crianças com idades compreendidas entre os 6 e 9 anos<sup>1</sup> (Ministério das Finanças, 1913), 32 liceus, com 8.691 alunos e uma brutal taxa de analfabetismo de 75,1%. Por seu turno, o ensino superior era exclusivo da Universidade de Coimbra, sendo frequentado por 1.262 alunos, dos quais apenas cinco eram do sexo feminino. É ainda de realçar que, neste momento, somente 4,4% dos alunos transitavam do ensino primário para o liceal e desses apenas 27,7% destes atingiam a universidade (Barreto, 1996).

## **1.2. O ensino republicano e as novas universidades**

O período republicano inicia-se com um projeto educativo forte e estruturado, dando continuidade às iniciativas anteriores. São diversos os políticos pedagogos que propõem reformas progressistas centrados no desenvolvimento do aluno e numa formação profissionalizante,

---

<sup>1</sup> De acordo com a reforma do ensino primário de 1901 (Decreto n.º 8, de 24 de dezembro), o ensino primário apresentava dois graus: o primeiro com três classes e exame, o qual compunha a escolaridade obrigatória população de 6 a 8 anos (429.536 crianças, em 1911); o segundo grau era a 4.ª classe.

como António Sérgio. Contudo, o período compreendido entre 1911 e 1930 (que integra a Primeira República – 1910/1926) sofre permanentes convulsões que limitam os objetivos republicanos – a taxa de analfabetismo baixou de 75,1% da população para 67,8%, o número de escolas primárias aumentou para 6.657, sendo frequentadas por 29,4% das crianças em idade escolar, o número de liceus sobe ligeiramente para 33, sendo frequentados apenas por 12.604 alunos, e são criadas as universidades de Lisboa e do Porto, passando o ensino universitário a ser frequentado por 4.117 alunos (Barreto et al., 1996).

Neste período, as escolas primárias são maioritariamente construídas por iniciativa de beneméritos, mas os novos edifícios para os liceus do Porto são finalmente construídos por iniciativa do Estado e do município, sob forte pressão dos reitores e dos médicos escolares, que alegavam falta de condições de higiene. O arquiteto José Marques da Silva vence ambos os concursos de Arquitetura, explorando também novos modelos inspirados nos liceus franceses que vira construir em Paris no final do século anterior. Estes dois edifícios atingem agora uma grande complexidade e sofisticação, por exemplo, com a integração da piscina e da sala de cinema no programa. Tal como os liceus de Lisboa, ambos ocupam uma posição estratégica na cidade do Porto, organizando a zona oriental e a zona ocidental e valorizando os espaços públicos diretamente relacionados, a praça Pedro Nunes e a avenida Camilo. Quanto aos edifícios universitários, estes ocupam espaços diversos nos centros urbanos não se constituindo como um campus ou um bairro, como se dizia na época, ainda que esse projeto esteja desde cedo nos planos da universidade, tanto de Lisboa como do Porto (Moniz, 2007).

Em síntese, pode dizer-se que, Portugal chegou ao final do primeiro período republicano com indicadores escolares e educativos extremamente baixos e com uma rede escolar com edifícios da responsabilidade das Câmaras Municipais, sem plano concreto sobre a rede escolar, distribuída maioritariamente por casas particulares

arrendadas, antigos edifícios religiosos e alguns novos edifícios escolares. As sucessivas reformas não foram capazes de ultrapassar meras referências às rendas das casas para escolas e professores, fornecimento de mobiliário e de material de apoio (Alcoforado et al., 2012).

### **1.3. A criação da junta Administrativa do Ensino Secundário**

Com a revolução de 1926 inicia-se uma década de iniciativas algo vacilantes, que se encontram maioritariamente associados ao movimento modernista e republicano saído das primeiras duas décadas desse século. O Ministério da Instrução Pública cria em 1928, pela ação do ministro Duarte Pacheco, a Junta Administrativa do Empréstimo para o Ensino Secundário, que faz um levantamento da situação existente e realiza um plano de reabilitação e de construção de edifícios. Esta iniciativa vai dar origem aos concursos para a construção de quatro liceus, Beja, Lamego e Coimbra (neste último caso para os liceus masculino e feminino). A forte adesão da geração modernista vai gerar propostas espaciais e formais inovadoras, que integram na rede pública outra forma de conceber e vivenciar os espaços de aprendizagem. Os grandes envidraçados, as galerias de circulação e os espaços desportivos ganham especial importância, de acordo com o ambicionado programa definido pela junta. Esta modernidade dá aos arquitetos e aos edifícios uma especial visibilidade pública, como expõe o *Notícias Ilustrado* de 1930. A rede de liceus começa assim a integrar alguns edifícios que respondem às necessidades de um ensino com um forte carácter científico, que exige laboratórios e museus, mas que ainda está longe de garantir o mesmo padrão para todas as capitais de distrito, como recomendava Passos Manuel cem anos antes (Moniz, 2007).

Neste período, o ensino superior conquista também novos espaços, principalmente ao nível do ensino das ciências, com a construção do Instituto Superior Técnico em Lisboa e a Faculdade de Engenharia

do Porto, ambas iniciadas em 1927 pelo ministro Duarte Pacheco e concluídas em 1937.

Este é o período que funda muitos dos alicerces do Estado Novo, nomeadamente da sua estratégia de atuação em todo o território nacional, através do controlo das Obras Públicas. Esta política assenta também na criação de uma estrutura descentralizada com um corpo de técnicos capazes de planear, construir, restaurar e fiscalizar os equipamentos do Estado, ou seja, a Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, criada em 1929. Assim, em 1934, a Junta do Empréstimo para o Ensino Secundário irá passar para a tutela direta do Ministério das Obras Públicas, funcionando mais próxima da DGEMN, mas agora com a denominação de Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário (JCETS).

## **2. A educação no Estado Novo e a sua rede escolar**

Com a constituição do Estado Novo, o governo criou, em 1936, o Ministério da Educação Nacional liderado por António Carneiro Pacheco que acaba com os valores de instrução pública que os republicanos haviam construído desde o século XIX. Salazar e Carneiro Pacheco dedicam-se a fixar um sistema de ensino que promova os valores nacionalistas, ancorados nos feitos do império português e no culto das suas personalidades<sup>2</sup>. Pretendia-se assim educar um homem novo, para servir a Nação, onde a escola promovia a formação de elites para apoiar as instituições do Estado e dava mínimo de instrução primária para garantir a disseminação dos valores do Estado e assim garantir

---

<sup>2</sup> No período compreendido entre a revolução de maio e os finais da década de 30, em particular com a extinção das “escolas primárias superiores” (criados pela Primeira República, em 1919), com a extinção das escolas móveis e criação dos “postos escolares” (que apenas lecionavam até à 3.ª classe), e com a suspensão das matrículas nas escolas do Magistério Primário (Lisboa, Porto; Coimbra e Braga), estas consideradas como um “cadinho do ideário republicano” (Mónica, 1978; cf. Grácio, 1986). Com estas medidas observava-se uma forte vontade de acabar com as ideias republicanas de nivelamento social através da instrução.

o controlo social. Neste plano, a criação da Mocidade Portuguesa é um instrumento forte, porque integra os métodos da hierarquia e da disciplina militar no sistema de ensino, seguindo o método de Estado fascista em Itália. A educação torna-se assim um forte aliado da Propaganda Nacional na manutenção do totalitarismo do Estado Novo (Torgal, 2009).

### **2.1. O “Plano dos Centenários”**

Assim, o Estado Novo empreendeu políticas ambiciosas de construção de equipamentos escolares que deveriam levar o seu programa educativo e ideológico a todo território nacional. Ainda na década de 1930, planeou e executou um programa para a construção de liceus<sup>3</sup>, denominado Plano de 38, e de escolas primárias, primeiro com o plano dos projeto-tipo regionalizados<sup>4</sup> de 1935 e depois com o “Plano dos Centenários” de 1941, que tem vindo a ser considerado como o primeiro verdadeiro momento de planeamento geral da rede escolar em Portugal (Cordeiro, 2014)<sup>5</sup>.

Deve refletir-se, contudo, como se encontrava implementada a rede escolar das primeiras duas décadas do pós-revolução de 1926, subdividindo-se estas em três fases: uma primeira fase onde se ob-

---

<sup>3</sup> Nesse particular, e quando da análise do Decreto n.º 15.973, 1928, 21 de setembro, imediatamente a seguir à tomada de posse de António Salazar como Ministro das Finanças, foi estabelecida a possibilidade de “nos concelhos de população superior a 30000 habitantes” poderem funcionar “liceus municipais, quando as câmaras assim o requererem, responsabilizando-se por todos os encargos, tanto de pessoal como de material” (Nóvoa, 2003, p. 60). Parece ser esta a principal razão para que a primeira década de Estado Novo seja caracterizada por construções bastante limitadas e quase sempre associadas à ligação aos municípios com maior capacidade financeira ou política (Alcoforado et al., 2012).

<sup>4</sup> Os projetos-tipo regionalizados surgem da necessidade de encontrar uma solução mais económica do que a dos projetos especiais realizados no âmbito do Ministério da Instrução Pública. Assim, a DGEMN define um programa e entrega os projetos do Norte a Rogério de Azevedo e os do Sul a Raul Lino.

<sup>5</sup> O Governo assume em 1940 o compromisso de desenvolver uma agenda planeada de edificação de escolas, procurando edificar um parque escolar adequado à população e às características demográficas e geográficas do país.

serva uma certa estagnação – decréscimo de escolas e crescimento de postos escolares –, mas onde se constata um travão no crescimento, o qual é retomado entre 1935 e 1942 (embora aqui, à custa, essencialmente, dos postos escolares). Por seu turno, e num sentido oposto, a “depressão” de 1942-45 (que coincide com o lançamento do “Plano dos Centenários”) leva a um ligeiro crescimento de escolas à custa dos postos escolares. Esta diminuição ter-se-á observado muito em função da falta de professores (que sofreram um forte ataque pelo poder político do Estado Novo – diminuição do poder de compra), muito por força da ausência de entradas nas escolas do Magistério Primário, que se tinha verificado em 1936.

Enfrentando a necessidade de edificar um parque escolar adequado à população e às características demográficas e geográficas do país, bem como a necessidade de ultrapassar o deficit de instrução que se observava neste final da primeira metade do século XX, o Estado Novo, anunciava, em 1941, a construção de milhares de edifícios. O governo assumia o compromisso de desenvolver uma agenda planeada de edificação de escolas, procurando edificar um parque escolar adequado à população e às características demográficas e geográficas do país, anunciando então a construção de 8.240 escolas, com 12.500 salas (Pimenta, 2006, p. 52), numa tipologia que não poderia ultrapassar as quatro salas por edifício (74% teriam apenas uma sala<sup>6</sup>) e 40 alunos por professor, com uma localização geográfica que não tornasse necessário a qualquer aluno percorrer mais de três quilómetros. Esta rede de estabelecimentos, que se localiza maioritariamente nas entradas dos aglomerados, junto à sua principal via de acesso, ainda hoje é fácil de reconhecer no todo nacional (Ministério da Educação, 1996). Tal como as escolas anteriores, estes edifícios acabaram, mesmo nos nossos dias,

---

<sup>6</sup> Porém, de um total de 8.240 escolas previstas, o número de escolas com apenas uma sala é “arrasador” face às restantes: 6.060 com uma sala (73,5%); 1.150 com duas salas (13,9%); 380 com três salas (4,6%) e apenas 550 com quatro salas (6,6%) (Pimenta, 2006).

por se tornar em referências visuais e simbólicas das comunidades onde foram construídos (Alcoforado et al., 2012). As especificidades programáticas e a adoção de elementos da arquitetura popular permitia identificá-las como construções com identidade própria, orientadas a nascente e localizadas num terreno que deveria ter abastecimento de água e uma área igual ou superior a 2.000 m<sup>2</sup>. Tomando como base projetos-tipo regionalizados dos arquitetos Raul Lino e Rogério Azevedo, realizados em 1935, estes projetos, agora mais simplificados, foram na sua maioria realizados pelo arquiteto Joaquim Areal.

Mesmo com a necessidade assumida de definição de uma rede de edifícios escolares com distribuição espacial por todo o país, observa-se uma enorme dificuldade de concretização da totalidade das escolas previstas (apenas 66% delas acabaram por ser efetivamente construídas), muito por força da dificuldade de materiais (devido à Segunda Guerra Mundial) ou do próprio baixo valor de referência que os concursos públicos apresentavam (Ministério da Educação, 1996). Efetivamente, é já no início dos anos 50 que se observa a explosão de construção anteriormente delineada, embora se tenha também retomado os postos escolares, observando-se que a rede da “instrução primária” (escolas e postos escolares) apresenta o seu máximo absoluto no ano de 1961 (18.202 estabelecimentos), começando aí o seu contínuo declínio até aos nossos dias.

Deste plano (mesmo que não totalmente executado) resultou uma efetiva concretização da rede educativa, embora deva também ser referido que esta apresentava importantes desequilíbrios territoriais na sua expansão, uma vez que foram privilegiadas as cidades de Lisboa e Porto e também os distritos do Norte litoral<sup>7</sup>. No entanto será inquestionável

---

<sup>7</sup> A análise realizada por Pimenta (2006, p. 53), sobre a distribuição distrital de edifícios escolares prevista no “Plano dos Centenários”, ilustra bem esses desequilíbrios quanto ao número de edifícios a construir: os distritos de Lisboa (632), Porto (759), Braga (633), Aveiro (480) ou Coimbra (462) apresentam valores bastante mais elevados quando comparados com distritos do Norte interior (Bragança, 242; Castelo Branco, 275) ou do Sul (Portalegre, 175; Évora, 199), e isto num momento onde a atual litoralização do país ainda não se fazia sentir.

a proliferação destes estabelecimentos pelos mais recônditos territórios do Portugal rural e interior, onde se fazia sentir o peso significativo das pequenas escolas de uma sala (no máximo duas) e onde se constituíram como edifícios âncora nas dinâmicas locais. Porém, torna-se necessário contextualizar o “Plano dos Centenários”, já que ele foi desenvolvido não só em função da realidade educativa daquele momento, mas também elaborado de acordo com a realidade portuguesa da década de 40, a qual se caracterizava por apresentar uma pirâmide etária jovem (Fig. 1), reflexo de um país manifestamente subdesenvolvido, e uma rede de acessibilidades profundamente deficitária<sup>8</sup>. Estes factos refletiram-se, obrigatoriamente, na distribuição das escolas da “instrução primária”. O elevado número de crianças existentes e a dificuldade de deslocação, mesmo entre os diferentes lugares de uma mesma freguesia, contribuíam para essa expansão (Cordeiro, 2014).

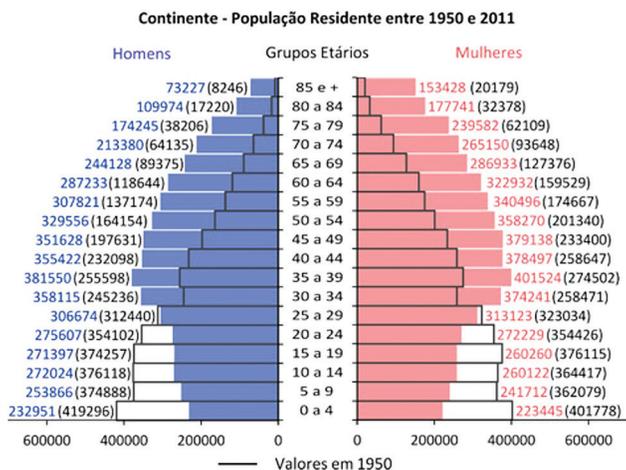


Fig. 1: Pirâmides etárias comparativas da população residente em Portugal em 1950 e 2011. Créditos: António Cordeiro.

<sup>8</sup> Já no presente, o nosso país apresenta, pelo contrário, uma pirâmide etária envelhecida (Fig. 1) e uma rede de acessibilidades que transformou por completo a relação espaço-tempo, encurtando distâncias, tornando locais anteriormente longínquos, hoje bastante mais próximos.

Este plano de construção de edifícios escolares permitia implementar uma política educativa que oferecia a toda a população uma base formativa – aprender a ler, escrever e contar – mas que limitava o acesso à formação média e superior. Esta estratégia pretendia manter Portugal como um país rural, agarrado aos valores nacionalistas, como demonstram os cartazes “Lição de Salazar – Escola Portuguesa”, com os castelos em pano de fundo, editados em 1938 (Fig. 2a, 2b, 2c).



Fig. 2a: Escola Conde Ferreira, 1886. Créditos: Beja, Filomena et al., Muitos anos de Escolas. *Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70* (vol. I, p. 46). Lisboa: DGAE/ME.

Fig. 2b: Escola Adães Bermudes, 1898. Créditos: Beja, Filomena et al., Muitos anos de Escolas. *Edifícios para o Ensino Infantil e Primário anos 40 - anos 70* (vol. I, p. 82). Lisboa: DGAE/ME.

Fig. 2c: Escola dos Centenários, 1942. Créditos: *A lição de Salazar* (1938), Martins Barata, Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em <http://purl.pt/22256>

## 2.2. O Plano de 38 e a importância da educação autoritária

Por seu turno, a “rede” de liceus refletia muito o peso que os principais aglomerados portugueses do litoral já apresentavam neste início da segunda metade do século XX, pelo que amplos setores do território nacional continuavam esquecidos motivando, em simultâneo, não só o alimentar das brutais taxas de abandono escolar e fraco índice de escolarização dos jovens portugueses, mas também a elitização de um ensino, tão do desejo no regime em vigor, que apenas servisse as necessidades das instituições do Estado. A construção dos 14 liceus ao longo da década de 1940, no âmbito do Plano de 38, não só aumenta a oferta educativa como também promove uma forte presença urbana

dos complexos escolares nas novas áreas de expansão dos planos de urbanização, delineados para todas as cidades portuguesas (Fig. 3). Esta cultura de fazer cidade importada de França vai estabelecer uma articulação entre o equipamento escolar e os bairros habitacionais, que se prolonga na democracia, oferecendo uma educação e uma saúde de proximidade.

Os edifícios passam agora também a obedecer a novos procedimentos de projeto, com a criação da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário (JCETS). A concentração dos projetos nos arquitetos da Junta vai dar origem à tipificação do programa e dos esquemas funcionais, assim como dos elementos formais que geram uma homogeneização da imagem, agora mais clássica e hierarquizada. Tal como aconteceu com as escolas primárias, esta tipificação vai fixar a imagem e identidade do liceu do Estado Novo, reconhecível em diversas capitais de distrito do país.

Paralelamente, o Estado Novo vai incentivar a ensino privado, através de uma legislação que retira o efeito eliminatório e seletivo do exame final e que cria um exame de admissão (Ó, 2009), o que irá aproximar o número de alunos dos dois sistemas de ensino – 15.000 em 1935-36 e 25.000 em 1955-56. Em Lisboa e no Porto, o número de colégios religiosos ou estrangeiros (Inglês, Francês e Alemão) cresce acentuadamente, assim como um pouco por todo o país, principalmente onde o ensino público tinha menos expressão, como são bons exemplos os casos dos colégios das Caldinhas (Santo Tirso) ou Escola Regional Dr. José Dinis da Fonseca (Guarda). A encomenda privada, permite aos arquitetos dos colégios explorar outros modelos organizativos e formais, considerando que alguns são internos, o que implica integrar um dormitório, e outros integram programas especiais, como a igreja e a capela. O Estado deixa de controlar diretamente todo o sistema de ensino ainda que os colégios sigam a orientação da “Educação Nacional”. Este controle dos processos e da prática educativa em todo território era garantido pela ação do reitor, que respondia ao Ministério através de um relatório,

mas que tinha também o seu próprio círculo de poder e controle da comunidade escolar – professores, alunos e funcionários (Ó, 2009, p. 55). Este cenário irá funcionar até 1955, quando é nomeado ministro da Educação Nacional, o engenheiro Leite Pinto.

### **2.3. As escolas técnicas e a educação profissional**

Após o término da Segunda Guerra Mundial, o Estado Novo adere a uma perspectiva mais industrializante e aposta numa educação técnica, com o avanço da Reforma do Ensino Técnico de 1947, decretada pelo ministro Pires de Lima<sup>9</sup>. Reforçava-se o ensino para as classes mais baixas, com o objetivo de formar operários para apoiar a expansão da indústria e do comércio devido ao crescimento dos núcleos urbanos<sup>10</sup>. Porém, é com o Decreto-Lei n.º 37.028 de 1948, que surge o estatuto do Ensino Técnico em Portugal, bem como os “planos de construção de edifícios para o ensino técnico”.

Mesmo tendo em consideração as escolas concretizadas a partir da renovação de edifícios, a primeira inauguração é apenas em fevereiro de 1950 – a Escola Industrial e Comercial de Beja, em edifício cedido pela Câmara Municipal –, enquanto a primeira escola de ensino técnico construída no contexto da Reforma de 1948, foi a Escola Eugénio dos Santos em Lisboa, inaugurada em janeiro de 1951 (Grácio, 1986). Em 1957, tinham sido construídas 17 escolas e no ano seguinte eram já 28 as escolas técnicas concluídas. Assim, e do plano inicialmente previsto de uma rede de 90 edifícios, a Junta concretizou a edificação de 64 escolas<sup>11</sup>. Estes edifícios seguiram um novo método de projeto, com

---

<sup>9</sup> No início do Estado Novo, observavam-se cerca de 50 escolas industriais e comerciais no território nacional (Azevedo, 1991).

<sup>10</sup> No período do Estado Novo, o ensino técnico desenvolve-se bastante, mas à semelhança do observado durante a Primeira República, eram as classes mais desfavorecidas que o frequentavam, o que conduziu à sua forte estigmatização, algo que aliás se manteve praticamente até aos nossos dias.

<sup>11</sup> A razão de ser desta não concretização plena poderá ter-se devido ao esforço financeiro que o início da Guerra Colonial (1961) exigiu aos cofres do regime.

soluções tipificadas, que permitiam diversos tipos de organização dos três blocos principais – salas de aula, ginásio, oficinas – adaptados a qualquer terreno (Fig. 3).

Este sistema duplo, que sublinhava claramente o carácter elitista da universidade, à qual só se tinha acesso através do ensino liceal, dá, no entanto, uma nova oportunidade, dentro de limites precisos, a quem não tinha acesso ao mais alto grau do ensino (Pardal et al., 2003).

Para tal, desenvolve um projeto-tipo, que permite diversas configurações, facilmente adaptáveis a terrenos localizados na proximidade dos liceus, dando resposta a diversos modelos de ensino – industrial, comercial, agrícola, artes decorativas.

Simultaneamente, o Estado permite também que os municípios construam os seus próprios equipamentos escolares – escolas primárias e liceus – principalmente em Lisboa e no Porto, contribuindo assim para alguma experimentação em torno dos espaços educativos.

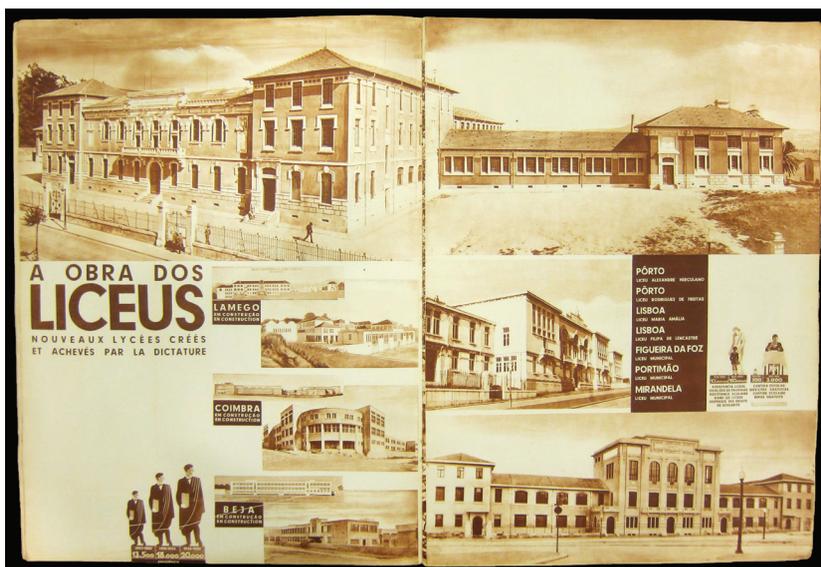


Fig. 3: “A obra dos liceus”, 1934. Créditos: Portugal 1934 (1934). Lisboa: Secretariado Nacional de Propaganda (S.P.N.), 14-15.

## 2.4. A OCDE e as novas escolas pavilhonares

Mesmo com estes ajustamentos e com uma realização longe do inicialmente previsto (foram construídas 66% das salas), no início da década de 60, registavam-se 18.202 estabelecimentos de ensino primário (Fig. 4), pelo que se observa que os vinte anos seguintes ao lançamento do “Plano dos Centenários” foram determinantes para a estabilização e posterior evolução da rede escolar portuguesa, refletindo, daí em diante, o resultado das grandes transformações que ocorreram no nosso país ao nível da demografia e das mobilidades.

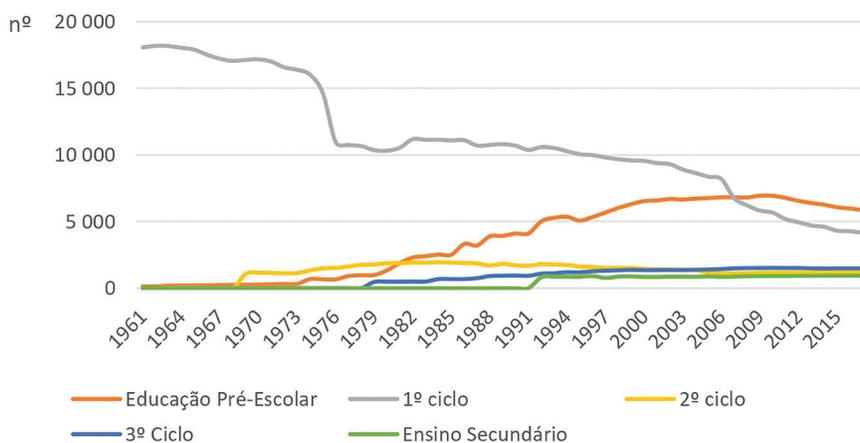


Fig. 4: Gráfico da evolução das escolas entre 1961 e 2017. Créditos: António Cordeiro.

Entretanto, e através da iniciativa de diferentes ministros da Educação (Francisco Leite Pinto, 1955-1961 e Galvão Teles, 1962-1968), o Estado Novo abre-se às políticas europeias e adere à OCDE e ao Plano Regional do Mediterrâneo, que incentiva a integração de outros modelos de educação e de edifícios escolares, de carácter mais democrático, pela sua informalidade e adaptabilidade. Assim, durante as décadas de 60 e 70, o Ministério da Educação vai desenvolver projetos estandardizados para o ensino primário, preparatório e secundário, procurando

integrar o conceito de flexibilidade da sala de aula – sala de aula aberta – e da organização do sistema de pavilhões, construídos rapidamente através de processos de pré-fabricação (Oliveira, 2010; Moniz, 2018) (Fig. 5a e 5b).

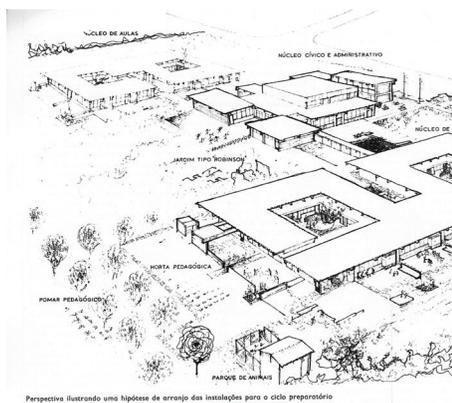


Fig. 5a: Projetos estandardizados para o ensino preparatório. Créditos: Revista *Arquitectura*, n.º 105-106, 1968, 190.

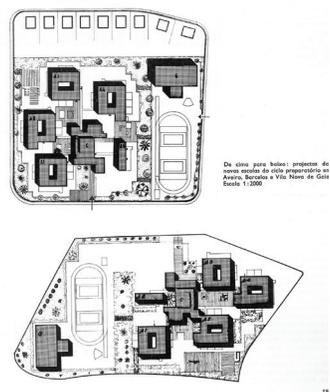


Fig. 5b: Projetos estandardizados para o ensino preparatório. Créditos: Revista *Arquitectura*, n.º 105-106, 1968, 191.

É também neste período que é criado o ciclo preparatório cujo objetivo é o de marcar a transição entre a primária e a secundária, permitindo o aumento da escolaridade obrigatória para os 6 anos. Só em 1973 esta passa a 8 anos (na sequência da reforma Veiga Simão), mas cuja efetivação não passou do papel, uma vez que a revolução de 1974 acontece pouco após a aprovação da reforma. Estes sucessivos alargamentos da escolaridade obrigatória levaram à necessidade de ampliação do número de estabelecimentos de ensino (e aqui, já não estabelecimentos do 1.º Ciclo, uma vez que se começava a observar o declínio da população jovem, consequência da forte emigração observada nas décadas de 50 e 60), criando novos padrões de procura escolar, aos quais se associaram as transformações observadas pela sociedade portuguesa e que, logo à

partida, introduziram a questão da litoralização e crescente dicotomia entre os territórios de alta e baixa densidade populacional, as quais modificaram, decisivamente as relações de oferta e procura nos diferentes territórios educativos (Cordeiro, 2014).

Com o ensino primário em forte crescimento e com a expansão contínua do ensino secundário, e do ensino básico pós-primário, observa-se desde meados dos anos 50, um contexto de procura otimista de educação, embora esta se tenha desenvolvido mais acentuadamente nos anos 70 e 80 (Grácio, 1986).

## **2.5. As cidades universitárias**

O Estado Novo vai promover também a requalificação dos edifícios para o ensino superior, explorando finalmente o modelo das cidades universitárias. Pensadas agora no âmbito dos planos de urbanização dos anos 1950, as cidades universitárias vão constituir-se como áreas urbanas autónomas, com características monofuncionais e situadas nas zonas de expansão do Porto e de Lisboa, junto das circulares rodoviárias. A exceção é Coimbra, que permanece no centro da cidade e que, por isso, obriga a uma operação de transformação agressiva, que violentamente arrasa grande parte do centro histórico para instalar a universidade nova, ainda na década de 1940 (Fig. 6a, 6b). Apesar destas operações, a universidade Portuguesa não perde o seu carácter elitista, mantendo-se como uma estrutura de apoio ao regime, sujeita à orientação do Estado Novo.

É esta condição de dependência que leva o corpo estudantil a questionar o modelo e as práticas de ensino através de ações, que num primeiro momento são pontuais, mas que logo em 1961, se tornam globais, envolvendo estudantes das três universidades, com greves que reivindicam mudanças no sistema de ensino, mas também no sistema político. Um dos grandes motores desta contestação é a Guerra Colonial, que a partir de 1961 leva para África os jovens portugueses para lutar contra os povos colonizados. Com

a morte de Salazar, o discurso mais aberto de Marcelo Caetano e os movimentos estudantis internacionais de 1968, a contestação ganha força e em 1969, a universidade portuguesa sobre um forte abalo, que vai ter repercussão nas estruturas do Estado Novo. O pátio da Associação Académica repleto de estudantes ou as escadas monumentais desertas tomadas pela polícia são duas imagens significativas destes eventos que revelam o modo como os espaços foram palco de contestação e de repressão.

Podemos dizer que é nos espaços de ensino que se dá o princípio do fim do Estado Novo. Tanto os novos espaços universitários fomentam a união dos estudantes em torno da mudança política, como os novos espaços das escolas pavilhonares, possibilitam uma educação que está para além da disciplina e da simples aquisição de conhecimentos, abrindo as portas para uma educação centrada no aluno e no trabalho de equipa, permitindo a reflexão, a interpretação e o desenvolvimento das competências humanas e sociais.



Fig. 6a: A cidade universitária de Coimbra, 1960. Créditos: Ministério das Obras Públicas, s.d. *Cidade Universitária de Coimbra, Instalações Académicas*.



Fig. 6b: Reitoria da Universidade de Lisboa, Arquitecto Pardal Monteiro, Estúdio Horácio Novais, 1955. Créditos: Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) [CFT164.161193].

### **3. A democracia e o legado da educação do Estado Novo**

Após quase cinco décadas de regime ditatorial, o poder político saído do movimento revolucionário de 25 de Abril de 1974 convida a UNESCO a desenvolver um estudo avaliativo e prospetivo sobre situação da educação em Portugal (UNESCO, 1975). Nessa análise são sublinhadas algumas constatações e proferidas afirmações que traduzem a consciência generalizada de que estávamos em presença de um sistema educativo arcaico, a que nem a tentativa consubstanciada pela reforma de 1973, por falta de tempo e condições, tinha criado possibilidades reais de inversão. O estudo reconhece o mérito de diversas iniciativas, como o Plano de Educação Popular e a Campanha Nacional de Educação de Adultos, com início em 1952. Constata também que quase todas as crianças entre os 7 e os 11 anos se encontram a frequentar a escola primária e que se verifica um incremento dos outros ciclos de estudo nos últimos anos do regime deposto, com 63% dos jovens no ciclo preparatório e 14% no ensino secundário. Porém, identifica sérios problemas como, a inexistência quase total de ensino pré-escolar, uma fraca eficácia interna, programas e métodos arcaicos, a existência de vias que facilitavam a discriminação social, a evidência de um excesso de centralização e de disparidades regionais e uma formação muito insuficiente por parte de certas categorias do pessoal docente (Cordeiro & Alcoforado, 2018).

Esta situação traduzia também a relação de forte sobreposição do Estado à sociedade civil, criando condições efetivas para uma subordinação do ensino à dimensão ideológica e às opções de desenvolvimento do regime que vigorava desde a década de trinta do século XX.

Na formulação de Stoer (1982), o regime ditatorial tinha estruturado estas relações ideológicas, sequencialmente, em dois períodos bem definidos: o primeiro, que se estendeu desde o início do regime até à Segunda Guerra Mundial, e que foi marcado pela sedimentação ideológica nacionalista à volta da trilogia Deus, Pátria, Família e um

segundo, compreendido desde o conflito mundial até à revolução de Abril, o qual ficou marcado por uma fase de crescimento económico e expansão capitalista, a par com um poderoso aparelho repressivo, numa articulação que procurava orientar o ensino para um contributo significativo para uma economia pujante e renovada.

Se no primeiro destes períodos, identificamos um investimento algo limitado na educação, nomeadamente na rede escolar onde a “criação” dos postos escolares proporcionou um alargamento dos espaços onde se lecionava a instrução primária apenas até à 3.<sup>a</sup> classe, mas mostrando um fraco investimento em instalações cujas condições eram maioritariamente de muito má qualidade e cuja a construção de alguns liceus (quatro) eram a exceção.

Já o segundo período caracteriza-se por uma aposta mais evidente nos equipamentos escolares, que se traduziu, por exemplo, no primeiro plano nacional de construção de edifícios escolares (Santos et al., 2016), do qual resultou não só o “Planos dos Centenários”, que transforma radicalmente a paisagem portuguesa com mais de cinco milhares de pequenas escolas construídas nas freguesias e lugares do todo nacional, mas já antes, com o Plano de 1938 a rede de liceus ganha uma dinâmica construtiva até aí nunca vista. No início deste segundo período, e com as necessidades que o regime encontrava de apoiar a indústria e o comércio são publicados (1948), o estatuto e o plano de construção de edifícios do Ensino Técnico, do qual resultaram 64 escolas técnicas, com uma lógica de construção associada às capitais e às segundas cidades de cada distrito.

Com a adesão de Portugal à OCDE e ao Plano Regional do Mediterrâneo e, com a necessária abertura a que o regime é obrigado, este opta assim por outros modelos. A criação do ciclo preparatório (com a ampliação do ensino obrigatório a 6 anos) e logo a chegada (ou manutenção) de mais alunos ao sistema educativo, leva à necessidade de mais estabelecimentos, os quais seguindo lógicas construtivas pavilhonares, adaptam-se aos espaços próximos dos liceus.

Hoje, quando se reflete sobre o estado do sistema educativo (e também da rede escolar) do nosso país, torna-se necessário observar, por um lado, as transformações mais recentes ao nível político, económico, social e cultural que Portugal experimentou nas últimas quatro décadas (Cordeiro & Alcoforado, 2018) e, por outro lado, as quatro décadas da vigência do Estado Novo que criaram a estrutura da rede escolar. De facto, esta foi acompanhando os desígnios de um regime, cujo plano educativo oscilava entre a instrução primária baseada no alfabeto e nos saberes disciplinares básicos até à formação da elite do Estado nas três cidades universitárias públicas construídas para consolidar a imagem de um Estado forte. É neste sentido que não podemos esquecer os discursos de proeminentes figuras do regime a alertarem para os malefícios de uma educação que não era exigida nem reivindicada pelo povo. Assim, o empenho depositado na construção de milhares de equipamentos escolares para os diversos níveis de ensino fazia parte de uma estratégia de propaganda que escondia um país com baixo nível de escolaridade e profundas desigualdades no acesso à educação, que os governos democráticos têm vindo a inverter lentamente, sem total sucesso. No último retrato de Portugal na Europa, realizado pela Pordata (2018, p. 37), a população residente sem ensino secundário ou superior entre os 25 e os 64 anos é o dobro da média europeia (52,00% contra 22,5% na EU), o que demonstra a dificuldade em superar o legado do Estado Novo.

### **Referências bibliográficas**

- Alcoforado, L., Cordeiro, A. & Ferreira, S. (2012). A (re)organização da rede escolar como reflexo das transformações demográficas, políticas e geográficas, nas últimas seis décadas em Portugal. In M. Mogarro & M. Cunha (Orgs.), *Rituais, Espaços & Patrimónios Escolares. IX Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação (Atas)* (pp. 5423-5435). Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.
- Azevedo, J. (1991). Ensino técnico-profissional: papel do Estado e sociedade civil. In *Actas da Conferência Nacional novos rumos para o ensino tecnológico e profissional*. Lisboa: Ministério da Educação, GETAP.

- Barreto, A. (Ed.). (1996). *A Situação Social em Portugal 1960-1995*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Barreto, A. (Ed.). (2000). *A situação social em Portugal, 1960-1999*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Cordeiro, A. (2014). O lugar dos Municípios no planeamento e gestão da rede escolar em Portugal. In M. L. Rodrigues (Coord.), *40 Anos de Políticas de Educação em Portugal: A Construção do Sistema Democrático de Ensino* (vol. II, pp. 421-444). Coimbra: Almedina.
- Cordeiro, A. & Alcoforado, L. (2018). Education and development. *Méditerranée*, n.º 130. <http://journals.openedition.org/mediterranee/10322>
- Grácio, S. (1986). *Política educativa como tecnologia social: as reformas do ensino técnico de 1948 e 1983*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Ministério da Educação. (1987). *Muitos Anos de Escolas, Vol. I, 1.ª Parte: Edifícios para o ensino infantil e primário até 1941*. Lisboa: ME/DGEE.
- Ministério da Educação. (1996). *Muitos Anos de Escolas, Vol. II. Anos 40 – Anos 70*. Lisboa: ME/DGEE.
- Ministério das Finanças. (1913). *Censo da População de Portugal, no 1.º de Dezembro de 1911 (5.º Recenseamento geral da população)*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Mónica, M. (1978). *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*. Lisboa: Presença.
- Moniz, G. C. (2007). *Arquitectura e instrução: projecto moderno de Liceu (1836-1936)*. Coimbra: edarq.
- Moniz, G. C. (2018). Democratic Schools for an Authoritarian Regime: Portuguese Educational and Architectural Experiences in the 1960s. In I. Grosvenor & L. R. Rasmussen (Orgs.), *Making Education: Material School Design and Educational Governance*. Educational Governance Research (vol. 9, pp. 49-70). Springer International Publishing. doi: 10.1007/978-3-319-97019-6
- Nóvoa, A. (2003). *Liceus de Portugal. Histórias – Arquivos – Memórias*. Lisboa: Edições Asa.
- Ó, J. R. (2009). *Ensino Liceal (1863-1975)*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Oliveira, S. (2010). *Escolas-Tipo. O processo de produção escolar de 1958 a 1968*. (Tese de Mestrado, Universidade de Coimbra). Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/14070>
- Pardal, L., Ventura, A. & Dias, C. (2003). *O Ensino Técnico em Portugal*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Pimenta, P. (2006). *A Escola Portuguesa. Do “Plano dos Centenários” à Construção da Rede Escolar no Distrito de Vila Real* (Dissertação de Mestrado, Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho). Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/6973>
- Pordata. (2018). *Retrato de Portugal na Europa*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos. Pordata. - <http://www.pordata.pt/>
- Queirós, E. (2004). Uma Campanha Alegre. In R. Ortigão & E. de Queirós, *As Farpas: cronica mensal da politica das letras e dos costumes* (M. F. Mónica, Ed.). Cascais: Principia.

- Santos, L., Cordeiro, A. & Alcoforado, L. (2016). Planeamento de recursos educativos em Portugal ao longo dos últimos 80 anos. *Revista Educação e Emancipação*, 9(2), 13-35. doi: 10.18764/2358-4319
- Stoer, S. (1982). *Educação, Estado e desenvolvimento em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Torgal, L. (2009). *Estados Novos. Estado Novo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- UNESCO. (1975). *Para uma Política de Educação em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.

**POLÍTICA E ARQUITETURA HABITACIONAL: UM MAPA  
DA INTERVENÇÃO DO ESTADO NA HABITAÇÃO**

*Rui Jorge Garcia Ramos*

Universidade do Porto, Faculdade de Arquitetura,  
Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo  
ORCID: 0000-0001-8234-5974

*Eliseu Gonçalves*

Universidade do Porto, Faculdade de Arquitetura,  
Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo  
ORCID: 0000-0001-9109-8186

*Sérgio Dias Silva*

Universidade do Porto, Faculdade de Arquitetura,  
Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo  
ORCID: 0000-0002-8223-4075

**Resumo:** No âmbito do desenvolvimento do projeto de investigação *Mapa da Habitação: Reflexão Crítica sobre a Arquitetura Habitacional Apoiada pelo Estado em Portugal entre 1910 e 1974* (FCT 2016-2019), este artigo pretende estabelecer um roteiro compreensível da ação política que conduziu à proposta de diferentes programas de habitação ou de atuações similares neste campo. Propõe-se não só dar a conhecer um extenso elenco de bairros e a sua determinação legislativa, como, igualmente, compreender de que forma traduziram uma construção política, assente numa intrincada hierarquia de poder e, depois de 1933, no projeto corporativo. Aqui podem identificar-se as vicissitudes dos programas, instituições e serviços, articulados ou em tensão entre si, que enfrentaram diferentes desafios, como a carência

de habitação, a imagem de pobreza que grassava pelo território nacional, ou as lutas internas do regime face às suas contradições. Assim se desenhava não apenas a força e a fragilidade de um regime totalitário, incapaz de resolver a contradição da formação social portuguesa, mas também uma cultura arquitetónica aberta à modernidade, conduzindo à explosão de 1974.

**Palavras-chave:** Habitação social, Programa habitacional, Arquitetura, Primeira República, Estado Novo, Portugal

POLITICS AND RESIDENTIAL ARCHITECTURE:  
A MAP OF STATE INTERVENTION IN HOUSING

**Abstract:** In the context of the development of the research project *Mapa da Habitação: Reflexão Crítica sobre a Arquitetura Habitacional Apoiada pelo Estado em Portugal entre 1910 e 1974 (Housing Map: A Critical Reflection on Residential Architecture Supported by the Portuguese State between 1910 and 1974)* (FCT 2016-2019), this article aims to establish a comprehensible guide of the political action that led to a proposal of different housing programmes or similar actions in this field. It is intended not only to report an extensive list of neighbourhoods and their legislative resolution but also to understand how they translated a political construction, based on an intricate power hierarchy and, after 1933, on the corporatist project. It is possible to identify the vicissitudes of the programmes, institutions, and services, articulated or in tension, facing several challenges, such as lack of housing, the image of poverty that dominated the national territory, or the internal struggles of the regime against its own contradictions. Thus, there was a development not only in the strength and weakness of a totalitarian regime unable to solve the contradictions of the Portuguese social formation, but also in an architectural culture open to modernity and eventually leading to the outburst of 1974.

**Keywords:** social housing, housing programmes, architecture, First Republic, New State, Portugal

## 1. Apresentação

Nesta intervenção pretende dar-se um contributo inicial à resposta a duas perguntas sobre a edificação de habitação apoiada pelo Estado, entre 1910 e 1974: Como se teceram as políticas e os programas que levaram à construção destes bairros? Que implicações têm para a compreensão do fenómeno político, sobretudo do Estado Novo, e da história arquitetónica do século XX português?

De alguma forma estas perguntas partem dos objetivos identificados no projeto de investigação *Mapa da Habitação: Reflexão Crítica sobre a Arquitetura Habitacional Apoiada pelo Estado em Portugal (1910-1974)*, que culmina em uma década de estudos conduzidos pelos seus investigadores sobre esta temática. Outras perguntas podiam ser elencadas como, por exemplo: Quantos bairros se construíram suportados em programas habitacionais durante o Estado Novo? De que forma estes bairros sustentaram a expansão da cidade ao longo do século XX? Como consolidam hoje espaços residenciais qualificados a proteger como unidades urbanas coerentes? Mas deixaremos estes tópicos para outro momento, podendo, desde já, ser inquiridos na informação do Projeto disponível ao público<sup>1</sup>.

Importa salientar que a pertinência destas duas perguntas sobre a edificação habitacional para as classes desfavorecidas (aceitemos, por agora, esta designação), conduzida em quadros políticos bem determinados, suportada por dezenas de programas – reequacionados sucessivamente ao longo de décadas – que ergueram centenas de

---

<sup>1</sup> Ver a base de dados de acesso público do projeto de investigação Mapa da Habitação (MdH) em <[http://www.up.pt/mapa\\_habitacao\\_db](http://www.up.pt/mapa_habitacao_db)>. As referências aos projetos que integram esta base de dados surgem como (MdH DB aXX).

casas e bairros – dispersos pelo território nacional –, deve-se, antes de mais, à ausência de uma leitura de conjunto deste processo. Ou seja, as investigações até agora produzidas, oriundas de diferentes campos do saber, detiveram-se numa preocupação sectorial. Ou se inscrevem numa perspetiva local, bairro a bairro, ou, noutras casos, predominantemente autoral, entrando assim para diversas histórias deste tempo em Portugal. Registam-se ainda certas confusões, como na delimitação do campo e da forma de atuação dos programas habitacionais, ou, tão só, na sua caracterização morfológica, localização e identificação através da forma como são designados. Tal confusão produz ambiguidades relevantes, como, por exemplo, não se distinguir se a expressão casas económicas se refere genericamente a casas ou, pelo contrário, se pretende referir-se ao programa das Casas Económicas.

Sobretudo, regista-se a dificuldade da perceção de um fenómeno extenso e global neste período de tempo, com intensidade política que, por não ser corretamente observado, produziu deformações nas mais diversas narrativas. Na história, por exemplo, não se atendeu ao instrumento corporativo que formou estes programas e bairros, verdadeiros exercícios de poder sobre as populações e, concretamente, sobre os seus habitantes, que inequivocamente participavam num conjunto, mais amplo, de organismos e instituições que moldavam comportamentos e, genericamente, a sociedade idealizada pelo Estado Novo. Na arquitetura ignorou-se uma produção relevante e extensa, ainda que insuficiente para resolver a carência de habitações, por vezes corrente e anónima, disseminada e simultânea pelo país, mas que viria a introduzir novas ideias de casa e de formas de habitar, ou que, mais tarde, disseminou a expressão internacionalista da modernidade. Isto, como se história e arquitetura não se cruzassem na construção política de um tempo, aspeto ignorado em diversas sínteses produzidas. Neste sentido, talvez o projeto Mapa da Habitação seja demasiado ambicioso por

pretender ultrapassar este estado fragmentário do conhecimento, mas, pelo menos, oferece a futuras investigações instrumentos para uma leitura integrada destes fenómenos.

Contudo devemos acautelar que não há respostas conclusivas. Mas se podemos concluir algo, depois de longas jornadas de investigação – devedoras de todos os que colaboram neste projeto –, seguramente é a presença de uma organização complexa. E, pela sua natureza, não será cauteloso tentar vias redutoras, porque não existe uma fórmula simples de traduzir fenómenos longos que cruzaram sistemas políticos diversos, da monarquia à longa máquina do Estado Novo; com variáveis permanentes que por sua vez se cruzam, dividem e se modificam em ramos de intervenção hierárquicos, por vezes subtis, com natureza precisa ou ambígua, em parcerias variáveis entre o privado, o financeiro, a filantropia, o municipal e o Estado central.

Por isto, qualquer esforço de síntese, de abordagem a um tópico, deverá sempre ressaltar o que o antecedeu e o que ele precederá, em movimento cronológico e diacrónico, compreendendo que é na interação intrincada dos fatores sociais, geográficos, económicos, técnicos e arquitetónicos que se estabelecerá o político. Será esta, talvez, a mais segura das narrativas observadas, que o social, o geográfico, o económico, o técnico e o arquitetónico são sempre faces de uma só moeda política.

Portanto, olhar a produção arquitetónica relativa à questão habitacional é aceitar a sua práxis impura como parte dos seus processos que, por vezes, conduzem aos seus próprios impasses. Não há respostas simples.

## 2. Da Primeira República à Ditadura Militar



Fig. 1: Bairro de Casas Económicas da Ajuda/Boa-Hora, Rosendo Carvalheira, Joaquim Craveiro Lopes (Eng.º), Lisboa, 1918-34. Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

A questão habitacional como assunto de Estado é primeiramente inscrita na Primeira República (1910-1926) como resposta às condições de vida das classes desfavorecidas, enformada pela situação internacional, económica e social, e, sobretudo, a par da experiência europeia de construção de casa económica. Mas apesar disto as iniciativas governamentais não apresentam uma estratégia consolidada, marcando-se por uma forte discricionariedade que se mistura com uma débil cultura social da sociedade civil que toma em mãos

escassas iniciativas filantrópicas<sup>2</sup> e de *paternalismo industrial*<sup>3</sup>, a par de uma promoção imobiliária privada e especulativa<sup>4</sup> onde se encontram algumas experiências de habitação popular *económica, saudável e cómoda* (Gonçalves, 2015). Estas respostas não podem deixar de ser observadas face às parcas condições disponíveis num país subdesenvolvido (Almeida, 1970), no quadro de uma situação urbana marcada pela desagregação social, sujeita à insalubridade, ausência de condições de habitação e de trabalho, surtos de peste que apontavam a iminência de uma crise sanitária generalizada, situação temida pelas classes abastadas.

Importa ainda referir que a iniciativa republicana nesta matéria surge na continuidade de debates anteriores. A investigação produzida permite constatar que, quando se implantou a República em 1910, as linhas orientadoras para a construção de bairros de cariz social estavam já esboçadas nos debates e comissões parlamentares do antigo regime (Gonçalves, 2015). Verifica-se que estes debates sobre a questão social da habitação seguem a situação internacional de perto, podendo verificar-se quer a circulação de modelos e exemplos, quer o acesso às fontes internacionais, por exemplo, através dos nossos arquitetos mais distintos que frequentaram escolas estrangeiras.

---

<sup>2</sup> Inseridas em iniciativas privadas de carácter filantrópico, temos, por exemplo, o Bairro Operário “O Comércio do Porto” no Monte Pedral (fase 1) (MdH DB a13), no Porto, projeto de Marques da Silva, de 1899-1901. Ver a base de dados do MdH (ref. cit.). Sobre este tipo de iniciativa e projeto de influência internacional, ver Gonçalves (2011) e Martins (2016).

<sup>3</sup> Por exemplo, entre muitos outros fora dos grandes centros urbanos, o Bairro Oliveira & Ferreira (MdH DB a781), em Riba d’Ave, c. 1920; ou o Bairro das Casinhas (MdH DB a774), em Bairro, c. 1920. Ver a base de dados do MdH (ref. cit.). Sobre este tipo de promoção, ver Ribeiro (2017).

<sup>4</sup> Entre muitas outras iniciativas de rendimento imobiliário com características populares que ainda se mantêm erguidas, pode indicar-se o Bairro Herculano (MdH DB a296), no Porto, de 1872, construído pela família Pinto Bastos ou, mais tarde, o Bairro da Travessa Álvaro Castelões (MdH DB a359), no Porto, com projeto de José de Vasconcelos, de 1910. Ver a base de dados do MdH (ref. cit.). Sobre este tema, consultar a extensa investigação de Gonçalves (2015).

Por isto importa averiguar que entre o estímulo para a produção legislativa e a capacidade de realização prática irá uma grande distância. Contudo, será através do governo de Sidónio Pais publicada a primeira legislação sobre a questão habitacional. Trata-se do Decreto n.º 4137, de 25 de abril de 1918<sup>5</sup>, onde é fixada a designação de bairro de *Casas Económicas*, acompanhada de uma extensa reflexão sobre a experiência internacional contemporânea, com particular relevância para o caso francês. Esta legislação enquadrará, por circunstância e oportunidade, o lançamento da primeira pedra de três bairros situados em Lisboa, Porto e Viana do Castelo<sup>6</sup>.

Mais tarde, em 1919, através do Ministério do Trabalho, será desencadeada uma nova iniciativa, mais estruturada, de construir cinco *Bairros Sociais*, assim designados pelo Decreto n.º 5443 de 26 de abril. Como se sabe, tal iniciativa teve um escasso sucesso prático e será suspensa em 1922 e liquidada em 1925, nos termos do Decreto-Lei n.º 11.174 de outubro, para concentrar o foco do erário público no esforço de concluir em Lisboa, pelo menos, o *Bairro Social* do Arco do Cego (1919-1935) (MdH DB a216) e ainda o *Bairro de Casas Económicas* da Ajuda/Boa-Hora (MdH DB a215) anteriormente lançado pela lei sidonista de 1918.

Com o fim da Primeira República e com o início, em 1926, da Ditadura Militar, constitui-se um tempo de passagem, que em 1933 irá culminar na formalização do Estado Novo. Em 1928 ainda irá esboçar-se o *Regime das Casas Económicas*, com o Decreto n.º 16.055 de 22 de outubro, num esforço derradeiro para encontrar parcerias

---

<sup>5</sup> Sob a tutela do Ministério do Comércio na Secretaria de Estado e Comércio; entre 1919 e 1932 no Ministério do Comércio e Comunicações.

<sup>6</sup> Sob a tutela do Ministério do Comércio, “Bairros de Casas Económicas” da Ajuda/Boa-Hora (MdH DB a215), com projeto do Eng.º Joaquim Craveiro Lopes e do Arq.º Rozendo Carvalheira, em Lisboa, 1918-1935, portanto concluído tardiamente; Bairro Social da Arrábida (MdH DB a20), no Porto, 1919-1923, parcialmente construído; e Bairro das Ursulinas (MdH DB a685), em Viana do Castelo, 1918-c.1921. Ver a base de dados do MdH (ref. cit.).

com outras instituições e com os municípios. Apelava-se então a uma nova geração de arquitetos para se dedicarem à questão social de construir casas de baixo custo para os necessitados, registando-se a construção de diversos bairros promovidos fora da esfera da administração central, sobretudo de iniciativa municipal, mas também por instituições privadas<sup>7</sup>.

A presença de Oliveira Salazar na governação deste tempo é gerida, como é salientado por Fernando Rosas, através de uma ação subtil que não escamoteia quer “um compromisso entre diversas forças políticas de direita e dos vários setores das «forças vivas», a partir de uma base comum de rejeição do liberalismo herdado da I República”, quer a “apologia de um Estado política, económica e socialmente forte e interventor” (Rosas, 1994, p. 185). Com esta firmeza e face à escassez de casas económicas efetivamente construídas, a ditadura vai retomar os trabalhos de alguns bairros para, posteriormente, com outro e vasto enquadramento ideológico e legislativo, os vir a concluir e a inaugurar. Nesse sentido, em 1932, e apesar das grandes dificuldades de gerência enumeradas por Salazar para o período 1930-1931, num quadro de crise mundial (Patriarca, 1995, p. 165), o Conselho de Ministros de 24 de fevereiro vai tomar uma extensa série de medidas de relançamento da economia, de onde nos interessa destacar a criação de uma comissão para o estudo do plano de grandes melhoramentos públicos (p.

---

<sup>7</sup> Sob a tutela do Ministério do Comércio, no “Regime das Casas Económicas”: Bairro da Polícia (MdH DB a297), no Porto, em 1930; Bairro Operário José Luís (MdH DB a724), em Cascais, com projeto de Jorge Segurado, em 1932-1933; Bairro Municipal Presidente Carmona (MdH DB a542), em Lisboa, em 1927-1935; Bairro da Seguradora “O Trabalho” (MdH DB a295), no Porto, com projeto de José Coelho de Freitas, em 1928; e Bairro Municipal de Casas Económicas de Arcela (MdH DB a720), na Costa, Guimarães, em 1931. Os seguintes bairros, embora programados, não foram iniciados: Bairro Operário de Ponte de Lima (MdH DB a723), em Ponte de Lima, c. 1928; Bairro Municipal de Olhão (MdH DB a211), em Olhão, com projeto de Carlos Ramos, c. 1929; e Bairro Económico do Funchal (MdH DB a686), no Funchal, com projeto de Carlos Ramos, em 1931. Ver a base de dados do MdH (ref. cit.). Sobre estes projetos pode consultar-se, entre outros, Pinto (1930), Coutinho (2001), Galvão (2003), Noras (2011), Agarez (2012, 2016) e Martins (2016).

166). É nesse sentido que agora é reforçada uma “dotação dirigida, não só às zonas rurais, mas também aos principais centros urbanos de Lisboa, Porto e Coimbra”, a qual será aumentada “com as importâncias necessárias para conclusão dos bairros sociais já iniciados e não concluídos” (p. 167). Desta forma, o

“[...] governo era assim autorizado a contratar com a Câmara Municipal de Lisboa a conclusão das obras do bairro do Arco do Cego (MdH DB a216) e mandar proceder à conclusão das obras do Bairro da Ajuda [/Boa Hora (MdH DB a215)]. [...] Pelo Decreto n.º 20981, de 7 de março de 1932, colocava as habitações do Bairro da Ajuda em regime de arrendamento ou de propriedade resolúvel, sendo dada preferência «aos funcionários públicos civis e militares»” (p. 167)<sup>8</sup>.

A iniciativa de concluir dois dos mais extensos (com o total de 765 fogos) e emblemáticos bairros da capital deve ser entendida, não só como crucial para o problema da habitação e do melhoramento urbano, com repercussão na luta contra a crise do desemprego, mas também como sinal do futuro modelo de organização política da sociedade e do Estado, no qual, a par de outras organizações como a União Nacional constituída em 1930, a habitação programada pelo Estado se assume como instrumento essencial de controlo social.

Disto pode ser considerado exemplo o Bairro da Ajuda/Boa Hora, que em 1922, no momento da suspensão dos trabalhos de construção, tinha apenas 32 edifícios finalizados (48 fogos) e 37 edifícios ainda em construção (Tiago, 1997, p. 154). Trata-se de uma empreitada com habitações com caixa de escada comum – portanto, com apartamentos em altura, um tipo edificatório ideologicamente rejeitado –, com

---

<sup>8</sup> Sobre estes bairros e sobre os bairros situados em Lisboa, ver a detalhada cronologia em Antunes (2017).

um assentamento urbano composto por escola, esquadra de polícia, bombeiros, balneários e comércio. Apesar deste desacerto tipológico contrário à casa individual defendida pelo regime, este Bairro será integrado, logo em 1933, no momento da criação, no Programa das Casas Económicas do Estado Novo, sendo inaugurado como obra de regime em janeiro de 1934 pelo Presidente da República, General Óscar Carmona, pelo Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, e pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, Duarte Pacheco.

Também o Bairro Social do Arco do Cego (MdH DB a216), pensado com habitações *cómodas* para o operariado, com um traçado urbano ortogonal de amplas ruas centrais, elaborado num denso loteamento com diversas soluções arquitetónicas de casas em banda e de edifícios de habitação coletiva em altura, mas com uma imagem urbana e cosmopolita com sugestões decorativas de gosto *art déco*, tem as suas obras suspensas já em 1922, como já referido. Quando, em 1927, a Câmara Municipal de Lisboa (CML) aceitou a transferência do Bairro para a sua esfera (Antunes, 2017, vol. 2, anexo 32, p. 89), assumindo o encargo da conclusão das obras, constata-se que apenas estavam planeadas cerca de 70 construções e dessas “apenas 22 tinham fundações e das 52 restantes apenas 20 se encontravam cobertas, [...] os arruamentos não estavam esboçados e nenhum trabalho de saneamento básico tinha sido efetuado” (pp. 89-90). A veracidade destes dados deve, no entanto, ser lida na perspetiva de uma ditadura militar que herdou uma situação económica relativamente estável resultante do esforço que se seguiu ao descontrolo de contas do início da década de 20 (Mata, 2010); a habitação entra assim desde logo no arsenal de propaganda do novo regime e na transformação da Revolução Nacional em *Salvação Nacional*.

Os trabalhos prosseguem pela CML, estimando-se que em 1930 cerca de 80 famílias poderiam estar instaladas. Contudo, a natureza do projeto e seu enquadramento sociopolítico seriam alterados. Deixava de falar-se de alojamento para operários e destinavam-se agora os fogos

sobretudo a funcionários da autarquia. Aliás, como é sublinhado por Raquel Henriques da Silva (1997), este primeiro Bairro Social teve a sua vocação social comprometida desde o início, quer pelo elaborado projeto, quer pelo local da sua implantação. Facto também referido pela CML: “por defeito de origem na elaboração dos respetivos projetos, não podem ser acessíveis a operários ou pessoas de poucos recursos” (Ferreira, 1994, p. 702). O facto de as casas não serem económicas e acessíveis ao proletariado carente de habitação não impediu que o Estado Novo integrasse este bairro, em 1933, no mesmo Programa de Casa Económicas, e o inaugurasse em março de 1935.

Sintomaticamente os bairros iniciados na República e inaugurados já com Salazar serviram de veículo para significativa propaganda dos valores do novo Estado que se formava e, em particular da ideia central elaborada por Salazar da *casa pilar* de uma identidade nacional e cerne inalterável da sua ação política (Ramos, 2015, p. 76). Mas a mais conhecida ação desta propaganda foi talvez aquela que decorreu noutro bairro, no Bairro do Alto da Ajuda (MdH DB a223), 1934-1938, que serviu de cenário a uma das mais notáveis entrevistas conduzidas por António Ferro a Salazar. Ao lado dessas casinhas, possivelmente a olhar o Tejo, defenderá a ideia da casa própria (por oposição à edificação em altura), com horta e jardim, como medida profilática, para um chefe de família de moral sã. Dirá ainda nessa entrevista: “Trabalho em terra própria é o grande inimigo da taberna” (Ferro, 2003 [1938], p. 169).

As subtilezas deste processo de transferência e contraposição ideológica não impedirão o Estado e, depois, o Estado Novo de recuperar discretamente posturas legislativas muito parecidas com aquelas que extinguiu. Também tentará, numa primeira iniciativa, não se envolver diretamente na construção de habitação social, que pretendia atribuir ao setor privado, com controlo dos tipos edificados e das rendas e com contrapartidas financeiras especiais. Mas face ao total insucesso desta tentativa de não envolvimento direto do Estado, será criada

a comissão para estudar o modelo da casa económica a adotar em consonância com a ideologia vigente, concentrando as iniciativas habitacionais dispersas de origem municipal, industrial e associativa num programa nacional de habitação coerente com a organização tutelar de uma política corporativa.

### 3. Fundação do Estado Novo



Fig. 2: Bairro de Casas Económicas de Caselas, António Couto Martins, Lisboa, 1940-48. Fonte: Sistema de Informação do Património Arquitetónico.

Logo após ter aceitado o convite do Presidente da República Óscar Carmona, em 1932, para formar governo, Oliveira Salazar vai capitalizar todo um trabalho formativo da sua personagem política desde o fim da Primeira República, para concretizar, de imediato, no seu programa de governo, a reconstrução política e social que considerava necessária. Este caminho de afirmação culminará com a nova Constituição de 1933 que, como bem elenca Gonçalo Canto Moniz (2005, pp. 68-79), assenta em quatro pilares: o nacionalismo

corporativo; o Estado autoritário; o intervencionismo económico-social; e o imperialismo colonial.

Na investigação da habitação programada intervencionada pelo Estado após 1933, constata-se, antes de mais, uma vertical hierarquização de toda a densa estrutura burocrática de conceção, construção e atribuição da habitação. Trata-se de um processo que culmina na Presidência do Conselho, ou seja, em Oliveira Salazar, através da centralização de todos os passos desta ação no Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social<sup>9</sup>. Este organismo, dependente da tutela, conta ainda com o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência que gere a longa cadeia deste processo de erguer edificações, desde a negociação e escolha do terreno com os municípios até à distribuição das casas. Daqui não subsistem dúvidas da importância da habitação programada pelo Estado como instrumento ao serviço de uma política corporativa. Talvez se deva recordar o que, em última instância, se pretendia com uma política corporativa, ou seja, a pretensa anulação da diferença de classes e, conseqüentemente, da *luta de classes*, uma vez que todos tinham de contribuir para o chamado interesse nacional. Assim pretende mitificar-se que patrões, trabalhadores, intelectuais e artistas estavam juntos na edificação de uma *política do espírito*.

Este esforço para uma ação comum é dirigido por António Ferro, entre populismo e modernismo num inusitado convívio, numa espécie de *fascismo moderno* servido a Salazar para grande consumo dos media nacionais e internacionais<sup>10</sup>. Contudo esta ação é também resultado de um convívio ciente que proporcionou trabalho e encomenda a que, como esclarece Ramos do Ó (1999 [1993]), até certo momento todos se dispuseram. Assim o fenómeno da construção de casas em programas apoiados pelo Estado não é

---

<sup>9</sup> Depois de 1950, será Ministério das Corporações e Previdência Social.

<sup>10</sup> Expressão referida por Fernando Rosas no documentário televisivo sobre António Ferro.

uma manifestação isenta de sentido político, aliás transforma-se na preservação desse sentido político tutelar, uma vez que raramente se construíram casas para quem delas mais precisava ou, como se designava na altura, para “indigentes”, mas, pelo contrário, para uma classe potencialmente eleitora, para chefes de família que se pretendiam servis ao líder.

Mas se a hierarquização em pirâmide do sistema constituía uma das suas evidências, a disputa interna pelo poder e das formas de atuação, com consequências na dispersão burocrática por diversos organismos, vai ter ecos diretos na organização dos programas habitacionais, sendo o caso mais evidente a dicotomia estrutural dentro do Ministério das Obras Públicas e Comunicações (MOPC). Como veremos, o MOPC tutelava serviços com visões e direções políticas distintas, nomeadamente na intervenção habitacional. Por um lado, na Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), nos serviços das Casas Económicas, veiculava-se uma ideia de Portugal rural e nacionalista, muito querida ao ditador; por outro lado, a partir de 1945, na Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, com a chegada de jovens engenheiros, vai defender-se uma visão tecnocrática e de grande racionalidade económica que se opunha, por exemplo, à casa individual como solução técnica e económica para suprir as necessidades de habitação.

Assim, sob uma forte observação política dos organismos que tutelavam a ação corporativa e da Presidência do Conselho, o MOPC vai assumir, através dos serviços das Casas Económicas, da DGEMN, o Programa das Casas Económicas que, antes de mais, vai reunir diversas iniciativas já em curso ou com necessidade de conclusão, como vimos, de promoção estatal, municipal, associativa e mesmo industrial. Será com este programa, suportado no Decreto-Lei n.º 23.052 de 23 de setembro de 1933, posteriormente diversas vezes completado e revisto, que será posta em prática, pela primeira vez, uma política habitacional centralizada e liderada pelo Estado. Tratava-se de um

programa assente num sofisticado sistema de propriedade resolúvel<sup>11</sup> que permitia o acesso à propriedade da casa. Tal política traduzia de forma quase direta uma série de princípios emanados da ortodoxia do regime que, na 1ª fase, entre 1933 e 1938, definiu as classes A e B de casas, consonantes com a dimensão do agregado familiar e com a sua capacidade económica de pagar a amortização e os encargos adicionais, como o seguro de vida. Também a construção da casa, descrita como simples e modesta num primeiro momento, foi pensada por Raul Lino (1878-1974) como evolutiva e adaptável aos aspetos regionais. Trata-se de uma edificação que procurava responder à realidade do país, às técnicas construtivas conhecidas, aos materiais existentes e à mão de obra disponível. Era inicialmente de um só piso e tinha necessariamente horta e jardim, para sustento da família e embelezamento do bairro. Tratava-se de bairros como o Alto da Serafina (MdH DB a224) e Terras do Forno (MdH DB a225) de Raul Lino, e o Alto da Ajuda (fase 1) (MdH DB a223) todos iniciados em Lisboa em 1934, e do Ilhéu (MdH DB a220), de 1934, e das Condominhas (MdH DB a8), de 1935, ambos de Raul Lino e Joaquim Madureira, no Porto. Estava assim a erguer-se, através deste Programa, uma casa que correspondia ideologicamente a um modelo político ruralista posto em vigor por Salazar, com a sua visão de organização social, que era traduzido em todos os níveis e por todos os órgãos do Estado.

Torna-se evidente que não era possível, arquitetónica e economicamente, com o Programa das Casas Económicas que se destinava à criação de pequenos proprietários, resolver a gritante carência de alojamento nas cidades e, principalmente, nos grandes centros urbanos. Num momento crítico de apresentação do país, por altura da *Exposição do Mundo Português*, em 1940, procura-se ocultar

---

<sup>11</sup> Sistema que será usado quase exclusivamente pelas Casas Económicas, sendo adaptado na década de 40 à intervenção da Junta de Colonização Interna para o processo de concessão dos casais agrícolas (Lei 2014 de 1946). Ver Guerreiro (2016).

a imagem de pobreza presente nas cidades. Neste sentido, entre 1938 e 1956, o Programa das Casas Económicas tenta diversificar a oferta de outros tipos de casas, com as classes C e D, que, sobretudo, vieram permitir mais construção, edificações maiores para mais que uma família, mas também, o que podia proporcionar alguma economia de escala, dar aos bairros um cariz mais citadino. Apostava-se agora em grandes bairros urbanos, como a Encarnação (MdH DB a19), de Paulino Montez, de 1940, em Lisboa, Marechal Gomes da Costa (MdH DB a3), de Manuel Fernandes de Sá e José Sousa Pinto, em 1947, no Porto, ou da Nossa Senhora da Piedade (fase 1) (MdH DB a244), dos irmãos Rebello de Andrade, c. 1949, na Cova da Piedade.

Contudo, mantinha-se um evidente desajuste económico relativo ao número de fogos construídos, bem como, depois da aprovação do primeiro Regulamento do Betão Armado, em 1931, uma ineficiente resposta arquitetónica limitada ao máximo de construção de dois pisos que devia privilegiar a ideia de independência de acessos, uma opção contra a ideia nefasta dos grandes “falanstérios”. Este desajuste entre a opção ideológica de construir pequeno e a necessidade de mais habitações, leva a que, a partir de 1956, seja inevitável aceitar, dentro do Programa das Casas Económicas, a construção em altura com sistemas de habitação coletiva, isto é, com caixa de escadas comuns para acesso aos apartamentos dos pisos superiores. Contudo, isto não significa interromper ou recusar as anteriores possibilidades de edificação de “casas” nas classes A, B, C e D, com os parâmetros e áreas que definiam. Mantendo-se estas, ainda se implementa uma nova classe “a” com uma área verdadeiramente reduzida, num esforço derradeiro para se tentar alcançar uma construção barata para *famílias de modestos rendimentos*.

Neste momento, em 1956, quando o Programa das Casas Económicas se vê constringido a aceitar a habitação coletiva em altura, apesar de continuar a construir casas unifamiliares térreas e

de dois pisos, deve observar-se – como adiante abordaremos – que já desde 1946 as Habitações Económicas da Federação de Caixas de Previdência (HE-FCP) edificavam em altura, com inovadores sistemas de habitação, o que contribui certamente para a aceitação deste tipo de edificação. Sobre este assunto importa observar que a construção em altura é rara na duração do programa, entre 1933 e 1972. Somente na sua fase final são desenvolvidos bairros de grande dimensão, numa perspetiva de modernidade da questão habitacional, como se regista nos bairros de Mira-Sintra (MdH DB a267), de 1965, em Agualva-Cacém, com um total de 2.090 fogos, distribuídos por várias torres e blocos em altura, com projeto de João Abel Manta, Alberto Pessoa e Gonçalo Ribeiro Teles, do Entroncamento (fase 2) (MdH DB a256), c. 1959, do Viso (MdH DB a11), em 1958, e do Cedro (MdH DB a261), c. 1962, em Vila Nova de Gaia, ambos de João Andresen; ou ainda, incluído no Plano de Construções de Novas Habitações para Lisboa, de 1959, no Bairro de Olivais Sul (MdH DB a193) será construído, em 1964, um conjunto de Casas Económicas (MdH DB a586), com 1.010 fogos distribuídos por casas geminadas e edifícios de habitação coletiva, com acesso vertical comum.

Esta resposta das Casas Económicas deve ser observada no contexto da alteração das preocupações centrais do regime e da retórica da governação que seguidamente aprofundaremos num quadro mais amplo. Corresponde por um lado, ao abandono da normalização da raiz pastoral do regime, como paisagem por excelência da nacionalidade (Leal, 2003, p. 155), no momento em que a situação internacional e nacional se complexifica, com a descolonização das potências internacionais, o início da Guerra Colonial em Angola, Guiné e Moçambique e com a crescente oposição política que denuncia o subdesenvolvimento da sociedade portuguesa; e, por outro lado, acompanha a reivindicação da arquitetura para acolher as narrativas de uma sociedade em transformação acelerada, com



quer para reforçar as ações das organizações corporativas e do povoamento do território nacional.

Nesta perspetiva regista-se, em 1937, através do Ministério da Agricultura, uma iniciativa para a construção de pequenos aglomerados rurais através da Junta de Colonização Interna<sup>12</sup>. Ou, para o caso de populações muito desfavorecidas, através do Ministério de Obras Públicas e Comunicações, em 1938, o Programa das Casas Desmontáveis com a construção de habitações temporárias<sup>13</sup>, que respondia, especialmente no Porto, em Coimbra e em Lisboa, aos que ficaram sem casa no decorrer de expropriações e demolições para os projetos de *melhoramentos*. Numa estrutura mais complexa, ligada ao poder corporativo e militar (através da Marinha) que se exercia nos portos de mar sobre os temidos pescadores, surgirá, primeiramente em 1937 a Junta Central da Casa dos Pescadores, mais uma vez sob o controle do Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social, para mais tarde, em 1946, com promulgação do Decreto-Lei n.º 35.732, se abrir possibilidade de construção de habitações para os seus associados, pela Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, do MOPC. De facto, não devemos ignorar que Salazar temia o povo como grupo social que em movimento seria imparável. Assim faz sentido a implementação de programas habitacionais, de associações profissionais que congregam trabalhadores e patrões que patrocinam uma lógica assistencialista de ordem sanitária e social, constituindo uma rede de poder e controle sobre as populações contra as chamadas *más influências*.

O que se deve também constatar é uma mudança das condições de atuação do próprio governo e do seu aparelho, como já referimos.

---

<sup>12</sup> Este programa dependia do Ministério da Agricultura, sendo igualmente enquadrado na política corporativa corporizada, como já referimos, pelo Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social. Ver Guerreiro (2016).

<sup>13</sup> Até 1945, quando será implementado o Programa das Casas para Famílias Pobres, sem que, contudo, os bairros temporários tenham desaparecido.

Sem aparentemente beliscar a sua coerência ideológica, com raízes na fundação do Estado Novo, vão confrontar-se distintas visões que resultam das transformações das condições, quer externas a partir de 1945 com o fim da Segunda Guerra Mundial, quer internas da nova direção de setores da governação com outros entendimentos sobre os objetivos e as formas de se alcançar o *progresso nacional* e, neste caso, de se encarar o problema da habitação.

De facto, torna-se evidente a rivalidade interna no aparelho de governo com o desenho de políticas em confronto, o que levará a inevitáveis reestruturações. Passava esta política, desde os anos de 1940 e, sobretudo depois de 1950, por difíceis tentativas de agilizar um Estado centralizado e espartilhado pela burocracia<sup>14</sup>, o que não deixa de acentuar a contradição da formação social portuguesa que conduzirá à explosão de 1974 (Pereira, 1971).

Nesses anos de pós-guerra as questões do subdesenvolvimento português e do seu modelo económico eram dificilmente escamoteáveis (Machado, 2009; Murteira, 1979; Pereira, 2005; Pereira, 1994). A nova geração de engenheiros, muitos regressados de formações avançadas do estrangeiro, apresentava uma visão tecnocrática e de grande pragmatismo económico que não era compaginável com uma política ruralista e anti cosmopolita. Na habitação tornava-se evidente que as casas individuais, além de serem caras e implicarem um proces-

---

<sup>14</sup> Ver, por exemplo, em 1942, a reorganização do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP) em Direcção-Geral que passou a englobar os Grémios, os Sindicatos e as Casas do Povo (Decreto-Lei n.º 32.443, 24 de novembro); em 1944, a fusão dos serviços da Direcção dos Melhoramentos Rurais e da Secção de Arruamentos (Junta Autónoma das Estradas), da Secção de Melhoramentos Urbanos (DGEMN) e da Secção de Melhoramentos, Águas e Saneamento (Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos) origina a Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização (Decreto n.º 34.337, 27 de dezembro 1944) no MOPC com as competências herdadas na conceção, orientação e fiscalização da construção no âmbito de alguns programas habitacionais, como, entre outros, Casas Económicas, Casas para Famílias Pobres e Casas de Pescadores; ou, ainda, em 1950, a passagem, com todas as competências, do Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social para Ministério (Decreto-Lei n.º 37.909), posteriormente, em 1973, para Ministério das Corporações e Segurança Social (Decreto-Lei n.º 584).

so lento, eram ineficazes para resolver a falta de alojamento para os mais desfavorecidos, não resolvendo a pobreza (e a sua preocupante imagem) que grassava pelo país.

Neste clima de confronto de modelos de desenvolvimento<sup>15</sup>, a reorganização interna do aparelho estatal vai polarizar o papel do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, como já foi referido. Por um lado, vai coordenar através da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, o Programa das Casas Económicas. Mas, por outro lado, ao tornar-se insuportável, em todos os aspetos, esta política de habitação (como vimos) no mesmo ministério, vai caber à Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização a revisão da política de habitação, para um maior alcance social, destinada a uma nova classe média e introduzindo mudanças cruciais. A nova Lei 2007 de 1945, que define o Programa de Casas de Renda Económica, passa a prever o regime de arrendamento – ultrapassando a questão da propriedade resolúvel implementada em 1933 pelas Casas Económicas –, e liberta a construção do vínculo tipológico da casa unifamiliar, passando a considerar edifícios de habitação coletiva sem limitação no número de pisos. Não se poderá concluir que este novo programa substitui ou encerra o das Casas Económicas que até 1972 continuará a edificar bairros.

Contudo esta nova disposição legal terá o cuidado de não colocar em causa, ostensivamente, o modelo anterior de habitação das Casas Económicas, evitando assim questionar um dos pilares do regime e da sua mitificação<sup>16</sup>. Aspeto que permite, cautelosamente, a coexistência (ou escolha) entre a habitação unifamiliar e a habitação

---

<sup>15</sup> Ver, por exemplo, o confronto entre António Ferro e Ferreira Dias no contexto do prémio Anselmo de Andrade atribuído ao segundo pelo seu livro *Linha de Rumo. Notas de Economia Portuguesa*, publicado em 1945.

<sup>16</sup> As circunstâncias desta produção legislativa, particularmente relevantes, são investigadas por Maria Tavares no projeto de investigação Mapa da Habitação (MdH). Ver a base de dados pública deste projeto: <[http://www.up.pt/mapa\\_habitacao\\_db](http://www.up.pt/mapa_habitacao_db)> [2018].

coletiva<sup>17</sup>, como já se tinha verificado na passagem para o século XX (Ramos, 2015), numa dialética de modelos de sociedade que asseguram a autonomia familiar, ancorada nos valores da ruralidade, e a massificação do alojamento, centrada nos valores urbanos de comunidade, num jogo que mistura ideologia com o pragmatismo da construção da cidade<sup>18</sup>. O Congresso de 1948 irá assim funcionar como a consagração, ou formalização, de um trabalho técnico cujas bases legais são anteriores e formam os fundamentos das Casas de Renda Económica. Nesta discussão, pontualmente, a habitação pública promovida fora da administração central já desde a década de 30 desafiava o unifamiliar enquanto resposta unívoca, tanto no Porto com o Bloco de Saldanha (MdH DB a6), como em Lisboa com o Bairro do Alvito (MdH a235).

Assim, como é aprofundado por Tavares (2016), se o Ministério das Obras Públicas e Comunicações (MOPC), através da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização (DGSU), vai concentrar-se no alojamento para classes desfavorecidas – com o Programa das Casas para Alojamento das Famílias Pobres (sujeitas a arrendamento a título precário) e com o Programa das Casas dos Pescadores –, já o Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social vai focar-se, com as possibilidades de aplicação do novo Programa das Casas de Renda Económica, na resposta à emergente classe média, chamando a si a tutela do serviço das Habitações Económicas da Federação das Caixas de Previdência (HE-FCP).

Para a plena concretização da ação das HE-FCP importa ainda assinalar a publicação, em 1945, da lei do arrendamento económico que

---

<sup>17</sup> Adotam-se os termos “unifamiliar” e “coletiva” como referência, respetivamente, à política familiar das Casas Económicas e à possibilidade moderna aberta pelos novos programas, já não centrados somente na questão familiar.

<sup>18</sup> Aspeto permanente desde o início do século XX confirmado pela investigação conduzida por Gonçalves (2015).

perdurará até 1969-1972, e a fundamental libertação dos fundos das Caixas de Previdência para a sua aplicação na construção da habitação.

Estavam assim reunidas as condições, através da Lei 2007 do Programa das Casas de Renda Económica, com o arranque da atividade das HE-FCP e com a aplicação dos seus fundos, para a total transformação de paradigma da habitação programada em Portugal. Este enquadramento permitirá desenvolver uma nova visão da questão social do alojamento, com a possibilidade da construção de habitação coletiva em altura, ajustada às necessidades dos seus habitantes, aspetos que vão contribuir para a abertura à experimentação, neste campo, da arquitetura moderna.

Reunidas estas condições, em 1945, numa primeira fase, serão construídas com a Câmara Municipal de Lisboa, as células I e II do Bairro de Alvalade, da autoria de Miguel Jacobetty, ainda baseado em projetos-tipo para os edifícios habitacionais em altura que serão reproduzidos, ao longo da década de 1950, em várias localidades, como Cascais (MdH DB a83), Matosinhos (MdH DB a24), Évora (MdH DB a60), Vila Nova de Famalicão (MdH DB a49), Guimarães (MdH DB a47) ou Covilhã (MdH DB a54).

Em 1948, com a entrada de Nuno Teotónio Pereira para a direção das HE-FCP, explorando todas as possibilidades do programa das Casas de Renda Económica, passaram a ser contempladas outras questões, como o papel da participação do arquiteto no ajuste da construção ao local e o debate das questões sociais presentes no desenho da casa. Esta nova postura na direção técnica das HE-FCP vai rejeitar o anterior projeto-tipo experimentado, dando-se início à contratação de diferentes arquitetos para desenvolverem projetos de habitação coletiva adequados a diferentes zonas do país. Nesta segunda fase das HE-FCP podem referir-se, entre outros, os projetos de Ramalde (MdH DB a22), no Porto, de Fernando Távora, em Matosinhos (MdH DB a25), de Alcino Soutinho, em Braga (MdH DB a43), de Teotónio Pereira, na Parede (MdH DB a88), de Ruy Athouguia, em Vila Nova de

Gaia (MdH DB a30), de João Andresen, ou, em Beja (MdH DB a40), de Jorge Albuquerque.

Passa-se também a explorar outras formas de trabalho, como a partilha de experiências de projeto coordenada pelas HE-FCP, através dos designados *elementos funcionais tipo* ou do *projeto ponto de partida*, abertos a diferentes conjugações formais e autorais, deixando assim campo, não só para o surgimento de uma arquitetura enformada pelo Movimento Moderno, mas também para a exploração de diferentes tipos de casas para diferentes modos de habitar. Em 1953, o Bairro da Soda Póvoa (MdH DB a96), na Póvoa de Santa Iria, com projeto de Nuno Teotónio Pereira, é um exemplo desta preocupação de adequação da resposta arquitetónica, pela introdução de elementos inovadores. Não só a nível formal, na articulação dos volumes edificados através da escada e no desenho do espaço doméstico, mas também no inquérito social realizado para o ajuste da casa e do seu desenho à necessidade e desejo dos seus habitantes. Este bairro, ao refletir no seu desenho estas preocupações, inova na conceção da habitação programada até aí realizada, abrindo espaço para uma reflexão mais alargada sobre as questões da modernidade, nomeadamente numa leitura *portuguesa*, como já assinala a fase seguinte das HE-FCP.

A partir de 1958, este serviço será dirigido por Braula Reis que seguindo o caminho já aberto vai, ao aprofundá-lo, apresentar novas formas de organização da ação das HE-FCP. Neste sentido serão criadas oito zonas de intervenção no território nacional, que suportam uma Rede de Arquitetos Regionais, e com a participação de Bartolomeu da Costa Cabral será criado o Gabinete de Estudos e Projetos que condensará a experiência projetual elaborada dentro de determinados parâmetros económicos, sendo estes dados partilhados por dezenas de equipas a projetar. Nesta terceira fase das HE-FCP, podemos observar esta experimentação espacial na série de bairros projetados por Nuno Teotónio Pereira, como o Bairro de Trancoso (MdH DB a75), em 1957,

com a colaboração de Duarte Nuno Simões, das Pedreiras (MdH DB a29), em Vila do Conde, em 1958, com Nuno Portas, de Santa Marta (MdH DB a42), em Barcelos, em 1958, ou do Caramulo (MdH DB a126), em 1959, com Nuno Portas.

A abertura da estrutura das HE-FCP assim encetada, com a participação de arquitetos como, por exemplo, Vítor Figueiredo, Alcino Soutinho, Justino Morais, Vasco Croft ou Bartolomeu Costa Cabral, vai permitir alargar o seu alcance, pela quantidade de habitações realizadas e pela dispersão territorial e social. Para isto será determinante a nova Lei 2092 de 1958, do Programa das Casas Construídas Através de Empréstimo, emanada da Presidência do Conselho de Ministros, que permitirá a concessão de empréstimos a privados, a associações e a organismos e empresas para compra, construção ou beneficiação de habitações. Para além da particularidade desta lei financiar diretamente a edificação de casas unifamiliares burguesas, que explica a importância dada pelo regime ao suporte de uma classe, ela irá também permitir o acesso à construção através de empréstimo de Empresas Contribuintes e, principalmente, das Casas do Povo. Neste último tópico será particularmente relevante a participação das HE-FCP e dos seus técnicos. Assim, diversos Bairros de Casas do Povo são edificados prosseguindo a exploração arquitetónica já referida, como, por exemplo, na Chamusca (MdH DB a152), em 1960, de Bartolomeu Costa Cabral e Vasco Croft, em Santo Estevão (MdH DB a151), Alcobaça (MdH DB a76) e Benavente (MdH DB a150), respetivamente em 1963, 1964 e 1965, de Vítor Figueiredo, ou em Torre de Dona Chama (MdH DB a132), em 1973, de Alcino Soutinho.

Nesta deriva pelos diferentes programas legislados pelo aparelho governamental, falta referir que em 1946, numa tentativa de controlar a especulação imobiliária, surge o Programa das Casas de Renda Limitada. Este programa articulado entre o MOPC e o Ministério das Finanças destina-se ao estabelecimento de rendas máximas em iniciativas privadas de construção de edifícios de habitação. Grandes

conjuntos habitacionais em Lisboa, como os edifícios na Avenida Infante Santo (MdH DB a546), em 1949, de Alberto Pessoa, Hernâni Gandra e Abel Manta, o Bairro das Estacas (MdH DB a548), em 1949, de Ruy d'Atouguia e Formosinho Sanchez, ou os edifícios na Avenida dos Estados Unidos da América (MdH DB a544), em 1954, de Manuel Laginha, Pedro Cid e João Barros, são exemplos deste programa.

## 5. Lisboa, Porto: a intervenção municipal



Fig. 4: Bairro de Chelas – Conjunto Habitacional Pantera Cor de Rosa, Gonçalo Byrne, António Reis Cabrita, 1972-80. Fonte: Angelillo, A. (Coord.) (1998). *Gonçalo Byrne: Obras e Projectos*. Lisboa: Blau.

Para completarmos esta perspetiva falta referir que a partir dos anos 50 os Planos Municipais de Lisboa e do Porto vão contemplar amplas ações no campo da habitação, recorrendo a distintas e simultâneas formas de financiamento estatal e municipal. Ou seja, estes

empreendimentos municipais vão usar o suporte legal disponível, recorrendo com os projetistas de cada área ou bairro a diferentes programas em processos mistos de financiamento, utilizando diferentes tipos de habitação, da casa unifamiliar ao bloco de habitação coletiva. Os projetistas, na grande maioria, conheciam estas disposições, como acontecia no caso de Lisboa em que alguns dos técnicos tinham uma dupla atividade: na Câmara Municipal de Lisboa e, por exemplo, como projetistas para as HE-FCP.

Em 1956, com a publicação do Decreto-Lei n.º 40.616, é instituído o Plano de Melhoramentos do Porto e em 1959, através do Decreto-Lei n.º 42.454, o Plano de Construção de Novas Habitações na Cidade de Lisboa, que vão permitir desenvolver e construir um conjunto significativo de bairros<sup>19</sup>, no quadro da luta contra a habitação sobrelotada e insalubre registada nas duas cidades, em particular a construção clandestina, as zonas densas dos cascos históricos, como foi o caso das “ilhas” no Porto, aspetos que não detalharemos.

Para a realização destes planos recorreu-se ao financiamento misto, municipal e estatal, enquadrando o Estado a sua parte no âmbito de alguns programas em curso. Assim, parece que entre os meios financeiros reunidos em Lisboa foi utilizado o Fundo das Casas Económicas e das Caixas de Previdência, e no Porto ter-se-á utilizado recursos do Programa das Casas para Alojamento de Famílias Pobres.

Este programa de 1945, na esfera das atividades da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, do MOPC, e que veio substituir o programa de 1938 das Casas Desmontáveis, pretendia responder à necessidade de habitação para famílias com poucos recursos –

---

<sup>19</sup> Em Lisboa, os bairros de Olivais Norte (MdH DB a186), Olivais Sul (MdH DB a193) e Chelas (MdH DB a194), e no Porto, os bairros da Pasteleira (MdH a196), do Bom Sucesso (MdH a691) e Carvalhido (MdH a693), entre outros.

não elegíveis para habitar em outros bairros – o que constituía uma opção evidente de segregação social que afastava as pessoas dos centros urbanos sobrelotados, conferindo-lhes a hipótese de serem realojados. A resposta arquitetónica basear-se-á em projetos tipificados, ou com pequenas variantes, de blocos em altura, e regime de “arrendamento a título precário” que se traduzia numa enorme instabilidade do agregado familiar que podia ser despejado sem qualquer compensação. Como exemplo destes bairros e da sua complexidade social, podem referir-se, em 1950, a Quinta do Jacinto (MdH DB a676), em Lisboa, com 180 fogos, ou, em 1968, a Corujeira (MdH DB a556), no Porto, de Rui Paixão, com 236 fogos.

O Programa das Casas para Alojamento de Famílias Pobres teve uma grande dispersão pelo país, onde se registam, para além da execução de projetos-tipo, casos extraordinários de conceções singulares, de grande qualidade e inovação arquitetónica, elaborados por equipas qualificadas. No Porto pode destacar-se o Bairro Rainha D. Leonor (fase 1) (MdH DB a195) (Lima, 2012; Portas, 1963), em 1952, de Luís de Almeida d’Eça, técnico já envolvido no planeamento urbano da zona da Pasteleira (Ramos, 2001) que, contudo, não integra o plano de Melhoramentos do Porto. Neste bairro, de grande ajuste às condições topográficas e paisagísticas do local, vão ser desenvolvidos edifícios de acesso vertical coletivo em simultâneo com outros em galeria. A qualidade do conjunto é notória, a par de outras operações singulares que decorrem neste programa, como o Bairro Marechal Carmona (MdH DB a557), em Cascais, em 1951, de Ruy d’Athougua, com 254 fogos, distribuídos por edifícios de baixa altura onde predominam as casas individuais agrupadas em banda e geminadas que privilegiam o acesso direto.

À porta dos anos 60, no momento de grandes alterações internas e internacionais, nomeadamente com os processos de descolonização e com o início da Guerra Colonial, no momento em que, em 1964, se prepara o Plano de Fomento (1965-1967) que pela primeira

vez dedica um tópico à questão habitacional, e que em Lisboa, em 1969, se realiza o importante colóquio internacional sobre Política de Habitação no LNEC, o regime abandona a construção ideológica da ruralidade como paisagem da nacionalidade, culminando na criação do Fundo de Fomento da Habitação, também em 1969, que coordenará toda a intervenção do Estado na habitação. Nesta circunstância, as condições de produção de habitação programada também se alteram, com significativos reflexos no concelho de Lisboa onde vivia cerca de 10% da população portuguesa<sup>20</sup>.

Neste momento as HE-FCP vivem uma profunda avaliação e reforma que lhes permitirá, para além da intervenção em contextos rurais e pequenas cidades, acompanhar as operações urbanas de grande dimensão, com o investimento dos fundos da previdência, como as que estavam a ser desenvolvidas com uma estrutura própria em Lisboa (Tavares, 2013).

É neste ambiente de mudança que se estabelecem as “bases estruturantes urbanas de Lisboa” (Heitor, 2004), com o Gabinete Técnico de Habitação (GTH) da CML, herdeiro do planeamento preparatório desenvolvido pelo Gabinete de Estudos de Urbanização (GEU, 1955-1958), nomeadamente com o arranque das grandes operações dos Olivais e Chelas. Os planos de urbanização iniciam-se em 1955 com o bairro dos Olivais Norte (MdH DB a186), seguindo-se em 1959 os Olivais Sul (MdH DB a193) e, posteriormente, em 1962, Chelas (MdH DB a194) que se mantém em construção até à década de 90.

Convém notar que, partindo de uma estrutura própria como já referido, estas grandes operações urbanas articularam no seu desenho e financiamento diversos programas, desde as Casas Económicas, com casas individuais em bandas modernas, às Casas de Renda Económica, com grande diversidade de tipos de edifícios

---

<sup>20</sup> A Pordata (<https://www.pordata.pt/>) estima a população residente portuguesa em 1960 em cerca de 8,8 milhões.

em altura, de habitação plurifamiliar, com outras edificações com financiamento direto, o que terá permitido articular um regime das rendas com 70% para habitação social e 30% de renda livre. Esta solução assenta numa premissa observada no início das operações nos Olivais Norte e Sul, com abertura aos ideais de uma cultura moderna do habitar que assegura edificações por tipos de habitação, com soluções arquitetónicas e urbanísticas diversificadas que procuravam uma mistura social e espacial, sobretudo no referente às relações de vizinhança (de edifícios de tipos diferentes) e aos espaços exteriores públicos. Esta preocupação e sua colocação em prática ficaram em parte a dever-se aos arquitetos e outros técnicos envolvidos que a projetaram, o que permitiu não só dar continuidade a experiências formais e tipológicas já encetadas, por exemplo com as HE-FCP, como alargá-las a soluções arquitetónicas de grande escala que oscilavam entre a proposta moderna, mais ortodoxa, e já a sua crítica.

Embora de grande dimensão, a experiência dos Olivais/Chelas, ainda antes da revolução de abril, procurou evitar a imagem da construção em massa, já presente noutras experiências internacionais, mas adversa ao regime. Contudo as três fases – Olivais Norte, Sul e Chelas –, de cariz abertamente moderno, apresentam diferenças que refletem as preocupações da época no planeamento urbano e desenho dos edifícios dos grandes conjuntos habitacionais. Assim, os Olivais Norte traduzem muito de perto os princípios emanados da Carta de Atenas, com separação de redes de circulação e separação funcional com uma certa atomização das atividades e com edifícios com sinais modernos, como os *pilotis* ou galerias para distribuição racional. Já os Olivais Sul surgem como reflexo da crítica, já sentida internacionalmente, contra uma certa ortodoxia moderna, o que se verifica na presença de valores como a continuidade das circulações, com ruas quase canónicas, na importância da unidade social do bairro com conjuntos de edifícios espacialmente interliga-

dos, na criação de um centro com edifícios mistos e equipamentos (construídos mais tarde), e mesmo numa linguagem já próxima das correntes brutalistas. O mesmo acontecerá com a última fase, onde a intervenção em Chelas reflete, na sua proposta urbana e arquitetónica, a experiência internacional contemporânea de Alison e Peter Smithson, com Golden Lane (1952) e Robin Hood Gardens (1962-1972), ou a proposta de Candilis, Josic e Woods para Toulouse Le Mirail (1961-1971), ou, ainda, a experiência italiana conduzida por Giancarlo de Carlo, Aymonino e Rossi, que aponta para uma outra experiência urbana e social em contraste com os Olivais. Esta via propõe em Chelas uma estrutura linear em oposição à rede alveolar, com infraestruturas e edifícios de grande comprimento e altura que formam um tecido complexo de “ruas superiores” e espaços abertos e fechados, públicos e privados. Se a mistura social foi a regra nos Olivais, após 1974, em Chelas, as categorias de edificação são abandonadas, pela pressão de construir rápido para suprir a necessidade de realojamento social, o que conduz a curto prazo à estigmatização e vandalização do bairro. Só recentemente se está a reverter essa situação, com a recuperação das infraestruturas, nomeadamente com o aumento da sua conectividade e criação de melhores acessos (por exemplo, com a abertura de uma estação de Metro), e com a recuperação dos equipamentos e melhoria da qualidade da construção dos edifícios de habitação.

## 6. Ponto de Situação

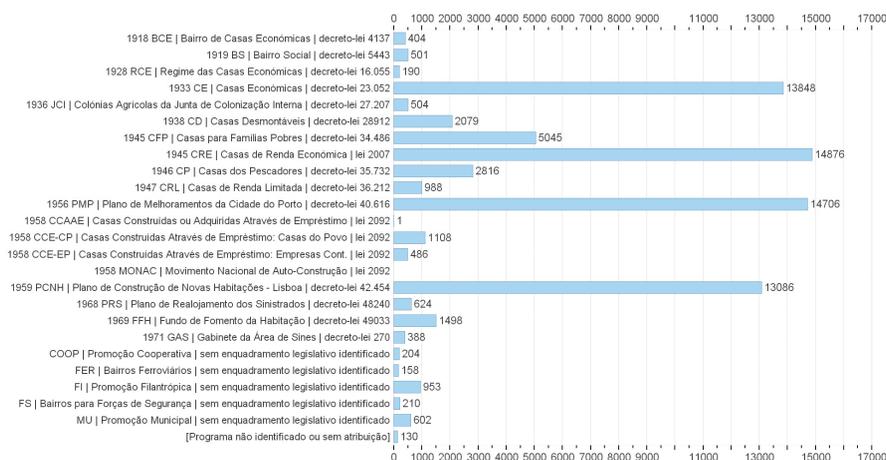


Fig. 5: Gráfico do n.º de fogos edificados por programa habitacional entre 1910-1974. Fonte: Projeto de Investigação Mapa da Habitação (MdH), 2018.

Esta leitura da intervenção do Estado na habitação entre 1910 e 1974 pretende, como foi dito, colocar novas perguntas, hipóteses e investigações. Transpondo para gráficos e mapas interpretativos a informação recolhida até ao momento na base de dados MdH, disponível para consulta online e em permanente atualização, lançamos algumas sugestões para debate.

Se a escala de intervenção pode ser entendida diminuta, ao longo do Estado Novo é notória a estabilidade do lançamento de iniciativas habitacionais com intervenção ou apoio públicos e crescendo consideravelmente em número de fogos após o período épico da propaganda do regime e após a Segunda Guerra Mundial, com notórias consequências na transição da construção tradicional para uma indústria de construção civil, refletindo-se também na criação de emprego. Embora os anos 60 assistam a uma aparente redução no investimento em habitação, esses são também os anos em que se lança a discussão das bases das políticas de habitação do pós-25 de

Abril – com a participação de Nuno Teotónio Pereira na redação, pela primeira vez, de um tópico sobre habitação no Plano Intercalar de Fomento, e com o Colóquio sobre Políticas de Habitação, no LNEC, e a criação do FFH. A passagem para um regime democrático pôs a nu as limitações da intervenção do Estado Novo na habitação, e em 1974 em 2,5 milhões de habitações 52% não possuíam abastecimento de água, 53% não possuíam eletricidade, 60% não possuíam rede de esgotos, 67% não possuíam instalações sanitárias; estimava-se a falta de 600.000 habitações (Ferreira, 1987).

A distribuição por programas revela as hesitações do regime quanto às prioridades a assumir, pondo em pé de igualdade, em termos de dimensão, intervenções de caráter distinto. Entre a leitura corporativa estatal das Casas Económicas, a intervenção, também de feição corporativa mas com maior independência, das Casas de Renda Económica, e a posição *misericordiosa* das Casas para Famílias Pobres, notam-se os avanços e recuos das elites políticas relativamente a quem deveria ser o foco das políticas habitacionais. Embora tenha surgido em força apenas no final da década de 50, a parceria estabelecida entre os dois maiores municípios do país e o Ministério das Obras Públicas originou intervenções intensas e de rápidos resultados, com o Plano de Melhoramentos do Porto e o Plano de Novas Construções da Cidade de Lisboa a atingirem, em poucos anos, a mesma dimensão de programas espalhados por várias décadas.

Ainda a propósito das hesitações do regime, propomos uma distribuição por tipos das intervenções do Estado ao longo do período de estudo do Mapa da Habitação, opondo a propriedade resolúvel focada na criação de classes de proprietários, às políticas de arrendamento e apoio à aquisição focadas em famílias com rendimentos acima da média, associadas de caixas de previdência ou com intenção de construir a própria casa, e às famílias de rendimentos mais baixos, dependentes do Estado para aceder a uma habitação com um mínimo de condições de habitabilidade.

A participação do Estado Novo na discussão e procura de soluções para o problema da habitação foi, como vimos, hesitante. Poderá até dizer-se que foi relativamente reduzida. Não se pode negar, no entanto, a carga política e a importância – tanto em termos de condição social como em termos de controlo social – atribuídas pela ditadura às questões habitacionais.

---

**Financiamento:** O projeto de investigação “Mapa de Habitação: Reflexão crítica sobre a arquitetura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal (1910-1974)” (MdH), acolhido na Universidade do Porto, Faculdade de Arquitetura (FAUP), Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo (CEAU), é financiado pela Fundação de Ciência e Tecnologia (FCT, Lisboa, Portugal) [2016-2019: PTDC/CPC-HAT/1688/2014]. A investigação de Sérgio Dias Silva é suportada pela FCT, com uma bolsa individual de doutoramento [SFRH/BD/114961/2016].

**Agradecimentos:** Os autores expressam a sua gratidão aos membros do projeto de investigação MdH, nomeadamente, Marta Rocha (FAUP, CEAU), Raquel Paulino (FAUP, CEAU), Teresa Cáliz (FAUP, CEAU), Maria Tavares (CEAU), Gisela Lameira (CEAU-FAUP, MdH Bolseira) e Luciana Rocha (CEAU-FAUP, MdH Bolseira); aos colaboradores Sara Martins (2016-2017), Luísa Ribeiro (2017-2018) e Silvano Rego (2016-2018); e a todas as instituições que, direta e indiretamente, colaboraram no acesso às suas fontes documentais.

## Referências bibliográficas

- Agarez, R. (2012). Arquitectura ‘Bread-and-butter’ no Sul de Portugal, 1925-1950. In *Livro de Resumos e Comunicações, IV Congresso de História de Arte Portuguesa em homenagem a José-Augusto França* (pp. 366-373). Lisboa: Associação Portuguesa de Historiadores da Arte.
- Agarez, R. (2016). *Algarve Building: Modernism, Regionalism and Architecture in the South of Portugal, 1925-1965*. Burlington, VT: Ashgate-Routledge.
- Almeida, P. (1970). Raul Lino, Arquitecto Moderno. In *Raul Lino: Exposição Retrospectiva da sua Obra* (pp. 115-188). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Antunes, G. (2017). *Políticas sociais de habitação (1820-2015): espaço e tempo no Concelho de Lisboa*, 3 vols. (Tese de Doutoramento em Geografia e Planeamento Territorial, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa). Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/28056>
- Coutinho, B. (2001). *Carlos Ramos (1897-1969): obra pensamento e acção – A procura de um compromisso entre modernismo e tradição* (Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Ferreira, A. (1987). *Por uma nova política de habitação*. Porto: Afrontamento.

- Ferreira, M. (1994). O Bairro social do Arco do Cego – uma aldeia dentro da cidade de Lisboa. *Análise Social*, XXIX (127), 697-709.
- Ferro, A. (2003 [1938]). Salazar princípio e fim. In *Entrevistas de António Ferro a Salazar*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, Livraria Editora.
- Galvão, A. (2003). *A Caminho da Modernidade: a travessia portuguesa, ou o caso da obra de Jorge Segurado como exemplo de complexidade e contradição (1920-1940)* (Tese de Doutoramento). Lisboa: Universidade Lusíada.
- Gonçalves, E. (2011). O Bairro do Monte Pedral e o alojamento operário em 1900. In R. J. G. Ramos (Coord.), *Leituras de Marques da Silva* (pp. 101-109). Porto: Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva.
- Gonçalves, E. (2015). *Bairros de Habitação Popular no Porto, 1899-1933: a prática de uma arquitectura económica, saudável e cómoda nas vésperas do moderno* (Tese de Doutoramento em Arquitectura). Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- Guerreiro, F. (2016). *Colónias Agrícolas Portuguesas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960: A casa, o assentamento, o território* (Tese de Doutoramento, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto). Disponível em <https://hdl.handle.net/10216/118803>
- Heitor, T. (2004). *Olivais e Cbelas: operações urbanísticas de grande escala*, aula 5c. (Dissertação de Mestrado em Engenharia de Concepção, História Económica, Tecnologia e Sociedade). Lisboa: Centro de Estudos em Inovação, Tecnologia e Políticas de Desenvolvimento do Instituto Superior Técnico. [documento digital].
- Leal, J. (2003). «Estrangeiros» em Portugal: a antropologia das comunidades rurais portuguesas nos anos 1960. *Ler História*, n.º 44, p. 155.
- Lima, A. (2012). *Habitação mínima e apropriação do espaço: o Bairro Rainha D. Leonor* (Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto). Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/80366>
- Lucena, M. (1971). *A evolução do sistema corporativo português* (vol. 1). Lisboa: Perspectivas & Realidades.
- Machado, F. (2009). “Meio século de investigação sociológica em Portugal: uma interpretação empiricamente ilustrada”. *Sociologia*, n.º 19, 283-343.
- Martins, S. (2016). *A disseminação do modelo da casa quadripartida na cidade industrial. O caso do Porto no primeiro terço do século XX* (Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto). Disponível em [https://sigarra.up.pt/fbaup/en/pub\\_geral.pub\\_view?pi\\_pub\\_base\\_id=169422](https://sigarra.up.pt/fbaup/en/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=169422)
- Mata, M. (2010). A política financeira. In F. Rosas & M. F. Rollo (Eds.), *História da Primeira República Portuguesa* (pp. 191-203). Lisboa: Tinta da China.
- Moniz, G. C. (2005). Arquitectos e Políticos. A arquitectura institucional em Portugal nos anos 30. *DC Papeles*, Barcelona, Departament de Composició Arquitectònica UPC, n.º 13-14, 68-79.
- Murteira, M. (1979). *Desenvolvimento, subdesenvolvimento e o modelo português*. Lisboa: Presença.
- Ó, R. (1999 [1993]). *Os anos de Ferro: o dispositivo cultural durante a «Política de Espírito» 1933-1949*. Lisboa: Estampa.

- Ribeiro, L. S. (2017). *Os bairros do Paternalismo Industrial. O caso do Vale do Ave (1900-1974)* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura da Faculdade do Porto). Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/109413>
- Noras, J. (2011). *Amílcar Pinto: um arquitecto português do século XX* (Dissertação de Mestrado em História da Arte, Património e Turismo Cultural, na área de especialização em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra). Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/18502>
- Patriarca, F. (1995). *A questão Social no salazarismo 1930-1947* (vol. 1). Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Pedrosa, P. (2010). *Habitar em Portugal nos anos 1960: ruptura e antecedentes: Um caminho pelo interior do discurso* (Tese de Doutoramento em Projects Arquitectònics, Universitat Politècnica de Catalunya). Disponível em <http://hdl.handle.net/10803/6823>
- Pereira, J. (1971). *Pensar Portugal hoje*. Lisboa: Dom Quixote.
- Pereira, M. (2005). A História e as Ciências Sociais. *Ler História*, n.º 49, 5-29.
- Pereira, R. (1994). Adérito Sedas Nunes: no final do século. *Análise Social*, XXIX (125-126), 5-8.
- Pinto, A. (1930). Um bairro operário em Ponte de Lima. *Arquitectura Portuguesa* (A), 2.ª Série, ano XXIII, n.º 5, 35-37.
- Portas, N. (1959). A responsabilidade de uma novíssima geração no Movimento Moderno em Portugal. *Arquitectura*, n.º 66, 13-14.
- Portas, N. (1963). *Inquérito-piloto sobre as Necessidades Familiares em Matéria de Construção*. Lisboa: LNEC.
- Ramos, R. (2001). Pasteleira. In J. Figueira, P. Providência & N. Grande (Orgs.), *Porto 1901-2001, Guia de arquitectura moderna*. Porto: Ordem dos Arquitectos SRN, Civilização.
- Ramos, R. J. (2015). *Modernidade Inquieta: Arquitectura e identidades em construção: desdobramento de um debate em português*. Porto: Afrontamento.
- Rosas, F. (1994). O Estado Novo (1926-1974). In J. Mattoso (Dir.), *História de Portugal* (vol. 7). Lisboa: Editorial Estampa.
- Silva, R. H. (1997). Bairro Social Arco do Cego. In A. Tostões, A. Becker & W. Wang (Eds.), *Portugal: Arquitectura do século XX* (pp. 162-163). München/New York/Frankfurt am Main/Lisboa: Prestel, DAM, PF97, CCB.
- Tavares, M. (2013). Leituras de um percurso na habitação em Portugal. As Habitações Económicas Federação das Caixas de Previdência. In *Habitação para o maior número: Portugal Anos de 1950-1980* (pp. 21-45). Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.
- Tavares, M. (2016). *«Habitações Económicas» Federação de Caixas de Previdência: arquitectura e modos de actuação no exercício do projecto* (Tese de Doutoramento em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto). Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/104131>
- Tiago, M. (1997). *O bairro social da Ajuda – Boa Hora: um projecto da República e uma realização do Estado Novo, 1918-1935* (Dissertação de Mestrado em História Social Contemporânea). Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

(Página deixada propositadamente em branco)

**DO CAIXOTE À CAIXA: FILIAIS E AGÊNCIAS  
DO BANCO DO ESTADO (1929-1970)**

*Joana Brites*

Universidade de Coimbra,

Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, Faculdade de Letras

ORCID: 0000-0001-9857-1722

**Resumo:** Este texto analisa o processo de construção de instalações – filiais (situadas nas capitais de distrito) e agências (localizadas nas sedes de concelho) – para a Caixa Geral de Depósitos (CGD) entre 1929 e 1970. Primeiramente, a partir da caracterização sintética do papel da instituição no salazarismo, apresenta-se o retrato global do processo de transferência das suas dependências para edifícios concebidos de raiz. Em seguida, decompõem-se as instâncias e os mecanismos de decisão no âmbito da arquitetura da instituição, destrinchando os dois modelos de encomenda e avaliação de projetos: o primeiro, mais simples e interno, vigorou até 1942 e teve como entidade fundamental a CGDCP; o segundo, mobilizando um maior aparato de técnicos, foi conduzido até 1970 pela Comissão Administrativa das Obras da CGDCP, criada pelo MOPC. Em terceiro lugar, explica-se o programa base de uma instalação da CGDCP, diferenciando as várias funções e respetivas consequências ao nível gestão do espaço, dos acessos e da implantação dos imóveis. Finalmente, examina-se, de forma crítica e contextualizada, a evolução das opções estéticas assumidas nesta tipologia. Conclui-se com uma reflexão sobre as diferenças entre este património e a filosofia arquitetónica que a CGD adotou a partir da uniformização das suas agências, na década de 1990.

**Palavras-chave:** Caixa Geral de Depósitos, Estado Novo, arquitetura, modernismo, obras públicas

FROM CRATE TO CAIXA (=BOX): SUBSIDIARIES AND  
BRANCHES OF THE STATE BANK (1929-1970)

**Abstract:** This text analyses the process of building facilities – subsidiaries (situated in district capitals) and branches (located in municipalities) – for Caixa Geral de Depósitos (CGD) between 1929 and 1970. First, starting with a brief description of the role of the institution during Salazar’s regime, the article presents an overall portrait of the transference process of its branches into newly designed buildings. Subsequently, the instances and decision mechanisms in the context of the institution’s architecture are deconstructed, distinguishing between two models of project commission and evaluation: the first, simpler and internal, lasted until 1942 with the CGDCP as its essential entity; the second, mobilising a greater apparatus of technicians, was led by the Administrative Committee of the CGDCP Works (created by the MOPC) until 1970. Thirdly, the text describes the foundation programme of a CGDCP installation, differentiating functions and their consequences regarding space management, accesses, and establishment of the property. Finally, in a critical and contextualised way, the article examines the evolution of the aesthetic options adopted in this typology. The text concludes with a reflection about the differences between this patrimony and the architectural philosophy that the CGD adopted since the standardisation of its branches in the 1990s.

**Keywords:** Caixa Geral de Depósitos, Estado Novo, architecture, modernism, public works

## **1. Caixa Geral de Depósitos, arquitetura e Estado Novo: retrato global da campanha de construção de instalações de raiz para o banco do Estado**

O presente capítulo<sup>1</sup> analisa o processo de construção de instalações – filiais (edifícios situados nas capitais de distrito) e agências (localizadas nas sedes de concelho) – para a Caixa Geral de Depósitos (CGD) entre 1929 e 1970. Os limites cronológicos adotados correspondem a dois momentos marcantes na história institucional da CGD. Embora o plebiscito e a consequente publicação da Constituição que formalizou o Estado Novo tenham ocorrido apenas em 1933, o percurso em destaque neste texto inicia-se em 1929. Com efeito, data desse ano a reforma estrutural operada pelo Ministério das Finanças na orgânica da instituição, a partir dessa altura designada como Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência (CGDCP).

Fundada em 1876, a CGD foi sendo alvo de sucessivas reformas legislativas que ampliaram o alcance da sua intervenção (Lains, 2002). Tal evolução deu-se, em grande parte, devido à absorção de funções pertencentes a outros organismos, nomeadamente à Junta do Crédito Público – pouco a pouco esvaziada de competências – e ao Banco de Portugal, de cuja fisionomia, ao avançar-se em direção ao modelo de banco central, se foram eliminando as atribuições meramente comerciais. A gradual transformação da Caixa no banco do Estado – organismo central para a guarda de capitais que provinham do próprio Estado ou que eram geridos por entidades dele dependentes – consagra-se nas vésperas da Primeira República. Estreita-se, na mesma época, a relação com o Governo, responsável por nomear o administrador-geral da instituição. A partir da década de 1920, o crédito ao investimento ganha expressão na atuação do estabelecimento, o que contribuiria

---

<sup>1</sup> Este texto sintetiza uma parte significativa da tese de doutoramento defendida pela autora na Universidade de Coimbra em 2012 e que deu origem aos seguintes livros: Brites (2014a) e Brites (2014b).

para o converter num instrumento de política económica do Estado. Esta valência conheceria o seu apogeu nas décadas salazaristas (Lains, 2008). Reunindo os serviços de crédito e previdência pertencentes ao Estado e desenvolvendo a sua vocação de banco de fomento económico, a Caixa constituiu, a partir de 1929, uma peça-chave do dirigismo estatal da atividade económica, pedra angular da propagandeada “regeneração nacional” (Salazar, 1930). Por sua vez, o limite jusante deste artigo – o ano de 1970 – assinala a promulgação do último diploma legal que deu corpo ao processo de modernização institucional da Caixa iniciado em 1969, o qual consagrou a sua transformação em empresa pública. Saliente-se, ainda, que em 1970 se extingue a Comissão Administrativa das Obras da CGDCP, criada em 1942 pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações para administrar e fiscalizar a construção dos edifícios da CGD (Decreto-Lei n.º 32337, 1942, 23 de outubro).

O período em análise corresponde, assim, à “era” salazarista. De facto, foi com o advento da “ordem nova” que se desenvolveu, sem hesitações, o processo de transferência das dependências da Caixa para instalações edificadas de raiz para o efeito. À exceção da filial do Porto, cujo projeto remonta a 1924 (Monteiro, 1924), as restantes encontravam-se até então instaladas em imóveis adaptados, quer comprados ou arrendados às autoridades locais ou a particulares, quer cedidos, gratuita e temporariamente, pelos municípios.

Entre 1929 e 1970, projetaram-se 21 filiais e 61 agências novas para a CGDCP, distribuídas por Portugal continental e ilhas adjacentes. Trata-se de um dos mais vastos programas construtivos metropolitanos dinamizados até ao fim do Estado Novo. Aos 82 edifícios construídos de raiz (filiais e agências), somam-se 29 remodelações de vulto, justificando projetos e orçamentos significativos. Estas destinavam-se ou a ampliar e “beneficiar” imóveis riscados anos antes para a instituição, ou a promover a adaptação à função de filial ou de agência de prédios já existentes, adquiridos pela Caixa.

A existência de um edifício da CGDCP, erguido de raiz no centro de uma vila ou cidade, em geral junto de outros serviços públicos (Câmara Municipal, Tribunal ou CTT), interpretava-se como presença do Estado Novo e ato de valorização económica e estética do município em causa. A construção das dependências desta instituição – em número muito significativo para a escala do país, quer comparando com outras entidades bancárias nacionais, quer estrangeiras – arranca, sem hesitações, no período entre os dois conflitos mundiais, momento de retração de edificações no sector financeiro (Booker, 1990; Pinchon, Bonin, Leconte & Sorel, 1992; Belfoure, 2005). Assim sucedeu porque a CGDCP deteve a particular circunstância de copatrocinar a campanha de obras públicas do regime e de, simultaneamente, ser alvo desse mesmo ímpeto modernizador, apostado em apetrechar o país de infraestruturas e equipamentos vitais. Assim, estimulou e refletiu, a um só tempo, o impulso regenerador do regime.

O retrato global do processo de difusão territorial da Caixa, tutelado, de forma direta, pelo Ministério das Obras Públicas (e Comunicações)<sup>2</sup> entre 1942 e 1970, foi planeado, fiscalizado, avaliado e conduzido, em larga escala, por engenheiros. Ele constitui um exemplo acabado da natureza moderna do Estado Novo, representada por aqueles que Fernando Rosas reuniu sob a designação de “direita das realizações” (Rosas, 2000, p. 39). Esta elite tecnocrática, embora não se revisse na faceta tradicionalista e conservadora do regime, estava convicta da indispensabilidade de um Estado forte, capaz de intervir na e de arbitrar a vida económica, de liderar o processo de modernização do país.

---

<sup>2</sup> Criado em julho de 1932, o Ministério das Obras Públicas e Comunicações passa a designar-se apenas Ministério das Obras Públicas (MOP) a partir de dezembro de 1946. Cf. *Primeiro Centenário do Ministério das Obras Públicas* (1952).

## 2. Esferas e mecanismos de decisão no âmbito da arquitetura

A intervenção do Estado Novo no âmbito da arquitetura pública realizou-se a dois níveis. Por um lado, assumiu uma feição técnica, quer de estudo dos projetos, quer da sua orientação e aprovação superior. Por outro, prendeu-se com a comparticipação financeira do Estado. Deste modo, embora se verifique a envolvimento menor de outras pastas ministeriais, a legislação com impacto no campo da arquitetura pública foi, no essencial, emanada por dois Ministérios – o das Obras Públicas e Comunicações e o das Finanças.

Dos diplomas produzidos entre 1926 e 1933 ressalta um esforço de concentração de competências e de especialização funcional e técnica. Estabeleceram-se nestes anos os alicerces do que viria a constituir um sistema coerente e eficaz, capaz de potenciar, pese embora a heterogeneidade das linguagens estéticas perfilhadas durante o salazarismo, uma identidade arquitetónica para o regime. A formalização do Estado Novo em 1933 trouxe um acréscimo de regulamentação que complexificou a avaliação do projeto de um edifício público, reduzindo a «margem de erro». Assim, garantiu-se uma maior previsibilidade do resultado final e uma melhor inserção da arquitetura na política cultural que o regime foi burilando e adaptando às circunstâncias internas e externas (Brites, 2014a).

Durante o período em análise, a arquitetura da CGDCP esteve sujeita a dois modelos diferentes ao nível dos procedimentos de encomenda, avaliação e decisão. O primeiro, menos complexo e mais interno, vigorou até 1942 e teve como entidade fundamental a CGDCP. Mobilizando um conjunto relativamente reduzido de técnicos internos, a instituição monitorizava o estado de conservação dos diversos imóveis afetos a filiais ou agências. A fixação do programa de uma dependência – a definição dos compartimentos necessários, respetiva área e disposição no espaço – resultava do esforço conjunto dos chefes dos serviços da CGDCP implicados. Por sua vez, cabia ao Conselho de Administração

escolher ou validar tanto as opções arquitetônicas como os arquitetos autores, independentemente de estes pertencerem ou não à Secção de Obras e Edifícios da instituição (“Nomeação”, 1929), criada em 1922 (Decreto n.º 8162, 1922, 29 de maio).

A relação do Conselho de Administração da Caixa com os arquitetos internos e externos que responsabilizou pelo projeto das suas agências e filiais pautou-se por dois critérios fundamentais: economia de custos e cumprimento dos prazos estipulados. Além disso, independentemente de se tratar de um autor mais ou menos consagrado, o Conselho nunca tolerou sobrançeria nem abdicou da postura de encomendante. Fixado o que pretendia, esperava ver satisfeitos os seus desejos. Portanto, nesta fase, é a Caixa a definir a sua arquitetura. A quantidade e complexidade ainda diminuta da atividade arquitetónica da Caixa permitia que a sua gestão obedecesse a uma política de “caso a caso”, sem diretrizes unívocas ou regras inamovíveis, acionada, regra geral, apenas em situações *in extremis*: quando se acumulavam durante anos a fio (não raras vezes décadas) os pedidos camarários no sentido de serem desocupadas as instalações que haviam cedido gratuitamente à Caixa; numa altura em que o estado das dependências era já alvo da troca pública, envergonhava a instituição face à concorrência ou ameaçava a segurança dos trabalhadores (Brites, 2014b).

O único universo com que, até 1942, a Caixa tinha de lidar de forma sistemática era o das Câmaras Municipais, às quais eram submetidos para apreciação os projetos. Embora lhes coubesse, apenas, verificar a concordância com o plano de urbanização (Decreto n.º 14268, 1927, 13 de setembro; Despacho, 1940, 2 de novembro; Decreto-Lei n.º 38382, 1951, 7 de agosto), os municípios procuravam, na generalidade dos casos, imiscuir-se, também, na definição dos alçados. O universo camarário não deve, portanto, ser subestimado. A análise de 111 equipamentos para a Caixa construídos e/ou remodelados entre 1929 e 1970 permite observar níveis de interferência municipal muito distintos, desde uma concordância quase passiva até à resistência

organizada com capacidade de efetivamente condicionar os projetos. O grau de ingerência dependeu, regra geral, do próprio poder efetivo ou simbólico de cada localidade e da capacidade de mobilizar a imprensa local (Brites, 2014b).

Este modelo de gestão do fenómeno arquitetónico altera-se substancialmente com a criação da Comissão Administrativa das Obras da CGDCP em outubro de 1942<sup>3</sup> e a conseqüente deslocação de parte do orçamento do Estado para a construção dos edifícios da Caixa. O processo complexifica-se e torna-se mais burocrático (Decreto n.º 19881, 1931, 12 de junho; Decreto-Lei n.º 36353, 1947, 17 de junho; Decreto-Lei n.º 55/70, 1970, 13 de fevereiro). A Comissão Administrativa das obras da CGDCP inseria-se dentro do quadro da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), ela própria formada por outras Comissões, nomeadamente, no seu cume, a Comissão de Revisão, pela qual os projetos dos edifícios tinham de passar. A DGEMN inscrevia-se, por seu turno, na orgânica do Ministério das Obras Públicas (e Comunicações), constituído por outras esferas de atuação, nomeadamente a Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, com a qual a Comissão de Obras tinha de lidar para se decidir a localização e implantação dos edifícios (“Situação das obras”, s.d.). O próprio MOP tinha no seu topo uma elite técnica – o Conselho Superior de Obras Públicas – ao qual, por vontade do respetivo ministro, se submetiam os projetos dos imóveis destinados à Caixa. A Comissão de Obras tinha ainda de lidar com o Ministério da Educação Nacional, cujo parecer era necessário no caso de os edifícios se inscreverem em zonas de proteção de monumentos nacionais ou imóveis de interesse público (Decreto n.º

---

<sup>3</sup> Pela portaria de 24 de novembro de 1942, o ministro Duarte Pacheco nomeou os membros da CAOCGDCP: o engenheiro José Espregueira Mendes, o arquiteto António Maria Veloso Reis Camelo e o administrador da CGDCP (e por ela indicado) António Simões de Castro Pina (Portaria, 1942, 28 de novembro). O regulamento desta Comissão foi publicado em abril de 1943 (Regulamento, 1943, 14 de abril).

20985, 1932, 7 de março; Decreto n.º 38888, 1952, 29 de agosto). A fechar o conjunto, a minuta do contrato de empreitada tinha ainda de ser visada pelo Tribunal de Contas, depois de aprovada em Conselho de Ministros, entenda-se pelo presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar (Decreto n.º 27563, 1937, 13 de março).

Perante o exposto, compreende-se que uma proposta arquitetónica “desalinhada” dificilmente sobreviveria à extensa e poliédrica triagem montada. Independentemente do *input* (um arquiteto com uma mundividência e preferências específicas), o regime detinha a capacidade de normalizar – no grau desejado e com a margem de tolerância permitida pelas esferas de decisão envolvidas – o *output*. Com isto não se pretende defender que o Estado Novo impôs de forma unívoca e unilateral receitas estéticas concebidas *a priori*. Tendo mais claro o que recusava do que aquilo que almejava (expresso, por norma, em fórmulas vagas), o regime tirou partido da cadeia de avaliação e burilamento dos projetos.

A apreciação dos projetos das agências e filiais da CGDCP pela Comissão de Revisão da DGEMN e pelo Conselho Superior de Obras Públicas é dominada por uma lógica de compromisso. Não se recusa de imediato um projeto, mas propõe-se, sim, a sua remodelação orientada. Quando um parecer contempla um reparo ou “sugestão” de melhoria – regra geral, a exigência da “adaptação ao local” ou a ênfase na indispensabilidade de conferir ao edifício a “nobreza” e/ou a “dignidade” correspondentes à sua função pública –, raramente tais pronunciamentos correspondem a prescrições concretas. Constituem, sim, fórmulas vagas, cujo significado, nunca definido, oscilou ao longo do tempo. O sincretismo ou “hegemonia plural” (Stone, 1997, p. 206) daqui resultante não deve ser interpretado como incongruente ou corolário da ausência de uma política cultural própria. Ele assenta numa lógica consciente de inclusão, passível de identificar, não só, mas também, em outros regimes fascistas e para-fascistas (Lane, 1968; Hernández, 1995; Affron & Antliff, 1997; Adamson, 2001).

A relação do Estado Novo com os arquitetos ilustra, igualmente, o hibridismo e a polivalência do regime. A escala diminuta da classe, a par de laços de parentesco, de amizade ou de admiração que aproximavam os arquitetos de personalidades pertencentes aos quadros médios e superiores do regime com capacidade de decisão e/ou influência, contribuíram, de forma decisiva, para justificar a “cautela” com que se lidou com estes profissionais e a margem de manobra que se permitiu a alguns oposicionistas. A atividade da Comissão Administrativa em análise neste capítulo ilustra a cooptação consciente de arquitetos que o regime considerava dissidentes ou mesmo desafetos politicamente<sup>4</sup>.

### **3. O programa das instalações da CGDCP**

Entre 1929 e o final da década de 1960 verifica-se a existência de um programa-base, tanto para as filiais como para as agências da CGDCP, pesem embora as eventuais adaptações às características do meio e do terreno para o qual se projetava o imóvel. Trata-se, aliás, de uma só tipologia: expressa com todas as valências nas capitais de distrito e reduzida às dimensões vitais no caso das sedes de concelho.

A análise do paradigma de organização espacial, omnipresente nas dependências da CGDCP durante quarenta anos, deve iniciar-se pelo rés do chão. Aqui localizavam-se, invariavelmente, as dependências da Caixa Económica Portuguesa, secção encarregada de receber os depósitos voluntários e de os restituir depois de acrescentados os seus juros. Este serviço pressupunha, no mínimo, as seguintes divisões: uma sala para o expediente e a tesouraria (designada “sala do público”) (Fig. 1), com a parte destinada ao público separada por um balcão, o qual deveria ter um desenvolvimento suficiente para comportar a(s)

---

<sup>4</sup> No universo dos arquitetos que projetaram para a CGDCP, destacam-se, a título de exemplo, os seguintes: Cândido Palma Teixeira de Melo, Fernando Silva, Francisco Conceição e Silva, João Simões, Manuel Arroio Barreira, Jorge Ferreira Chaves (Brites, 2014a).

cabine(s) do(s) tesoureiro(s); uma “repartição” ou “sala de trabalho” (interna, sem contacto com o público); um gabinete para o gerente da filial; sanitários e vestiários para os trabalhadores (“Programa”, s.d.). Um arquivo e uma casa-forte com duas câmaras – a interior, com porta de duplo claviculário (uma chave em poder do gerente e outra em poder do tesoureiro), destinada ao depósito de valores; a exterior, de claviculário simples (uma só chave, em poder do gerente), afeta à guarda dos livros de registo (“Programa”, 1939; “Filial da Caixa”, s.d.) – completavam o quadro de compartimentos essenciais, podendo, de acordo com as características do solo, instalar-se na cave. No caso de as áreas o permitirem e a necessidade o aconselhar, previa-se, ainda, uma zona de cofres de aluguer, um gabinete para inspetores, contíguo ao do gerente, e uma “sala de reserva”.



Fig. 1: Sala do público da agência da Figueira da Foz (edifício com projeto concluído em 1943; inaugurado em 1948), evidenciando-se a cabine envidraçada do tesoureiro junto ao balcão. Livro com imagens de agências da CGDCP. Acervo Fotográfico – instalações da DNI – Direção de Negócio Imobiliário (edifício sede da CGD). Sem cota.

Os serviços da Junta Médica, incluídos no âmbito da Caixa Geral de Aposentações, conquanto não presentes em todas as instalações da CGDCP, detinham uma incidência suficiente para justificar a sua explicitação neste texto. Vocacionados para a observação de funcionários públicos para efeitos de reforma, situavam-se no rés do chão ou no primeiro andar, tendencialmente em local acessível e sem necessidade de subida de escadas. Repartiam-se por uma sala para as inspeções médicas, um WC e lavabo privativo dos médicos, uma sala de espera e, em ligação com esta, vestiários e sanitários onde os inspecionados se preparavam para o exame (“Comissão Administrativa”, 1951; Távora, 1969). Para a acomodação dos inspetores periodicamente recebidos – quer os incumbidos das inspeções médicas, quer os responsáveis pelas inspeções bancárias (“Ministério das Obras Públicas”, 1952) – planeavam-se, quando a área de construção o permitia e a necessidade o justificava, dois quartos e respetiva casa de banho.

Por sua vez, a Casa de Crédito Popular, responsável pelo serviço de empréstimos sobre penhores, concentrava as suas atividades, regra geral, no primeiro andar. Dotada, também, de um acesso privativo, tinha uma área de grandes dimensões – o recinto de expediente e leilões – dividida por um balcão que demarcava a parte dos funcionários do espaço do público. Neste último incluíam-se cabines individuais para serviço de empréstimos – denominadas “cabines para envergonhados” –, situadas de forma perpendicular ao balcão e “colocadas de modo que o seu acesso se faça directamente do patim da escada que serve estes serviços e permitindo o isolamento de vistas para que[m] as ocupa” (“Filial da Caixa”, 1957). As restantes divisões da Casa de Crédito Popular incluíam: uma casa-forte provida de uma só câmara, para a arrecadação dos objetos e valores empenhados; sanitários e vestiários para os trabalhadores e, a terminar, um armazém destinado a objetos penhorados (roupas, máquinas de escrever, costura, etc.) com comunicação com a zona dos funcionários e público, através duma pequena antecâmara ou

sala de empacotamento. Finalmente, o último pavimento da agência ou filial era sistematicamente reservado para a habitação do gerente, sujeita a renda.

A partir desta caracterização sumária do programa das instalações da CGDCP, importa sublinhar três consequências ao nível do projeto. Em primeiro lugar, os serviços públicos compreendidos numa dependência da Caixa implicavam, pela necessidade de manusear dinheiro e outros bens materiais, uma rigorosa organização espacial interior, coadjuvada por um mobiliário específico, que resistiu até à década de 1970 ao *design* industrial (Brites, 2015). A hierarquia entre funcionários e a relação entre estes e o público manifestava-se na codificação de movimentos e acessos, baseada em critérios de segurança e agendas de supervisão. Por sua vez, garantia-se espacialmente a expressão dos diferentes níveis de autoridade, com destaque para a posição do gabinete do gerente e para a elevação, em 15 cm, do piso dos funcionários em relação ao do público. Em segundo lugar, a necessidade de gerir públicos diferenciados do ponto de vista socioeconómico, que se deslocavam ao imóvel com diferentes objetivos (depósitos ou empréstimos sobre penhores), distintos nos graus de discricção que lhes estavam associados, tornou o gaveto uma posição preferencial e muito frequente para os edifícios da CGDCP. A capacidade de dispor de, pelo menos, dois acessos separados, em ruas com níveis de movimento e visibilidade díspares constituía, pois, uma solução programática procurada de forma sistemática. Finalmente, tanto as agências como as filiais concentravam, no mesmo imóvel, uma dimensão pública e outra privada. A gestão de ambas implicava a criação de entradas diferentes (beneficiando, também para este propósito, da localização num gaveto) e uma opção clara em termos da perceção de tais funções nos alçados. Até aos anos sessenta, o carácter público sobrepôs-se invariavelmente ao privado, pelo que a residência do gerente se submetia, no exterior, à opção estética do conjunto, minorando o seu impacto e visibilidade.

#### 4. Opções estéticas: caracterização e evolução

Entre 1929 e 1936, as agências e filiais projetadas de raiz para a CGDCP caracterizaram-se por uma experimentação formal, inscrita, geralmente de modo compósito, no classicismo depurado, na *art déco* ou no Estilo Internacional (Fig. 2). Tais opções estéticas colocaram a Caixa numa posição minoritária no âmbito daquilo que, à época e em termos internacionais, era ainda a matriz da arquitetura bancária, por norma conservadora (Booker, 1990; Pinchon et al., 1992; Patao, 1998). O impacto da adoção desta linguagem deve ser ponderado também à luz do que era o contexto português. Um edifício público moderno, de volumes despojados, construído com recurso a betão armado e projetado por um arquiteto para o coração cívico de uma vila ou cidade constituía e destacava-se como inovação. Entre a incompreensão e o aplauso da novidade, entre o choque da diferença e o ar de atualidade, entre a sensação de perda do “pitoresco” local e a curiosidade pela coisa estranha e “na moda”, a sua construção era interpretada como sinal inequívoco de modernização. Despertava, portanto, quer atitudes de adesão, quer de repúdio, expectáveis num país periférico, onde as estruturas socioeconómicas do mundo rural tradicional resistiam e a taxa de urbanização era fraquíssima (Salgueiro, 1992), onde a população permanecia na sua maioria analfabeta (na ordem dos 44% ainda em 1950) (Nóvoa, 1999) e a percentagem de ativos agrícolas se mantinha claramente dominante (e assim continuou até à década de 1950) (Rosas, 1994).



Fig. 2: Agência de Oliveira de Azeméis, projetada por António Maria Veloso Reis Camelo na década de 1930 (posteriormente demolido). Livro com imagens de agências da CGDCP. Acervo Fotográfico – instalações da DNI – Direção de Negócio Imobiliário (edifício sede da CGD). Sem cota.

Este modernismo, na sua versão “fabril” ou “monumental” – independentemente de constituir ou não uma absorção superficial dos modelos franceses e alemães –, só foi possível de conceber e de concretizar com o enquadramento do Estado. Fora da sua órbita – imagine-se um indivíduo particular ou uma câmara municipal perante o desafio de erigir um edifício bancário –, dificilmente o resultado teria sido o mesmo. Basta verificar o quão mais conservadoras são as agências do Banco de Portugal, então uma sociedade por ações de natureza privada. A aposta na linguagem racionalista, por vezes mesclada com a *art déco* e com o monumentalismo tão apetecido na Europa entre guerras, inscrita num plano de construções guiado por critérios de eficácia, higiene e economia só poderia, nesta altura, ter

sido o fruto do trabalho de uma secção especializada pertencente a uma entidade do Estado.

A partir de meados dos anos trinta e no decurso da década de 1940, a arquitetura da CGDCP espelha os mesmos desafios e abordagens passíveis de identificar na globalidade da arquitetura portuguesa da época. A procura de uma arquitetura moderna e nacional conduziu a tentativas de atualizar, sobretudo através da estilização, elementos das tradições construtivas nacionais e locais (com maior ou menor reinterpretação e invenção), e de os integrar, mais por via da justaposição do que da síntese, em volumes concebidos racionalmente, a partir de programas crescentemente tipificados (Fig. 3). Esta demanda de uma linguagem contemporânea e portuguesa radicalizou, em pleno século XX, a agenda de nacionalização do campo artístico que caracterizou o século XIX. Assim, prolongou, amparada por um método de ensino da arquitetura que permaneceu em grande medida ancorado no *modus operandi* eclético até à década de 1950, uma atitude sincrética de conciliação e compromisso, bem como um entendimento da fachada do edifício como invólucro não necessariamente definido a partir do interior. A busca de uma arquitetura moderna e nacional, longe de constituir um traço particular do caso português ou de regimes ditatoriais, é passível de verificar em outras realidades políticas distintas (liberais conservadoras, demoliberais e democráticas). Ela ilustra os próprios dilemas e interrogações que o desenvolvimento da arquitetura na época contemporânea registou.



Fig. 3: Filial da Guarda, projetada por Luís Cristino da Silva em 1939-1940 e inaugurada em 1942. Foto avulsa. Arrumo de documentação (piso -4) sob a responsabilidade da DNI – Direção de Negócio Imobiliário (edifício sede da CGD). Sem cota.

Em interação com as escolhas estilísticas subscritas para os edifícios pensados de raiz, importa abordar o importante processo de “remodelação” de que foram alvo as agências e filiais projetadas até 1936 (Brites, 2014a). Entre os imóveis desenhados e construídos sob a influência formal do Movimento Moderno até este ano (um total de dez), sete registaram, até ao final da década de 1940, transformações de sentido regionalista e/ou historicista, ou foram abandonados em prol da edificação de um novo edifício no mesmo ou noutra terreno. Esta “purga”, iniciada pela mão da CGDCP e dilatada sob a alçada da CAOCGDCP, erradicou os traços de internacionalismo arquitetónico. Atingiu, de forma completa, os alçados principais, deixando, por vezes, resquícios da imagética do Movimento Moderno nas frentes laterais e/ou traseiras. O resultado oferece-nos um conjunto condizente com os códigos historicistas e/ou regionalistas adotados nos imóveis pensados de raiz desde 1936.

As debilidades técnicas, decorrentes duma experiência recente e ainda não consolidada, foram reais e serviram, frequentemente, como mote da crítica à imagética do Movimento Moderno. Humidade, infiltrações, sobreaquecimento no Verão e sobrearrefecimento no Inverno deram corpo às fragilidades alegadas para condenar os terraços de betão armado ou as extensas superfícies envidraçadas, julgando-as inadequadas ao clima português. No âmbito das filiais e agências da CGDCP, estes argumentos, associados, por vezes, à deficiente compartimentação interior ou à necessidade de ampliação, pretenderam justificar as reformas levadas a cabo. Estas começavam por cobrir os edifícios com telhados e acabavam por transfigurar as fachadas.

Se, à primeira vista, pode parecer difícil determinar até que ponto as debilidades técnicas constituíram a razão de ser ou o pretexto das transformações estéticas, a documentação encarrega-se de nos encaminhar para a segunda hipótese ou, pelo menos, para um claro compromisso de intenções. Tanto a deterioração dos edifícios como a progressiva incapacidade de responderem ao crescente movimento

de público eram autênticas. Contudo, o modo como estes problemas se solucionaram e a profundidade das “remodelações” operadas obedeceram a critérios do foro ideológico e cultural.

Num contexto em que a arquitetura da CGDCP parece refletir, a partir de 1936, a perceção do carácter ultrapassado e desajustado de um formulário arquitetónico moderno de pendor internacionalista, importa esclarecer que a sua depreciação não nasce neste ano, nem nos habitualmente apontados pela historiografia como marcos de viragem (1938, com o projeto da Praça do Areeiro; ou 1940, com a *Exposição do Mundo Português*) (e.g. França, 1974; Pereira & Fernandes, 1982; Portas, 1982; Fernandez, 1988; Fernandes, 1989; Tostões, 1997). Para a sociedade civil em geral e para os críticos de arte e arquitetos em particular, os conceitos de “moderno” e “portuguesismo” oscilaram e frequente ensaiaram-se em conjunto, pelo que uma definitiva assunção ou um irrevogável abandono nunca se verificaram. Aliás, este sincretismo acompanha, desde a génese, a edificação das instalações da CGDCP. A título de exemplo, refira-se que em 1932, ano em que concebeu a filial de Santarém em moldes próximos do Estilo Internacional, o arquiteto Raul Martins finalizou também o projeto da de Bragança, no qual optara por um vocabulário barroco estilizado com vista a integrar harmoniosamente o edifício no contexto urbano local (Martins, 1931). A evolução das formas, o progresso técnico era, reconhecia-se, inevitável. Congelá-lo nunca foi uma ambição sustentada oficialmente. Desejava-se, sim, o melhor dos dois mundos: uma arquitetura atual que não deixasse de revelar um cunho português. Poder-se-á discutir o carácter acrítico ou superficial com que se praticou esta linha de pesquisa, mas não restam dúvidas de que constituiu, para críticos, arquitetos e regime, um itinerário alternativo de modernidade.

Nos anos 50 assiste-se a um fenómeno de estabilização de um modelo de edifício que, com poucas variantes e independentemente da autoria, veremos repetido do norte ao sul do país. Trata-se de uma construção de enorme regularidade, limpidez e austeridade,

ritmada por vãos sempre emoldurados. Assume, sugere ou denota, na sua pureza livre de acessórios, classicismos passíveis de associar a diferentes séculos (Fig. 4). Embora a gramática clássica não esteja ausente como fonte de inspiração nas décadas anteriores, ela adquire agora um peso maioritário. Além disso, eliminam-se outros elementos historicistas presentes até então nos alçados das dependências da instituição, como aletas simplificadas, pináculos e cata-ventos. Esta maior coerência clássica, verificada mais precisamente entre 1948 e 1959, expressou-se em três protótipos de edifícios, com crescentes níveis de complexidade e com referências estilísticas que ora se encontram filiadas de forma mais nítida na Antiguidade Clássica, ora recuperam um classicismo que, tendo a sua matriz no século XVI, se difunde no século XVII e se prolonga pelo XVIII.



Fig. 4: Filial de Coimbra, projetada por Veloso Reis Camelo entre 1947 e 1949 e inaugurada em 1954. Foto avulsa. Arrumo de documentação (piso -4) sob a responsabilidade da DNI – Direção de Negócio Imobiliário (edifício sede da CGD). Sem cota.

A última década de funcionamento da CAOCGDCP (1960-1970), com a qual se encerra este estudo, coincide com a segunda e decisiva crise do salazarismo. Sob a aparência de uma normalidade administrativa, o contexto sociopolítico e económico do decénio de 1960 refletiu-se no ritmo de trabalho da CAOCGDCP. Nunca se projetou nem construiu tão pouco como nesses dez anos. As opções estéticas e conceptuais adotadas nos edifícios concebidos para Caixa ainda menos impermeáveis foram às correntes e debates que caracterizaram os plurais anos sessenta em termos arquitetónicos. Com efeito, o processo de fragmentação do regime teve um paralelo na desagregação registada no campo da arquitetura.

Entre 1960 e 1970, projetaram-se de raiz nove instalações para a CGDCP. A homogeneidade detetada na década de 1950 deu lugar, neste período, a uma arquitetura de autor mais vincada. Cada edifício passou a expressar, de forma mais significativa e visível, a mundividência pessoal do arquiteto perante a resolução dos desafios funcionais, bem como as suas referências estéticas, teóricas e visuais. Pese embora a maior disparidade daqui decorrente em termos arquitetónicos, é possível identificar duas tendências que percorrem o edificado desta época. A primeira resultou da alteração do programa das agências e filiais, no sentido do acréscimo de pisos destinados a arrendamentos e/ou habitações. A segunda adveio do impacto da divulgação, em 1961, dos resultados do Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal (*Arquitectura popular*, 1961). Na sua esteira, recrudescceu o interesse em explorar a relação entre o edifício e o contexto específico da sua implantação.

O modo como se geriram interna e externamente as funções públicas e privadas reunidas na mesma agência ou filial da CGDCP garantiu, até cerca de 1960, que a dimensão comercial do edifício se destacasse em relação ao conjunto e dominasse a composição. A visibilidade reforçada da entrada principal, o investimento formal mais rico e o emprego de materiais nobres tornavam imediato o

seu reconhecimento. A concentração da residência do gerente no último andar, ocupando um espaço nunca superior ao dos serviços de contacto com o público contribuía para o mesmo efeito. No entanto, esta relação de forças, que já nos anos cinquenta se começava a esbater nas agências de escala mais modesta, altera-se, na década seguinte, de modo irreversível. A imagem de edifício público apaga-se perante a da moradia (quando não há um elevado número de pisos) ou a do prédio de rendimento com vários andares e um rés do chão destinado a fins comerciais (Fig. 5).



Fig. 5: Agência de Almada, projetada por Lucínio Guia da Cruz entre 1963 e 1965 (a construção foi terminada em 1967). Acervo Fotográfico – instalações da DNI – Direção de Negócio Imobiliário (edifício sede da CGD). Sem cota.

Mais do que o potencial usufruto de rendas nos pisos superiores – mais-valia que parece ter prevalecido sobre as demais razões no âmbito da arquitetura bancária internacional (Booker, 1990) –, no caso português foi, sobretudo, o desejo de não minorar a presença da Caixa no contexto urbano que ditou o alargamento dos programas. À semelhança do que se verificou no cenário da arquitetura bancária além-fronteiras, a diluição do núcleo de necessidades específicas da CGDCP num edifício com dimensões exponenciadas e múltiplos propósitos provocou um enfraquecimento da identidade imagética associada ao “instituto de crédito do Estado”. A procura de uma maior imposição urbana, capaz de expressar, como pretendido, a “dignidade” e o “carácter” da instituição, conduziu, assim, à dispersão da outrora presença marcante da CGDCP na malha urbana.

A fixação de uma identidade visual própria, desafio comum a qualquer instituição bancária, só encontraria uma resposta sólida nos anos noventa, com a uniformização das agências da CGD, procedimento que se regista na globalidade das entidades bancárias comerciais. Este acarretou a inversão de duas lógicas operativas no período em análise (1929-1970). Com efeito, as dependências construídas de raiz durante o Estado Novo inscreviam-se numa lógica patrimonial, a qual valoriza e promove o específico, o diferente, o singular. Assim, embora a organização espacial interior estivesse relativamente tipificada, os alçados apresentavam uma enorme diversidade, conferindo a cada edifício a sua identidade. Por sua vez, o conceito de funcionalismo público aproximava-se, na época, da lógica dos bens económicos, a qual, pelo contrário, se pauta por critérios de homogeneidade, uniformização e reproduzibilidade. O público era seriado, gerido no espaço, mantido numa posição inferior e atendido, mecânica e distantemente, pelos funcionários. No presente verifica-se a contraversão de ambas as tendências. A arquitetura da CGD converteu-se à lógica dos bens económicos, espelhada numa malha de agências estandardizada, que anulou, inclusivamente, a diferença entre filiais e agências. Por seu

turno, os serviços prestados aos clientes, conceito que substituiu o de “público”, inclinam-se, cada vez mais, para uma lógica patrimonial. Gestores de conta que se apresentam como insubstituíveis, prestam um aconselhamento aparentemente personalizado, dentro de gabinetes particulares. Em qualquer dos casos, a arquitetura permanece como ferramenta insubstituível para tornar credível esse sistema de relações puramente abstrato a que chamamos dinheiro.

### Referências bibliográficas

- Adamson, W. (2001). Avant-garde modernism and Italian fascism: cultural politics in the era of Mussolini. *Journal of Modern Italian Studies*, 6 (2), 230-248.
- Affron, M. & Antliff, M. (Eds.) (1997). *Fascist visions: Art and ideology in France and Italy*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Arquitetura popular em Portugal*. (1961). Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos.
- Belfoure, C. (2005). *Monuments to Money. The Architecture of American Banks*. Jefferson, NC: McFarland & Company.
- Booker, J. (1990). *Temples of Mammon. The Architecture of Banking*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Brites, J. (2014a). *O Capital da Arquitectura. Estado Novo, Arquitectos e Caixa Geral de Depósitos (1929-1970)*. Lisboa: Prosafeita.
- Brites, J. (2014b). *Arquitetura da CGD. Filiais e Agências da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência (1929-1970)*. Lisboa: Prosafeita.
- Brites, J. (2015). Mobiliário para a Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência: o processo de modernização de um dispositivo espacial (1940-1972). In J. P. Martins (Ed.), *Móveis Modernos: Mobiliário para edifícios públicos em Portugal 1940-1980* (pp. 80-87). Lisboa: Caleidoscópio e MUDE.
- Comissão Administrativa das Obras da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência. (1951, 10 de junho). Programa para a elaboração do projecto da filial da Caixa Geral de Depósitos em Setúbal. Construção e reparação de edifícios: Filiais – caixa n.º 27, processo 180 (Setúbal), Arquivo Histórico da CGD (AHCGD).
- Decreto n.º 14268. *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 202, 1927, 13 de setembro. pp. 1843-1844.
- Decreto n.º 19881. *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 135, 1931, 12 de junho. pp. 1141-1142.
- Decreto n.º 20985. *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 56, 1932, 7 de março. pp. 431-436.
- Decreto n.º 27563. *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 60, 1937, 13 de março. pp. 216-217.
- Decreto n.º 38888. *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 191, 1952, 29 de agosto. p. 884.
- Decreto n.º 8162. *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 106, 1922, 29 de maio. pp. 499-522.

- Decreto-Lei n.º 32337. *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 246, 1942, 23 de outubro. pp. 1263-1264.
- Decreto-Lei n.º 36353. *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 137, 1947, 17 de junho. pp. 537.
- Decreto-Lei n.º 38382. *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 166, 1951, 7 de agosto. pp. 715-729.
- Decreto-Lei n.º 55/70. *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 37, 1970, 13 de fevereiro. pp. 203-204.
- Despacho do ministro das Obras Públicas e Comunicações de 26 de Outubro de 1940. (*Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 255, 1940, 2 de novembro. p. 1258).
- Fernandes, J. (1989). *Lisboa: Arquitectura & Património*. Lisboa: Horizonte.
- Fernandez, S. (1988). *Percursos: Arquitectura portuguesa, 1930-1974*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- Filial da Caixa Geral de Depósitos de Beja. (1957, 5 de julho). Programa para a elaboração do projecto. Construção e reparação de edifícios: Filiais – caixa n.º 4, processo 22 (Beja), AHCGD.
- Filial da Caixa Geral de Depósitos de Bragança. (s.d.) [fim de novembro/início de dezembro de 1960]. Construção e reparação de edifícios: Filiais – caixa n.º 7, processo 39 (Bragança), AHCGD.
- França, J. (1974). *A arte em Portugal no século XX: 1911-1961*. Lisboa: Bertrand.
- Hernández, A. (1995). *Arte e ideologia en el franquismo: (1936-19951)*. Madrid: Visor.
- Lains, P. (2002). *História da Caixa Geral de Depósitos. 1876-1910. Política e Finanças no Liberalismo Português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Lains, P. (2008). *História da Caixa Geral de Depósitos. 1910-1974. Política, Finanças e Economia na República e no Estado Novo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Lane, B. M. (1968). *Architecture and politics in Germany: 1918-1945*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Martins, R. (1931, 13 de novembro). *Carta ao administrador-geral da CGDCP*. Construção e reparação de edifícios: Filiais – caixa n.º 6, processo 35 (Bragança), AHCGD.
- Ministério das Obras Públicas. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – Direcção dos Serviços de Construção. (1952, 13 de maio). *Ante-projecto do edifício para a Caixa Geral de Depósitos, em Angra do Heroísmo*. Construção e reparação de edifícios: Filiais – caixa n.º 1, processo 4 (Angra do Heroísmo), AHCGD.
- Monteiro, P. (1924, 19 de julho). *Carta do arquitecto-chefe da Secção de Obras e Edifícios da CGD ao administrador-geral da CGD*. Filiais – caixa n.º 20, processo 125 (Porto), AHCGD.
- Nomeação de vários funcionários da CGDCP para os lugares do quadro privativo e para os de provimento vitalício fora deste quadro do referido estabelecimento do Estado. *Diário do Governo*, 2.ª Série, n.º 174, 1929, 30 de julho. pp. 2591-2592.
- Nóvoa, A. (1999). Política de educação. In A. Barreto & M. F. Mónica (Eds.), *Dicionário de História de Portugal* (Vol. 7, Suplemento A/E, pp. 591-596). Porto: Livraria Figueirinhas.

- Patao, S. (1998). Arquitectura fuera del tiempo: las sedes bancarias de 1925 a 1960. In *Arquitectura Bancaria en España* (pp. 33-42). Madrid: Electa.
- Pereira, N. & Fernandes, J. (1982). A arquitectura do fascismo em Portugal. In *O Fascismo em Portugal: Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980* (pp. 533-551). Lisboa: A Regra do Jogo.
- Pinchon, J., Bonin, H., Leconte, M., & Sorel, P. (1992). *Les palais d'argent: L'architecture en France de 1850 à 1930*. Paris: Réunion des Musés Nationaux.
- Portaria [sem número] de 24 de novembro de 1942. *Diário do Governo*, 2.<sup>a</sup> Série, n.º 279, 1942, 28 de novembro. pp. 6145-6146.
- Portas, N. (1982). Arquitectura e urbanística na década de 40. In *Os Anos 40 na Arte Portuguesa: Vol. 6. A Cultura nos Anos 40* (pp. 33-41). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Primeiro Centenário do Ministério das Obras Públicas. 1852-1952*. (1952). Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- Programa da construção do edifício para a filial de Aveiro elaborado pelo inspector-chefe da CGDCP, Alexandre Fontes Pereira de Melo. (1939, 14 de março). Construção e reparação de edifícios: Filiais – caixa n.º 2, processo 10 (Aveiro), AHCGD.
- Programa para a elaboração do projecto do novo edifício da filial da Caixa Geral de Depósitos em Évora. (s.d.) [1949?]. Arrumo de documentação. Piso -4, dossier “Évora. 1.º projecto. Peças escritas e desenhadas. Arquit. Conj. 1.º volume”. Sem cota, SOGRUPO GI.
- Regulamento da Comissão Administrativa das Obras da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, criada pelo Decreto-Lei n.º 32 337, de 23 de outubro 1942. *Diário do Governo*, 2.<sup>a</sup> Série, n.º 87, 1943, 14 de abril. pp. 1929-1930.
- Rosas, F. (2000). *Salazarismo e Fomento Económico (1928-1948)*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Rosas, F. (Ed.) (1994). *História de Portugal: Vol. 7. O Estado Novo (1926-1974)*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Salazar, A. (1930). *A Reorganização Financeira. Dois Anos no Ministério das Finanças. 1928-1930*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Salgueiro, T. (1992). *A cidade em Portugal: Uma geografia urbana*. Porto: Afrontamento.
- Situação das obras da Caixa Geral de Depósitos. (s.d.) [1947]. Plano de obras – caixa n.º 1, processo 1, AHCGD.
- Stone, M. (1997). The State as patron: making official culture in Fascist Italy. In M. Affron & M. Antliff (Eds.), *Fascist visions: Art and ideology in France and Italy* (pp. 205-238). Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Távora, F. (1969, agosto). *Memória descritiva*. Arrumo de documentação. Piso -4, dossier “Aveiro. Projecto. Peças escritas. 1.º volume”. Sem cota, SOGRUPO GI.
- Tostões, A. (1997). Arquitectura portuguesa do século XX. In P. Pereira (Ed.), *História da Arte Portuguesa: Vol. 3. Do Barroco à Contemporaneidade* (pp. 507-591). Lisboa: Círculo de Leitores.

(Página deixada propositadamente em branco)

**FUNÇÃO, FORMA E FANTASIA: O *PLANO GERAL*  
DE EDIFICAÇÕES DOS CTT, 1937-1952<sup>1</sup>**

*Carlos Bártolo*

Centro de Investigação em Território, Arquitetura e Design (CITAD),  
Universidade Lusíada, Lisboa  
ORCID: 0000-0002-8140-6330

**Resumo:** Abrangendo um arco temporal de 15 anos, entre o período de afirmação da ditadura – na década de 30 – e a estabilização do seu poder – já na década seguinte –, os 89 edifícios construídos pelo *Plano Geral de Edificações dos CTT*, resultaram de diversas vontades, condições e exigências, desde a mais prosaica vocação funcional do equipamento à complexidade do discurso político que nele se quis conter.

À partida esperava-se que o *Plano* solucionasse a profunda necessidade de modernização dos serviços de comunicação estatais e, como tal, o racionalismo que imperou na comissão criada para o efeito expressou-se formalmente nos edifícios projetados. Durante a aplicação do *Plano* o regime, sentindo o seu poder mais consolidado, acrescentou ao carácter funcional inicialmente predominante, a necessidade de representação dos valores de perenidade e identidade

---

<sup>1</sup> Este texto resulta da investigação realizada para a obtenção do grau de mestre em Design Industrial de Equipamento e Produtos na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, em 1998 (Bártolo, 1998a). Dessa investigação resultaria, no mesmo ano, a curadoria de um exposição no Museu de Comunicações, em Lisboa, intitulada “Arquitectura e equipamento do modernismo ao Estado Novo: As estações de correio do Plano Geral de Edificações” (Bártolo, 1998b) e o ensaio “Os móveis-tipo da Comissão dos Novos Edifícios para os CTT (CNE), 1937-1952” (Bártolo, 2015) integrado no catálogo da exposição “O respeito e a disciplina que a todos se impõe”, patente no MUDE em 2014, sob a curadoria de João Paulo Martins.

sobre os quais assentava a sua ideologia. Este teve expressão principalmente no desenho exterior dos edifícios, onde um progressivo uso de elementos histórico-regionalistas vieram a excluir o carácter moderno inicialmente admitido. Em comentários encontrados na documentação analisada entende-se como esta circunstância foi recebida pela comissão autora dos projetos e pela Administração dos CTT, comprovando uma imposição estética do poder que se sobrepôs à liberdade criativa inicial.

**Palavras-chave:** Arquitetura, Correios, Adelino Nunes, Modernidade, Tradição, Autoritarismo

FUNCTION, FORM, AND FANTASY: THE *GENERAL*  
*PLAN OF THE CTT BUILDINGS*, 1937-1952

**Abstract:** Comprising a 15-year time span, between the affirmation period of the dictatorship in the 1930s and the stabilisation of its power in the following decade, the 89 buildings constructed by the *General Plan of the CTT Buildings* resulted from a combination of wishes, conditions, and demands, from the most prosaic functional vocation of the equipment to the complexity of the implicit political discourse.

At the outset, the expectation was that the *Plan* would solve a profound need to modernise state communication services, and, therefore, the rationalism which prevailed in the commission set up for that purpose was formally expressed in the buildings designed. During the implementation of the *Plan*, the regime, sensing its power more consolidated, added to an initially predominant functional character the need to represent the values of perennality and identity which underlied its ideology. This was particularly clear in the exterior design of the buildings, where a progressive use of historical-regional elements excluded the initially accepted modern character. In observations found in the documents analysed, it can be understood how this circumstance was received by the committee authoring the projects

and by the Administration of the CTT, demonstrating an aesthetical imposition of power superimposing on the initial creative freedom.

**Keywords:** Architecture, Post Office, Adelino Nunes, Modernity, Tradition, Authoritarianism

## Função

A 3 de agosto de 1937 publicou-se a Lei 1959 referente ao programa geral de *Remodelação Financeira, do Material e Instalações da Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones*. A lei baseava-se num vasto conjunto de estudos relativos à situação dos serviços de comunicação nacionais que embora só legislados em 1937, tinham-se iniciado por volta de 1932-33, reflexo da política de Ressurgimento Nacional.

Do programa legislado em 1937 constavam três planos: o *Plano Geral de Construção das Redes Telefónicas e Telegráficas*, a cumprir no prazo de 15 anos; o *Plano Geral de Edificações*, a cumprir no prazo de cinco anos; e o *Plano de Aquisição de Material* – incluindo mobiliário para as estações e serviços, automóveis, máquinas e outro material – a realizar igualmente num prazo de cinco anos. Embora o primeiro plano fosse basilar para a modernização das telecomunicações nacionais, os três estavam interligados, fruto do estado em que se encontravam os serviços dos Correios, Telégrafos e Telefones (CTT) em inícios da década de 30.

Refletindo, anos mais tarde, sobre o que encontrara ao assumir a Administração-Geral dos CTT, o Eng.º Couto dos Santos<sup>2</sup> diria:

---

<sup>2</sup> Luís d'Albuquerque Couto dos Santos (1896-1975), engenheiro de formação, foi igualmente professor da Universidade do Porto. Após assumir funções administrativas em diversos organismos, ocupou o lugar de Chefe de Gabinete do Ministro do Comércio e Comunicações entre 1929 e 1932. No ano seguinte foi convidado a ocupar interinamente o cargo de Administrador-Geral dos Correios e Telégrafos, situação tornada efetiva a partir de 1938. À frente do organismo até 1965, a sua administração

“Salvo raras exceções, as instalações dos CTT são francamente más, predominando as estações em primeiros andares, com área insuficiente, em mau estado de conservação, sem qualquer espécie de conforto, por vezes mesmo anti-higiênicas não obedecem a qualquer plano ou programa geral, convenientemente estabelecido. Estes defeitos denotam-se também em prédios recentemente adquiridos pela Administração-Geral” (cit. em Portugal, CTT, 1938, vol. 2, pp. 19-20).

Esta situação refletia-se quer no estado dos edifícios, quer no do seu equipamento:

“o mobiliário das instalações, salvo raras exceções, exige substituição quási total [...]. Tal estado de coisas é notório e do conhecimento do grande público, que se habituou a considerar as estações telégrafo-postais no número das repartições do Estado mais deficientemente instaladas, com balcões revestidos de rede de arame e mobiliário inestético, variegado e sujo” (cit. em Portugal, CTT, 1938, vol. 2, p. 26).

Em finais de 1933, relativamente às instalações, a situação era a seguinte: dos 665 edifícios em uso pelos serviços dos CTT apenas 92 eram seus, sendo outros 28 pertencentes ao Estado, 82 cedidos gratuitamente, restando assim 463 que eram arrendados a particulares com os quais se gastava anualmente uma verba próxima dos 650.000\$00. Embora a maior parte das rendas fosse baixa – resultado da antiguidade dos contratos – a verba anual em obras de adaptação

---

foi responsável por profundas alterações na estrutura e funcionamento dos CTT, pela consolidação da política estatal na área das comunicações e pelo desenvolvimento de uma forte política de assistência social com a criação das Obras Sociais dos CTT.

e conservação era superior à de alugueres, não sendo maior por falta de recursos do organismo.

Grande parte das estações de correios encontravam-se em condições deploráveis e, tendo em conta, genericamente, os edifícios ocupados não obedecerem a qualquer plano ou programa, existiam casos onde a área era exagerada para as necessidades e outros onde se trabalhava acanhadamente. Em inspeções realizadas pela Administração-Geral entre 1933 e 1934, concluía-se que, de 215 edifícios vistoriados, apenas 16 se poderiam considerar bons e 38 aceitáveis. Refira-se que dos qualificados como bons, cinco eram edifícios com remodelações recentes e destes só quatro se encontravam nas principais cidades do país: duas estações urbanas de Lisboa, a 1.<sup>a</sup> Secção da Central de Correios de Lisboa e a Central de Encomendas do Porto. Por outro lado, dois edifícios de recente construção – Viana do Castelo e Braga – apresentavam deficiências sob o ponto de vista da sua adequação à correta instalação da rede telefónica, aos quais se juntam outros 10, listados por Couto dos Santos, que adquiridos recentemente teriam de ser demolidos ou vendidos para a construção de instalações adequadas.

Relativamente a edifícios em construção aquando da sua tomada de posse em 1933, Couto dos Santos referia alguns que apresentavam problemas em resultado de, durante a sua conceção por parte da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), nem os programas, nem sequer os projetos, terem sido devidamente apresentados aos serviços dos CTT. Além dos casos de Viana e Braga, Couto dos Santos nomearia ainda os de Coimbra, Chaves, Peniche e Arcos de Valdevez, realçando estes dois últimos casos aos quais foram, durante a construção, respetivamente aumentado e diminuído um andar, em relação ao projetado, fruto da análise das necessidades efetivas de cada um dos edifícios. A este fator, em si preocupante, somou-se outro que provocou a necessidade de se repensar toda a política dos CTT relativamente às instalações dos

seus serviços: a pretendida expansão e modernização das redes telegráfica e telefónica.

Segundo Couto dos Santos,

“Afigura-se-nos fundamental afirmar desde já que a execução dos trabalhos a realizar nas redes telefónica e telegráfica, [...] depende inteiramente do problema das edificações e do seu recheio em mobiliário e outros acessórios.

Existe, com efeito verdadeira impossibilidade material de superar estas duas questões, impossibilidade que resulta do facto da Administração-Geral não dispor, de um modo geral, mesmo nos centros mais importantes, de edifícios apropriados, quer em área quer nos restantes requisitos técnicos” (cit. em Portugal, CTT, 1938, vol. 2, p. 43).

Das instalações à época existentes apenas uma ínfima parte se considerava apta para responder às necessidades de ampliação e modernização das redes, já que a maior parte eram espaços alugados ou cedidos e, em virtude da necessidade de instalação da rede subterrânea de cabos e preparação para a instalação de centrais automáticas, se exigir a perpetuidade da propriedade do edifício. Na prática tornava-se indispensável a construção de raiz de edifícios próprios, de norte a sul do país.

Seguindo diretrizes formuladas ainda em 1932 por Duarte Pacheco, Ministro das Obras Públicas e Comunicações, efetuou-se um alargado conjunto de estudos e inquéritos identificadores de erros e necessidades que, após a sua conclusão em abril de 1934, serviram de base ao *Plano Geral de Edificações*. Um dos erros apontados foi a descoordenação entre DGEMN e CTT sendo tal o caos que, como já referido, alguns edifícios tornavam-se obsoletos ainda durante a sua conceção.

Duarte Pacheco, concordando com os pontos de vista apresentados pela Administração-Geral, nomeou em 1934 a *Comissão dos Novos*

*Edifícios para os CTT* (CNE), organismo responsável pelo estudo de *estações-tipo* a conceber de origem, e em sintonia, pelas duas entidades: DGEMN e CTT. A sua missão era “organizar projectos-tipo dos novos edifícios dos correios e telégrafos de forma a assegurar a economia e unidade das obras a construir [... estabelecendo] um plano geral das novas construções a executar” (Portaria de 16 de novembro, 1934). Os três membros chamados a constituir a CNE tinham que, conjuntamente, elaborar os estudos e projetos necessários, cabendo a cada um a sua tarefa: o Eng.º Espregueira Mendes, como delegado da DGEMN, *orientava* os trabalhos; o Eng.º Duarte Calheiros, como delegado dos CTT, era a *voz* dos requisitos dos CTT; e o Arq.º Adelino Nunes<sup>3</sup> seria o responsável pela conceção dos projetos.

Alguns anos mais tarde, Couto dos Santos referiu que a “constituição mista desta Comissão permitiu que se efectivasse entre as duas repartições interessadas (DGE [MN] e CTT) a proveitosa e indispensável colaboração que, a bem dizer, nunca existira anteriormente” (cit. em Portugal, CTT, 1938, vol. 2, p. 45). Tal como outros organismos criados à época, a CNE contornava a burocracia que assolava a DGEMN, sendo estes tipos de comissões lideradas por pessoas de confiança de Duarte Pacheco com quem despachava diretamente. Neste modelo de administração paralela à estrutura existente o ministro incluiu diversos jovens arquitetos modernistas que assim se viam reconhecidos pelo regime. Adelino Nunes foi um desses casos, após ter sido integrado na DGEMN em 1934 viria,

---

<sup>3</sup> Adelino Nunes (1903-1948), arquiteto formado em 1928, começou a trabalhar com Carlos Ramos em 1925, aí realizando o tirocínio. Até 1933 trabalhou com Ramos em diversos projetos, destacando-se os dos liceus de Coimbra, Lisboa e Lamego. Após um breve período em que projetou independentemente – Central Telefónica da APT do Estoril, pavilhão da Electro-Cerâmica para a *Exposição Industrial Portuguesa* – entrou para os quadros da DGEMN, em 1934, a convite de Duarte Pacheco, colaborando em projetos na área das telecomunicações – instalações da Emissora Nacional em Barcarena e na Rua do Quelhas, estação dos CTT de Santarém – até ser integrado na CNE, dedicando quase exclusivamente o resto da sua vida a essa tarefa.

quase de imediato, e com apenas 31 anos de idade, a assumir o cargo de arquiteto responsável da CNE.

Em abril de 1936 a CNE terminou o *Relatório da Comissão incumbida de estudar os projectos-tipo dos novos edifícios dos CTT*, apresentando seis *anteprojetos* baseados em quatro tipologias principais de *estações-tipo*<sup>4</sup>. Este relatório resultava não só de uma cuidada reflexão sobre os minuciosos inquéritos e *Programas para o estabelecimento dos novos projectos-tipo* que a Administração-Geral realizara, como das visitas que a CNE fez a diversas estações de correio observando, *in loco*, o funcionamento dos serviços e as reais necessidades de funcionários e utentes.

A análise do *Relatório* e dos *anteprojetos*<sup>5</sup> nele apresentados torna notórios os princípios racionalistas que regeram as soluções desenvolvidas: o cumprimento funcional, ergonómico, económico e de segurança da construção, para além da adaptabilidade a necessidades futuras. No entanto, os *projetos-tipo* não ditavam como seriam os edifícios a construir sendo referidos apenas como “programas gráficos suficientemente pormenorizados” (CNECTT, 1938, p. 169).

Segundo o *Relatório* para os projetos definitivos ter-se-ia que ter em conta as características locais dos serviços, a configuração e

---

<sup>4</sup> As *estações-tipo*, concebidas para suportar a extensão e futura automatização das redes telefónicas e telegráficas, definiam-se pelas necessidades de tráfego local: da estação tipo 1, de menor categoria, para pequenas vilas (uma previsão máxima de 100 assinantes suportada por dois funcionários ou, na sua variante 1A, ainda menos, 50 assinantes para um funcionário, comportando o edifício a residência do chefe de estação) até à estação tipo 4, para cidades sedes de distritos telégrafo-postais, habitualmente capitais de distrito (centros nevrálgicos das redes de telecomunicações com 3000 assinantes e que comportariam igualmente a Direcção Distrital dos Serviços dos CTT e a respetiva Secção Electrónica, prevendo-se um total de quatro residências para os chefes). Fora estas tipologias o *Plano* ainda previu a construção de edificações especiais, de pavilhões técnicos às sedes dos CTT em Lisboa e Porto.

<sup>5</sup> A nomenclatura referente aos elementos gráficos apresentados com o relatório foi variando ao longo do tempo ou conforme a ocasião, mencionando-se o mesmo objeto como *ante-projecto*, *ante-projecto-tipo*, *projecto-tipo*, *projecto das estações-tipo*, etc. Podendo provocar alguma confusão optou-se por se referir estas seis propostas-hipótese como “projectos-tipo” no texto, mantendo nas citações os termos utilizados originalmente.

orientação dos terrenos, mas também, e ressalve-se desde já, a paisagem e arquitetura local e o económico aproveitamento de recursos e materiais locais. Indicava-se igualmente que, mesmo que todas as condições fossem exatamente idênticas, nunca se aplicaria, em diferentes povoações, o mesmo projeto pois “nada mais desagradável do que encontrar em terras diferentes edifícios iguais, pelo menos no seu aspecto exterior” (CNECTT, 1938, p. 169).

Na memória descritiva encontram-se ecos de alguma modernidade quer segundo o ponto de vista da sua conceção construtiva,

“As paredes mestras serão de um modo geral de alvenaria, e adoptar-se-ão materiais mais leves, como tijolo ou metal distendido, para as divisórias interiores. Desta forma é possível, dada a regularidade das plantas, estabelecer para os pavimentos uma estrutura de betão armado, que permita deslocar mais tarde essas divisórias, caso as necessidades do tráfego assim o determinem. Para tal muito concorre também o facto das plantas terem sido resolvidas sobre uma quadrícula, adoptando-se assim um módulo de construção que deu lugar a uma completa regularidade na distribuição dos vãos e na correspondência das paredes” (CNECTT, 1938, p. 171);

quer segundo o seu aspeto formal:

“O aspecto exterior dos edifícios, se bem que para cada caso se ache subordinado a um determinado conjunto arquitectónico, resultará sempre das necessidades internas dos diferentes serviços, acusando-se assim exteriormente o destino das suas instalações, que lhe imprime características próprias” (CNECTT, 1938, p. 172).

Estes *projetos-tipo* permitiriam assim facilitar o processo de elaboração dos projetos definitivos que constava de diversas fases:

primeiro, de forma sistemática, o delegado dos Correios organizava, com os necessários técnicos dos CTT, o programa de requisitos dos serviços a instalar; seguia-se um diálogo projetual entre este e o arquiteto até se chegar a uma solução satisfatória; por fim esta seguia para aprovação ao Conselho Superior de Obras Públicas (CSOP) e ao Ministério das Obras Públicas e Comunicações (MOPC), isto é, ao próprio Duarte Pacheco.

O diálogo entre os serviços dos CTT e o arquiteto responsável pelo projeto realizar-se-ia sobre os intitulados *planos de mobiliário*, onde todas as tarefas, equipamento técnico e mobiliário seriam racionalmente dispostos num espaço inicialmente abstrato a partir do qual se estudavam formas de encurtar percursos, evitar cruzamentos e sequenciar logicamente as operações a executar. O espaço entre o equipamento era calculado de forma a permitir a boa circulação de pessoas e objetos. Em casos extremos – estações de menor categoria – a disposição do mobiliário deveria permitir que todos os serviços fossem executados pelo mesmo funcionário. Ao mesmo tempo serviços que necessitassem de maior atenção ficavam resguardados do ruído do público ou de tarefas mais incomodativas, separando-se igualmente as mais sujas dos restantes espaços. A manutenção da segurança e do sigilo da correspondência era igualmente tida em conta. O relacionamento entre o público e os serviços fora aliás objeto de profunda reflexão, privilegiando-se a facilidade de uso e acesso nas mais variadas circunstâncias numa organização espacial em que o público, podendo observar a sala de manipulação através do balcão, obrigava os funcionários a manter a compostura. Assim, as salas de público e atendimento tornavam-se na imagem pública do rigor, eficiência, funcionalidade e organização dos serviços.

O prazo previsto para a utilização dos novos edifícios fora igualmente determinado como superior a 20 anos, calculando-se as dimensões das divisões de forma a antecipar um possível aumento

das necessidades locais, sem se recorrer a custosas ampliações, ou à total substituição do edifício.

Os estudos previamente realizados pela CNE simplificariam assim a execução do *Plano*, pois as dimensões e formatos atribuídos às instalações facilmente se recalculavam e desenhavam, sabendo-se o número de funcionários ou equipamento a instalar.

Com a aprovação dos *projetos-tipo* pelo CSOP, elogiando este o rigor, harmonia e qualidade das soluções apresentadas no estudo – “com referência à parte propriamente arquitectónica, do mesmo modo se tem que proceder: todos os modelos de fachadas dos futuros edifícios têm bonito aspecto, simples e despretensioso, mas de acentuado valor artístico” (parecer do CSOP cit. em Portugal, CTT, 1938, vol.1, p. 149) – passou-se de imediato à sua aplicação, num conjunto inicial de 101 edifícios, cuja construção se distribuiria pelos cinco anos, tal como previsto.

## **Forma**

A maior parte dos alçados dos *projetos-tipo* – referidos como “meros exemplos de possíveis soluções” (CNECTT, 1938, p. 169) – idealizaram-se segundo um vocabulário moderno (Fig. 1). Apenas nos edifícios destinados às localidades menores (tipo 1 e 2 e respetivas variantes) se apresentavam, em paralelo, propostas alternativas de fachada ao gosto vernacular por (depreende-se) se entender que aí o *moderno* mais dificilmente seria integrado ou compreendido.

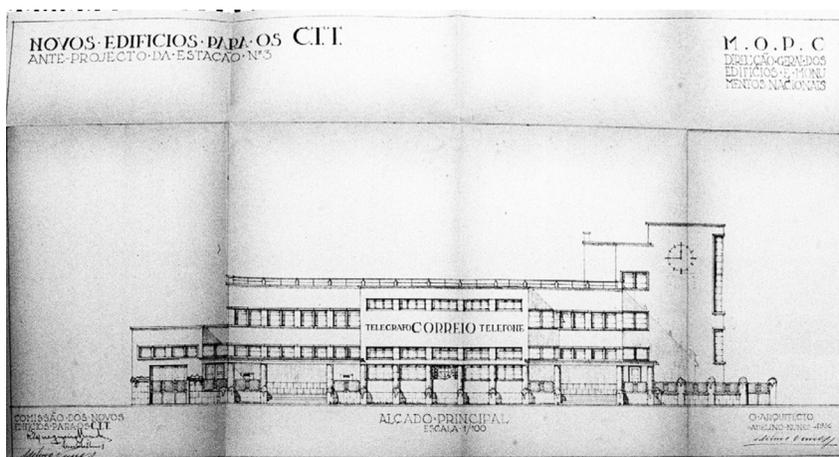


Fig. 1: Alçado principal do anteprojecto da estação n.º 3 (Arq.º Adelino Nunes e CNECTT, 1936), fotografia do autor [1998].

Não obstante, o primeiro edifício construído pelo *Plano Geral de Edificações* foi logo exceção a este anseio de modernidade. A estação de Alcobaca, inaugurada ainda em 1938, projetou-se respeitando o entorno do centro histórico onde se situava<sup>6</sup>, justificando Adelino Nunes esta circunstância num artigo publicado na revista do sindicato dos arquitetos, por ocasião da sua inauguração:

“[...] este novo edifício foi construído no largo onde existe o Mosteiro, num terreno que pertencia à Câmara Municipal. Segundo a ‘memória’ que acompanhava o projecto, esta localização especial – presença do Mosteiro e casas típicas que o rodeiam – pedia um espírito de arquitectura em harmonia com ela” (Nunes, 1938, p. 167).

<sup>6</sup> Em outros projetos, concebidos no mesmo arco temporal, o respeito pela proximidade monumental subsistiu, nomeadamente nos casos das estações de Amarante, Barcelos e Santo Tirso.

A análise dos 37 edifícios cujo programa, e respetiva aprovação de projeto, decorreram até ao ano de 1939 é, no entanto, esclarecedora da possível *liberdade* de escolha da CNE sobre o carácter formal a dar aos seus edifícios.

Não obstante a existência de exemplos de hibridez em ambos os grupos, particularidade a que se voltará mais tarde, 18 dos edifícios seguiram uma inspiração mais *modernista*<sup>7</sup> – próxima da apresentada nos *projetos-tipo* – enquanto os restantes 19 seguiram uma linguagem predominantemente *tradicional*, encontrando-se neste grupo apenas edifícios do tipo 1 e 2 (para pequenas localidades) – tipologias para as quais os *projetos-tipo* admitira a possibilidade de fachadas alternativas.

Dos 18 edifícios *modernistas*, aprovados durante o mesmo período, sete eram do tipo 3 ou 4 (para cidades e capitais de distrito) como o de Setúbal (Fig. 2). Os restantes 11 – do tipo 1 e 2 – localizavam-se nos principais percursos rodoviários do país, como Vila Franca de Xira, Gaia e Mealhada – o único caso de estação tipo 1 *modernista* –, ou em localidades mais cosmopolitas como os casos das turísticas Caldas da Rainha, Póvoa de Varzim e Estoril.

---

<sup>7</sup> A classificação em que se baseia a distinção entre edifícios *modernistas* e de pendur *tradicionalista*, ou *histórico-regionalista*, resultou da leitura de um conjunto de características formais realizada como suporte à análise do desenvolvimento do *Plano*. Como *modernista* registaram-se edifícios cuja volumetria resultava primordialmente da soma de sólidos quase puros; a franca utilização de palas e coberturas planas (por vezes falsas); a externa marcação vertical dos corpos das escadas; o desenho de janelas segundo longas bandas horizontais; a sinalização e marcação das entradas principais do edifício, quer pelo franco uso de sinalética quer pela localização da mesma na volumetria; a contraposição à horizontalidade dos edifícios por corpos verticais, torres ou mastros; e algum ascetismo decorativista, entre outras características. Como *histórico-regionalistas* a panóplia do costume: a cobertura em telha com beiral, o recurso a arcarias, contrafortes, cunhais ou pináculos de pedra; a composição denotando por vezes alguma monumentalidade; a profusão de alpendres ou floreiras; e o óbvio recurso a elementos decorativos em ferro forjado (gradeamentos), num mais requintado trabalho de cantaria, ou no trabalho de recorte das portadas em madeira.



Fig. 2: Estação dos CTT de Setúbal (Arq.º Adelino Nunes 1937-1941). Fotografia de Mário Novais [1941?]. Col. Estúdio Mário Novais. Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) [CFT003.023974].

A opção entre as duas linguagens foi praticada conforme cada situação, tal como inicialmente se previra, respeitando não só a “arquitetura local e paisagem” (CNECTT, 1938, p. 169) como as características de cada localidade – da ingénua vila de interior ao cosmopolitismo internacional da principal estação balnear do país, Cascais.

A estranha hibridez que alguns edifícios apresentam – uns classificados como *tradicionais*, outros como *modernistas* partilhando, no entanto, características das duas linguagens – acaba por responder sempre a um jogo formal que exacerbava o carácter *funcional* das diferentes partes que os constituíam. Tendo em conta em cada estação coexistirem sempre dois espaços diferenciados – os espaços utilitários, mas também as residências dos responsáveis – Adelino Nunes optou, em alguns casos, por criar construções híbridas onde

as duas áreas do edifício se expressavam nas duas linguagens, normalmente entendidas como antagónicas. Na situação mais comum, o corpo *industrial* destacava-se, imagem da moderna expressão da eficiência da empresa, e o corpo habitacional, mais recatado em relação à fachada principal, era delineado segundo uma *domesticidade* regional. Os casos onde essa situação é mais notória são, por exemplo, os casos de Barcelos e Santo Tirso (Fig. 3), embora também se possam referir os de Albergaria-a-Velha ou Lamego. Para além destes casos expressivos de coexistência de linguagens antagónicas, em qualquer dos outros edifícios – *modernistas* ou *tradicionalistas* – é reconhecível a diferenciação de espaços que o equipamento continha.



Fig. 3: Alçado da estação dos CTT de Santo Tirso (Arq.º Adelino Nunes, 1937-1940) Fotografia de Mário Novais. [1938?]. Col. Estúdio Mário Novais. Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) [CFT003.125543].

Complementar à preocupação com a definição do interior, ancorada em questões racionais de funcionamento do edifício – tema que ocupou a *Comissão* e Adelino Nunes até à sua precoce morte<sup>8</sup> – é também basilar a insistente preocupação projetual da imagem do edifício: “O aspecto exterior [formal] dos edifícios [acusaria] o destino [funcional] das suas instalações” (CNECTT, 1938, p. 172).

## **Fantasia**

Nos 49 edifícios aprovados a partir de 1940 a preocupação da expressão *funcional* das instalações tenderia a desaparecer. Possivelmente como resultado da evolução ideológica e estética do regime, entretanto fortalecida<sup>9</sup>, os edifícios, independentemente da tipologia ou localização, seguiram modelos de pendor regional ou histórico.

Esta tendência seria em muito resultado de diretivas superiores com que nem os projetistas nem a própria administração dos CTT concordaram, sendo forçados a acatar. Na maior parte dos casos, e principalmente nos edifícios de maior importância, a distinção entre espaço técnico, administrativo, de uso público ou de usufruto doméstico passou a não ser distinta. Todas estas funções seriam escondidas por trás de fachadas com filas uniformes de janelas de sacada ou inconsequentes detalhes regionalistas (Fig. 4).

---

<sup>8</sup> Entre outros estudos refiram-se estudos e inquéritos a chefes de estação sobre melhoramentos a realizar ainda no desenho de balcões e sinalética interna, ou a procura de uma maior eficiência na localização dos apartados e espaços de recolha de correspondência.

<sup>9</sup> Ver o estudo de Acciaiuoli (1991).



Fig. 4: Estação dos CTT de Covilhã (Arq.º Adelino Nunes, 1942-1959). Fotografia de Mário Novais [1950?]. Col. Estúdio Mário Novais. Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) [CFT003.15197].

Deste *forçar a vontade* sobrevivem testemunhos encontrados em notas a um relatório que tentava aferir o andamento de todo o *Plano* (realizado em finais da década de 40) ou em correspondência enviada pela Administração-Geral ao MOPC, em que esta se esforçava por tentar lembrar a hierarquia superior para ter

“[...] sempre em vista o carácter industrial dos serviços dos CTT e a absoluta necessidade de reduzir ao mínimo o respectivo custo, evitando-se por isso a adopção de dispendiosos elementos e pormenores arquitectónicos, tanto exteriores como interiores, sempre que não sejam impostos pelas necessidades. Iguais considerações se aplicam aos acabamentos” (‘Carta AG174/8000.1.0, de 18 de janeiro de 1946’ em Processo n.º 8009.0: vol. 1).

Na leitura das referidas notas é explícita a crescente imposição de alterações e remodelações por parte direta do CSOP e do Ministro, muitas refutadas pela administração dos CTT, ainda que sem sucesso. Como exemplo, sobre o edifício de Estremoz, encontra-se anotada a indicação de que “após a adjudicação deste edifício, S. Exa. o Ministro deu instruções ao Exmo. Arquitecto Adelino Nunes para que efectuasse uma remodelação do projecto tendente a eliminar alguns defeitos arquitectónicos que o mesmo encerrava” (nota em *Processo n.º 8009.0: vol.2*). Sobre o de Seia referia-se uma posterior “alteração da fachada lateral, por determinação de S. Exa. o Ministro, homologando o parecer do CSOP” (nota em *Processo n.º 8009.0: vol.2*), da qual resultariam acréscimos ao custo inicial das obras, questão sempre pertinente tendo em conta as implicações económicas ao qual acresce o facto de os valores previstos na Lei 1959 já terem sido excedidos.

Se nem sempre é perfeitamente entendível nas anotações a referência a alterações formais, noutros casos essa leitura é óbvia. Sobre o edifício de Figueiró dos Vinhos, encontra-se a recusa, por parte dos

CTT, do “enriquecimento da arquitectura exterior” (nota em *Processo n.º 8009.0*: vol.2) imposto pela DGEMN / MOPC e que acabaria por levar à sua não construção.



Fig. 5: Centrais Telegráfica e Telefónica de Lisboa (Arq.º Adelino Nunes 1941-1953). Fotografia de Mário Novais [1953?]. Col. Estúdio Mário Novais. Fonte: Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) [CFT003.070627].

De todas estas situações, aquela que mais referências promoveu na história da arquitetura portuguesa, como exemplo do conflito projetual entre o Estado e os arquitetos<sup>10</sup>, foi o da construção do edifício das Centrais Telegráfica e Telefónica, em Lisboa (Fig. 5), encontrando-se sobre esse edifício anotações esclarecedoras. No relatório indicava-se a elaboração de um novo programa obedecendo a uma ordem do Ministro visando a redução do custo do edifício, à qual os CTT anuíriam verbalmente, referindo o início de um novo esboço de Adelino Nunes (já o terceiro), de forma a propor-se novo estudo prévio para um custo previsto de 5.000.000\$00. No entanto era referido que, posteriormente,

“[...] os engenheiros chefes de repartição da DGE foram porém de parecer que se alterasse a arquitectura exterior do edifício. De tal modificação deve ter resultado um aumento do custo em relação ao ante-projecto inicial da ordem de dois milhares de contos” (nota em Processo n.º 8009.0: vol.2).

Segundo depoimento do arquiteto Raul Espada Cruz<sup>11</sup> – arquiteto que à época realizava o tirocínio na CNE e que, após a morte de Adelino Nunes assegurou o seu funcionamento – esta ordem de alterações, provocando um aumento de 40% do custo de obra, viera diretamente do Ministério. A leitura do parecer do Arq.º Raul Lino – em parte transcrito em anexo –, habitual base dos pareceres finais do CSOP e das opiniões ministeriais superiores, transparece as preocupações superiores que agora ditavam as construções dos CTT.

Não tendo sido encontradas imagens do – “aliás belo”, segundo Lino (1941) – estudo prévio dificilmente se poderá aferir, com todo o

---

<sup>10</sup> Refiram-se as menções ao caso de Portas (1973, p. 731), Pereira & Fernandes (1982, p. 546), França (1991, p. 248 e 266) e Pedreirinho (1994, p. 178).

<sup>11</sup> Depoimento oral conseguido em 1997 durante a realização da investigação.

rigor, qual o grau de alterações que se realizaram no aspeto exterior do edifício. No entanto, segundo Espada Cruz e o que se depreende do texto de Lino, a proposta inicial *falava exteriormente o que era*, um edifício cuja intuito era o de albergar equipamento técnico de transmissão de comunicações – as centrais telefónica e telegráfica de Lisboa –, subsistindo espaço para uma pequena estação urbana no gaveto, algum espaço administrativo e de assistência social.

Segundo Espada Cruz, Adelino Nunes terá de tal forma ficado incomodado com a decisão superior que se recusou a realizá-la, cabendo essa incumbência ao arquiteto estagiário que terá idealizado o revestimento das fachadas com elementos históricos – tipo D. João V – hoje visíveis. Essa tarefa foi facilitada tendo em conta o edifício ter sido, desde o início, estruturalmente concebido em betão armado, com as lajes dos pisos suportadas por uma grelha regular de pilares, permitindo uma planta livre e uma fachada sem funções estruturantes, ironicamente alguns dos princípios preconizados por Le Corbusier. Esta transfiguração sobre a volumetria inicialmente projetada permite mesmo assim, com algum esforço, imaginar o que poderá ter sido a sua proposta inicial, provavelmente extensos panos de tijolo com estreitos rasgamentos de janelas – elementos usados por Adelino Nunes em edifícios com utilizações similares, funcionalmente assegurando a ocultação do equipamento e o melhor resguardo deste, de luz e pó.

No entanto, a *Fantasia* tornara-se oficial por ordem superior e o edifício foi envolto com uma cenográfica fachada<sup>12</sup>, onde o elemento *janela* terá o papel de personagem histórica, ocultando assim o equipamento mais avançado de telecomunicações do país, que se instalava numa zona de transição da cidade com um espaço

---

<sup>12</sup> O carácter nobilitado irá promover, popularmente, a sua denominação como *Palácio dos Correios*, designação originalmente destinada à planeada sede dos CTT, nunca construída.

predominantemente industrial – o Aterro da Boavista. Cidade essa que, como capital do país, talvez fosse desejada mais cosmopolita, talvez como “Nova-Iorque ou [...] outra cidade, na Inglaterra ou na Holanda” (Lino, 1941).

O incómodo, reconhecido anos antes da conclusão da construção do edifício, lê-se no obituário de Adelino Nunes:

“[...] na Central Telefónica de Lisboa, por exemplo, lutou quanto pode [sic] contra a força de certos preconceitos, que tinha como estranhos e nocivos à justa expressão e carácter do edifício, tendo sido forçado a abandonar a solução clara e lógica que havia delineado” ([Obituário...], 1948, p. 42).

### **Funções, Formas e Fantasias**

Não reiterando o velho dogma que associa estritamente determinados cânones formais a determinadas ideologias – a clássica visão *bons versus maus*, modernismo/progresso *versus* tradição/fascismo – o caso do desenvolvimento do *Plano Geral de Edificações* entre as décadas de 1930 e 1940 não deixa de ser um exemplo paradigmático da imposição estética e ideológica do Estado Novo à liberdade criativa do autor, contrária em tudo à sua vontade.

Refira-se que a repulsa de Adelino Nunes não terá sido tanto pelo uso *per se* do léxico tradicional – algo que já fizera noutras ocasiões, justificando-se no carácter *doméstico* dos edifícios menores ou na história ou rusticidade do seu entorno<sup>13</sup> – mas pela intransigente exigência de uma determinada estética (fundada numa política reacionária) que assim se sobrepunha à racionalidade que imperara na conceção dos novos edifícios dos CTT.

---

<sup>13</sup> Léxico que suavemente utilizaria em obras de carácter campestre sem qualquer imposição superior, como na sua própria casa de férias no Bairro do Rodízio (Sintra) ou em encomendas privadas similares construídas durante a década de 1940.

Adelino Nunes não viu a conclusão do edifício das Centrais Telegráfica e Telefónica – tal como oito outros edifícios por si iniciados e cujas construções se arrastaram até meados da década seguinte – falecendo subitamente a 8 de dezembro de 1948, pouco mais de um mês após a inauguração da Exposição dos *15 Anos de Obras Públicas* onde o seu trabalho como arquiteto-chefe da CNE seria fundamental para a apresentação do progresso alcançado nos serviços dos CTT.

## **Anexo**

### **“CENTRAIS TELEGRÁFICA, TELEFÓNICA E CIRCUNSCRIÇÃO TÉCNICA DE LISBOA.**

Os aspectos exteriores do edifício correspondem bem à clara disposição da planta e, certamente, à sua eficiência como central de telégrafos, telefones, e outros serviços técnicos. As fachadas têm expressão apropriada ao destino tecnológico da construção, quasi que chegam a ser sugestivas dos serviços especializados a que dão abrigo. Os materiais empregados são de boa classe, as feições adoptadas e os acabamentos têm propriedade e conferem ao conjunto aquêl aspecto nítido, exacto, congruente, que caracteriza certos aparelhos de industria americana ou inglesa. Para tanto contribui talvez o emprêgo profuso do tejôlo à vista.

– Não seria fácil encontrar fisionomia mais adequada à instalação de serviços de tam importante ramo de comunicações internacionais, e o edifício tal como está projectado não pareceria mesquinho, nem destoaria em qualquer bairro excêntrico de Nova-Iorque ou de outra cidade, na Inglaterra ou na Holanda.

Mas a apreciação de um edifício público de tamanha importância para a nossa cidade, não ficaria completa se não encarássemos também o aspecto urbanístico do problema que se apresenta ao projectar-se esta construção destinada a formar o fundo de uma praça ajardinada no centro da capital, onde a meio da verdura avulta a estátua de bronze de Sá da Bandeira. [...]

O edifício projectado, no seu aspecto suburbano, caracterizadamente fabril, escoreito e funcional, – acrescentará porventura nobreza à Praça de D. Luiz? levantará, pouco que seja, a categoria das construções ali existentes? dará realce ou maior importância ao monumento? falará pelo menos idioma semelhante ao de todos êstes elementos?

O estabelecimento é estritamente de carácter técnico, dirão. Muito bem, e está certo. Mas no centro de uma capital, não haverá também

que ter em conta considerações de ordem circunstancial? O idêntico edifício, revestido de outros aspectos exteriores, mantém a mesma eficiência, nada prejudicando as suas funções o facto de ter fachadas conciliatórias, isto é – que não manifestem absoluta indiferença pelo que existe em redor. [...]

Começa que em Lisboa o emprêgo do tejo à vista tem tido sempre qualquer coisa de rebarbativo. Não há maneira de nos conciliarmos com a praça de touros, com o edifício das Belas Artes na R. Barata Salgueiro, com certa casa no bairro de Lapa, onde o tejo guarda um ar estranho, forçado. O uso dêste material em Lisboa implicaria certo estudo [...]

Em todo o caso, o que me parece é que na introdução do novo edifício na Praça de D. Luiz, inpendem obrigações de carácter urbanístico que se não podem ignorar. Implantar um estabelecimento técnico de feição marcadamente pratica e funcional numa praça de Lisboa [...] sem tomar em consideração a necessidade que se impõe de dignificar o conjunto, parece-me não estar certo [...]

São estas as considerações que me sugere o aliás belo projecto tam bem apresentado pela Comissão dos Novos Edifícios para os C.T.T.

Lisboa, em 8 de Novembro de 1941

Raul Lino [assinado]”

## Referências bibliográficas

- Acciaiuoli, M. (1991). *Os Anos 40 em Portugal: o País, o Regime e as Artes: “Restauração” e “Celebração”* (Dissertação de Doutoramento). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Bártolo, C. (1998a). *Desenho de Equipamento no Estado Novo: as estações de Correio do Plano Geral de Edificações* (Dissertação de Mestrado). Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.
- Bártolo, C. (1998b). *As estações de correio do Plano Geral de Edificações*. Lisboa: Museu das Comunicações
- Bártolo, C. (2015). Os móveis-tipo da Comissão dos Novos Edifícios para os CTT (CNE), 1937-1952. In J. P. Martins (Coord.), *Mobiliário para Edifícios Públicos: Portugal 1934/1974* (pp. 136-141). Lisboa/Casal de Cambra: MUDE/Caleidoscópio.
- CNECTT. (1938). Relatório da Comissão para o Estudo dos Novos Edifícios dos C.T.T. *Revista Oficial do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, n.º 6, agosto/outubro, 168-172.
- França, J. A. (1991). *A Arte em Portugal no Século XX*. Venda-Nova: Bertrand Editora.
- Lino, R. (1941). Centrais Telegráfica, Telefónica e Circunscção Técnica de Lisboa [parecer]. In *Pareceres do Arquitecto Raul Lino, 1937-1942, PT DGMN:DSMN-0288/01* (675). SIPA- Forte de Sacavém, DGPC, Portugal.
- Nunes, A. (1938). O Novo Edifício dos Correios, Telégrafos e Telefones de Alcobaça. *Revista Oficial do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, n.º 6, 165-167.
- [Obituário de Adelino Nunes] (1948). *Arquitectura*, n.º 26, agosto-setembro, 22.
- Pedreirinho, J. (1994). *Dicionário dos Arquitectos*. Porto: Edições Afrontamento.
- Pereira, N. & Fernandes, J. (1982). A Arquitectura do Fascismo em Portugal. In *O Fascismo em Portugal. Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980* (pp. 533-552). Lisboa: A Regra do Jogo.
- Portaria de 16 de novembro, 1934 [Constituição da CNECTT]. *Diário do Governo*, 2.ª Série, n.º 286 (p. 5275). Ministério das Obras Públicas e Comunicações.
- Portas, N. (1973). A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma interpretação. In B. Zevi, *História da Arquitectura Moderna* (vol. 2, pp. 687-744). Lisboa: Editora Arcádia.
- Portugal, CTT. (1938). *Remodelação Financeira, do Material e das Instalações*. Lisboa: Publicidade e Propaganda dos CTT.
- Processo n.º 8009.0-suplementar* (s.d.). Arquivo Histórico da Fundação Portuguesa de Comunicações, Lisboa, Portugal.

## CULTURA E LAZER: O “TEMPO LIVRE” NO ESTADO NOVO

*Susana Constantino*

Amsterdamse Hogeschool voor de Kunsten, Academie van Bouwkunst

ORCID: 0000-0002-0718-1030

*Susana Lobo*

Universidade de Coimbra, Departamento de Arquitetura

ORCID: 0000-0002-9077-0142

**Resumo:** A partir da década de 1930, a organização da sociedade ocidental industrializada vai instituir uma nova noção de “tempo livre”. Cultura e Lazer emergem, neste contexto, como duas atividades centrais na ocupação desse novo tempo e, conseqüentemente, como áreas privilegiadas da propaganda que sustenta a construção dos regimes autoritários europeus da época. E o Estado Novo, com a “Política do Espírito” de António Ferro, não é exceção.

Paradoxalmente, o que se verifica é que a importância dada a estes domínios na afirmação da retórica do regime não teve o mesmo reflexo no investimento direto das Obras Públicas. A construção dos equipamentos dedicados à cultura e ao lazer foi absorvida num contexto muito mais vasto, dentro do qual, as redes de Cineteatros e Pousadas construídas durante o Estado Novo são um resultado particular, controlado, em grande parte, por via legislativa.

Com o final da Segunda Guerra Mundial, Cultura e Lazer afirmam-se como bens da política pública nas sociedades europeias. A promoção e desenvolvimento de uma arquitetura própria para receber esses programas será uma das faces mais visíveis da *civilisation du loisir* e, simultaneamente, um dos aspetos mais reveladores

do desacerto sociopolítico e cultural do Estado Novo em relação à situação internacional.

**Palavras-chave:** Estado Novo, Cultura, Lazer, Cineteatros, Pousadas

CULTURE AND LEISURE:  
'FREE TIME' IN THE ESTADO NOVO

**Abstract:** Since the 1930s, the organisation of the industrialised Western society has established a new notion of “free time”. In this context, Culture and Leisure emerge as two fundamental activities in the occupation of this new time and, consequently, as privileged areas for the propaganda sustaining the establishment of the European authoritarian regimes of the era. The Estado Novo, with António Ferro’s “Politics of the Spirit”, is no exception.

Paradoxically, what happened was that the importance given to these dominions in the affirmation of the regime’s rhetoric did not have the same reflection on the direct investment of Public Works. The construction of equipment dedicated to culture and leisure was absorbed into a much wider context, within which the networks of Movie Theatres and Inns built during the Estado Novo represented a particular result, to a large extent, controlled by the law.

After the end of the Second World War, Culture and Leisure became instruments of public policy in European societies. The promotion and development of a distinctive architecture in order to accommodate these programmes is one of the most visible faces of the *civilisation du loisir* and, simultaneously, one of the most revealing aspects of the sociopolitical and cultural displacement of the Estado Novo regarding the international state of affairs.

**Keywords:** Estado Novo, Culture, Leisure, Movie Theatres, Inns

A partir dos domínios da Cultura e do Lazer, este artigo propõe-se a analisar os resultados no campo da Arquitetura da ação do Estado Novo, examinando os paradoxos e as ambiguidades entre o discurso e a prática. Se, por um lado, a preocupação com essas temáticas constitui um dos instrumentos principais da Propaganda Nacional, o investimento das Obras Públicas foi direcionado para objetos muito específicos que correspondem a visões parcelares do problema. Com o final da Segunda Guerra Mundial e a crescente afirmação de uma *civilisation du loisir* nas sociedades europeias, as opções estratégicas do Estado Novo nessas áreas vão acentuar o seu desfasamento ideológico em relação às restantes nações da Europa.

### **Tempo Livre**

A ratificação, em 1919, da semana de trabalho de 48 horas pela *Organisation Internationale du Travail*, criada pelos países signatários do Tratado de Versalhes, levanta um novo desafio à sociedade industrializada: a organização dos tempos livres dos trabalhadores. Dividido o quotidiano em “três oitos” – oito horas de trabalho, oito horas de repouso e oito horas de sono –, o enquadramento social do lazer operário é entendido como dever moral do Estado (Thiesse, 2001). Questão que ganha contornos nunca antes considerados com a atenção dada à instrumentalização do recreio popular pelos regimes totalitários europeus e à sua centralização em organismos de caráter político-ideológico. Cultura e Lazer constituem, neste contexto, áreas privilegiadas de doutrinação e de difusão da retórica nacionalista que sustenta a construção das ditaduras fascistas. E o Estado Novo, com a “Política do Espírito” de António Ferro, não é exceção.

Acompanhando o modelo das suas congéneres italiana *Opera Nazionale Dopolavoro* (1925) e alemã *Kraft Durch Freude* (1933), em 1935, é criada, em Portugal, a Fundação Nacional para a Alegria no

Trabalho, organismo que, por sua vez, serve de referência à espanhola *Obra Nacional Educación y Descanso* (1939). Com o objetivo de “promover por todas as formas ao seu alcance o aproveitamento do tempo livre dos trabalhadores portugueses por forma a assegurar-lhes o maior desenvolvimento físico e a elevação do seu nível intelectual e moral” (Decreto-Lei n.º 25.495, 1935), a ação da FNAT divide-se entre a organização de passeios e excursões, demonstrações atléticas e festas desportivas, cursos de ginástica e de educação física, e a promoção de conferências, horas de música e de teatro, sessões de cinema educativo e palestras radiofónicas, visitas de estudo a museus, monumentos e outros locais de interesse histórico, bibliotecas populares e cursos de cultura profissional ou geral. Dentro desta dupla ordem de realizações, a criação de colónias de férias para os seus associados beneficiários é das mais representativas do alcance da obra da Fundação, em particular a construção da colónia balnear “Um Lugar ao Sol” na Costa da Caparica, inaugurada em 1938, a primeira do género e a única projetada de raiz como uma “aldeia de férias”<sup>1</sup>.

Contextualizados os lazeres operários na estrutura ideológica do regime, é neste âmbito que se compreende a adoção e regulamentação, a 13 de junho de 1937, da convenção internacional do direito a férias pagas, ainda que, em Portugal, esta fosse uma realidade não transversal a todos os empregados ou assalariados e metade da população ativa se encontrasse ligada ao trabalho agrícola (Rosas, 1992, p. 273), completamente ignorado na legislação. As férias afirmavam-se, assim, como um fenómeno eminentemente urbano.

É precisamente sobre as consequências do lazer no desenho da cidade funcional que o 5.º Congresso Internacional de Arquitectura Moderna (CIAM), realizado, em Paris, de 28 de junho a 2 de julho desse

---

<sup>1</sup> Modelo arquitetónico e turístico que vai estar na origem de conceitos inovadores como o de “aldeamento de férias” ou o de “time-sharing”, regulamentados pela primeira vez, em Portugal, em 1986 e 1981, respetivamente (Lobo, 2012, p. 958).

mesmo ano, se vai centrar. Sob o tema *Logis et Loisirs*, o congresso debate o que se considera ser o “mais urgente problema do nosso tempo: a “habitação” e, a ela “imediatamente ligada, como inseparável, a noção do lazer” (CIAM, 1937, p. 6). O lazer, definido, no congresso anterior, como uma das quatro funções do urbanismo moderno era, até então, entendido apenas como uma atividade de ocupação dos tempos livres quotidianos, após o trabalho e circunscrita à utilização dos espaços verdes da cidade. No CIAM 5, a sua importância é definitivamente reequacionada, quando Le Corbusier, na conclusão da sua intervenção, proclama a habitação e o lazer como bens essenciais que deviam ser garantidos pelos serviços públicos, “uma obrigação da comunidade para todos” (CIAM, 1937, p. 27).

Como resultado direto da gradual democratização do direito a férias pagas, a noção de lazer nos “tempos modernos” é alargada ao âmbito semanal e anual, compreendendo, não só atividades de repouso e desportivas, mas também, atividades culturais e de valorização pessoal, ao encontro dos princípios de educação popular tão caros aos discursos políticos da época<sup>2</sup>. Na verdade, a escolha do tema terá sido proposta pelo próprio Le Corbusier por influência da agenda do governo da Frente Popular de Léon Blum (Mumford, 2002, p. 110), eleito em 1936 e responsável pela introdução das “férias pagas” em França. Esse mesmo tema, estende-se também ao *Pavillon des Temps Nouveaux: Essai de Musée d'Education Populaire*, desenhado em co-

---

<sup>2</sup> O discurso apresentado ao congresso por Josep Lluís Sert, vice-presidente dos CIAM e membro do grupo catalão GTCPCAC (Grupo de Arquitetos e Técnicos Catalães para o Progresso da Arquitetura Contemporânea), introduz, inclusivamente, duas ideias que vão ser incontornáveis nas preocupações da organização das cidades e do território no pós-guerra: a vida coletiva como uma função urbana e o planeamento integrado de zonas de férias, como as cidades balneares (CIAM, 1937, pp. 32-41). De resto, em relação a esta última questão, Sert havia já realizado, em 1929, um projeto para um “Pueblo de veraneo en la Costa Brava”, com Josep Torres Clavé (Freixa, 1997, p. 14) e, em 1931-1936, para a “Ciutat de Repòs i de Vacances”, desenvolvido pelo GATCPAC como parte do Plano Macià de Barcelona e apresentado, em 1933, no IV CIAM (Rovira, 2004, pp. 35-46).

laboração com Pierre Jeanneret para a *Exposition Internationale des Arts et Techniques dans la Vie Moderne* a decorrer, naquela mesma cidade, durante a realização do CIAM 5.

O reconhecimento da necessidade da organização dos tempos livres não foi, portanto, restrito aos estados totalitários, nem uma questão exclusivamente política e/ou social. Perante o crescente número de operários urbanos, a sua consideração passava, agora, pela planificação de espaços e de programas específicos que proporcionassem o contato direto com o meio natural e a prática de atividades adequadas ao descanso, divertimento e desenvolvimento físico e mental, no pressuposto que “o ambiente forma o indivíduo” (“L’ambiant forma l’individu”, 1937, p. 10).

Já no pós-guerra, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, ratificada pela ONU em 1948, vem consagrar o direito de “toda a pessoa” a férias periódicas pagas. Deste princípio ressalta que o tempo de lazer, agora alargado a uma generalizada classe média, deixa de ser entendido apenas na sua dimensão coletiva para ser concebido como um tempo pessoal, definido “em função dos desejos individuais” (Corbin, 2001, p. 457). Um novo tempo que ganha autonomia e significado em si mesmo no período de prosperidade dos *Trente Glorieuses*<sup>3</sup>, substituindo progressivamente o tempo de trabalho na base de todas as relações da sociedade capitalista de consumo no que o sociólogo francês Joffre Dumazedier (1962) coloca a hipótese de ser o caminho para uma nova civilização, na qual o lazer das massas deve ser integrado numa democracia cultural sustentada por abrangentes políticas de educação e informação: *la civilisation du loisir*.

---

<sup>3</sup> Expressão cunhada pelo sociólogo francês Jean Fourastié (1979) e que se refere ao período de prosperidade vivido na Europa, entre o final da Segunda Guerra Mundial e a Crise do Petróleo de 1973.

## Cultura e Lazer

Não sendo uma questão inteiramente nova, é com o Estado Novo que o problema da planificação e ocupação do tempo livre adquire em Portugal maior expressão, enquadrado no modelo de organização corporativista e de matriz nacionalista que “haveria de presidir à política, às relações de trabalho, aos lazeres, à vida em família, à educação dos jovens ou à cultura em geral” (Rosas, 1992, p. 141). Essa tarefa vai ser desempenhada por organismos instituídos especificamente para esse efeito, como a FNAT, mas, também, outros de intuito mais abrangente, dos quais se destaca o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), criado em 1933<sup>4</sup>.

Responsável por organizar todas as manifestações culturais, populares e educativas destinadas ao desenvolvimento de uma cultura denominada de “nacional”, o SPN vai assumir uma importância estratégica na fixação da imagem do regime e da consequente mensagem ideológica que se pretendia transmitir. Era necessário materializar os valores de uma nova unidade nacional e dar significação às obras do regime, assegurando que passava para o país e para o exterior a ideia de um Estado moderno, com capacidade de realização e de dedicação às artes. Dentro deste campo de ação, a Cultura e o Lazer, enquanto meios de propaganda, vão ser determinantes na construção do discurso do Secretariado e na sua tradução visual. É neste plano que se compreende o estatuto simbólico que o Cinema e o Turismo assumem como representação paradigmática desses dois vetores e do seu cruzamento.

---

<sup>4</sup> Em 1944 o SPN passa a denominar-se Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI) e, em 1968, muda novamente de nome para Secretaria de Estado da Informação e Turismo (SEIT).

António Ferro era um manifesto admirador do Cinema enquanto expressão artística<sup>5</sup>. Na sua missão de orquestrar uma imagem para o regime e para o país, desde cedo compreendeu o alcance deste meio como um instrumento com enorme capacidade de influência para idealizar realidades alternativas. Como afirmaria mais tarde:

“a sua magia, o seu poder de sedução, a sua força de penetração são incalculáveis. Mais do que a leitura, mais do que a música, mais do que a linguagem radiofónica, a imagem penetra, insinua-se quase sem dar por isso, na alma do homem [...]. O espectador é um ser passivo, mais desarmado que o leitor” (Ferro, 1950, p. 44).

Num primeiro momento, o SPN faz uso do cinema através do patrocínio de longas-metragens de ficção, incentivando os temas históricos, regionais e a adaptação dos grandes romances nacionais, situação que se tornará mais eficaz com a implementação do Fundo do Cinema Nacional, atribuído apenas a filmes representativos “do espírito português”, da sua história e tradições (Lei n.º 2.027, 1948)<sup>6</sup>. No entanto, a grande aposta do regime será na produção de documentários noticiosos que, mais do que importantes veículos de propaganda, seriam a face dos acontecimentos que marcaram a “construção da memória histórica do Estado Novo” (Torgal, 1996, p. 303). Refletindo as prioridades da mensagem oficial, os conteúdos mais visados nesses documentários foram os grandes atos do regime: comemorações, manifestações, homenagens e inaugurações, seguidos de referências ao mundo rural, ao seu quotidiano e às suas tradições, retratados sempre de modo folclórico e estereotipado.

---

<sup>5</sup> Veja-se, por exemplo, as obras de sua autoria como “Novo Mundo, Mundo Novo” ou “Hollywood, capital das imagens”, escritas na década de 1930, onde faz a apologia ao novo, ao moderno e à imagem. Sobre o assunto, ver Torgal (1996).

<sup>6</sup> O Fundo do Cinema Nacional é criado com a Lei de Proteção do Cinema do SNI e promulgada pela Lei n.º 2.027, de 18 de fevereiro de 1948.

Juntando a preocupação em controlar o tempo livre da população operária e rural com a necessidade de fazer chegar os documentários de propaganda ao maior número possível de espectadores, o SPN cria, em 1935, o Cinema Ambulante. As viagens pelas povoações do interior do país iniciam-se dois anos depois, em 1937, tendo o seu número aumentado exponencialmente nos anos seguintes. Segundo os números oficiais, no ano de 1951 ultrapassou-se o número total de 3 milhões de espectadores, conseguindo-se, assim, alcançar o propósito de “levar aos confins da província, às pequeninas aldeias perdidas, essa forma moderna de expressão artística e de proveitosa lição das coisas” (SPN, 1940, p. 59).

A partir de 30 de dezembro de 1939, o SPN passa, também, a coordenar todas as questões relacionadas com o Turismo, com a transferência do Conselho Nacional de Turismo<sup>7</sup> do Ministério do Interior para a sua dependência (Decreto n.º 30.251, 1939). Esta mudança de tutela é resultado direto do programa de comemorações do *Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal*, anunciado a 27 de março de 1938 e a ser celebrado em 1940. Depois de uma “Era de Restauração” (1926-1936), centrada, simultaneamente, na recuperação do património nacional, através da ação da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DEMN)<sup>8</sup>, e na procura de uma imagem que afirmasse a atualidade própria de

---

<sup>7</sup> Órgão criado, em 1911, na sequência da realização, em Lisboa, do *IV Congrès International de Tourisme*, evento que ajuda a trazer à recém-instaurada República o reconhecimento externo de que precisava para se afirmar enquanto governo numa Europa à beira de um conflito mundial. Portugal era, desta forma, o terceiro país a reconhecer oficialmente o impacto desta atividade na conjuntura socioeconómica internacional, logo a seguir à Áustria e à França. Sobre as bases lançadas pela Primeira República para a organização oficial do turismo, consultar Pina (1988, pp. 21-23), Cunha (2010, pp. 132-133) e Lobo (2012, pp. 55-70).

<sup>8</sup> Criada, em 1929, no Ministério de Obras Públicas e Comunicações (MOPC), a DGEMN cedo revela a vocação patrimonial e museológica do Estado Novo, promovendo a reparação integral e o restauro de diversos monumentos, numa leitura seletiva da história e memória coletivas que servia o ideário nacionalista e que interessava, agora, desenvolver.

um novo regime, seguia-se, agora, uma “Era de Engrandecimento” (1940-1945), apostada em consolidar os contornos ideológicos do Estado Novo e em afirmar a integridade territorial e moral da nação portuguesa, ameaçada no quadro da Segunda Guerra Mundial.

Centro das comemorações e o produto mais emblemático da parceria entre António Ferro, à frente do SPN, e Duarte Pacheco, na direção da Câmara Municipal de Lisboa e do Ministério das Obras Públicas e Comunicações (MOPC), a *Grande Exposição Histórica do Mundo Português* apresentou, pela sua visibilidade, a oportunidade certa para cristalizar e divulgar esses ideais, num misto entre monumentalidade historicista e ruralidade pitoresca. Paralelamente, o Plano dos Centenários previa uma série de melhoramentos a realizar por todo o país<sup>9</sup>. No que se refere ao Turismo, as obras mais estruturantes seriam a abertura da Estrada Marginal (1934-1940), de Lisboa a Cascais, e da Autoestrada Turística até ao Estoril (1.º troço 1935-1944), a construção do Aeroporto da Portela de Sacavém (1936-1942) e das Gares Marítimas de Alcântara (1934-1943) e da Rocha do Conde de Óbidos (1934-1948), no porto de Lisboa. Concentradas em torno da capital, estas infraestruturas vinham melhorar o acesso, interno e externo, a Lisboa e, daí, à Costa do Sol, então a mais internacional das Zonas de Turismo portuguesas. No Porto é inaugurado o Aeroporto de Pedras Rubras, a 2 de dezembro de 1945.

É, no entanto, o projeto das Pousadas de Portugal que melhor traduz a política de turismo do Estado Novo. Inspiradas no modelo dos *Albergues de Carretera* do Patronato Nacional de Turismo espanhol, criado em 1928, e fundamentadas na tese de Francisco de Lima, apresentada ao I Congresso Nacional de Turismo de 1936, as Pousadas “devendo pelo seu estilo e cor local, integrar-se tanto quanto possível no pitoresco das regiões, tendo em vista o objetivo essencial

---

<sup>9</sup> Sobre o vasto programa de intervenções levadas a cabo ao abrigo do chamado “Plano dos Centenários”, consultar Brito (1991).

da propaganda turística” (Decreto-Lei n.º 31.259, 1941), vão dar corpo ao conceito de uma “hotelaria de fisionomia nacional” (Pina, 1988), já ensaiado, em 1933, no “Concurso do Hotel Modelo” da revista *O Notícias Ilustrado*<sup>10</sup>. A sua construção, anunciada oficialmente em 1939, fica a cargo da DGEMN e os interiores são agenciados, em idílicas interpretações do mundo rural que se prestavam ao imaginário do regime, pelos artistas-decoradores do SPN/SNI, sendo as primeiras destas estruturas implantadas em pontos-chave dos principais itinerários rodoviários do país, dividindo-os em etapas.

A partir dos anos cinquenta, assiste-se a uma atualização deste conceito. Por um lado, reformulando-se o programa das Pousadas Regionais, quer em termos funcionais, com uma maior complexificação dos espaços sociais, quer em termos formais, reflexo do debate disciplinar espoletado pelo I Congresso Nacional de Arquitectura, de 1948, e pela realização do “Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa”, lançado em 1955. Por outro, complementando a construção de estruturas de raiz com uma rede de Pousadas Históricas, que, a exemplo dos *Paradores* espanhóis, passava pela adaptação à função hoteleira de edifícios ou conjuntos monumentais, entretanto restaurados pela DGEMN ou em risco de conservação patrimonial. Em qualquer uma destas modalidades, tratava-se, agora, de tentar equilibrar as naturais assimetrias da oferta turística do país, investindo em locais não con-

---

<sup>10</sup> Contra a proliferação, no nosso país, do modelo internacional dos hotéis *Palace*, o Concurso do Hotel Modelo propunha o estudo de uma nova tipologia de carácter nacional e expressão regional, que veiculasse um regresso aos valores da cultura e tradição portuguesas, não deixando, no entanto, de atender às necessidades de conforto dos tempos modernos. Para isso, são convidados oito jovens arquitetos, a quem o Conselho Nacional de Turismo atribui uma pequena bolsa de indemnização, encarregados de desenvolver o projeto de oito propostas de hotel, uma por cada uma das oito províncias portuguesas. Os resultados seriam objeto de uma exposição itinerante que, com o apoio da CP, percorreu as principais cidades e vilas do país, num vagão preparado especificamente para o efeito (Brito, 1991, pp. 564-566; Lobo, 2006, pp. 22-24). Para consulta das referências primárias, ver “O nosso jornal e o turismo. Exposição do Hotel Modelo” (1933, 30 de julho). *Notícias Ilustrado*, p. 9; “A grande exposição do Hotel Modelo será inaugurada brevemente” (1933, 10 de setembro). *Notícias Ilustrado*, pp. 4-5; e “Hotel Modelo” (1933, 24 de setembro). *Notícias Ilustrado*, p. 9.

siderados rentáveis pela iniciativa privada, e de promover espaços de permanência que sedimentassem um turismo de caráter interno (Fig. 1).



Fig. 1: Pousada de Santo António, Serém (Arq.º Rogério de Azevedo, 1942). Foto de Mário Novais.  
Fonte: Coleção Estúdio Mário Novais. Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) [CFT003 006086.ic].

Projeto inovador, nos termos em que pensa uma estratégia de intervenção à escala do território nacional, elegendo e promovendo diferentes pontos de interesse turístico e dotando-os de modernas estruturas hoteleiras, as Pousadas de Portugal vão sobreviver ao próprio Estado Novo, afirmando-se como símbolos de uma política oficial de turismo. Pela sua extensão, no tempo e no espaço, e pela qualidade das intervenções preconizadas, enquanto expressão de uma cultura arquitetónica que se foi construindo ao longo de todo o século, são, ainda hoje, um dos mais nítidos reflexos da arquitetura portuguesa do século XX<sup>11</sup>.

### **Ideologia e Prática**

Cultura e Lazer são, assim, temas centrais na construção do discurso ideológico do Estado Novo. No entanto, a atitude oficial sobre a construção de equipamentos ao serviço destas duas áreas foi muito distinta.

Dentro do vasto leque de equipamentos públicos promovidos pelo regime, as intervenções em edifícios destinados a programas de cultura não corresponderam a uma das suas prioridades. O Estado distinguia claramente entre intervenções de carácter excecional em grandes edifícios para a instalação de Teatros ou Museus nacionais e a hierarquização dos restantes equipamentos, o que conduziu, por exemplo, à redefinição de uma rede museológica regional, fortemente marcada por uma perspetiva etnográfica (Guimarães, 2001, pp. 220-241). No caso dos recintos de espetáculos e, em particular, nos espaços dedicados ao Cinema, a intervenção direta do Estado foi ainda mais reduzida. O Cinema Ambulante e outras iniciativas populares que o SPN organizava pelo país, como as Missões Culturais e os Serões para Trabalhadores, realizavam-se nas Casas do Povo ou de Pescadores, Grémios, Juntas de

---

<sup>11</sup> Para uma leitura mais aprofundada sobre o projeto das Pousadas de Portugal, consultar Lobo (2006).

Freguesia, salas de teatro ou ao ar livre. Também o Teatro do Povo e as Bibliotecas Itinerantes, outras duas grandes apostas desse mesmo organismo, tinham a sua própria estrutura ambulante, que era montada no espaço público das vilas e aldeias. Deste modo, o regime via garantida a divulgação da sua mensagem ideológica por todo o país sem a necessidade de empreender ou de incentivar a construção de recintos específicos para a exibição cinematográfica, que ficaram, assim, nas mãos da iniciativa privada, composta por pequenos empresários ou sociedades locais.

O Estado não deixará, no entanto, de condicionar superiormente essa mesma construção, através do seu papel legislador e fiscalizador. Logo em 1927, é publicado o Decreto n.º 13.564, diploma que irá regular a construção das salas de espetáculos durante os trinta anos seguintes e cujas disposições vão determinar as características formais e urbanas deste tipo de equipamentos ao longo desse período<sup>12</sup>. Em particular, este diploma exigia que os recintos de espetáculo públicos fossem de uso exclusivo, conduzindo à construção de equipamentos urbanos autónomos e funcionalmente dedicados, enquanto que nas restantes cidades da Europa vinham surgindo, desde cedo, salas de cinema localizadas em edifícios multifuncionais. Desta medida resulta a forte presença urbana que estes equipamentos vão assumir no desenho da cidade, surgindo, em muitos dos casos, isolados, em gavetos ou definindo frentes de praças (Fig. 2).

---

<sup>12</sup> O Decreto n.º 13.564, de 6 de maio de 1927, reúne uma série de disposições relativas aos espetáculos, mas, também, à construção, reconstrução e alteração dos recintos a eles destinados. Este decreto vigorou até 1959, data em que foi revogado com a publicação do novo regime de “Condicionamento da Abertura de Salas de Cinema e Cine-Teatros” (Decreto-Lei n.º 42.660). Sobre o reflexo daquele decreto na construção dos Cineteatros em Portugal, ver Constantino (2010), pp. 73-82.



Fig. 2: Cineteatro Joaquim de Almeida, Montijo (Arq.º S. Gomes e F. Gonçalves, 1957). Foto de Horácio Novais. Fonte: Coleção Estúdio Horácio Novais. Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) [CFT164 54796].

Por outro lado, a ação dos Serviços Técnicos da Inspeção de Espectáculos obrigava a que, nas cidades médias onde não existisse nenhuma outra sala de espetáculos, a construção de uma nova sala de Cinema fosse sempre complementada com os meios técnicos necessários para receber representações teatrais. Este facto, que vai obrigar a um investimento muito maior e mais complexo por parte dos investidores privados, deriva diretamente da vontade política de promover o teatro enquanto principal meio de expressão artística nacional, associando-o ao cinema, espetáculo com muito maior difusão junto das populações. Ainda que estas medidas tenham sido muitas vezes acusadas de impedirem o aparecimento de um maior número de salas no país (Fragoso, 1946, pp. 56-58) foram, na verdade, a razão para o desenvolvimento, à escala nacional, de um novo tipo de equipamento cultural, que conjugava num edifício

único as valências dedicadas ao Cinema e ao Teatro e cuja arquitetura acompanha o próprio percurso da arquitetura portuguesa no período do Estado Novo. Entre soluções com diferentes abordagens estéticas, encontrou-se uma resposta tipológica inovadora, que juntava num único edifício dois programas que apenas aparentemente eram semelhantes.

Deste modo, os grandes equipamentos urbanos de sociabilização e cultura que surgiram na maioria das cidades portuguesas entre 1930 e 1960 seriam os Cineteatros, equipamentos com uma forte autonomia tipológica, profundamente determinada por via legislativa e, na sua maioria, construídos pela iniciativa privada. De entre os inúmeros casos de edifícios construídos de raiz em Portugal, ao longo de todo esse período, apenas um se deve à iniciativa do Estado: o Teatro Académico de Gil Vicente integrado nas Instalações Académicas da Cidade Universitária de Coimbra, construídas entre 1958 e 1961. Apesar de ser planeado dentro do período de vigência da lei de 1927, este edifício é já um caso particular, inserido num conjunto mais abrangente e, paradoxalmente, um equipamento cívico que partilha as suas referências urbanas e arquitetónicas com as experiências tipológicas que se vinham fazendo na Europa, sob os auspícios das políticas de reconstrução do pós-guerra e da renovação do discurso disciplinar da arquitetura moderna (Constantino, 2018) (Fig. 3).



Fig. 3: Teatro Académico de Gil Vicente, Instalações Académicas de Coimbra (Arq.º A. Pessoa e J. A. Manta, 1958-1961). Foto de Horácio Novais. Fonte: Coleção Estúdio Horácio Novais. Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) [CFT164 160943].

No que respeita aos equipamentos de Lazer e, em particular, aos dedicados ao Turismo, o Estado Novo tem, como vimos, uma filosofia mais interventora, assumindo-se, ele próprio, no caso das Pousadas de Portugal, como promotor hoteleiro. Situação inédita que só encontra paralelo no Patronato Nacional de Turismo espanhol, com a rede de *Albergues de Carretera* e da *Junta de Paradores y Hosterías del Reino*, e, a partir dos anos cinquenta, na Organização Nacional de Turismo grega e a sua rede de equipamentos *Xenia*<sup>13</sup>. Em qualquer um destes exemplos, o que se pretendeu com esta medida foi educar e orientar a iniciativa privada, construindo maquetas animadas e à escala real onde se estabelecem os padrões

---

<sup>13</sup> Sobre a rede de equipamentos *Xenia*, consultar Alifragkis & Athanassiou (2012), pp. 208-227.

de qualidade e de conforto que deviam servir de modelo à nova indústria hoteleira. Autênticas lições de “Bom Gosto”, trabalhadas desde a arquitetura e a decoração de interiores, à gastronomia e, mesmo, à indumentária dos empregados. É um balanço desse trabalho e da extensa obra de divulgação cultural e de propaganda ao serviço do Estado Novo que António Ferro vai celebrar na exposição *14 Anos de Política do Espírito*, realizada na galeria da nova sede do SNI, no Palácio Foz, no mesmo ano da celebração dos *15 Anos de Obras Públicas: 1932-1947*.

Fora o caso particular das Pousadas, em que o discurso oficial é refletido num programa específico a que a arquitetura deu resposta, a intervenção do Estado é, no Turismo tal como na Cultura, essencialmente legisladora. No mesmo ano em que se regula a construção de salas de espetáculos, são definidas as Zonas de Jogo Permanente (Decreto n.º 14.643, 1927) e as Zonas de Jogo Temporário (Decreto n.º 14.722, 1927), e, três anos depois, é aprovado o Regulamento dos Hotéis (Decreto n.º 19.101, 1930), em que se define a nomenclatura classificativa das diferentes modalidades de estabelecimentos hoteleiros. Destas duas medidas resultaria, por um lado, a construção de espaços próprios, fora dos principais centros urbanos do país, para a exploração legítima dos jogos de fortuna ou azar – os Casinos – e de uma nova série de hotéis do tipo *Palace*, ambos da responsabilidade das sociedades concessionárias das zonas de jogo; e, por outro, a sistematização e uniformização da oferta hoteleira disponível no país, estabelecendo parâmetros fixos de avaliação que permitissem elaborar um cadastro rigoroso do número e tipo de equipamentos existentes em cada região e estabelecer as categorias em que estes podiam ser agrupados – hotéis de luxo e hotéis de 1.ª, 2.ª e 3.ª classes. Os estabelecimentos que não satisfizessem os requisitos necessários teriam de “adoptar a designação de hospedaria, pensão ou outra equivalente, consoante os casos, sob pena de serem encerrados” (Decreto n.º 19.101, 1930).

É só nos anos cinquenta que nova legislação tem igual impacto no sector, com a introdução, em 1954, do conceito de Utilidade Turística, pela Lei n.º 2.073, e a criação, em 1956, do Fundo de Turismo, pela Lei n.º 2.082. Para além de se atribuírem importantes benefícios fiscais à iniciativa das empresas particulares, funcionando como estímulo ao capital privado para investir na construção de novas unidades hoteleiras ou na requalificação das existentes e como garantia do nível de qualidade da oferta, previa-se a possibilidade do Estado conceder subsídios de comparticipação e linhas de crédito com condições excepcionais para a realização de obras consideradas oficialmente de interesse turístico. Ao abrigo desta nova legislação assistimos, ao longo dos anos sessenta, a uma expansão significativa do parque hoteleiro nacional e à sua diversificação, com arranque assinalado pela inauguração, em 1959, do Hotel Ritz, em Lisboa.

É junto à costa, com o aparecimento dos primeiros Hotéis de Praia, e em especial no Algarve, com a inauguração, em 1965, do Aeroporto Internacional de Faro e, em 1966, da Ponte Salazar sobre o rio Tejo, ligando aquela região diretamente ao exterior e melhorando o seu acesso a partir da capital, que se regista o maior investimento. Resultado do surto em grande escala que se verifica, nesta década, nos destinos de “Sol e Mar”, o Algarve, por extensão do que acontece na *Costa del Sol* espanhola, será alvo de um desenvolvimento urbano-turístico acelerado. Já não é de um turismo idealista que se trata, mas de um turismo de massas, “no sentido de multidão e também no sentido de dinheiro e de proveitos”, “cuja exploração pode trazer ao País apreciáveis rendimentos” (Amaral, 1961, p. 11). Acompanhando a situação, e com o objetivo de se dotar dos instrumentos necessários para informar a atuação oficial, o governo português promove, através do SNI e da Direção-Geral dos Serviços de Urbanização (DGSU) do MOPC, o estudo exaustivo deste território sob vertentes distintas: turística, urbanística e paisagística. Daqui resultariam o Plano de Valorização Turística do Algarve (1963), o Plano Regional do Algarve (1963-1966)

e Estudo Preliminar do Ordenamento Paisagístico do Algarve (1965-1967). O desenrolar da Guerra Colonial (1961-1974) iria cercar a capacidade de realização do Estado Novo, acabando nenhum destes planos por ser implementado e o futuro do Algarve, tal como o do resto do país, por ser deixado nas mãos da administração local e dos interesses da iniciativa privada.

Curiosamente, no Plano Intercalar de Fomento, para o triénio de 1965-1967, são introduzidos, pela primeira vez, um capítulo dedicado exclusivamente à Habitação e outro ao Turismo. Trinta anos depois do CIAM 5, *Logis et Loisirs* continuavam a ser problemas urgentes e por resolver. Mas, em Portugal, ao contrário do que anunciado por Le Corbusier nesse encontro, o Estado Novo nunca apresentou soluções que fossem dirigidas “para todos” (CIAM, 1937, p. 27).

## **Conclusão**

Apesar do papel intervencionista exercido, quer através do SPN/SNI, quer do MOPC, o Estado Novo nunca atribuiu à Cultura e ao Lazer um estatuto de bem comum. Mesmo depois da Segunda Guerra Mundial, quando nos restantes países europeus se começa a adotar o modelo do *welfare state*, Portugal manteve um sistema protecionista de base corporativa, à margem da garantia transversal dos direitos individuais dos seus cidadãos. Se, no início, o SPN partilha dos mesmos valores e princípios de outros organismos de propaganda e de reeducação nacional existentes na Europa, o final da guerra vai acentuar as suas divergências ideológicas. Em 1944, antecipando as alterações que o fim da guerra poderia trazer, o Secretariado de Propaganda Nacional é transformado em Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, substituindo, na sua designação, a conotação negativa de “Propaganda” pelas ideias mais contemporâneas de Cultura e Lazer de massas. No entanto, ao contrário do sinal de adaptação que esta alteração poderia fazer crer, o

SNI passa a integrar os Serviços de Censura, agravando a ingerência do poder na produção artística.

A Europa seguia um caminho diferente, acusando um desfazamento cada vez mais notório. Dois anos depois, em 1946, é criado, em Inglaterra, o *Arts Council of Great Britain*, organismo independente responsável, naquele país, pelo apoio público à cultura e às artes durante as décadas que se seguiram ao final da guerra. A sua ação de promoção, acesso e integração definiram a Cultura e o Lazer como bens da política pública e direitos de todos os cidadãos, determinando a sua conseqüente materialização arquitetónica e urbana. A construção destes múltiplos novos equipamentos coletivos, financiados inteiramente com fundos públicos, partiu, assim, do mesmo tipo de iniciativa estatal adotada para as restantes obras públicas e permitiu, simultaneamente, explorar novos conceitos e formas de acomodar o Lazer e a Cultura de massas (Gosseye & Heynen, 2013). É na resposta disciplinar a esses programas inovadores que a arquitetura dos equipamentos de Cultura e Lazer se associa, no pós-guerra, ao projeto de reconstrução europeu.

Em Portugal, como vimos, esses dois domínios, embora centrais na construção do discurso ideológico do regime, não foram considerados como prioritários no quadro de investimentos nacionais. Dentro do vasto leque do programa de obras públicas do MOPC, os equipamentos dedicados à Cultura e ao Lazer foram absorvidos num contexto muito mais vasto de infraestruturação territorial, centrando-se a grande parte da sua atividade, nessas áreas, na intervenção em Monumentos Nacionais<sup>14</sup>. Ainda assim, através das diferentes vias

---

<sup>14</sup> Até 1953, as obras relativas à “Instalação de Serviços” correspondiam a 8,73% do total do montante despendido nas realizações a cargo do MOPC, enquanto os “Estabelecimentos Culturais e Monumentos” alcançavam apenas 1,64%. Deste valor, as intervenções diretas em “Monumentos” a cargo da DGEMN ocupam 87,5%, sendo substancialmente menor o valor dedicado à “Instalação de Museus, Bibliotecas Públicas ou intervenções em Teatros”. No valor total são residuais as percentagens dedicadas aos “Equipamentos e Instalações Desportivas” e aos “Equipamentos de

analisadas, consolida-se uma considerável rede a nível nacional, quer de equipamentos de Cultura, como os Cineteatros, quer de equipamentos de Lazer e Turismo, como as Pousadas<sup>15</sup>. E, em paralelo, a sua importância enquanto polos dinamizadores de novas centralidades urbanas e regionais não é ignorada pelo Estado, figurando nos Planos Gerais de Urbanização, instituídos por Duarte Pacheco, em 1934, como elementos estruturantes do desenho urbano, lado a lado com os restantes serviços oficiais.

Com a saída de António Ferro do SNI, em 1950, e o esmorecimento da política de Obras Públicas do MOPC, agrava-se em Portugal a ausência de uma política cultural abrangente e integrada numa visão de progresso ou de modernização da sociedade. Cultura e Lazer, e principalmente a construção de espaços destinados a estas atividades, deixam de fazer parte da retórica de uma identidade nacional. Sem o pressuposto ideológico na sua base, a partir da década de sessenta, estas duas áreas abrem-se à liberalização da economia e seguem caminhos próprios. Os Cinemas, ao abrigo da nova legislação sobre o condicionamento de salas de espetáculos, começam a surgir em *multiplex* ou centros comerciais, perdendo a sua autonomia enquanto equipamento no espaço público. Só mais tarde, já após o fim do regime, é que os equipamentos culturais serão vistos como elementos estruturais na afirmação política, cultural e social do país, cumprindo a definição da *civilisation du loisir*, na qual, para todas as sociedades industriais e democráticas, a Cultura e, em particular, a Cultura Popular “aparece como uma possibilidade, uma necessidade, um valor”. (Dumazedier,

---

Turismo”, no caso, a edificação de nove Pousadas que aparecem com a designação de “Edifícios não especificados”, por pertencerem à tutela do SPN. Dados retirados de Presidência do Conselho (1953, pp. 52-53 e quadros anexos).

<sup>15</sup> No período de vigência do Decreto n.º 13.564, entre 1927 e 1959, foram licenciados e construídos de raiz mais de 90 Cineteatros (Constantino, 2010). Por seu lado, entre o anúncio do lançamento do projeto das Pousadas de Portugal, em 1939, e o fim do Estado Novo, em 1974, foram construídas e/ou projetadas 33 destas unidades, 14 em edifícios construídos de raiz, 8 instaladas em edifícios existentes, 7 em monumentos e 4 em centros históricos (Lobo, 2006).

1962, p. 122). No Turismo essa liberalização é ainda mais evidente, com o capital privado a patrocinar o ensaio e a diversificação tipomorfológica dos equipamentos que vão conformar as novas cenografias do lazer na costa portuguesa – Hotéis de Praia, Casinos, Piscinas de Mar, Megaestruturas Hoteleiras, Aldeamentos Turísticos e Cidades de Férias –, e com a abertura, ainda que relativa, do mercado nacional ao investimento estrangeiro durante o período marcelista, no que Mario Gaviria veio a designar de “neocolonialismo do espaço de qualidade” (Gaviria, 1975) (Fig. 4).



Fig. 4: Grande Hotel da Figueira, Figueira da Foz (Arq.º Inácio Peres Fernandes, 1948-1953). Foto de Horácio Novais. Fonte: Coleção Estúdio Horácio Novais. Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) [CFT164 162203].

São estas “arquiteturas do sol” que vão, agora, povoar o imaginário turístico do país e se afirmar como epítome de um novo estilo de vida, ou *lifestyle*, que chega até nós também através do Cinema, em imagens glamorosas como as de uma Ursula Andress em biquíni, numa das mais emblemáticas cenas do primeiro filme da série James Bond, *Dr.*

No, de 1962. Imagens a que, no entanto, se contrapunha a realidade do país revelada pelo “Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa” (1955-1961), onde se expunha um território rural e empobrecido, habitado por uma população predominantemente agrária, envelhecida e vivendo, na sua maioria, em condições precárias. Imagens, portanto, de uma vida glamorosa que, longe de ser um bem comum “para todos”, continuava inacessível para muitos.

### Referências bibliográficas

- A grande exposição do Hotel Modelo será inaugurada brevemente (1933, 10 de setembro). *Notícias Ilustrado*, 2.<sup>a</sup> Série, n.º 274, 4-5.
- Alifragkis, S. & Athanassiou, E. (2012). Educating Greece in Modernity. Postwar Tourism and Western Politics. In J. Gosseye & H. Heynen (Eds.), *Proceedings of the conference Architecture for Leisure in Post-war Europe, 1945-1989, Leuven, 17-18 February 2012* (pp. 298-227). Leuven: Katholieke Universiteit.
- Amaral, F. (1961, 23 de fevereiro). Nuvens Negras sobre o futuro do Algarve. *Diário de Lisboa*, 1 e 11.
- Brito, M. (1991). *Os anos 40 em Portugal: O País, o Regime e as Artes. “Restauração” e “Celebração”* (Tese de Doutoramento). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- CIAM. (1937). *Logis et Loisirs: 5e Congrès CIAM Paris 1937*. Paris: Editions de l'Architecture d'Aujourd'hui.
- Constantino P. Silva, S. (2010). *Arquitectura de Cine Teatros: Evolução e Registo [1927-1959]. Equipamentos de cultura e lazer em Portugal no Estado Novo*. Coimbra: Almedina.
- Constantino P. Silva, S. (2018). *Monumentalidade Moderna. As Instalações Académicas de Coimbra e a Arquitectura dos Centros Culturais no Pós-guerra* (Tese de Doutoramento, Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra). Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/79573>
- Corbin, A. (2001). *História dos Tempos Livres: o advento do lazer*. Lisboa: Editorial Teorema.
- Cunha, L. (2010). A República e a afirmação do Turismo. In M. A. Lousada & A. P. Pires (Coord. científica), *Viajar: Viajantes e Turistas à descoberta de Portugal no tempo da I República* (pp. 129-138). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República/Turismo de Portugal.
- Decreto n.º 13.564. *Diário do Governo*, 1.<sup>a</sup> Série, n.º 92/1927, 6 de maio. Ministério da Instrução Pública.
- Decreto n.º 14.643. *Diário do Governo*, 1.<sup>a</sup> Série, n.º 267/1927, 3 de dezembro. Ministério do Interior.
- Decreto n.º 14.722. *Diário do Governo*, 1.<sup>a</sup> Série, n.º 275/1927, 13 de dezembro. Ministério do Interior.

- Decreto n.º 19.101. *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 285/1930, 8 de dezembro. Ministério do Interior.
- Decreto n.º 30.251. *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 304/1939, 30 de dezembro. Ministério das Finanças.
- Decreto-Lei n.º 25.495. *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 134/1935, 13 de junho. Presidência do Conselho.
- Decreto-Lei n.º 31.259. *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 106/1941, 9 de maio. Presidência do Conselho.
- Decreto-Lei n.º 42.660. *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 268/1959, 20 de novembro. Presidência do Conselho.
- Dumazedier, J. (1962). *Vers une civilisation du loisir?* Paris: Éditions du Seuil.
- Ferro, A. (1930). *Novo Mundo, Mundo Novo*. Lisboa: Portugal-Brasil.
- Ferro, A. (1950). Estado e Cinema. Discurso Pronunciado na Festa de distribuição dos Prémios de Cinema em dezembro de 1947. In *Teatro e Cinema. (1936-1949)* (p. 63). Lisboa: SNI.
- Ferro, A. (1931). *Hollywood, capital das imagens*. Lisboa: Portugal-Brasil.
- Fourastié, J. (1979). *Les trente glorieuses: ou La Révolution invisible de 1946 a 1975*. Paris: Fayard.
- Fragoso, F. (1946). Criação de mais cinemas e melhoramentos dos atuais. In C. Ferreira (Dir.), *Anuário Cinematográfico Português: relativo às épocas 1943/1946 e 1944/1945*. Lisboa: Gama.
- Freixa, J. (1997). *Josep LL. Sert: Obras y proyectos*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- Gavéria, M. (1975). *España a Go-Go: Turismo charter y neocolonialismo del espacio*. Madrid: Ediciones Turner.
- Gosseye, J. & Heynen, H. (2013). Architecture for Leisure in Postwar Europe, 1945-1989. *The Journal of Architecture*, 18(5), 623-631. doi: 10.1080/13602365.2013.835334
- Guimarães, C. (2001). *Arquitectura e museus em Portugal: entre reinterpretação e obra nova*. Porto: FAUP Publicações.
- Hotel Modelo (1933, 24 de setembro). *Notícias Ilustrado*, 9.
- “L’ambient forma l’individu”. (1937, janeiro-março). *AC Documentos de Actividad Contemporánea*, n.º 25, 10.
- Lei n.º 2.073, de 23 de dezembro. *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 286/1954. Presidência da República.
- Lei n.º 2.082, de 4 de abril. *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 113/1956. Presidência da República.
- Lei n.º 2.027, de 18 de fevereiro. *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 39/1948. Presidência do Conselho.
- Lobo, S. (2006). *Pousadas de Portugal. Reflexos da Arquitectura Portuguesa do Século XX*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Lobo, S. (2012). *Arquitectura e Turismo: Planos e Projetos. As Cenografias do Lazer na Costa Portuguesa, da 1.ª República à Democracia* (Tese de Doutoramento, Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra). Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/23799>

- Mumford, E. (2002). *The CIAM Discourse on Urbanism (1928-1960)*. Cambridge, MA: MIT Press.
- O nosso jornal e o turismo. Exposição do Hotel Modelo (1933, 30 de julho). *Notícias Ilustrado*, 9.
- Pina, P. (1988). *Portugal: O Turismo no Século XX*. Lisboa: Lucidus Publicações.
- Presidência do Conselho. (1953). *25 Anos de Administração Pública: Ministério das Obras Públicas*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Rosas, F. (1992). As grandes linhas da evolução institucional. In F. Rosas (Coord.), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)* (Vol. XII, *Nova História de Portugal*, J. Serrão e A. H. Oliveira Marques (Dir.), pp. 86-143). Lisboa: Editorial Presença.
- Rovira, J. (2004). Ordenar las vacaciones, diseñar el reposo. La Ciutat de Repós i de Vacances del GATCPAC en el litoral barcelonès (1931-1936). Otros climas, otros sueños. In *Arquitectura Moderna y Turismo: 1925-1965. Actas IV Congreso Fundación Docomomo Ibérico, Valencia, 6-8 noviembre 2003* (pp. 35-46). [S.l.]: Fundación Docomomo Ibérico.
- SPN. (1940). *O Estado Novo. Princípios e Realizações*. Lisboa: SPN.
- Thiesse, A. (2001). Organização dos lazeres dos trabalhadores e tempos roubados (1880-1930). In A. Corbin, *História dos Tempos Livres: o advento do lazer* (pp. 366-391). Lisboa: Editorial Teorema.
- Torgal, L. (1996). Cinema e propaganda no Estado Novo: a “conversão dos descrentes”. *Revista de História das Ideias*, vol. 18, 277-337.

**“NA TERRA PORTUGUESA AS CASAS DE  
DEUS ESTÃO NA SUA CASA”:  
A PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NA PRODUÇÃO  
DE ARQUITETURA RELIGIOSA (1940-1960)**

*João Luís Marques*

Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo,  
Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto  
ORCID: 0000-0001-8125-2944

*João Alves da Cunha*

Centro de Estudos de História Religiosa,  
Universidade Católica Portuguesa  
ORCID: 0000-0002-7399-4822

**Resumo:** Partindo do título escolhido para a secção “Igrejas e Seminários” presente na Exposição dos *15 Anos de Obras Públicas* (Lisboa, 1948) procura a presente comunicação retratar os percursos da arquitetura religiosa em Portugal entre as décadas de 1940 e 1960, dando especial destaque às obras comparticipadas pelo Estado Novo neste período.

Em 1940, a assinatura da Concordata com a Santa Sé foi reveladora da cumplicidade Estado-Igreja, confirmada um mês depois na *Exposição do Mundo Português*, onde se celebrou a história de Portugal e o programa do Estado Novo, com múltiplas referências à identidade e cultura cristã. O imaginário nacional intensamente difundido a partir daquele momento influenciou a produção da arquitetura religiosa daquela década, conforme atestaram os projetos apresentados na exposição de 1948. A crítica e a pesquisa de novos modelos e

programas, liderada a partir de 1953 pelo Movimento de Renovação da Arte Religiosa, depressa foram acolhidas pela Igreja Católica, mas também pelo Estado.

A seleção de obras apresentadas em 1956 na celebração dos *30 Anos do SNI* espelha a aceitação e divulgação de novas correntes. As listagens anuais das novas construções religiosas apoiadas pelo Ministério das Obras Públicas testemunham igualmente a afirmação da modernidade na encomenda religiosa, dispersa no território nacional até ao final da década de 1960.

**Palavras-chave:** Igreja católica, Estado Novo, Exposições, MRAR, arquitetura religiosa

‘ON PORTUGUESE LAND THE HOUSES OF GOD ARE HOME’: STATE INTERVENTION IN THE PRODUCTION OF RELIGIOUS ARCHITECTURE (1940–1960)

**Abstract:** Beginning with the title chosen for the section “Churches and Seminaries” at the *15 Years of Public Works* Exhibition (Lisbon, 1948), this communication seeks to retrace the path of religious architecture in Portugal between the 1940s and the 1960s, with a particular emphasis on the works co-funded by the Estado Novo during this period.

In 1940, the signing of a Concordat with the Holy See revealed the complicity between State and Church, which was confirmed one month later in the Portuguese World Exhibition, celebrating the history of Portugal and the programme of the Estado Novo with multiple references to Christian identity and culture. From that moment onwards, the strongly disseminated national imagery influenced the production of the religious architecture of the decade, according to the projects presented in the 1948 exhibition. The criticism and research of new models and programmes, led by the Movement for the Renewal of

Religious Art since 1953, were soon accepted by the Catholic Church, but also by the State.

The selection of works presented in 1956 at the celebration of the 30 years of the SNI mirrored the acceptance and dissemination of new trends. The annual listings of new religious buildings supported by the Ministry of Public Works equally attest to the assertion of modernity in the religious commissions, scattered across the country until the end of the 1960s.

**Keywords:** Catholic Church, Estado Novo, Exhibitions, MRAR, religious architecture

### **Convergência entre Igreja e Estado**

Apesar da Constituição de 1933 ter proporcionado as condições necessárias para a liberdade da ação da Igreja, nomeadamente pela afirmação da separação entre a Igreja e o Estado, pela garantia da liberdade de culto, da prática e da organização religiosas, e, mais importante, pelo reconhecimento da personalidade jurídica da Igreja, persistiu “durante muito tempo nos sectores católicos, o temor de um retorno à situação anterior ao 28 de Maio; receio esse que certamente não deixou de estar presente, quer no espírito do Patriarca [Cerejeira] quer no de Salazar” (Câmara, 2009, p. 19). Por este motivo, proteger a Igreja desta possibilidade foi um dos principais objetivos pelo qual batalhou o Cardeal D. Manuel Gonçalves Cerejeira, desde o início do seu patriarcado até à data da assinatura da Concordata em 7 de maio de 1940. Este documento definiu e institucionalizou a cooperação entre a Igreja e o Estado, que entendiam que a doutrina e moral cristã são tradicionais no País, levando à definição de áreas de cooperação numa lógica de defesa de interesses mútuos. Três dias depois, o Cardeal fez

“a defesa do texto da Concordata, como se de uma vitória pessoal se tratasse: em primeiro lugar «a Igreja Católica é reconhecida

como a da grande maioria da Nação»; em segundo lugar, nela «se reconhece e garante a liberdade da Igreja, estabelecem-se os limites da esfera de competência dos dois poderes, firma-se a paz e a concórdia entre eles». [...] Portanto, conclui: «Honra e glória ao Estado Novo!» (Martins, 2007, p. 232).

Cerejeira construiu, assim, “durante os anos 1930-40, uma imagem simbiótica entre catolicismo e nacionalismo, ao difundir uma noção providencialista da nação portuguesa – pretensamente nascida nos braços da Igreja – e do próprio chefe do Estado Novo” (Pimentel, 2002, p. 13).

### ***A Exposição do Mundo Português e a afirmação do Português Suave***

A *Exposição do Mundo Português* (1940), comemorativa do oitavo centenário da nacionalidade e terceiro da independência restaurada no século XVII, confirmou a convergência de interesses entre o movimento de consolidação do Estado Novo e a restauração da Igreja desejada pelo clero português. Este evento de exaltação da história nacional, inaugurado em Lisboa no mês seguinte à assinatura da Concordata, contou com múltiplas referências à identidade de matriz cristã, sob coordenação geral do arquiteto-chefe Cottinelli Telmo (Brito, 2011, pp. 263-276). São exemplo o pavilhão da Fundação, desenhado por Rodrigues de Lima, onde entre reis, santos e relatos de conquistas se lia o *slogan* “Portugal foi sempre cristão”; a capela da aldeia portuguesa (temática também explorada por Cassiano Branco no Portugal dos Pequenitos); a capela de Vasco Regaleira no Pavilhão das missões católicas<sup>1</sup>, recriada com todos os elementos da

---

<sup>1</sup> O modelo, apresentado em 1940, era representativo de uma série de experiências já realizadas e inspiradora de outras que lhe seguiram. De certo modo encontramos naquela proposta de carácter temporário eco da pequena capela alentejana projetada por António Lino no início da década de 1930, publicada na revista *Arquitectura* (dezembro 1935). Podemos encontrar também anúncio de um primeiro modelo

gramática estilística que na década seguinte seriam alvo de crítica do Movimento de Renovação da Arte Religiosa (MRAR):

“A ermida – simbolizando a evangelização – abre o seu portal, de ponta de lança à devoção dos fiéis e afirma o poder da ideia, com a sua torre, arrendada de tejeoleiras, fortalecida pelo enquadramento das torrelas, e com o coruchéu de telha moirisca, caindo sobre o dentado dos crenéis”<sup>2</sup>.

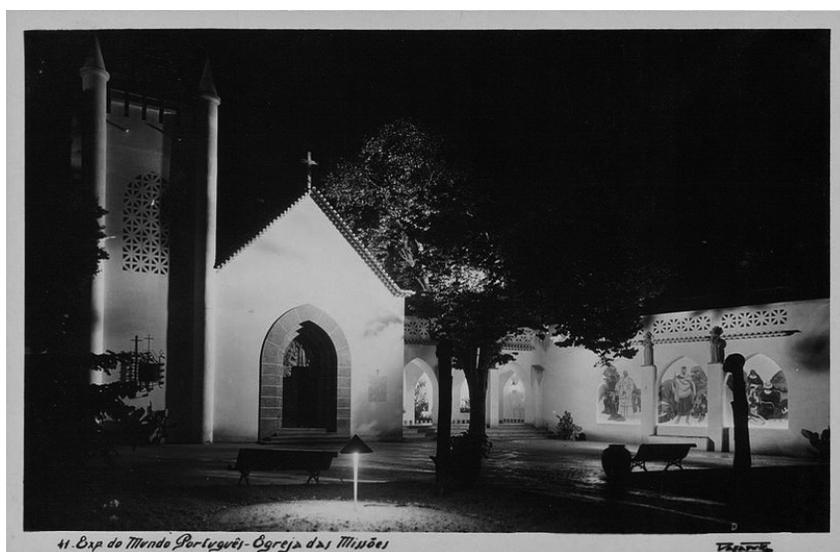


Fig. 1: Capela do Pavilhão das Missões Católicas, Arq. Vasco Regaleira (*Exposição do Mundo Português*, Lisboa, 1940).  
Fotografia: António Passaporte. Arquivo dos autores.

Na exposição de Belém, “local de encontro ideológico, laboratório máximo de adulteração da linguagem modernista, [em que] participam quase todos os arquitectos da nova geração” (Pereira &

---

explorado, por Keil do Amaral, para o estudo da capela e ossário do cemitério que desenvolveria para o parque florestal de Monsanto, na década de 1940.

<sup>2</sup> Anónimo. (1956). *Mundo Português: imagens de uma exposição histórica 1940*. Lisboa: Edições Secretariado Nacional de Informação. s/n.

Fernandes, 1981, p. 43), afirmou-se assim também a arquitetura de «português suave», fruto de uma “criação colectiva dos architectos que timidamente assumiam quer os valores de modernidade, quer os valores vernaculares” (Almeida, 1986, p. 145), conforme recordaria mais tarde Pedro Vieira de Almeida. Segundo Nuno Teotónio Pereira, esta prática levou à definição de modelos arquitetónicos para várias tipologias, sendo que na arquitetura religiosa promoveu-se uma “estilização medievalista, romano-gótica, ou por vezes setecentista, para colégios e seminários” (Pereira & Fernandes, 1981, p. 44). De facto, no final da década de 1930, o modernismo tornara-se dificilmente defensável através de exemplos oficiais dos regimes politicamente afins ao Estado Novo. Pressionado pelos violentos ataques dos tradicionalistas nacionais, “melhor pareceu a Duarte Pacheco impor uma inflexão ao discurso arquitetónico que ele próprio fizera pôr em marcha, no projecto de Pardal para o I.S.T.” (França, 1991a, p. 73). Já “não chegava fazer caixotes funcionais, era necessário embrulhá-los em papel de memória e memória chamava-se «rústico» (as raízes do povo) e «joanino» (as raízes do poder, o sumo do império) ou, melhor ainda, a colagem de ambos” (Portas, 2008, p. 185). Nesta tarefa, o Estado Novo contou desde logo com a colaboração de pioneiros modernistas, e em pouco tempo, “esse estilo bastardo havia de se espalhar pela cidade [...] conforme um código rigorosamente vigiado a que os melhores e os piores architectos se sujeitaram” (França, 1991a, p. 74) ao longo dos “cinzentos anos 40” (Portas, 1982, p. 37).

### ***15 Anos de Obras Públicas entre vozes de protesto***

No pós-guerra, a contestação contra a “nova” arquitetura promovida pelo Estado Novo começou a ganhar forma. Em 1947, Fernando Távora denunciou num pequeno opúsculo intitulado *O Problema da Casa Portuguesa* que “em Portugal hoje não se faz arquitectura e, pior ainda, entre nós não pretende sequer fazer-se arquitectura”

(Távora, 1947, p. 12). Nesse mesmo ano surgiram duas organizações regionais formadas por uma geração contestatária: no Porto, a Organização dos Arquitectos Modernos (ODAM), e em Lisboa, a Iniciativas Culturais Arte e Técnica (ICAT), agrupada em torno de Keil do Amaral, figura que se destacou neste período pela sua liderança e capacidade de mobilização dos arquitetos mais jovens, que o levou a encabeçar a “primeira direcção sindical de oposição ao regime” (Pereira & Fernandes, 1981, p. 46), eleita em 1948, pouco tempo antes da realização do I Congresso Nacional dos Arquitectos, evento que “foi marco e motor de uma viragem, contrapondo-se polemicamente à magna exposição oficial de obras públicas ao mesmo tempo realizada – espécie de homenagem a Duarte Pacheco já preconizada por Cottinelli e, com isso, sumário de uma época que terminava” (França, 1991b, p. 260).

A comemoração dos *15 Anos de Obras Públicas* (1932-47) apresentou na sua exposição diversos projetos que revelavam os motivos de crítica declarada no congresso. No caso particular das encomendas religiosas, as obras e projetos iam ao encontro daqueles expostos anteriormente em iniciativas como a *Exposição de Construção Colonial* (1944), também realizada no Instituto Superior Técnico de Lisboa<sup>3</sup>, ou seleccionados pelo grupo de Noelistas que vinha organizando exposições dedicadas à Arte Sacra desde o início da década de 1940, contando com o apoio do SNI<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> A frase proferida pelo Cardeal Cerejeira na homilia da inauguração da igreja de N. Sra de Fátima, em Lisboa (13 de outubro de 1938), “A obra de arte autêntica tem sempre algo de religioso, enquanto é esplendor da natureza que é obra de Deus” lia-se na parede da *Exposição de Construção Colonial* promovida pelo Ministério das Colónias realizada no Instituto Superior Técnico (Lisboa, novembro 1944). Na sala dedicada à “Religião” eram apresentadas fotografias e maquetes de obras de projetos de diferentes autores como a catedral de Lourenço Marques (eng.º Freitas e Costa), a de Nampula (Raul Lino) e a de Nova Lisboa (Vasco Regaleira) – não construída. Cf. Anónimo. (1944, dezembro). A exposição de construção colonial. *A Arquitectura Portuguesa e a Cerâmica* e Edificação, ano XXXVII, 3.ª série, n.º 117, 8-9.

<sup>4</sup> A União Noelista tinha realizado três edições de Exposições de Arte Sacra Moderna na capital: no Palácio Galveias (maio de 1945), na Galeria Instanta (dezembro



Fig. 2: *Exposição de Construção Colonial* (Instituto Superior Técnico, Lisboa, 1944). *A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação Reunidas*, n.º 117, dezembro 1944, p. 8.

de 1947) e no Palácio Foz com o SNI (1949, janeiro). Cf. Costa, A. (2011). *Museologia da Arte Sacra em Portugal 1820-2010 – Espaços, Momentos, Museografia*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 160-163.

Na exposição de 1947, na secção dedicada à arquitetura foram apresentados sete projetos: dois construídos – N. Sra de Fátima de Lisboa (Pardal Monteiro) e catedral de Lourenço Marques (eng.º Freitas e Costa) – e cinco em estudo e/ou construção – igrejas de Riachos (Inácio Peres Fernandes), S. Pedro do Estoril (João António de Aguiar), catedral de Nampula (Raul Lino), catedral de Nova Lisboa e Sé de Bissau (Vasco Regaleira). Esta seleção recuperava projetos apresentados na *Exposição Mundo Colonial* (1945) e antecipava outros que integrariam a *Exposição dos 15 Anos de Obras Públicas* (1948).

Assim, no Pavilhão de Urbanização, sob o mote “Na terra portuguesa as casas de Deus estão na sua casa”, foram mostrados projetos participados pelo Estado, dos planos às obras, todos eles partilhando o imaginário nacional intensamente difundido desde a década de 1940. Sob aquele lema foram apresentadas fotografias de igrejas e seminários participados pelo Estado, nomeadamente os Seminários de Beja, Fátima e Carnide (Lisboa), as igrejas de Vouzela, Febres (Cantanhede), Riachos (Torres Novas) e Casegas (Covilhã); capelas de Santo Amaro (Ponta do Sol, Madeira) e de Monchique. Foram igualmente apresentadas maquetes da urbanização do santuário de Fátima (Cottinelli Telmo), seminário de Aveiro (ARS), igreja de Santo Condestável (Vasco Regaleira) e de Riachos (Inácio Peres Fernandes)<sup>5</sup>.

Também na secção “Obras de Interesse Público” e “Edifícios e Monumentos” foram divulgadas outras encomendas religiosas. Juntavam-se na secção de “Obras de Interesse Público”, sob o lema “Sem o auxílio sempre atento do Estado as iniciativas privadas de interesse público não se teriam realizado muitas obras essenciais à vida da Nação”, obras promovidas por instituições religiosas em contexto urbano: as oficinas de S. José (Braga) e a Casa de S. Vicente de Paulo (Lisboa), esta última projetada por Vasco Regaleira. No Pavilhão de Edifícios e Monumentos foi ainda apresentada uma série de trabalhos de restauro realizados pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, em sés, mosteiros e conventos, igrejas e pequenas capelas<sup>6</sup>.

No catálogo da exposição tornou-se evidente a participação crescente do Ministério das Obras Públicas (MOP) no financiamento quer na construção e recuperação do património religioso, quer

---

<sup>5</sup> Anónimo. (1949). Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas. *15 Anos de Obras Públicas (1932-1947), IIº Volume: Exposição e Congressos de Engenharia e de Arquitectura*. Lisboa: Ministério das Obras Públicas e Comunicações, pp. 127-129.

<sup>6</sup> Anónimo. (1949). Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas. *15 Anos de Obras Públicas (1932-1947), IIº Volume: Exposição e Congressos de Engenharia e de Arquitectura*. Lisboa: Ministério das Obras Públicas e Comunicações, pp. 125-126 e pp. 154-157.

no lançamento de obras de assistência, muitas vezes estabelecendo parcerias com as autarquias, do litoral ao interior. De facto, naquele período assistiu-se à edificação de novas igrejas em diferentes bairros: casas económicas, casas desmontáveis, casas de pescadores, casas para pobres; isto a par dos povoados da Junta de Colonização Interna, dos associados à construção das hidroelétricas e também de alguns postos fronteiriços, tantos deles pensados como “pequenas cidades” e, portanto, também dotados de espaços de culto.

No âmbito do plano nacional de casas económicas lançado em 1933, o Decreto-Lei de 1938 expressava de forma evidente a vontade de dotar os bairros de ‘templos’ e equipamentos complementares à habitação, servindo uma comunidade socialmente homogénea e, portanto, próxima do ideal de paróquia. Fossem bairros de construção definitiva ou temporária, deveriam ser sempre dotados de templos. Em muitos destes a estrutura urbana refletia bem a trilogia “Deus, Pátria e Família” difundida pelo Secretariado de Propaganda Nacional e materializada na construção de “Igreja, Escola e Casa” – “casa própria, modesta e bem portuguesa – em conjuntos que pretendiam reproduzir a estrutura das aldeias, incrustados na cidade” (Pereira, 1993, p. 48), nas palavras de Nuno Teotónio Pereira.

### **Momento de viragem**

O I Congresso Nacional de Arquitectura, organizado pelo Sindicato dos Arquitectos Portugueses, arrancou em Lisboa a 28 de maio de 1948, focando-se em dois temas: “A Arquitectura no Plano Nacional”, tópico do agrado do regime; e “O Problema Português da Habitação”. A geração dos arquitetos com 30/40 anos teve “um papel determinante no tom geral do Congresso, aliando ao pragmatismo, que a prática profissional já ensinara, um desejo de profunda mutação” (Tostões, 1997, p. 35), tendo sido acompanhada pela geração dos novíssimos, que apoiou “como pano de fundo, muitas vezes com um sentido mais

panfletário, as teses mais radicalmente reclamadas da arquitectura moderna” (Tostões, 1997, p. 35). “Momento capital da «resistência» arquitectónica” (Portas, 2008, p. 198), permitiu chamar a atenção ao Governo para a contestação do “português suave”, bem como para o gravíssimo problema da habitação e o papel da arquitetura e urbanismo modernos na sua solução:

“a construção em altura e a Carta de Atenas foram erigidas como modelos a adoptar<sup>7</sup>, mas não só: falou-se também de reajustamento social (pois seria temerário falar em revolução), em habitação proletária, em unidades de vizinhança, num Novo Humanismo e nas catedrais dos Tempos Modernos, citando Le Corbusier” (Pereira, 2008, pp. 47-48).

Para Nuno Teotónio Pereira, o Congresso “transformou-se num clamor de contestação que surpreendeu o poder” (Pereira, 2008, p. 47). Tratava-se de rejeitar “a imposição, ou sequer a sugestão, de qualquer subordinação a estilos arquitectónicos», proclamando-se que «o portuguesismo da obra de arquitectura não pode continuar a impor-se através de imitação de elementos do Passado» (Pereira, 2008, p. 48). Mas na arquitetura religiosa esta realidade era significativamente mais gravosa por ter “especialíssimas exigências de verdade, harmonia e dignidade” (Pereira, 1947, p. 2). Em texto publicado no jornal *Ala*, da Juventude Universitária Católica, Nuno Teotónio Pereira lembrou que a igreja era morada do próprio Cristo, o que fazia com que a prática e aceitação da mentira construtiva no edifício capital da arquitetura cristã fosse uma trágica contradição que deveria ser condenada por todos os cristãos. Como defendeu pouco tempo depois,

---

<sup>7</sup> A revista *Arquitectura* publicou a *Carta de Atenas* nos seus dez números de 1948.

“pretender vedar às igrejas as formas da arquitectura contemporânea é o mesmo que pretender não ser o cristianismo para os homens d’hoje. Porque, se mudam as casas, os edifícios públicos, os costumes, os transportes, até o vestuário, porque não hão-de mudar as igrejas?” (Pereira, 1951, p. 3).

O Congresso em 1948, ao constituir-se como “momento de viragem na reconquista da liberdade de expressão dos arquitectos e simultaneamente do espaço para afirmar a inevitabilidade da arquitectura moderna” (Tostões, 2008, p. 12), abriu assim uma nova época na arquitectura nacional, incluindo a religiosa, que não poucas vezes contou com o apoio financeiro do Estado.

### **Modernidade na Exposição dos 30 Anos do SNI**

Quase uma década depois da celebração dos *15 Anos de Obras Públicas* (1932-1947), inaugurou em Lisboa em junho de 1956 uma nova exposição intitulada *30 Anos do SNI* e nela, mais uma vez, foi dado algum espaço à encomenda religiosa. Na secção dedicada à arte sacra, julgando pelos dois registos fotográficos existentes no Fundo Mário Novais da FCG, foram reunidos objetos e alfaias litúrgicas, imagens e obras de arquitetura em quatro painéis, vitrinas e expositores.



Fig. 3: Exposição *30 Anos de Cultura Portuguesa: 1926-1956* (Lisboa, 1956). Núcleo “Artes Plásticas”. Secção “Arte Sacra”.  
Fotografia de Mário Novais. Fonte: Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) [CFT003 006907.ic].

Em grande destaque, à semelhança da exposição de 1948, surgia a Nossa Senhora do escultor Barata Feyo idealizada para a “bem portuguesa” capela do posto fronteiriço de Caia, da qual não havia outro registo na exposição. Nela foram também apresentadas algumas peças que meses antes tinham integrado a *Exposição de Arte Sacra Moderna* (Galeria Pórtico, Lisboa) organizada pelo Movimento de Renovação de Arte Religiosa (Cunha, 2015, pp. 63-68). São exemplo a porta do sacrário de Graziela Albino para a igreja do Sagrado Coração de Jesus (Covilhã), a custódia de João de Almeida para o Colégio do Ramalhão (Sintra) e a imagem de S. Francisco de Assis de António Paiva. De facto, a integração destas obras reunidas sob contribuição do MRAR parece ir ao encontro da crítica tecida por Adolfo Casais Monteiro à iniciativa comemorativa do SNI:

“O Estado Novo, quando levou a cabo a famigerada exposição dos ‘30 anos de cultura’, não se importou de saber que tudo quanto alegava como sua obra se devia na realidade àqueles mesmos homens, àquelas mesmas tendências, àqueles mesmos ideais, que havia trinta anos combatia, e que o combatiam. O que lhe importou foi ‘dizer’, foi parecer que o que havia de positivo na cultura desses trinta anos devia ser levado a seu crédito!” (Monteiro, 2007, p. 80).

No que toca à arquitetura religiosa, a seleção de obras apresentadas foi bem reveladora de uma tentativa de redirecionamento do gosto e tendências, sendo de destacar a ausência de referências a obras de autores como Vasco Regaleira, que em tantas outras ocasiões anteriores foram mostradas como exemplares e que, até ao final da década de 1950 foram tantas vezes participadas com fundos públicos. Foram assim excluídas obras da década de 1940 e início de 1950 que tinham sido alvo de dura crítica na *Exposição de Arquitectura Religiosa Contemporânea* organizada pelos jovens que formariam o MRAR, como as três igrejas lisboetas recentemente inauguradas e severamente atacadas pelos membros do movimento: Santo Condestável (Vasco Regaleira, 1951), São João de Deus (António Lino, 1953) e São João de Brito (Vasco Regaleira, 1955)<sup>8</sup>.

Na exposição de 1956 foi dado destaque a obras de menor dimensão, geograficamente dispersas no território e distantes do grande público. Das nove fotografias, apenas as primeiras três eram dedicadas a uma igreja de grande dimensão, construída na capital – a igreja de Nossa Senhora de Fátima, obra de Pardal Monteiro cuja modernidade foi

---

<sup>8</sup> Nuno Teotónio Pereira classificou as igrejas do Santo Condestável, de S. João de Deus e de S. João de Brito como “erros irreparáveis – porque erros irreparáveis são todas as obras de arquitectura fracassadas [...] [que] ficarão a atestar a tremenda desorientação artística da nossa época”, Pereira, N. (1953, 8 de dezembro). *Arquitectura Religiosa. O Comércio do Porto*, p. 6.

então elogiada pelo Cardeal Patriarca<sup>9</sup> e severamente criticada pelos círculos conservadores e nacionalistas<sup>10</sup>. As quatro obras que se somavam à pioneira igreja do final da década de 1930, subentendendo uma ideia de continuidade retomada, eram obras recentes da década de 1950: Póvoa de Santa Iria (José Bastos, 1956)<sup>11</sup>, S. Pedro de Moel (Manuel Raposo, 1955)<sup>12</sup>, Santo Isidro de Pegões (Eugénio Correia, 1952)<sup>13</sup> e Afurada (coord. Fernando Seara, 1955).

No caso particular das duas últimas obras, das quais eram apresentadas fotografias do exterior e interior, releva-se a sua singularidade no quadro das encomendas no contexto nacional, a primeira na arquidiocese de Évora e promovida no quadro das obras da Junta de Colonização Interna; a segunda, na diocese Porto, como resposta ao então inaugurado bairro General Craveiro Lopes da Junta da Casa dos Pescadores, em 1952. No caso do Sul, as fotografias do Estúdio Mário Novais revelavam as potencialidades formais testadas na Colónia Agrícola de Pegões, nomeadamente com o recurso aos arcos parabólicos e a novos sistemas construtivos, de clara referência ibero-americana

---

<sup>9</sup> “Quiséramos nós, ao erguer a igreja nova de Nossa Senhora de Fátima, que ela satisfizesse estas três condições: ser uma igreja, ser uma igreja moderna, ser uma igreja moderna bela. [...] Quanto ao ser moderna, não compreendemos sequer que pudesse ser outra coisa. Todas as formas artísticas do passado foram modernas em relação ao seu tempo”, Cerejeira, M. (1938, novembro-dezembro). A nova igreja de Nossa Senhora de Fátima. *Revista Oficial do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, n.º 7, p. 186.

<sup>10</sup> “A igreja nova é feia, muito feia. [...] É preciso dizê-lo serenamente, para que o erro não se repita, para que aos nossos artistas chegue finalmente certa compreensão mais alta. Diz Vossa Eminência que a Igreja é bela. Disse, e permito-me repetir, que ela é feia. Para demonstrar que ela é feia, [...] basta provar que lhe falta uma característica que haveria de ser essencial à sua beleza. [...] da igreja nova está de todo ausente o portuguesismo.”, Colaço, T. R. (1939, fevereiro). *Arquitectura e religião – Carta aberta de Tomaz Ribeiro Colaço ao Sr. Cardeal Patriarca de Lisboa*. In *Arquitectura portuguesa e cerâmica e edificação reunidas, Ano XXXI, 3.ª Série*, n.º 47, pp. 19-20.

<sup>11</sup> Esta igreja foi alvo de análise pelo MRAR: Santos, J. M. (1957, dezembro). A igreja da Póvoa de Santa Iria. *MRAR – Boletim*, 1.ª Série, n.º 3, pp. 3-6.

<sup>12</sup> Integrava também o núcleo expositivo o estudo da *Pietá* de Joaquim Correia executada para a fachada da igreja da estância balnear de S. Pedro de Moel.

<sup>13</sup> Esta igreja foi alvo de análise pelo MRAR: Santos, J. M. (1958, abril). A igreja de Pegões. *MRAR – Boletim*, 1.ª Série, n.º 4, pp. 2-3.

tão distantes de outras obras de Eugénio Correia, como por exemplo o seminário de Vila Real. A Norte, as fotografias de Teófilo Rego davam a conhecer o resultado de um pioneiro trabalho de grupo dos alunos de Arquitetura da Escola Superior das Belas Artes do Porto, lançado sob direção de Carlos Ramos em parceria com o recém-chegado Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, corria o ano letivo 1952/53. O exercício académico daria lugar ao projeto construído, coordenado por Fernando Seara com Pádua Ramos, Ferreira dos Santos e Luiz Cunha (futuro membro do MRAR). Naquela pequena igreja, contrariamente à construção de um edifício de raiz,

“A modernidade do projecto inscreve-se na ideia da apropriação de um armazém e na intenção de fazer uma obra de simplicidade e despojamento. Seguindo a natureza da construção aproveitada, qual ‘palheiro da oração’ – numa expressão atribuída às casas de oração das ordens mendicantes –, a nova igreja evidencia o ‘espírito’ do tempo presente da sua realização, ao recuperar, sem mudar substantivamente, a forma do edifício que tinha sido armazém e fábrica” (Oliveira, 2002, p. 63).

Estas duas obras expostas, intimamente ligadas ao regime corporativo do Estado Novo, mostram a cumplicidade de diversas estruturas no quadro da renovação e conquista da modernidade na encomenda religiosa.

### **Aceitação progressiva da modernidade**

As listagens anuais, publicadas pelo Ministério das Obras Públicas, das novas construções religiosas apoiadas por aquela entidade testemunham igualmente a aceitação progressiva e desde cedo por parte do Estado da modernidade na encomenda religiosa, dispersa no território nacional até ao início da década de 1970.

Nos boletins publicados na década de 1950 contam-se quarenta obras construídas de raiz desta natureza, das quais sete (18%) afastam-se já do quadro do «português suave». Refira-se que algumas destas foram financeiramente apoiadas logo em 1952, ou seja, bem ainda no começo da década, como é o caso da igreja do Coração de Jesus (Covilhã) e da capela do Seminário dos Olivais (Lisboa), a primeira de Nuno Teotónio Pereira e a segunda de Porfírio Pardal Monteiro, dois arquitetos defensores da modernidade e da liberdade criativa dos autores. Um outro aspeto que importa evidenciar é a amplitude de programas religiosos apoiados. São exemplo desta diversidade a igreja de São Pedro de Moel (Manuel Raposo), o Mosteiro de Singeverga (Alberto Bessa) e a Casa Paroquial do Carvalhido, no Porto (Carlos Neves), três programas que têm em comum a diversidade do desenho moderno e o facto de terem recebido uma comparticipação do Estado (a primeira em 1956, o segundo em 1958 e a terceira em 1952). No caso particular do Carvalhido, acresce-se o interesse por ter sido a primeira Casa Paroquial construída no país<sup>14</sup>, à qual se seguiriam muitas outras “anónimas” obras religiosas de cariz pastoral e social, como os centros e salões paroquiais, amplamente difundidos nas décadas seguintes. Destes destacamos o Centro Social do Alto da Serafina (Nuno Teotónio Pereira e João Braula Reis, 1962) e o Salão Paroquial dos Remédios (João Correia Rebelo, 1966) – exemplos de arquitetura ao serviço das comunidades também financiados pelo Estado.

Analisando as listagens anuais da década de 1960, verifica-se que não só as obras modernas continuaram a contar com uma comparticipação financeira, como passaram a ser o grupo mais numeroso (37

---

<sup>14</sup> A Casa Paroquial do Carvalhido é composta por quatro pisos de serviços (um deles ocupado pelo salão paroquial, com cabine de projeção) onde não faltava a residência do pároco, ligeiramente recuada em relação ao plano da fachada, rematada por um terraço – uma cobertura plana ao jeito de solário, que servia de recreio para as crianças do infantário, reinterpretação modesta das experiências de Le Corbusier.

de 67, ou seja, 55%)<sup>15</sup>. Graças a uma contínua sensibilização do clero e das comunidades para a arte moderna, muito devida à ação do MRAR, verificou-se entre 1960-69 a um aumento muito significativo no número de encomendas de obras modernas, ao qual correspondeu também a uma mudança dos atores de uma para outra década. Vasco Regaleira, que teve cinco obras apoiadas na década de 1950, não tem nenhuma na seguinte, enquanto vários novos autores surgiram um pouco por todo o país com outros modelos passíveis de serem tipificados, caso de José Pires Branco, Octávio Lixas Filgueiras, Fernando Seara e Albertino Galvão Roxo. De igual modo, refira-se ainda o apoio do Estado ao desenvolvimento de projetos com novas interpretações do programa relativo ao espaço de culto, como a proposta da capela de Figueira, em Vila do Bispo (António Freitas Leal) ou a igreja do Carvalhido, no Porto (Luiz Cunha), obras integradas na família das igrejas originadas pelo MRAR (Cunha, 2014).

### **Apoio estatal à *Arte Moderna e Arte de Igreja***

Em 1959, três anos após a realização da Exposição *30 Anos do SNI* e a pedido do Diretor-Geral dos Serviços de Urbanização do MOP – fruto de uma decisão concertada entre o Cardeal Cerejeira e os poderes públicos –, foi publicado o livro do Centro de Estudos de Urbanismo intitulado *Arte Moderna e Arte de Igreja - critérios para julgar e normas de construção*, a primeira publicação institucional no contexto português sobre esta temática. O livro, escrito pelo então Pe. Manuel Mendes Atanásio e ilustrado pelo Pe. Nunes Pereira, conciliava a atenção ao campo artístico e simultaneamente aos temas da urbanística e pastoral, que a organização religiosa territorial impunha (Marques, 2017).

---

<sup>15</sup> Apenas 30 (45%) das construções apoiadas pelo Estado se enquadraram no «português suave», certamente por persistência do gosto por este modelo por parte dos encomendadores e não por imposição do Estado.

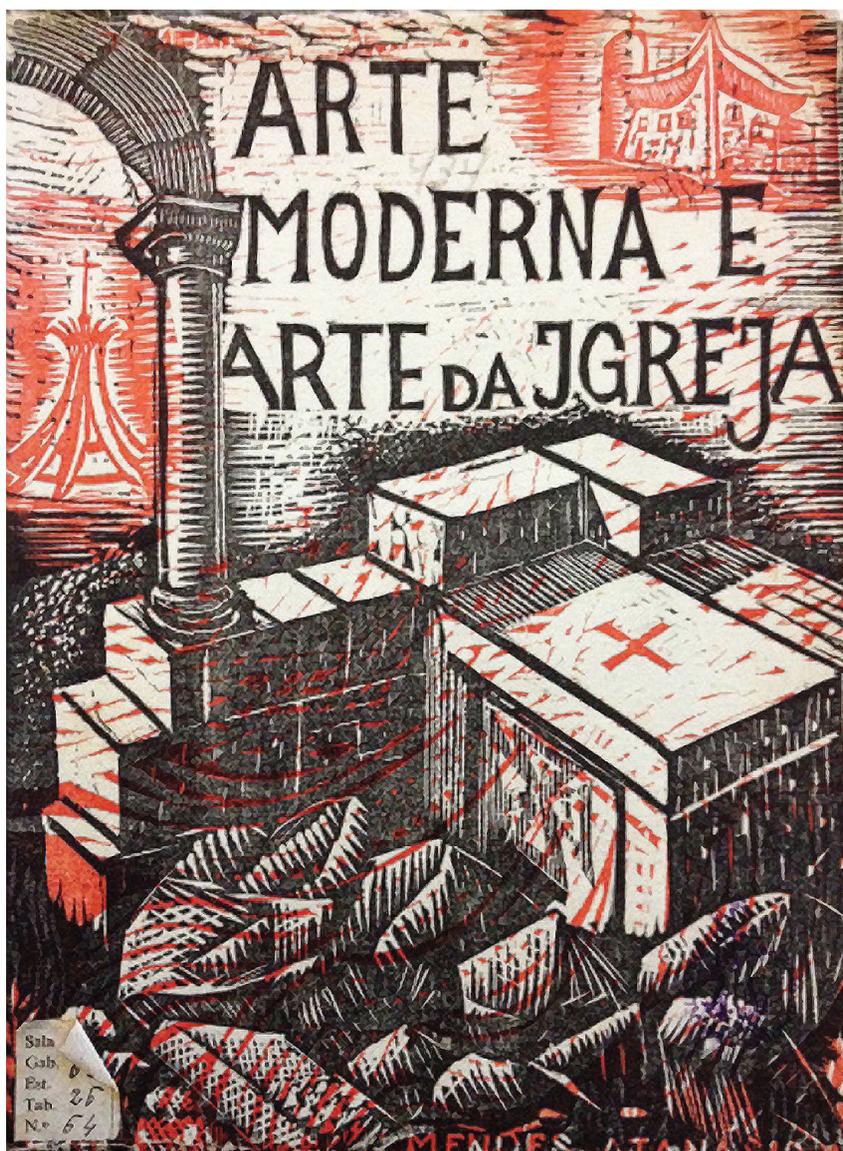


Fig. 4: Capa do livro *Arte Moderna e Arte de Igreja - critérios para julgar e normas de construção*. Coimbra: Ministério das Obras Públicas – Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização – Centro de Estudos de Urbanismo, 1959.

No capítulo “A lição de alguns artistas modernos” é clara a opção editorial que deu a conhecer o contributo de autores como Le Corbusier (capela de Ronchamp), Pierre Vago (basílica subterrânea de Lourdes), Matisse (capela das dominicanas de Vence), Paul Félix (Mosteiro de Clarissas em Ostende), Óscar Niemeyer (igrejas de Brasília), entre outros. Junto a estes exemplos internacionais foram incluídas duas obras portuguesas<sup>16</sup> – as igrejas de Moscavide (João de Almeida e António Freitas Leal) e de Águas, em Penamacor (Nuno Teotónio Pereira) –, numa pequena secção em sintonia com o quadro de rutura e crítica subjacente.

Contudo, para além da apologia da arte verdadeira, autêntica e moderna, o livro contribuiu de um modo muito significativo para a renovação da Arte Sacra em Portugal, alertando para os novos temas que surgiam, como a necessária atenção a áreas como a sociologia religiosa ou os problemas da divisão paroquial:

“Pensámos que era bem correr o risco de apresentar ao público o que poderíamos chamar ‘notas de pastoral artístico-religiosas’. Afinal, uma igreja deve ser obra de três forças concorrentes e é no fundo um acto comunitário que exige renúncia: deve o clero renunciar a uma certa tendência ditatorial [...]; renunciem os artistas ao seu vincado individualismo e propaganda [...]; renuncie o povo cristão à sua natural rotina de esquemas feitos e disponha-se a ajudar e a amar as novas formas da sua igreja [...]” (Atanásio, 1959, n.p).

Isto dito em 1959, num livro que evidenciou ainda mais a participação do Estado na produção de arquitetura religiosa.

---

<sup>16</sup> “Depois que Pardal Monteiro construiu a igreja de Fátima (Lisboa, 1938), alevantaram-se já em Portugal bastantes igrejas. Fica para outra vez a crítica a cada uma delas, mas adiantamos já algumas palavras de comentário a duas ultimamente aparecidas”, Atanásio, M. M. (1959). *Arte Moderna e Arte de Igreja – critérios para julgar e normas de construção*. Coimbra: Ministério das Obras Públicas – Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização – Centro de Estudos de Urbanismo, p. 217.

## Referências bibliográficas

- Almeida, P. (1986). O «arrabalde» do céu. *História da Arte em Portugal* (vol. 14, pp. 105-146). Lisboa: Publicações Alfa.
- Anónimo. (1944, dezembro). A exposição de construção colonial. *A Arquitectura Portuguesa e a Cerâmica e Edificação*, ano XXXVII, 3.a série, n.º 117, 8-9.
- Anónimo. (1949). Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas. *15 Anos de Obras Públicas (1932-1947), IIº Volume: Exposição e Congressos de Engenharia e de Arquitectura*. Lisboa: Ministério das Obras Públicas e Comunicações.
- Anónimo. (1956). *Mundo Português imagens de uma exposição histórica 1940*. Lisboa: Edições Secretariado Nacional de Informação. s/n.
- Atanásio, M. M. (1959). *Arte Moderna e Arte de Igreja - critérios para julgar e normas de construção*. Coimbra: Ministério das Obras Públicas – Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização – Centro de Estudos de Urbanismo.
- Brito, R. (2011, julho-dezembro). A presença e o papel da religião nas comemorações centenárias de 1940. *Lusitânia Sacra*, vol. 24, 263-276.
- Câmara, M. (2009). *Cristo Rei – Espiritualidade e História*. Cascais: Lucerna.
- Cerejeira, M. (1938, novembro-dezembro). A nova igreja de Nossa Senhora de Fátima. *Revista Oficial do Sindicato Nacional dos Arquitectos*, n.º 7, 185-186.
- Colaço, T. (1939, fevereiro). Arquitectura e religião – Carta aberta de Tomaz Ribeiro Colaço ao Sr. Cardeal Patriarca de Lisboa. *A arquitectura portuguesa e cerâmica e edificação reunidas*, Ano XXXI, 3.ª Série, n.º 47, 19-20.
- Costa, A. (2011). *Museologia da Arte Sacra em Portugal 1820-2010 – Espaços, Momentos, Museografia*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Cunha, J. (2014). *O MRAR e os anos de ouro na arquitetura religiosa em Portugal no século XX. A ação do movimento de renovação da arte religiosa nas décadas de 1950 e 1960* (Tese Doutoramento, Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa). Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.5/8099>
- Cunha, J. (2015). *MRAR – Movimento de Renovação da Arte Religiosa e os anos de ouro da arquitetura religiosa em Portugal no século XX*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- França, J. (1991a). *O modernismo na arte portuguesa* (3.ª ed.). Maia: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa – Ministério da Educação.
- França, J. (1991b). *A arte em Portugal no século XX (1911-1961)* (3.ª ed.). Venda Nova: Bertrand Editora.
- Marques, J. (2017). *A igreja na cidade, serviço e acolhimento, arquitectura portuguesa 1950-1975* (Tese Doutoramento, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto). Disponível em <https://hdl.handle.net/10216/110753>
- Martins, M. (2007). Os padres dos Olivais nos anos 60 – a Tribuna Livre. In *Por caminhos não andados: Seminário dos Olivais 1945/68* (pp. 227-270). Lisboa: Multinova.
- Monteiro, A. (2007). Aos heróis sem nome. In *O País do Absurdo*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

- Oliveira, M. (2002). *Elementos da forma urbana da Afurada* (Relatório técnico, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto). Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/70156>
- Pereira, N. (1947, 31 de janeiro). A Arquitectura Cristã Contemporânea. *Ala*, ano V, n.º 67, 2 e 4.
- Pereira, N. (1951, 8 de setembro). Algumas observações às críticas apontadas ao projecto da nova igreja paroquial das Águas. [Documento Datilografado]. [S.l.: s.n.]. 1-5. Acessível no Arquivo do SIPA (Sistema de Informação do Património Arquitectónico), Sacavém, Portugal.
- Pereira, N. (1953, 8 de dezembro). Arquitectura Religiosa. *O Comércio do Porto*, 6.
- Pereira, N. (1993, 23 de setembro). Chegarão 100 anos para acabar com as barracas? *Público*, 48.
- Pereira, N. (2008). Que fazer com estes 50 anos? In *I.º Congresso Nacional de Arquitectura* (pp. 43-50). Lisboa: Ordem dos Arquitectos.
- Pereira, N. & Fernandes, J. (1981, janeiro-fevereiro). A Arquitectura do Fascismo em Portugal. *Arquitectura*, n.º 142, 38-48.
- Pimentel, I. (2002). *Fotobiografias do Século XX: Cardeal Cerejeira*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Portas, N. (1982). Arquitectura e urbanística na década de 40. In *Os 40 anos na arte portuguesa: a cultura nos anos 40. Colóquios*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Portas, N. (2008). *A arquitectura para hoje seguido de Evolução da arquitectura moderna em Portugal* (2.ª ed.). Lisboa: Livros Horizonte.
- Santos, J. (1957, dezembro). A Igreja da Póvoa de Santa Iria. *MRAR – Boletim*, 1.ª Série, n.º 3.
- Santos, J. (1958, abril). A Igreja de Pegões. *MRAR – Boletim*, 1.ª Série, n.º 4.
- SNA. (1948). *1.º Congresso Nacional de Arquitectura, maio-junho de 1948. Relatório da Comissão Executiva. Teses, Conclusões e Votos do Congresso*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos.
- Távora, F. (1947). *O Problema da Casa Portuguesa*. Cadernos de Arquitectura, Série 1, n.º 1. Lisboa: Editorial Organizações.
- Tostões, A. (1997). *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*. Porto: FAUP.
- Tostões, A. (2008). O Congresso e «os verdes anos» 50. In *I.º Congresso Nacional de Arquitectura* (pp. 11-22). Lisboa: Ordem dos Arquitectos.

## ÁFRICA COLONIAL: ARQUITETURA E INFRAESTRUTURAS NOS ÚLTIMOS ANOS DO ESTADO NOVO<sup>1</sup>

Ana Vaz Milheiro

Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa  
Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território do Instituto  
Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - Instituto Universitário de Lisboa  
(DINAMIA'CET), Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto  
ORCID: 000-0001-7213-0478

**Resumo:** A ocupação tardia do território colonial português esteve relacionada de forma direta com o desfecho da Segunda Guerra Mundial e com a manutenção, por parte de Portugal, do seu estatuto colonizador até à Revolução de Abril. Em 1945, o mapa do então Império português constituía-se por cinco territórios em África (Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique), pela “Índia Portuguesa”, por Timor Leste e por Macau. O final da guerra contribuiu para acentuar as diferenças entre os territórios coloniais na implementação de infraestruturas, exploração de recursos naturais

---

<sup>1</sup> Capítulo escrito no âmbito do projeto de investigação *Coast to Coast – Late Portuguese Infrastructural Development in Continental Africa (Angola and Mozambique): Critical and Historical Analysis and Postcolonial Assessment* [PTDC/ATP-AQI/0742/2014] financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, 1916-19. Investigadora Principal: A.V. Milheiro. A sua publicação e revisão, todavia, integra o projeto (EU)ROPA – Rise of Portuguese Architecture, (tema: What Colonialism?) financiado por FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional através do COMPETE 2020 - Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos portugueses através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia [POCI-01-0145-FEDER- 030492], Investigador Principal: J. Figueira. Agradeço ainda a revisão cuidada e os comentários de Beatriz Serrazina.

e até de legislação referente ao tratamento dos diferentes povos que permaneciam sob administração portuguesa.

Este capítulo tratará essencialmente de África, deixando de fora as regiões asiáticas. Num período contemporâneo à maioria das independências africanas, Portugal iria, a partir de década de sessenta, manter também uma guerra com frentes nas três colónias africanas continentais (Guiné-Bissau, Angola e Moçambique) que perdurou até 1974. O conflito armado iria igualmente possuir um forte impacto nos processos tardios de infraestruturização territorial. Ao longo de 30 anos, diferentes departamentos de Obras Públicas (metropolitanos ou estabelecidos localmente) deixariam a sua marca nestes territórios, respondendo a solicitações que foram sendo definidas por diferentes agendas políticas, económicas e militares.

**Palavras-chave:** Arquitetura colonial Africana, Obras Públicas Coloniais, Gabinete de Urbanização Colonial/do Ultramar, Infraestruturas Coloniais, Colonialismo Português

#### COLONIAL AFRICA: ARCHITECTURE AND INFRASTRUCTURE IN THE FINAL YEARS OF THE ESTADO NOVO

**Abstract:** The late occupation of the Portuguese colonial territory was directly related to the outcome of the Second World War and to the maintenance of Portugal's colonising status until the April Revolution of 1974. In 1945, the map of the Portuguese Empire comprised five territories in Africa (Cape Verde, Guinea-Bissau, São Tomé and Príncipe, Angola, and Mozambique), the "Portuguese India", East Timor, and Macau. The end of the war contributed to emphasize the differences between colonial territories regarding the implementation of infrastructure, exploration of natural resources, and even legislation concerning the behaviour towards the different populations under the Portuguese administration.

This chapter will essentially deal with Africa, leaving out the Asian territories. In a period contemporary to most of the African independencies, Portugal would, since the sixties, maintain an active war in three continental African colonies (Guinea-Bissau, Angola, and Mozambique) until 1974. The armed conflict also had a strong impact on the late processes of territorial infrastructuring. Over the course of 30 years, several Public Works departments (metropolitan or locally established) would leave their mark on these territories, responding to different political, economic, and military agendas.

**Keywords:** African Colonial Architecture, Colonial Public Works (CPW), Colonial/Overseas Urbanization Office, Colonial Infrastructure, Portuguese Colonialism

## **Enquadramento**

Em África, a ocupação tardia do território colonial português esteve diretamente relacionada com o desfecho da Segunda Guerra Mundial. O país que sobreviveu ao conflito europeu era uma ditadura apoiada na liderança de António Oliveira Salazar, e manteria intacto, até à revolução de abril, o seu estatuto colonizador. O mapa do então Império português não se cingia apenas aos cinco territórios em África (Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique), prolongando-se pela chamada “Índia Portuguesa” (Goa, Damão e Diu, e ainda a ilha de Anjediva, e os enclaves de Dadrá e Nagar Haveli, Simbor e Gogolá), por Timor Leste e também por Macau<sup>2</sup>. O final da guerra europeia, com diferentes impactos nas colónias africanas – as que serão tratadas neste capítulo, deixando de fora as regiões asiáticas – acentuava as desigualdades na implementação de infraestruturas, exploração de recursos naturais, e até na legislação aplicada

---

<sup>2</sup> Este capítulo tratará essencialmente de África, deixando de fora as regiões asiáticas.

ao tratamento dos vários povos que se encontravam sob administração colonial<sup>3</sup>. Angola e Moçambique seriam considerados territórios privilegiados para a instalação de grandes colonatos “europeus” (Castelo, 2012, pp. 27-50), assim como favoráveis à introdução de processos de industrialização, relacionados com os sectores primário e secundário. A sua implementação obrigaria à exploração de novas fontes energéticas, nomeadamente através de empreendimentos hidroelétricos, apontando-se a barragem das Mabubas (ex-Presidente Craveiro Lopes, Angola)<sup>4</sup>, como a primeira grande realização moderna do género, cuja construção arrancou em plenos anos quarenta (Fig. 1).

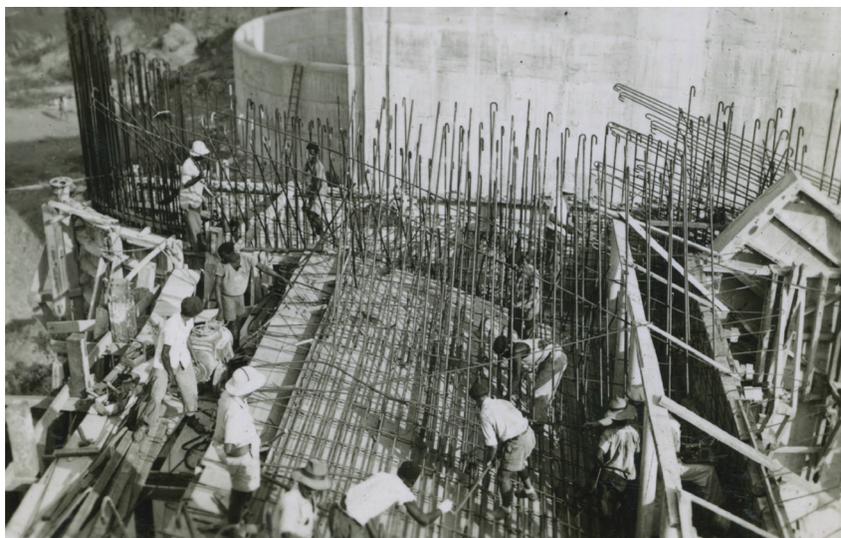


Fig. 1: Aproveitamento Hidroeléctrico das Mabubas, Angola, 1951 – *Ponte sobre o descarregador central*, Fiscalização das Mabubas. 1º Anexo ao Relatório sobre os betões empregados na barragem das Mabubas [AHU, OP5602]. Créditos: Portugal, Arquivo Histórico Ultramarino – PT-AHU.

---

<sup>3</sup> Cf. *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique*. Decreto-Lei n.º 39.666, de 20 de maio de 1954. *Lei Orgânica do Ultramar*. Lei n. 2.066, de 27 de julho de 1953.

<sup>4</sup> O engenheiro António Vecchi Pinto Coelho foi o autor do projeto (1944). A aprovação foi da responsabilidade do Conselho Técnico do Fomento Colonial. Cf. Ordem dos Engenheiros. (2003). *100 Obras de Engenharia Portuguesa no Mundo no Século XX*. Lisboa: Ordem dos Engenheiros.

As restantes colónias mantiveram a sua vocação essencialmente agrícola, com a exploração do cacau em São Tomé em Príncipe já em franco declínio. Em Cabo Verde, a imprensa local<sup>5</sup> dava conta das beneficiações realizadas no sector agrícola, por departamentos coloniais como a Brigada Técnica de Estudos e Trabalhos Hidráulicos, cujo domínio de intervenção se estendia à construção de infraestruturas de pequena escala, vitais para as práticas de subsistência desenvolvidas localmente. Na Guiné, as comemorações do V centenário da chegada de Nuno Tristão à região seriam aproveitadas pelo governo recém-empossado de Manuel Sarmiento Rodrigues para experimentar algumas das novas políticas coloniais do Estado Novo, recorrendo também a programas de melhoramentos de Obras Públicas (Milheiro, 2012a).

Este quadro iria alterar-se com o início da década de sessenta. Num período marcado pelas independências africanas das restantes potências coloniais europeias e pela pressão da ONU para iniciar o processo de descolonização, Portugal passaria a manter uma guerra em África com frentes nas três colónias continentais (Guiné-Bissau, Angola e Moçambique). O conflito armado perduraria até 1974, refletindo-se nos processos de ocupação e infraestruturização dos últimos 15 anos. Esta fase final teria características distintas da anterior. Se práticas, genericamente descritas como “desenvolvimentistas”, continuaram a integrar os objetivos a longo prazo, que os Serviços de Obras Públicas locais acalentavam, a infraestruturização de génese militar agia num tempo curto, procurando barrar a progressão no terreno dos grupos de libertação.

Muitas vezes, estas duas posições extremavam-se. Entre as primeiras encontravam-se as infraestruturas ligadas aos transportes

---

<sup>5</sup> Referência ao órgão de comunicação *Cabo Verde Boletim de Propaganda e Informação*, publicado entre 1949-63. Foi fundado por Bento Levy, diretor da Imprensa Nacional cabo-verdiana. Cf. Milheiro, A.V. (2017c). *Cabo Verde Boletim de Propaganda e Informação* (1949-63): Building the periphery of the Portuguese Empire in the local press, *International Congress Politics and Culture in Colonial Periodical Press*. ISCTE-IUL, Universidade Nova de Lisboa (apresentação oral: ISCTE-IUL, 23 de maio de 2017).

marítimos, terrestres e aéreos, ao saneamento básico, à construção de colonatos agrícolas e de extração mineira, ao investimento energético, à consolidação de uma rede urbana e seus equipamentos públicos com forte investimento nos programas assistenciais e educativos. As opções militares, por seu turno, mostravam-se mais pragmáticas, ainda que beneficiando de um território infraestruturado, uma vez que a ausência do Estado colonial favorecia a “insurreição” africana (Bender, 1978). Os militares focavam-se assim no reforço das infraestruturas de defesa, no planeamento de reordenamentos destinados à concentração das populações africanas rurais (Fig. 2), no fornecimento de serviços médicos e educativos de proximidade.



Fig. 2: Reordenamento dos Nhabijões, planeado e dirigido pelos militares portugueses com aprovação dos serviços coloniais de Obras Públicas, Guiné-Bissau, cerca de 1970. *Fases da construção: desmatção e limpeza do terreno, construção com adobes produzidos localmente, vista parcial das habitações em construção.* Arquivo pessoal do engenheiro agrónomo J.A.L. Simões Santos, à época Alferes Miliciano de Reconhecimento e Informações de Infantaria, n.º 11569169, chefe da equipa de implantação do Reordenamento dos Nhabijões.

Invariavelmente, a Guerra do Ultramar/de libertação acentuaria ainda mais as discrepâncias entre os cinco territórios africanos, correspondendo ao equilíbrio possível entre prioridades civis e exigências militares que os dirigentes portugueses foram definindo até à revolução que pôs termo ao Estado Novo e, conseqüentemente, ao Império.

## **Estratégias**

Uma melhor compreensão das estratégias de ocupação do Estado Novo em África, torna necessário recuar a um tempo próximo à Conferência de Berlim (1884-85), que estabeleceu as fronteiras dos territórios coloniais africanos, distribuindo-os pelas diversas potências europeias, incluindo Portugal. Uma nova paisagem colonial começou a despontar entre o final da Monarquia Constitucional – recordando-se aqui o simbolismo de que foi investida a visita do Infante Luís Filipe às colónias africanas em 1907 – e a Primeira República (1910-26). O regime republicano apostaria no reforço das infraestruturas portuárias e ferroviárias de penetração perpendicular à linha de costa, assim como na fundação de novas cidades no sertão africano, completando a rede já implantada no litoral, dando, portanto, seguimento às estratégias oitocentistas. Uma colonização de pendor mais racionalista estava assim em andamento, promovendo a construção de territórios estruturados segundo redes modernas de comunicações marítimas, fluviais e terrestres, completando a malha subsistente de assentamentos urbanos. Estas redes beneficiaram de condições preexistentes que caracterizaram uma primeira etapa moderna de ocupação (Milheiro, 2017a): 1) a existência de rotas pré-coloniais que garantiam já as trocas comerciais entre os povos africanos e as populações europeizadas sediadas nas regiões litorais; 2) um conhecimento gradualmente mais científico e consistente das potencialidades regionais na produção de matérias primas interessantes ao comércio internacional, repercutindo-se em alguns dos traçados destas infraestruturas. Para esta segunda condição contribuiria em muito a criação da Sociedade de Geografia de Lisboa em 1875; 3) interesses militares que asseveravam uma efetiva ocupação física do território por parte dos colonos portugueses (Caldeira, 2013, pp. 13-27).

Tentativas de colonização europeia antecederam igualmente os colonatos estadonovistas mais famosos da Ceta e do Cunene (Angola)

ou do Limpopo (Moçambique), remontando ao arranque do século XX. Migrações populacionais entre as diferentes regiões africanas sob governação portuguesa eram já práticas instaladas, motivadas quer por ciclos de escassez (como em Cabo Verde) quer por necessidade cíclica de mão de obra (sendo conhecidos os circuitos migratórios para São Tomé e Príncipe, Angola ou mesmo Moçambique que se manteriam até ao período tardio do salazarismo). Estes contingentes migratórios estavam também ligados à própria dinâmica das Obras Públicas, enquanto provedores de força de trabalho e futuros utilizadores de infraestruturas.

Precedendo o Estado Novo, o Acto Colonial<sup>6</sup> lançado em plena Ditadura Nacional (1928-33), ajudou a traçar, a partir de 1930, os princípios gerais de ocupação observados pelo novo regime, apontando a via “nacionalista” e o direito histórico na continuidade da “missão civilizadora” portuguesa em África. A concretização de grandes infraestruturas seria uma consequência imediata da aplicação desta lei constitucional, até pela expressão centralizadora do uso dos recursos naturais e materiais.

Parece igualmente certo que o modo de atuação do Estado Novo em África no domínio das Obras Públicas observou os mesmos princípios aplicados na metrópole (Saraiva, 2009, pp. 35-61). À rentabilidade funcional e técnica dos empreendimentos públicos, juntava-se a exigência de baixa manutenção e escassos recursos financeiros, resultando em projetos formal e tecnicamente “conservadores”, todavia com ambições de monumentalidade e de representação do Estado. Nos domínios da arquitetura e do urbanismo coloniais, estes fatores produziram desenhos convencionais, adversos à experimentação, tendencialmente padronizados, e apoiados em soluções tipificadas, ainda que seriadas segundo as diferentes condições geográficas e climáticas dos territórios ocupados. Já no plano dos sistemas de transportes, obras de arte,

---

<sup>6</sup> *Acto Colonial*. Decreto-Lei n. 22.465 de 11 de abril de 1933.

infraestruturas sanitárias ou redes de produção de energia, a engenharia portuguesa acabaria por demonstrar capacidade de adaptação às exigências das regiões tropicais, procurando soluções igualmente económicas e sem gastos excessivos de conservação.

Inúmeros relatórios técnicos produzidos pelos responsáveis dos diferentes departamentos coloniais reforçavam a competência genérica dos serviços, mas também os fracassos e as dificuldades sentidas na implementação das estratégias de ocupação materializadas pela concretização de diversas infraestruturas (Milheiro, 2019<sup>7</sup>). A redação dos relatórios de Obras Públicas, que se tornaria prática legislada a partir de 1911<sup>8</sup>, identificava, desde o início, os mesmos problemas e sua extensão: por um lado, a exiguidade de meios técnicos e humanos face à escala territorial das colónias; por outro, a insistência em procedimentos burocráticos ineficientes, atrasos nos pagamentos aos fornecedores e salários pouco competitivos.

Já durante o Estado Novo, as descrições moralistas que preenchiam os relatórios do final de Oitocentos – onde os serviços surgiam destacados enquanto veículos civilizadores do “africano”<sup>9</sup> – seriam substituídas por perspectivas mais tecnocráticas e economicistas. Heroicizar o exercício profissional dos engenheiros e outro pessoal técnico envolvido (Fig. 3) – a que se juntavam alguns arquitetos na condução ou na conceção de projetos – era prática comum não apenas nos documentos que circulavam em regime relativamente fechado (sem escrutínio público) mas também entre as notícias que divulgavam a obra colonial do

---

<sup>7</sup> Exposição montada no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, 17/01-18/04/2019.

<sup>8</sup> Cf. Regulamento Geral das Direcções e Inspeções das Obras Públicas das Colónias. *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 268, 1911, novembro, 4602-4610. (publicado com retificações no n.º 274, 23 de novembro, 4679-4686). Capítulo V, Artigo 40º, alínea i.

<sup>9</sup> Designadamente pelo melhoramento infraestrutural de que eram responsáveis. Consultar, por exemplo, Relatório sobre a 2ª secção d'Obras Públicas da província de Angola, Henrique dos Santos Rosa, 1877-81, pp. 139 e 139 v. [Arquivo Histórico Ultramarino, cota: OP13914].

regime. Equiparava-se o envolvimento na realização de Obras Públicas ao próprio espírito da colonização, quer em termos simbólicos quer políticos, reforçando a importância que a infraestruturação territorial detinha na manutenção de um quadro colonial estável e destacando os técnicos como seus agentes.



Fig. 3: Caminho de Ferro de Moçâmedes, Angola, 1952 – *Trincheira aos perfis 212/230*. Fiscalização da Construção da Variante da Serra da Chela, Caminho de Ferro de Moçâmedes [AHU, OP5202]. Créditos: Portugal, Arquivo Histórico Ultramarino – PT-AHU.

### **Agentes e centralização**

Apesar das diferenças que definiram os vários departamentos de Obras Públicas, em função da região onde operavam, a obsessão pela centralização das decisões estratégicas e de infraestruturação territorial por parte do Estado Novo, acabaria por influir no modo como os seus técnicos trabalhavam. Este aspeto teria também consequências na forma como estes homens foram social e politicamente rececionados, designadamente através da divulgação de que foram objeto as suas ações na imprensa oficial estadonovista. Num quadro laboral

dominado por homens, caberia aqui abrir um parêntesis para salientar que o número de mulheres nas Obras Públicas coloniais foi sempre residual. Destaca-se, no âmbito deste artigo, a figura de Maria Emília Caria, arquiteta em Lisboa ao serviço do Ministério do Ultramar, ativa a partir da década de sessenta (Milheiro, Fiúza, Portela, 2016<sup>10</sup>). Mas teriam existido outras, nomeadamente oriundas da engenharia que esperam por novos estudos.

A lógica burocrática do regime era, portanto, bastante favorável à centralização de serviços, tendência que vinha já da Primeira República, como provariam certas deliberações administrativas tomadas dentro de lógicas de gestão de recursos. A extinção das agências gerais de Angola e Moçambique e a sua fusão na Agência Geral das Colónias criada em 1924, seria um bom exemplo desta prática em épocas anteriores ao Estado Novo. Inspirada pela congénere francesa Agence Générale des Colonies, a Agência teria um papel relevante na divulgação das políticas coloniais através das suas publicações, nomeadamente do *Boletim Geral das Colónias*, editado desde 1925. Na fase final seriam ainda mobilizados meios televisivos e cinematográficos, ficando então definitivamente associada a fins propagandísticos que não constituíam, todavia, os seus únicos objetivos<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> O trabalho desta arquiteta começou a ser mapeado no âmbito do projeto de investigação financiado pela FCT, intitulado: *Os Gabinetes Coloniais de Urbanização: Cultura e Prática Arquitectónica* (2010-13). [PTDC/AUR-AQI/104964/2008]. Investigadora Principal: A.V. Milheiro.

<sup>11</sup> A Agência Geral das Colónias – do Ultramar, depois de 1951 –, concentrava muitas das ações burocráticas ligadas ao funcionamento administrativo dos territórios coloniais, sendo difícil descrever com exatidão todas as suas competências ao longo de todo o período estadonovista. Com o Decreto n. 41.407 de 28 de novembro de 1957, que marca parte do período em análise neste artigo, esta foi reestruturada em quatro repartições/secções: Repartição dos Serviços Administrativos (Biblioteca, Secção de Secretaria e Contabilidade e Secção de Procuradoria), Repartição dos Serviços de Turismo, Secção dos Serviços Técnicos e Repartição dos Serviços de Informação e Relações Exteriores. Mas, para lá da propaganda institucional, é certo que não se conseguiu ainda estabelecer uma relação, mais frutuosa, entre a Agência e os departamentos de Obras Públicas coloniais, detetando, por exemplo, investimentos diretos na formação especializada.

Ao divulgar as ações dos serviços de Obras Públicas, a Agência tornar-se-ia um veículo central na disseminação das estratégias e políticas de ocupação colonial. Conseqüentemente, o trabalho desenvolvido pelo Gabinete de Urbanização Colonial (GUC)<sup>12</sup> haveria de passar a ser recorrentemente noticiado, logo após a publicação nas páginas do *Boletim Geral das Colónias* (n.º 235, 1945, pp. 332-334) do decreto que instituiu a sua laboração. O Gabinete, subordinado ao Ministério das Colónias, resultava igualmente das mesmas políticas de centralização, tendo sido criado por Marcelo Caetano, em 1944, quando era o ministro responsável. Possuindo como objetivo genérico a uniformização dos planos de urbanização e dos projetos de arquitetura, o Gabinete iria ter forte impacto nas sociedades metropolitanas e coloniais, independentemente da baixa performance alcançada em termos de realização se comparado com os departamentos locais de Obras Públicas. A arquitetura difundida pelos projetos do GUC haveria inclusive de ter repercussões nos desenhos produzidos em África, contribuindo para o efeito de “normalização” técnica e plástica.

O funcionamento do GUC dependia das secções de Obras Públicas instaladas localmente, responsáveis pela implementação dos projetos no terreno. Estas organizavam-se a partir de organigramas funcionais que subdividiam (com ligeiras nuances por território colonial) cada Direcção dos Serviços de Obras Públicas local em serviços centrais e regionais ou provinciais, variando muito ligeiramente ao longo dos últimos 30 anos de colonização. Em 1941, por exemplo, o departamento de Angola compreendia somente três serviços regionais (Norte, Centro, Sul), desdobrando-se em cinco divisões menores. Já em Moçambique, seis anos depois, eram quatro as províncias apetrechadas com direcções provinciais próprias (Sul do Save, Manica e

---

<sup>12</sup> Cf. Decreto n.º 34.173, Ministério das Colónias: Cria, com sede em Lisboa, o Gabinete de Urbanização Colonial, organismo comum a todas as colónias de África, e define as suas atribuições. *Diário do Governo*, 1ª série, n.º 269, 1944, 6 de dezembro, 1167-1168.

Sofala, Zambézia, Niassa) que por sua vez mantinham oito secções. Estas unidades acompanhavam literalmente a progressão no terreno das redes básicas de infraestruturação, distribuindo-se ao longo dos principais eixos de comunicação ferroviária ou rodoviária.

Apesar da tendência unificadora do Estado Novo, os principais agentes da transformação da paisagem colonial atuavam em *layers*, completando-se (Ferreira, 2008). A infraestruturação à escala territorial dependia igualmente da fixação de um conjunto de companhias soberanas que iam sendo toleradas pelo Estado português, como forma de ultrapassar as precariedades económicas, mas também de potenciar a exploração de recursos excepcionais (Milheiro & Serrazina, 2017). Nesta rede de agentes, os promotores privados tinham também o seu lugar, ao investirem maioritariamente na construção de equipamentos de lazer, em estruturas produtivas, ou no mercado imobiliário, contratando profissionais metropolitanos ou já fixados nas colónias (Milheiro, 2017b).

Do desempenho destas diferentes entidades resultaria uma paisagem estruturada segundo um pensamento de raiz positivista, aplicado à ocupação do território com vista à sua dominação, controle e exploração, apoiando-se em práticas rotineiras e eficazes. Contudo, entre a cultura profissional subjacente a cada agente e a sua implementação no território, existia todo um esforço de negociação. Dificuldades inerentes à ineficácia do Estado colonial, à imensidão do território ocupado, à falta de meios técnicos e humanos, à precariedade e ao afastamento da metrópole, caracterizavam o quotidiano da maioria dos técnicos ao serviço das colónias africanas. Queixas sobre as frágeis condições de trabalho ocupavam os – já aqui citados – relatórios dirigidos aos superiores hierárquicos que na sede do governo da colónia, ou em Lisboa, faziam a primeira triagem, escrevendo as sínteses sobre as quais os políticos haveriam de traçar as novas estratégias. Entre a falta de materiais, não pagamento, más condições climáticas e fugas de pessoal africano – recrutado amiúde com recurso a meios

compulsivos – as descrições que estes técnicos faziam da maioria dos quotidianos que caracterizavam os estaleiros do período do Estado Novo não eram promissoras. Em África, a realidade parecia assim desafiar qualquer esforço mais centralista de planeamento. O facto, notado e divulgado, tornava-se claro na difícil gestão dos trabalhadores nos diferentes estaleiros e programas de Obras Públicas. Em Cabo Verde, as mulheres integravam as Obras Públicas na condição de operárias da construção, reparando vias ou transportando pedras das pedreiras<sup>13</sup>. Em outras geografias, informações relativas a grandes infraestruturas, como caminhos de ferro – caso de Nacala, Moçambique – referiam a contratação de cerca de seis mil homens para contingentes efetivos de cerca de quatro mil<sup>14</sup>, denunciando a inoperatividade da operação de recrutamento. Análises sobre as proporções entre europeus e africanos, confirmavam relações de um para sete. Jornadas médias diárias ocupavam cerca de 9 a 10 horas<sup>15</sup>. Nos anos cinquenta, a mecanização começou a ser introduzida de modo sistemático alterando ligeiramente o equilíbrio de forças, isto é, introduzindo a figura do operário “europeu” especializado (para lá do carpinteiro ou do pedreiro) e contribuindo para a diminuição dos contingentes anónimos de trabalhadores africanos. O objetivo político e económico era tornar a construção de infraestruturas progressivamente menos dependente de grandes massas de trabalhadores “nativos”.

---

<sup>13</sup> *No Arquipelago da Sede e da Fome* – Relatório do inspector superior António de Almeida, Inspeção de 1948 a Cabo Verde [Arquivo Histórico Ultramarino, cota: A2.01.02.009/00045].

<sup>14</sup> Relatório dos Trabalhos realizados pela Brigada de Construção do C.F. de Nacala, Engenheiro Chefe da Divisão Eduardo Veríssimo Dias Barbosa, 1942-44 [Arquivo Histórico Ultramarino, cota: OP3531].

<sup>15</sup> Aproveitamento Hidro-eléctrico das Mabubas. Fiscalização das Obras. Relatórios do Engenheiro Chefe, António V. Pinto Coelho, 1948 [Arquivo Histórico Ultramarino, cota: OP3010].

## Localismos

Apesar da determinação em homogeneizar a ação das Obras Públicas coloniais, encontrando respostas estandardizadas, existiriam diferenças entre “centro” e “periferia”. Províncias de maior dimensão territorial, com melhor performance económica e maior capacidade de atração de imigrantes “europeus”, casos dos territórios de Angola e Moçambique, distanciaram-se, em termos de investimentos público e privado, da condição relativamente marginal vivida em Cabo Verde, Guiné-Bissau, ou São Tomé e Príncipe. Estas diferenças seriam já manifestas nos quatro Planos de Fomento que a partir de 1953 marcaram o perfil do investimento público aplicado.

A partir de um determinado momento, as especificidades regionais acabaram por ser expostas também a partir dos partidos arquitetónicos dominantes, apesar da existência – que temos vindo a defender – de um “estilo” ou uma linguagem associada aos departamentos de Obras Públicas Coloniais. Uma forte expressão *art déco* caracterizava os empreendimentos que genericamente anteciparam a Segunda Guerra Mundial, marcando presença em regiões distintas e por diferentes vias, como em Angola e Moçambique, e permanecendo tardiamente em áreas periféricas como Cabo Verde.

O salazarismo iria herdar uma *praxis* já instalada que arquitetonicamente era influenciada pelos modelos francófonos, e urbanamente se descrevia como herdeira da anglo-saxónica Cidade Jardim, duas tradições culturais que os portugueses admiravam. Nos assentamentos urbanos coloniais, a divisão em sectores era uma realidade que naturalmente se manifestava também numa segregação racial assumida através do planeamento, e que se tornava particularmente reconhecida nos casos africanos onde a cidade formal se confundia com a “cidade branca”, e a periferia, não planeada, era ocupada pelas comunidades “nativas”. Apesar desta clara distinção, os desenhos nem sempre clarificavam a localização de “cinturas verdes” ou “cordões

sanitários”, extensões livres de construções, como se tinha verificado, pelo menos a partir da década de trinta até ao final da Segunda Guerra Mundial, por exemplo, na região do ex-Congo belga, vizinho de Angola. O controle do acesso das populações africanas às áreas residenciais dos “europeus” era, todavia, uma realidade colonial portuguesa que acentuava a desigualdade e os obstáculos à mobilidade urbana.

Após 1945, as particularidades regionais africanas favoreceram a evolução de dois quadros dominantes nas práticas urbanísticas e arquitetónicas coloniais. O primeiro quadro, mais sistematicamente estudado e divulgado pela historiografia portuguesa recente, caracterizou-se pelo desenvolvimento de uma corrente filiada no Estilo Internacional que, depois do arranque dos movimentos de libertação africana, vulgarizou a disseminação dos princípios do Movimento Moderno (Fernandes, 2002; Magalhães, Gonçalves, 2009; Tostões, 2013). O segundo definiu-se por uma maior dependência da cultura metropolitana, adquirindo nos anos sessenta traços característicos da “terceira via” – um compromisso entre o moderno e o tradicional –, que se manifestaria tardiamente nos departamentos herdeiros do Gabinete de Urbanização Colonial.

Em Angola e Moçambique, uma cultura moderna serviu, a partir da década de cinquenta, os objetivos progressistas e de desenvolvimento económico e industrial, fomentados por algumas das parcelas da sociedade civil colonial. Refletiu pontualmente ambições “autonomistas” que progressivamente se instalaram entre as elites de origem europeia. Seriam aspirações que encontravam plena justificação nos desempenhos tropicalistas do Movimento Moderno e no compromisso de um círculo de arquitetos que se autonomizou dos debates metropolitanos, criando raízes das colónias. Alguns destes técnicos acabariam por optar permanecer nos novos países após a independência. Entre os arquitetos, a maioria era de origem europeia, formada na metrópole nas duas únicas escolas portuguesas de Belas-Artes sediadas em Lisboa e no Porto. Raros seriam os de origem africana, embora entre este

contingente se encontrassem já naturais de África, como era o caso do cabo-verdiano Pedro Gregório Lopes, nascido em 1932 e formado no Porto em 1959, que integraria os quadros das Obras Públicas locais nesse mesmo ano.

Durante o Estado Novo, em Cabo Verde, Guiné, e São Tomé e Príncipe, regiões pouco atrativas à fixação de profissionais qualificados fora do funcionalismo público, as produções urbanísticas e arquitetónicas aproximaram-se das soluções testadas em Portugal, acusando maior contiguidade estética e plástica. A mesma condição periférica determinou aqui o uso de técnicas construtivas mais convencionais, inspiradas nos sistemas tradicionais, dada a inexistência de indústrias de construção civil, como aconteceu nas colónias maiores, aspeto que condicionou igualmente as soluções arquitetónicas.

### **Práticas Urbanas, o Gabinete de Urbanização Colonial e seus desdobramentos**

As práticas urbanísticas promovidas oficialmente pelo Estado Novo atingiram, como se sabe, um dos seus pontos mais altos no período que se seguiu ao desfecho da Segunda Guerra Mundial, prolongando-se por uma década (Lobo, 1995). Esta fase de intensa produção urbanística na metrópole equivaleu também a uma atividade paralela no âmbito do enunciado de novos planos para o espaço colonial português. Correspondeu igualmente ao momento de arranque do Gabinete de Urbanização Colonial, já aqui mencionado, criado com o objetivo de otimizar os esforços portugueses no domínio do urbanismo e da arquitetura tropical, constituindo equipas técnicas qualificadas, formadas por arquitetos, engenheiros e especialistas em medicina tropical e climatologia<sup>16</sup>. O foco do Decreto n.º 34:173 era a produção urbana, cuja

---

<sup>16</sup> Este organismo assume mais tarde as designações de Gabinete de Urbanização do Ultramar (GUU, 1951-1957) e Direcção de Serviços de Urbanismo e Habitação

importância também se justificava pela sua implementação enquanto uma rede de ocupação territorial. Genericamente, nos traçados urbanos estava subjacente a definição de um conjunto de funções que reproduziam as responsabilidades de cada agente na construção da cidade colonial. Mais que um desenho operativo, os planos urbanos deste período traçavam uma imagem para a cidade colonial – na verdade, construía uma identidade apoiada em estruturas viárias funcionais e edifícios administrativos e de serviço público com capacidade de representação do poder colonial.

O pensamento urbano inerente ao espírito de fundação do Gabinete alicerçava-se na definição dos dois outros programas, igualmente promovidos no decreto de fundação: a assistência médico-sanitária e as casas para funcionários. O primeiro constituía o objetivo mais abrangente da primeira fase do Gabinete, que iria prolongar-se até 1951, por incluir todas as camadas da população colonial. Abarcava desde hospitais centrais e regionais, dirigidos aos colonos europeus, e maioritariamente concentrados em núcleos urbanos, às comunidades rurais africanas, cujos planos de intervenção sanitária previam a instalação de serviços padronizados (postos sanitários, enfermarias ou maternidades rudimentares).

Os programas residenciais eram estratégicos por envolverem diretamente as populações europeias, foco principal das políticas de colonização estadonovista e preocupação dominante desde o final do século XIX. A casa unifamiliar estava também relacionada com a opção pela Cidade Jardim que informava a maioria das propostas urbanísticas elaboradas no GUC, e que se manteria como válida para as regiões tropicais até um período avançado dos anos sessenta. Os programas distinguiam as atividades profissionais dos funcionários, assim como a sua categoria, sendo dimensionados funcional e esteticamente de

---

da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar (DSUH, DGOPC, 1958-1974).

acordo com estes dois princípios. Juntamente com os programas assistenciais, os projetos habitacionais ajudariam a definir uma primeira abordagem linguística à arquitetura tropical de promoção pública, ensaiada no domínio da adequação climática e da expressão estética. Neste quadro, o arquiteto João António Aguiar, principal ideólogo da cultura urbanística praticada numa primeira fase de atuação do Estado Novo em África, surgia como a segunda figura do Gabinete, a seguir ao engenheiro de minas Rogério Cavaca, o primeiro diretor. A autoria de Aguiar foi plenamente estabelecida em relação a diversos planos urbanos ultramarinos, propostos pelo Gabinete entre 1946 e 1959, tendo Cabo Verde recebido os últimos planos realizados pelo arquiteto (Morais, 2010) que também desenhava proficuamente para a metrópole. Situações similares em que os técnicos projetavam simultaneamente para a metrópole e para as regiões coloniais caracterizavam não apenas as práticas urbanas correntes, mas também as arquitetónicas e, de modo geral, toda a construção de infraestruturas. Trata-se de um fenómeno ainda pouco estudado no panorama historiográfico português, mas que provavelmente refletia a migração de conhecimentos que apenas ganhavam maior realismo ao se adaptarem às condições geográficas e climáticas mantendo, todavia, idênticas abordagens.

Até cerca de 1959, os arquitetos do Gabinete de Urbanização – primeiro sob a alçada do Ministério das Colónias e, depois de 1951, do Ministério do Ultramar – foram responsáveis pela maioria dos planos urbanos destinados às províncias ultramarinas. Mas na década seguinte, as principais capitais coloniais, Luanda e Lourenço Marques (hoje Maputo), e algumas cidades de média dimensão ganharam autonomia na produção dos seus próprios planos, situação decorrente da capacidade de atração de profissionais qualificados, cujo trabalho concorreu com o dos técnicos sediados em Lisboa (Fonte, 2007; Pinto, Milheiro, 2012). Seriam, entretanto, atribuídos aos municípios ultramarinos, meios para a contratação de profissionais liberais e/ou de empresas particulares para a execução de projetos.

Seria ainda dentro do quadro do Gabinete, entretanto transformado em Direcção de Serviços de Urbanismo e Habitação da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações (DSUH/DGOPC), do Ministério do Ultramar, que uma nova geração de planos diretores surgiria nos últimos anos da colonização portuguesa. A estratégia urbana estadonovista promovida através dos técnicos do Gabinete e seus desdobramentos conheceu, portanto, três momentos distintos até às independências africanas, permitindo-nos balizar o traçado final das cidades luso-africanas na última fase do período colonial (Milheiro, 2012b, pp. 215-237).

O período 1945-50 foi definido a partir da adoção do modelo da *City Beautiful* cruzado com os ensinamentos da Cidade Jardim, apoiando-se essencialmente em diretrizes estéticas: avenidas monumentais, fortalecimento dos instrumentos de sectorização funcional (zonamento) da cidade colonial preexistente, definindo perímetros residenciais, hospitalares, escolares, militares, entre outros, ficando dotadas de um conjunto standard de equipamentos. O momento correspondeu, no domínio da arquitetura de promoção pública, ao aprofundar de uma linguagem de cariz nacionalista, que buscava na tradição alentejana do Sul de Portugal uma inspiração direta, cruzada com a experiência tropical das grandes varandas e duplos telhados ventilados, num esforço de adaptação ao clima.

Seguiu-se o período de 1951-57, correspondendo à consolidação de uma arquitetura “de representação” que conferia sentido aos dispositivos urbanos aprofundados na fase anterior. Conformada às expectativas burocráticas do Estado Novo, esta arquitetura estava intrinsecamente ligada à administração, configurando uma variação colonial da “Bread and Butter architecture” (Mota & Agarez, 2015), adequada ao quotidiano, esteticamente conservadora e sem novidades técnicas ou funcionais. Foi desenvolvida na sequência da melhor tradição dos departamentos de Obras Públicas Coloniais tal como foi descrita por Peter Scriver nos anos noventa do século

passado (Scriver, 1994). Acertava-se uma composição apropriada aos trópicos e simultaneamente adequada às novas funções simbólicas: um edifício pavilhão, com arcadas no rés do chão, galerias nos andares superiores, introduzidas ao longo das fachadas recuadas, e cobertura em telhado de quatro águas (Fig. 4).



Fig. 4: *Edifício para os serviços de fazenda*, Luanda, Angola, 1952. Obra dos arquitetos do Gabinete de Urbanização do Ultramar – Angola. Direcção dos Serviços de Obras Públicas – Relatório. Eng.º Diretor José Rodrigues Moutinho [AHU, OP1107]. Créditos: Portugal, Arquivo Histórico Ultramarino – PT-AHU.

Neste quadro, seriam exemplares edifícios como a Administração do Porto de Luanda ou os Serviços de Fazenda e Contabilidade, atual Ministério das Finanças, na mesma cidade (Eurico Pinto Lopes, 1948; e João Aguiar, 1953, respetivamente), o edifício da Fazenda em São Tomé (Mário de Oliveira, 1951), ou ainda o Centro Cívico de Lourenço Marques, também atribuído a Aguiar. O último edifício seria o único concretizado no domínio do traçado de uma praça monumental, numa citação explícita à Praça do Comércio, em Lisboa, expondo-se assim o projeto “Imperial” que marcava os imaginários urbanos no âmbito da colonização portuguesa.

Finalmente, a década de setenta trouxe uma abordagem urbana mais pragmática, de “planos directores”, cujos ideais realistas se materializavam na sectorização, na ideia de “manchas funcionais” e no aprofundamento das práticas genéricas de infraestruturação viária e sanitária. O período correspondeu ao agudizar da Guerra do Ultramar, nas vésperas da revolução de 1974. As decisões urbanísticas dos militares, de carácter mais célere e pragmático, sobrepunham-se, muitas vezes, às ações dos arquitetos que se mantiveram ao serviço da DSUH/DGOPC. Foram elaboradas novas propostas de intervenção urbana, principalmente, para a Guiné, mas também em Cabo Verde ou em São Tomé e Príncipe (Milheiro, 2012a). No entanto, a maioria não seria aplicada, coincidindo com a proximidade das independências dos novos países africanos. As matérias de reflexão denotavam, todavia, uma alteração no pensamento urbanístico colonial, designadamente na adoção de métodos quantitativos de análise, como inquéritos às populações e respetivas atividades económicas, que determinavam zonamentos e ações de intervenção.

### **Arquitetura pública colonial na perspetiva do Gabinete de Urbanização do Ultramar**

Com a revisão constitucional de 1951<sup>17</sup>, o organismo criado por Marcelo Caetano passou, portanto, a designar-se Gabinete de Urbanização do Ultramar (GUU), acompanhando a mudança do nome do próprio ministério. Esta alteração não modificou os procedimentos e, até 1957, quando uma nova legislação entrou em vigor<sup>18</sup>, foi mantida idêntica regularidade nos projetos executados para a maioria dos territórios coloniais. A arquitetura promovida pelos arquitetos do Gabinete reproduzia uma linguagem normalizada e esmorecida, contrastando com o carácter experimental dos primeiros ensaios modernos que

---

<sup>17</sup> Lei n.º 2048, de 11 de junho de 1951.

<sup>18</sup> Decreto-Lei n.º 41169, 29 de junho de 1957. Modifica a Orgânica e os Quadros do Ministério [do Ultramar].

começavam a disseminar-se nas regiões africanas. À medida que os programas se destacavam pela vertente mais funcionalista – hospitais e escolas, por exemplo – o desenho tendia a assumir menor carga figurativa, combinando escala monumental (reflexo da importância urbana que a maioria destes edifícios possuía) com abstração linguística, decorrente da organização funcional e dos sistemas construtivos empregues, contribuindo para a criação de um edifício moderno nas suas aptidões programáticas e, contudo, conservador na “fisionomia”.

Seriam precisamente os equipamentos de ensino, de nível vocativo e liceal, reforçados por outros programas culturais com menor implementação – de que seria exemplo o Museu Regional de Nampula, de Mário de Oliveira (1955, parcialmente construído), hoje Museu Nacional de Etnografia de Nampula –, que dominaram esta segunda fase de atuação do Gabinete. Na generalidade das cidades africanas, este foi também o momento de arranque de uma série de projetos de melhoramento de instalações hospitalares preexistentes. Paralelamente, crescia a atenção ao ensino eclesiástico, que funcionava como uma estrutura complementar da rede de escolas públicas.

Mas seria na abordagem ao programa escolar – como se disse – que as práticas de projeto seguidas pelos arquitetos do GUU ganhariam maior eficácia. O traçado destes edifícios teria como antecessores dois liceus desenvolvidos para Luanda e Lourenço Marques a partir de Lisboa por José Costa Silva, ainda no decorrer dos anos trinta, no âmbito da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário, órgão metropolitano de referência nas construções escolares (Milheiro, 2011, pp. 601-630). Sinteticamente, pode-se afirmar que a tipologia usada pelo GUU, a partir da segunda metade dos anos cinquenta, evoluiu desde o projeto do Liceu Nacional Salvador Correia (atual Escola Secundária Mutu Ya Kevela, Luanda, 1936), onde a questão da ventilação tinha sido resolvida ao nível do vão, para o Liceu Salazar (atual Escola Secundária Josina Machel, Maputo, 1939), onde se recorreu à galeria de circulação como forma de controle da insolação. Reteve-se a

lógica pavilhonar, simplificando-se ornamentações na mesma proporção em que se diminuía a abstração conferida por sistemas construtivos demasiado colocados em evidência. O resultado a que chegaram os arquitetos do Gabinete seria assim o de uma proposta intermédia, equilibrada entre o carácter simbólico e os desempenhos construtivos.

Tratando-se de desenhos executados na metrópole, *performances* técnicas – como o comportamento climático – estariam na generalidade condicionadas por aspetos como a orientação do lote urbano previsto nos planos de urbanização (também realizados à distância). Daí que lotes livres de constrangimentos, que permitiam implantar edifícios isolados, fossem mais favoráveis à cultura de projeto que se aperfeiçoava dentro de uma lógica de uniformização das soluções encontradas. Configurava-se aqui uma tendência para produzir um padrão arquitetónico apropriado ao maior número de unidades. Era o início de um sistema que tratava a sua distribuição no território colonial como uma infraestruturade desenvolvimento. A definição de *Normas para as instalações dos Liceus e Escolas do Ensino Profissional nas Províncias Ultramarinas*, de 1956, agilizaria todo o processo revelando um discurso escrito mais técnico, sem que a realidade deixasse de mostrar edifícios esteticamente comprometidos com o regime. O antigo Liceu Feminino D. Guiomar de Lencastre, atual Escola Secundária Njinga Mbande, em Luanda, foi já fruto desta normalização. Desenhado entre 1954 e 1956 por Lucínio Cruz, e depois aperfeiçoado por Eurico Pinto Lopes, o novo liceu da capital angolana inaugurou uma série de projetos semelhantes, implantados pelos territórios coloniais com adaptações programáticas e climáticas pontuais.

O edifício estruturava-se a partir de um eixo de simetria axial, muito apropriado, por exemplo, à duplicação de serviços quando se tratava de diferentes níveis de ensino ou de escolas mistas. Organizava-se em torno de dois pátios fechados e recorria a galerias de distribuição que também asseguravam a proteção solar das fachadas e o abrigo em caso de forte pluviosidade. O alçado principal era marcado pela entrada em forma de pórtico monumental, localizada axialmente. Soluções-tipo,

detalhamento e materiais standard apontavam para uma produção em série. O Liceu D. Guiomar de Lencastre reforçou a ideia de que a arquitetura produzida pelo Gabinete – e que melhor representava publicamente a capacidade plástica e técnica das Obras Públicas coloniais – configurava um moderno suavizado e monumental, um “verdadeiro” estilo arquitetónico. Paradoxalmente, o que tem sido referenciado como “nacionalista”, aproximava-se formal e construtivamente do que os departamentos locais de Obras Públicas produziam nos territórios africanos vizinhos, caso muito óbvio do ex-Congo Belga, durante essa mesma década de cinquenta, comprovando a disseminação de uma arquitetura “transcolonial” contemporânea ao período mais influente do Gabinete.

### **Habitats locais**

A década seguinte traria novidades nos territórios coloniais portugueses, correspondendo ao momento em que a maioria dos países africanos eram já nações soberanas. Estudos em torno dos habitats locais iriam caracterizar os últimos 15 anos do período colonial, no rescaldo da publicação da *Arquitectura Popular em Portugal* (Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1961), com forte impacto nas orientações seguidas pelos arquitetos do Gabinete e depois da Direcção de Serviços de Urbanismo e Habitação que lhe sucedeu. Uma maior atenção às construções e assentamentos urbanos das populações locais iria refletir-se em tentativas de aproximação estética e a soluções análogas de adequação ao clima.

Os profissionais deste período eram cada vez mais experientes no campo da arquitetura tropical, com competências adquiridas fora das escolas portuguesas e patrocinadas pelos organismos que apoiavam a especialização dos técnicos superiores ao serviço do Estado, como o Instituto para a/de Alta Cultura, ativo desde os anos trinta. Estão documentadas já algumas destas experiências internacionais no círculo dos profissionais sediados em Lisboa – casos de Mário de Oliveira ainda nos anos quarenta, ou, na década seguinte, de Luís Possolo (Saldanha,

2012), Fernando Schiappa de Campos e António Saragga Seabra. Os últimos três passaram pelas lições de Otto H. Königsberger e de seus discípulos na Architectural Association, em Londres, onde à época se privilegiava a aprendizagem com os povos autóctones como modo de aperfeiçoar os dispositivos técnicos das construções tropicais.

Os programas de grande presença urbana foram sendo substituídos por equipamentos mais focados nas populações locais – até como esforço derradeiro de “ocidentalização” dos povos africanos, em uma rede capilar que aumentava o poder do Estado colonial. Surgia uma produção especificamente pensada para as populações “indígenas” africanas, abarcando tipologias de pequena escala, desde a habitação unifamiliar, passando por uma grande diversidade de equipamentos (escolas primárias, postos sanitários, fontenários, lavadouros comunitários, instalações sanitárias coletivas, etc.). Paralelamente, também se repensava a realização de equipamentos públicos ligados à comunidade africana com forte potencial de representação, como estruturas de ensino religioso ou instituições de formação profissional. Estas realizações faziam parte da “ação psicológica” desencadeada pelo governo colonial, que em territórios sob conflito militar, como a Guiné, tiveram forte expressão no âmbito do que era descrito nos círculos próximos ao governador Spínola como “promoção social e cultural da população autóctone”<sup>19</sup>.

Os arquitetos das Obras Públicas depositariam nos projetos deste período a esperança de um “processo de assimilação”, finalmente bem-sucedido. A transformação dava-se agora na organização dos espaços interiores. Através do redesenho da planta procurava-se neutralizar os aspetos étnicos, introduzindo funcionalidades europeias. A planta da casa tradicional – que estava em processo de alteração desde o século XVII – era de novo objeto de ponderação. Na gene-

---

<sup>19</sup> Pasta Governo da Província da Guiné – Construção de Bairros e Aldeamentos. Província da Guiné/Gabinete do Governador [António de Spínola], sd. [Fundação Calouste Gulbenkian, G-6/69, COOP 2430].

ralidade, as questões plásticas – apesar de determinantes nas leituras – desempenhavam um papel secundário, muito atrás das climáticas. Em casos extremos, contudo, continuava-se a apostar em abordagens estéticas e programáticas mais ocidentalizadas neutralizando-se aparentemente os traços vernaculares africanos (Fig. 5).



43



44

Fig. 5: *Algumas casas de habitação de indígenas sócios das cooperativas de Zavala, com aspectos interiores, Inhambane, Moçambique, 1959. Governo do Distrito de Inhambane – Relatório de 1959 – Governador Augusto Vaz Spencer [AHU, A2.050.04/029.00179].*

Paradoxalmente, os militares olhavam igualmente para as realizações “indígenas”, no seu esforço em “reordenar” as populações rurais em aldeamentos implantados nas zonas de conflito. Levantando casas rudimentares, de planta retangular de 11x9m, quatro compartimentos e corredor central, cobertas por colmo ou zinco, rebocadas ou não, pavimentadas ou de terra batida, recorriam a tecnologias vernaculares – com amplo recurso ao bloco de adobe na Guiné – e soluções climáticas inspiradas nas experiências locais – da etnia guineense Balanta, por exemplo – que introduziam nos seus manuais práticos de construção. Ao contrário dos arquitetos, os militares não aspiravam a alterar a intimidade familiar através da planta, oferecendo soluções elementares e, portanto, facilmente adaptáveis às diferentes vivências. Já os alinhamentos ortogonais das suas urbanizações, fundamentais para garantir o controlo das populações, quebravam a organicidade comum aos assentamentos africanos, precisamente a estrutura e implantação que os arquitetos procuravam introduzir nos seus novos desenhos a partir da década de sessenta. *Problemas essenciais do Urbanismo no Ultramar*, lançado em 1962, de Mário Oliveira encontrava-se entre uma das edições da Agência Geral do Ultramar que refletia exatamente essa visão urbanística conceptualmente mais orgânica, apoiada nas missões de campo deste arquiteto que estava no Gabinete desde 1948. Os princípios enunciados, sem uma trama teórica sofisticada, baseavam-se essencialmente na experiência empírica do seu autor.

No âmbito dos departamentos de Obras Públicas implantados nas colónias, os técnicos – engenheiros ou arquitetos – circulariam igualmente entre regiões vizinhas tomando conhecimento das práticas urbanísticas e arquitetónicas desenvolvidas em países já independentes, muitas vezes prossecutoras de anteriores linguagens, reforçando a ideia de que se tratava de um tempo complexo, mesmo na determinação de relações de vizinhança entre regiões africanas livres ou sob governo colonial. A participação em seminários e conferências internacionais era também parte integrante desta mobilidade pan-africana. Uma vez

mais, na África subsaariana, e neste período, relações entre Estados soberanos e territórios coloniais não estão suficientemente inventariadas.

### **Considerações finais**

Durante os últimos anos de ocupação, o Estado português foi alterando a legislação e os discursos políticos, ainda que os serviços coloniais mantivessem práticas instaladas e já testadas. As Obras Públicas albergaram serviços complexos, onde os arquitetos constituíam uma pequena força laboral, subordinada muitas vezes a outros técnicos, provenientes de áreas como a engenharia. No final tiveram inclusive que competir com os militares, uma força que exigia concretizações mais imediatas e que ostentava entre as suas fileiras técnicos com formações muito diferenciadas, consideradas adequadas à intervenção no território, desde a engenharia à agronomia, passando pela própria arquitetura.

Mas do ponto de vista da arquitetura colonial, talvez seja legítimo fechar esta síntese regressando com uma interpelação que foi já aqui sugerida antes: poder-se-ia atribuir aos departamentos coloniais de Obras Públicas a tentativa de estabelecer um “estilo”? O primeiro objetivo das realizações dos diferentes agentes públicos ligados às Obras Públicas nas colónias africanas foi proporcionar sentimentos de empatia, através de edifícios e espaços urbanos semelhantes aos que existiam nas cidades da metrópole, impedindo o desenraizamento da população europeia. Este argumento seria usado em diversas ocasiões para explicar historicismos em edifícios coloniais, com programas administrativos, religiosos ou corporativos, e genericamente em espaços públicos. A criação na metrópole do Gabinete de Urbanização Colonial, pouco antes do final da Segunda Guerra Mundial, reforçava esta ideia de homogeneização. Mas a sua criação representou também parte do esforço político para iniciar um novo ciclo de desenvolvimento infraestrutural, antecipando os movimentos africanos de libertação e

o criticismo internacional. Neste contexto, a missão do Gabinete foi então vista como uma prática progressiva, mais focalizada em rotinas funcionais e económicas, que promovessem a baixa manutenção dos edifícios e do espaço urbano. Aparentemente, uma abordagem mais estética seria secundarizada ou até mesmo recusada pelos seus técnicos. Mas um olhar atento aos projetos urbanos e arquitetónicos, revelaria não só semelhanças técnicas e funcionais, mas também formais, três predisposições que poderiam facilmente explicar a “presença” de um “estilo arquitetónico”. A estrutura centralizada da GUC, com sede em Lisboa, também facilitaria o aprofundamento de uma abordagem mais estilisticamente engajada. Apesar dessas evidências, os seus técnicos resistiram à ideia de que existia um estilo oficial especialmente concebido para o contexto colonial, o que parece provado quando confrontadas as suas realizações africanas com os edifícios metropolitanos de que também eram autores.

Localmente, os serviços de Obras Públicas foram oferecendo respostas igualmente padronizadas e progressivamente mais competentes nas solicitações de infraestruturação. Indubitavelmente, processos racionais e rotinados ditaram a construção de paisagens que se desejavam análogas quando perspetivadas de fora, mas que mantinham traços autónomos, quando vistas de dentro. O estudo sobre o modo como foram construindo esses territórios coloniais, principalmente em África, começa agora a ser levantado, não oferecendo ainda respostas completas, como se percebe.

### **Referências bibliográficas**

*Acto Colonial*. Decreto-Lei n.º 22.465, 1933, 11 de abril, 650-652.

Aproveitamento Hidro-eléctrico das Mabubas. Fiscalização das Obras. Relatórios do Engenheiro Chefe, António V. Pinto Coelho, 1948, Arquivo Histórico Ultramarino, cota: OP3010.

Bender, G. (1978). *Angola under the Portuguese: the myth and the reality*. Londres: Heinemann.

*Boletim Geral das Colónias* n.º 235. (1945). Lisboa: Agência Geral das Colónias.

- Caldeira, A. M. (2013). O telégrafo, o telefone e os novos meios de transporte como armas de guerra na ocupação portuguesa do sul de Angola, no início do século XX. *Africana Studia: Revista Internacional de Estudos Africanos – International Journal of African Studies*, n.º 21 (2.º semestre), 13-27.
- Castelo, C. (2012). «O branco do mato de Lisboa»: a colonização agrícola dirigida e os seus fantasmas. In C. Castelo, O. R. Thomaz, S. Nascimento & T. C. Silva (Orgs.), *Os Outros da Colonização – Ensaio sobre o colonialismo tardio em Moçambique* (pp. 27-50). Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais.
- Decreto n.º 34.173, 1944, 6 de dezembro, 1167-1168.
- Decreto-Lei n.º 41.169, 1957, 29 de junho, 671-686.
- Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique*. Decreto-Lei n.º 39.666, 1954, 20 de maio, 560-565.
- Fernandes, J. (2002). *Geração Africana – Arquitectura e Cidades em Angola e Moçambique, 1925-1975*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Ferreira, A. (2008). *Obras Públicas em Moçambique – inventário da produção arquitectónica executada entre 1933 e 1961*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Fonte, M. (2007). *Urbanismo e Arquitectura em Angola – de Norton de Matos à Revolução*. (Tese de Doutoramento em Planeamento Urbanístico, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa). Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.5/2027>
- Lei n.º 2.048, 1951, 11 de junho, 407-412.
- Lei Orgânica do Ultramar*. Lei n.º 2.066, 1953, 27 de julho, 877-892.
- Lobo, M. S. (1995). *Planos de Urbanização, a época de Duarte Pacheco*. Porto: FAUP.
- Magalhães, A. & Gonçalves, I. (2009). *Moderno Tropical – Arquitectura em Angola e Moçambique 1948-1974*. Lisboa: Tinta da China.
- Milheiro, A. (2011). Escolas em Angola durante o Estado Novo: Arquitectura e Arte. *Revista de História das Ideias*, vol. 32, 601-630.
- Milheiro, A. (2012a). *Nos Trópicos sem Le Corbusier – Arquitectura Luso-Africana no Estado Novo*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Milheiro, A. (2012b). O Gabinete de Urbanização Colonial e o Traçado das Cidades Luso-Africanas na última fase do período colonial português. *Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 4 (2), 215-237.
- Milheiro, A. (2017a). Transportation Networks and Late Colonial Portuguese Infrastructural Development in Angola and Mozambique: Critical and Historical Analysis. *II International Conference African Urban Planning 2017*. Lisboa: IGOT, 7-8 September (8 September, 8h30-10h30 room A).
- Milheiro, A. (2017b). *African Colonial Architectures at the end of the “Portuguese Empire”*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Milheiro, A. (2017c). *Cabo Verde Boletim de Propaganda e Informação (1949-63): Building the periphery of the Portuguese Empire in the local press. International Congress Politics and Culture in Colonial Periodical Press*. ISCTE-IUL, Universidade Nova de Lisboa (apresentação oral: ISCTE-IUL, 23 de maio 2017).
- Milheiro, A. (2019). *Colonizing Africa - Reports on Colonial Public Works in Angola and Mozambique (1875-1975)/Relatórios das Obras Públicas em Angola e*

- Moçambique (1875-1975)*. Exposição montada no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, 17/01-18/04/2019.
- Milheiro, A., Fiúza, F. & Portela, R. (2016). Women architects and pioneers building modern Africa in the late period of Portuguese Colonization (1945-1975). *Fifth annual meeting of the All Ireland Architecture Research Group (AIARG)*. Cork: CCAE, 29-30 janeiro 2016.
- Milheiro, A. & Serrazina, B. (2017). Diamang's urban project – between the Peace of Versailles and the Colonial Act. *II International Conference African Urban Planning 2017*. Lisboa: IGOT, 7-8 September 2017 (7 September, room A).
- Morais, J. (2010). *Mindelo – Património Urbano e Arquitectónico – assentamento urbano e os seus protagonistas*. Lisboa: Caleidoscópio.
- Mota, N. & Agarez, R. (Eds.) (2015). The 'Bread & Butter' of Architecture: Investigating Everyday Practices. *Footprint*, 17, 9 (2). <https://doi.org/10.7480/footprint.9.2>
- No Arquipélago da Sede e da Fome – Relatório do inspector superior António de Almeida, Inspeção de 1948 a Cabo Verde, Arquivo Histórico Ultramarino, cota: A2.01.02.009/00045.*
- Ordem dos Engenheiros. (2003). *100 Obras de Engenharia Portuguesa no Mundo no Século XX*. Lisboa: Ordem dos Engenheiros.
- Pasta Governo da Província da Guiné – Construção de Bairros e Aldeamentos. Província da Guiné/Gabinete do Governador [António de Spínola], s.d., Fundação Calouste Gulbenkian, G-6/69, COOP 2430.
- Pinto, P. & Milheiro, A. (2012, julho). *From Monumentality to Diversity – Maputo between the urban plans of Aguiar and Azevedo (1950-1970)*. São Paulo: 15th International Planning History Society Conference.
- Regulamento Geral das Direcções e Inspeções das Obras Públicas das Colónias. *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 268, 1911, novembro, 4602-4610. (publicado com retificações no n.º 274, 1911, 23 de novembro, 4679-4686).
- Relatório dos Trabalhos realizados pela Brigada de Construção do C.F. de Nacala, Engenheiro Chefe da Divisão Eduardo Veríssimo Dias Barbosa, 1942-44* [Arquivo Histórico Ultramarino, cota: OP3531].
- Relatório sobre a 2.ª secção d'Obras Públicas da província de Angola, Henrique dos Santos Rosa, 1877-81, pp. 139 e 139 v.* [Arquivo Histórico Ultramarino, cota: OP13914].
- Saldanha, J. (2012). *Luís Possolo – um arquitecto do Gabinete de Urbanização do Ultramar*. Lisboa: CIAAM, FCT [PTDC/AUR-AQI/104964/2008].
- Saraiva, T. (2009). Laboratories and Landscapes: the Fascist New State and the Colonization of Portugal and Mozambique. *HOST - Journal of History of Science and Technology*, vol. 3, Fall, 35-61.
- Scriver, P. (1994). *Rationalization, Standardization, and Control in Design: A cognitive historical study of architectural design and planning in the Public Works Department of British India, 1855-1901* (PhD thesis, Delft University of Technology). Delft: Publicatiebureau Bouwkunde of Delft University of Technology.
- Tostões, A. (Ed.) (2013). *Arquitetura Moderna em África: Angola e Moçambique*. Lisboa: ICIST, Instituto Superior Técnico, FCT [PTDC/AUR-AQI/103229/2008].

Joana Brites é Professora de História da Arte na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e investigadora integrada do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX. Mestre em História da Arte e Doutorada em História, especialidade de História da Arte, tem dedicado a sua investigação à arquitetura do Estado Novo (tanto a construída na metrópole, como, mais recentemente, a projetada durante este regime para o então espaço colonial português), à relação entre fascismo e modernismo e à escultura portuguesa da época contemporânea.

Luís Miguel Correia é Professor no Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra e investigador integrado do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX. Mestre em Ciências da Construção e Doutorado em Arquitetura, especialidade de Teoria e História da Arquitetura. Tem dedicado particular interesse de investigação aos monumentos nacionais e à relação que tais construções do passado desde oitocentos estabelecem com o território, a paisagem e, ainda, com certa ideia de identidade nacional.

Série Investigação

•

Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra University Press

2019

1 2



9 0

UNIVERSIDADE D  
COIMBRA

